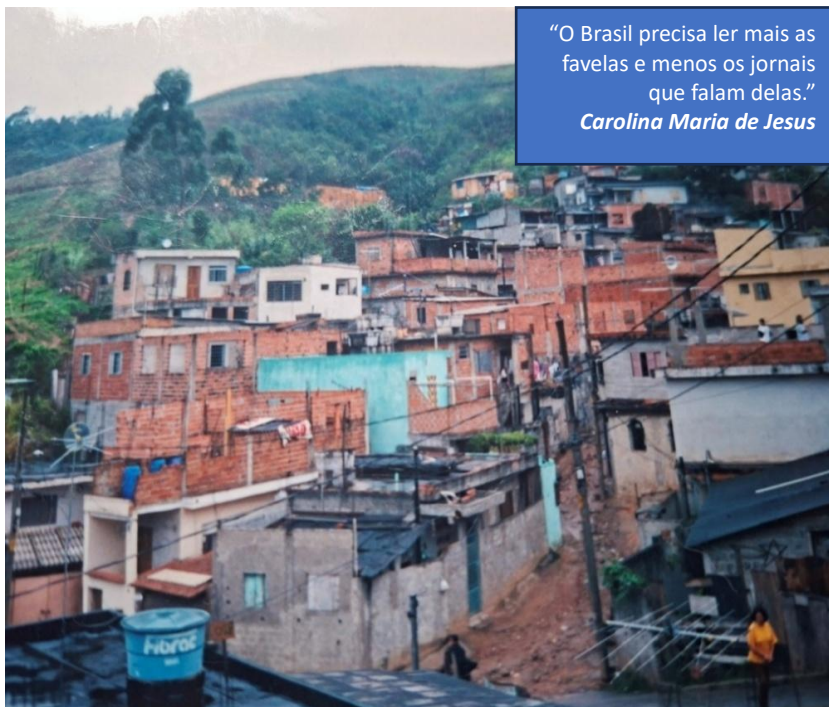


HISTÓRIA DAS FAVELAS EM SANTO ANDRÉ (Capa)

Silmara Conchão¹

Eduardo Magalhães Rodrigues²



Fonte GATS - Favela Gregório de Matos. Santo André. SP. 2003³

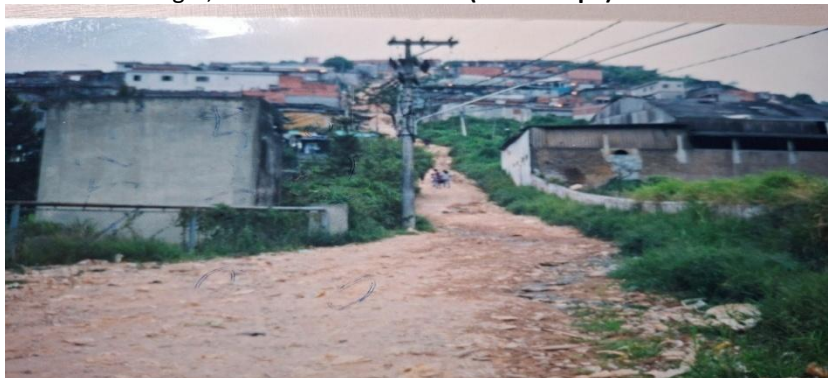
POSFÁCIO DE MARCO AKERMAN

¹ Socióloga, Doutora em Ciências da Saúde. Pós Doutoranda em Política, Gestão e Saúde (FSP-USP). Escritora, pesquisadora e professora do Centro Universitário FMABC. Presidenta do CESCO – Centro de Estudos de Saúde Coletiva.

² Sociólogo, Doutor em Planejamento Territorial (UFABC) com Pós-Doutorado em Economia Política (PUC/SP) e Saúde Pública (USP). Escritor, pesquisador e Professor Universitário em Saúde Coletiva.

³ Todas as fotos deste livro são do município de Santo André. SP. Brasil. e pertence ao acervo do GATS - Grupo Assistencial Toninho Souto. 2003.

Favela Vista Alegre, Santo André. SP. 2002. **(contra capa)**



Este livro revela a história das favelas de Santo André como expressão das desigualdades que estruturam a cidade, articulando, em uma perspectiva interseccional, território, classe, gênero e raça. Ao dar centralidade às vozes de moradores(as) de 12 favelas, especialmente às 42 lideranças entrevistadas em 2001, cujas narrativas são revisitadas décadas depois, a obra faz emergir memórias que ganham novos sentidos e vida no presente.

Por meio dessas trajetórias, evidencia-se a complexa tessitura entre passado e presente: avanços e permanências, sonhos, luta coletiva, coragem e transformações que marcam esses territórios. Em diálogo com a Agenda 2030 da ONU, sobretudo no que se refere à saúde e à qualidade de vida, o livro afirma as favelas como espaços de produção de vida, de cuidado e de luta por direitos, tensionando as iniquidades que atravessam o espaço urbano.

Um convite à leitura atenta e implicada e, mais do que isso, um chamado à responsabilidade de toda a sociedade para repensar urgente o modelo econômico concentrador de riqueza e poder, produtor de profunda desigualdade, bem como o imaginário discriminatório que ainda marginaliza quem vive nas favelas, reconhecendo nesses territórios a força viva de sujeitos, saberes e direitos que sustentam, reinventam e fazem existir a própria cidade. Dedicamos este trabalho a toda as pessoas favelizadas de Santo André e do Brasil — protagonistas de histórias que insistem, resistem e transformam o presente em possibilidade de futuro.



SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	1
PREFÁCIO - A história se repete feia por nós, sempre como tragédia. Por: Eduardo Magalhães Rodrigues	5
APRESENTAÇÃO.....	9
GATS - REGISTROS E EXPERIÊNCIAS DA OCUPAÇÃO DAS FAVELAS NOS ANOS 1970 E 1980.....	14
A PRODUÇÃO SOCIAL DO VIVER, ADOECER E MORRER NOS TERRITÓRIOS FAVELIZADOS.....	21
POLÍTICAS INTERSETORIAIS E DESIGUALDADES: DETERMINAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE NAS FAVELAS DE SANTO ANDRÉ.....	25
PORQUE CAROLINA MARIA DE JESUS.....	36
GENEALOGIAS DA FAVELA: FERRAMENTAS PARA RECONTAR A HISTÓRIA.....	40
PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS.....	47
COMO LER O NOSSO RESULTADO.....	50
 NARRATIVAS EM FOCO - FALA FAVELA	52
1. Anos 1970 - A origem das ocupações e a ausência histórica da política de moradia.....	52
2. Entre a fome e o aluguel: migração, origem territorial e os caminhos que levam à favela (anos 1970)	64
3. Industrialização, montadoras e as engrenagens do sistema que empurram vidas para a favela.....	73
4. A construção cotidiana da moradia possível.....	78

5. O crescimento das favelas nos anos 1980.....	85
6. Ocupação não é invasão: direitos, pertencimento e a dignidade do morar.....	97
7. Quem é dono da terra? Poderes ocultos, interesses privados e disputas territoriais.....	104
8. Cotidiano e a sobrevivência nas favelas.....	110
9. O poder público entre reuniões, omissões, reações e as promessas.....	119
10. Fé, presença e política: a relação das comunidades com as igrejas no ano de 2001.....	138
11. Relação com a polícia: segurança pública, seletividade e estigmas territoriais.....	146
12. O mundo do trabalho e sua desigual distribuição de renda e dignidade.....	153
13. Expansão das favelas na região mais industrializada do país.....	161
14. Memórias e trajetórias sobre os primeiros moradores.....	170
15. Barreiras estruturais e caminhos possíveis na experiência de morar.....	174
16. A relação com o movimento social e o papel histórico do MDDF - Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores em Favelas/Núcleos Habitacionais de Santo André.....	190
17. Violência, seletividade e desigualdade urbana.....	208
18. Preconceito que atravessa corpos e territórios: um obstáculo estrutural.....	221

19. Escolarização, alfabetização e desigualdades educativas.....	238
20. O MOVA (Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos) e o direito tardio à educação.....	250
21. Projetos de vida, o futuro e a capacidade de sonhar.....	256
22. Comunidade que não aparece no mapa: urbanização, planejamento e invisibilização.....	268
23. Recados da favela para o poder público e toda a sociedade...	278
24. Do sonho à sobrevivência: travessias migratórias e o direito à cidade.....	284
25. “Era tudo barraquinho” - O lugar ao chegar.....	292
26. Fronteiras invisíveis: conflitos entre favela e bairro.....	296
27. Convivência e resistência: pertencimento, redes de solidariedade e o morar coletivo.....	302
28. “Causos” do território: memórias, lutas e os cotidianos que moldam a favela.....	308
29. Participação política, organização comunitária e controle social.....	316
30. Juventudes, qualidade de vida e desigualdades de oportunidades.....	336
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	346
POSFÁCIO - Será que a leitura de um livro faz o leitor querer mudar o mundo? Por: Marco Akerman	350
BIBLIOGRAFIA.....	353

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e ao Ministério da Saúde do “Governo do Brasil — do lado do povo brasileiro” (2026) pelo financiamento de pesquisas comprometidas com a defesa do Sistema Único de Saúde e com a compreensão da saúde nas favelas como um direito à vida indissociável da justiça social e da dignidade humana.

Nosso reconhecimento profundo e afetuoso dirige-se as pessoas que, ao longo das décadas de 1990 e 2000, criaram e coordenaram a ONG GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto, nascida do trabalho consistente desenvolvido pela Casa Espírita Flor do Campo. Ao unirem esforços, mobilizaram muitas pessoas e levaram às favelas andreenses dignidade, alfabetização, comunicação e processos de organização social e política. Guardiãs de um acervo preservado, memória viva feita de documentos, fotografias e histórias de luta e resistência, tornaram possível o *Livro da História das Favelas em Santo André*. Em especial, nosso mais sincero agradecimento a Guiomar e a seus filhos, Eduardo e Ricardo.

Guiomar Magalhães comandou a Casa Espírita Flor do Campo de 1991 até 1999. Nesse período ela, colaboradores(as) e seus filhos Eduardo Magalhães Rodrigues e Ricardo Magalhães, fundaram a ong GATS para o fortalecimento da população favelizada na cidade de Santo André. SP.

Agradecemos em especial às alunas e aos alunos participantes, às professoras e aos professores, bem como às instituições parceiras que construíram coletivamente a grande pesquisa da qual este livro faz parte: FIOCRUZ Rio de Janeiro; Secretaria de Saúde de Santo André; Câmara Municipal de Santo André; Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Universidade Federal do ABC e a ONG Coletivo Nasa – Núcleo de Ações Socioculturais Ativista.

Agradecimento mais que especial a Marco Akerman (FSP-USP), professor doutor, pesquisador principal do projeto <https://www.covidnafavela.com.br/>, pela aposta na produção de um conhecimento comprometido com a justiça social, o direito universal à saúde, a memória popular e a transformação das realidades favelizadas. Agradecer a Profa. Dra. Maria Cristina da Costa Marques da Faculdade de Saúde Pública da USP por seu belíssimo trabalho na gestão do Centro de Memória e do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Memória e Proteção à Saúde da FSP-USP. Gostaríamos também de expressar nossa profunda consideração ao MDDF – Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favelas de Santo André, por sua dedicação histórica, política e incansável na luta pelos direitos das populações favelizadas andreenses. Sua atuação foi e segue sendo fundamental para a organização comunitária, a defesa do direito à moradia, a cidade e a dignidade, além de desempenhar um papel central na preservação da memória e da história das favelas de Santo André ⁴. O nosso maior respeito ao Centro de Estudos da Favela (CEFANELA) da Universidade Federal do ABC que representa a consolidação da

À Faculdade de Saúde Pública da USP (Departamento de Gestão, Política e Saúde), ao Centro Universitário FMABC (Departamento de Saúde da Coletividade) e ao nosso CESCO que é o Centro de Estudos de Saúde Coletiva a nossa gratidão pela confiança na coordenação dessa grandiosa pesquisa.

⁴ O MDDF – Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favelas de Santo André publicou a revista “Tamarutaca: memória e história de sua gente” impressa/digital. Participamos do lançamento que ocorreu em evento no SESC Santo André, com a presença de moradores e pesquisadores em 2025.

favela como território legítimo de produção de conhecimento, memória e formulação de políticas públicas.⁵

Onde o Estado chega pouco, vocês chegam primeiro com cultura, saúde, alimentação e cuidado com os animais. Ao CECRAN⁶ que nos proporcionou a possibilidade de nossas pesquisas de campo. Ao Projeto Rondon⁷ da FMABC; à Ong Irmã Marli, aos Pontos de Cultura, às Cozinhas Solidárias o nosso grande reconhecimento. Vocês alimentam corpos, mentes e fortalecem vínculos, consciência crítica e esperança. Que nunca falte apoio para quem fortalece a partilha e transforma as injustiças em organização coletiva.

Favela Jd. Primavera. Entrevista com lideranças fundadoras do local. Ao Centro Eduardo Magalhães Presidente do GATS.



⁵ Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA) da Universidade Federal do ABC cefavela.ufabc.edu.br

⁶ CECRAN é o Centro Cultural da Resistência Andreense localizado no Morro da Kibon em Santo André. SP. @cecran_

⁷ Para saber mais: @projettorondonabc – sem a participação ativa de alunos e alunas, este projeto de extensão universitária e sua potente trajetória de humanização na formação em saúde na FMABC não existiria.

Na foto abaixo, Marquinho da Gamboa (esquerda) entrevistando o Presidente da Associação de Moradores. 2001.



Por fim, nosso maior respeito, carinho e admiração às lideranças das favelas historiadas, que em 2001 compartilharam seu precioso tempo, suas vivências e suas lutas, afirmando as favelas como

territórios de vida, luta, saber e dignidade. Através de suas vozes foi possível registrar a potência das narrativas que estão aqui e que, por muito tempo, foram e ainda são silenciadas. Talvez não imaginassem que, mais de vinte e cinco anos depois, seus relatos ganhariam vida em forma de livro, contribuindo não apenas para a memória das favelas de Santo André, mas para a sociedade como um todo, ao reafirmar que a produção de conhecimento também nasce da experiência, das diversas formas de resistência e da luta cotidiana por direitos: José, Nelson, Armando, Ercy (Bougival); Francisca Batista, Maria, Francisca, Francisco, Marlene (Bom Pastor); Marquinho da Gamboa, Cícero (Gamboa); Manoel, Levi, Wilson, Maria Neuza (Gonçalo Zarco); Maria Ribeiro, Aldevino, João e Helena (Gregório de Matos); Fátima (Haras); Dalvina, Maria da Rosa, Denilson, Manoel e Carmita (Homero Thon); Oswaldina, José e João (Jardim Primavera); Gilson, José Lacerda, Rui e Antônio (Marginal Taioca); Maria Gomes, José Ferreira e Dagmar (Pintassilgo); Antônio dos Anjos, Valda Marília, Ana, Valdir, Adeilde, Maria e Hildete (Jardim São Bernardo); José Eros (Vista Alegre).

NOSSO LIVRO É DEDICADO À VOCÊS!

PREFÁCIO

A HISTÓRIA SE REPETE, FEITA POR NÓS, SEMPRE COMO TRAGÉDIA

Favela Jardim São Bernardo. Santo André. SP. 2002.



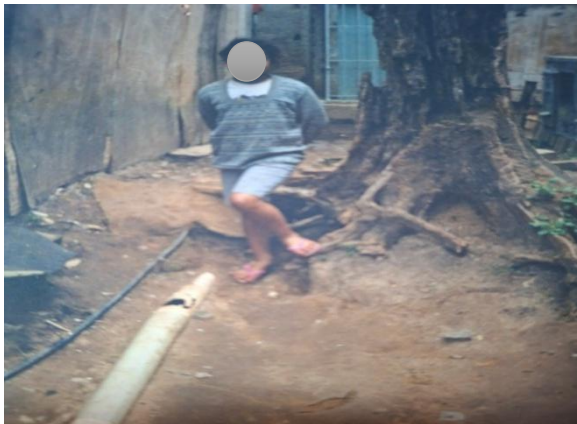
São problemas simples, de resolução perfeitamente possível. Dependem de recursos mínimos, principalmente se comparados às fortunas desperdiçadas pelo Estado no pagamento de juros. São benfeitorias que, já no médio prazo, diminuiriam gastos com o tratamento de doenças, proporcionando, consequentemente, melhor qualidade de vida. Além disso, moradias regularizadas gerariam mais impostos, melhorando a arrecadação pública.

Habitações deixariam as pessoas mais felizes e tornariam o convívio das famílias muito mais saudável, o que, por óbvio, refletiria positivamente em todas as outras dimensões: lazer, cultura, educação, trabalho etc. As vantagens extrapolariam as próprias

famílias e envolveriam toda a sociedade. Entretanto, são problemas sociais que se arrastam por décadas. Imaginemos nossos filhos vivendo em chiqueiros ou pocilgas... As famílias ocupam, sem outra alternativa, terrenos que ninguém mais quis. Nessa condição, no meio dos insetos, sem água e sem energia elétrica, em uma das regiões mais industrializadas do mundo, o ABC Paulista (pasmem!) vivem e criam seus filhos. Seus filhos, em um círculo vicioso, tornam-se pais e os netos da primeira geração, continuam na imundice que a sociedade, muitas vezes auto declarada cristã, lhes oferece. Sobrevivem, a duras penas, dia a dia, sem saber bem o que lhes espera o amanhã. Se no dia seguinte serão expulsos, se no dia seguinte serão agredidos pela polícia, se no dia seguinte os seus filhos dormirão ao relento, no frio e à mercê do desconhecido. E, mesmo com todo esse sofrimento, guardam uma delicadeza espiritual e uma confiança, para nós que dormimos confortavelmente, inexplicável.

Em pleno século XXI, quando se pensa na universalização da internet, na internet “das coisas” e em enormes outros avanços tecnológicos nos mais variados campos do conhecimento, milhões de pessoas no Brasil vivem como ratos no esgoto ou, na melhor das hipóteses, como se estivessem na Idade da Pedra, pois o que chamam de lares, mais se parecem com escuras cavernas ou fétidas prisões. Gerações após gerações se perpetuam nessa condição que deveria envergonhar profundamente cada um de nós. (RODRIGUES, 2003)

Menina e detalhes da favela em Santo André. 2002.



Seria o desconhecimento de seus mais básicos direitos e de seus exploradores a causa dessa doçura? Não sei, talvez. Sei, entretanto, que são homens e mulheres em sua mais pura humildade, violentados diariamente, ano após ano, até o momento em que a morte lhes seja, de fato, a única saída para o alívio de suas dores. Eu, na verdade, os amo da maneira mais intensa que se possa imaginar. Quero dizer, antes de seu sentido moderno de caridade, creio que essa forma de amor se aproxima daquilo que os gregos denominavam *philos antropos*, ou, filantropia: amor à humanidade.

O atual quadro de suplício nada se difere do chamado fim da escravidão no século XIX: com a falsa benevolência da Princesa Isabel, homens e mulheres negros e negras são expulsos das fazendas e largados, sem educação, sem formação profissional, sem patrimônio algum, geralmente só com o que vestiam, à própria sorte. “Que se danem!”, diziam os fazendeiros seus ex-senhores. “Não queriam a liberdade?”

E é isso, exatamente isso, o que os favelados de hoje recebem das autoridades públicas, das lideranças empresariais e de cada um de nós. Relegamos, aos nossos irmãos e irmãs, uma vida sem

esperança e de miséria. E sim, somos culpados disso com nossa convivência, nossa indiferença, nossa mesquinhez e nosso comodismo. Quantos de nós já não pensamos ou dissemos disparates abjetos do tipo: “Não gostam de trabalhar, por isso vivem assim!”, “Preguiçosos!”, “Incapazes!”, “Fazem muitos filhos!”, “Bandidos!”, “Ladrões!”, “Preferem viver na favela para não pagar por nada!”, “Eu não tenho nada a ver com isso!” Não é verdade? Esse é o mesmo espírito vigente na mente dos escravocratas brasileiros ao longo de quase quatro séculos. E ainda continuamos os mesmos!

Espero que a atenta leitura dos depoimentos a seguir contribua para a mudança dessa mentalidade sórdida e repugnante. Se insulto ou ofendo as vulnerabilidades alheias com minha falta de cerimônias e delicadezas, mesmo assim não peço desculpas. Não há meio termo ou eufemismos quando se mantém o genocídio de milhões por mais de meio milênio. Não há mais o que esperar, não há mais negociações ou concessões a fazer. A Senzala continua em pé e mais forte do que nunca. Por isso, somos desprezíveis e não merecemos estarmos na categoria de humanos. Mudar é urgente!

Eduardo Magalhães Rodrigues⁸

⁸ Autor também desta obra, foi presidente da ONG andreense GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto. Em 2001, realizou entrevistas com 42 lideranças de 12 favelas de Santo André (SP), material que fundamentou esta publicação. O texto acima, de Eduardo, foi escrito em 2003 e não recebeu atualização posterior.



Favela Espírito Santo. Santo André. Setembro de 2002.

APRESENTAÇÃO

“A favela é o quarto de despejo da cidade.”

Carolina Maria de Jesus⁹



Favela Capuava Unida. Detalhe de uma moradia. 2003.

⁹ Frase registrada no livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (1960), cujas anotações foram feitas durante a década de 1950.

Agenda 2030 é um compromisso global adotado pela Assembleia Geral da ONU em 2015, com o objetivo de promover desenvolvimento sustentável em escala mundial até o ano de 2030.

É composta por 17

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que abordam questões sociais, econômicas e ambientais, visando erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que todas as pessoas possam viver com dignidade. Esses objetivos são interligados e devem ser alcançados por meio de ações coletivas e políticas públicas, tanto a nível global quanto local. (ONU, 2015)

Este livro é parte da pesquisa financiada pelo CNPq¹⁰, coordenada pela Faculdade de Saúde Pública/USP e CESCO – Centro de Estudos de Saúde Coletiva/FMABC^{11 12}, que investiga como a pandemia e o período pós-pandemia da Covid-19 impactaram o cumprimento da Agenda 2030 em populações vulneráveis que vivem em favelas. Articulamos esse contexto à reconstrução histórica da ocupação das favelas em Santo André nas décadas de 1970 e 1980, analisando documentos e imagens que caracterizam as desigualdades sociais, territoriais e de saúde. É um projeto que não apenas resgata a história invisibilizada de uma parte da população brasileira, como também oferece base

¹⁰ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Agência do governo federal brasileiro, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), responsável por promover e financiar a pesquisa científica e tecnológica no Brasil.

¹¹ Aqui referido como *Covid na Favela*. [“A Pandemia e o Pós-Pandemia da Covid-19 no alcance da Agenda 2030 em populações vulneráveis moradoras de núcleos de favela”](#). Além das parceiras Fiocruz, Secretaria de Saúde de Santo André, Câmara Municipal de Santo André, Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Universidade Federal do ABC e a ONG Coletivo Nasa que é o Núcleo de Ações Socioculturais Ativista.

¹² Com o parecer aprovado no Comitê de Ética do Centro Universitário FMABC (CAAE 75974023.7.0000.0082 / 2024).

empírica e teórica para o redesenho de ações e políticas públicas voltadas à equidade em saúde, justiça social e inclusão urbana. Podemos chamar este trabalho de exemplo de ciência engajada, pois, articula produção do conhecimento, memória social, apontando caminhos para transformações das condições de vida.

Walter Benjamin (1987), nos seus estudos sobre a “pobreza de experiência”, nos ajuda a compreender as formas de vida e resistência nas favelas. Para o autor a modernidade capitalista e os traumas do século XX, como as guerras e a urbanização acelerada, esvaziaram a experiência humana de sentido, tornando os sujeitos cada vez mais incapazes de narrar e partilhar vivências. Essa ideia ajuda a compreender que nas favelas, formas de vida e resistência surgem justamente como resposta a esse empobrecimento, ressignificando a importância dos vínculos, da memória e de narrativas coletivas.

Nesse contexto, a vida social e subjetiva passa a ser marcada pela fragmentação, pelo choque e pela perda da experiência compartilhada, resultando no empobrecimento da vida interior e dos vínculos humanos (BENJAMIN, 1994). Além disso, a mercantilização da cultura e da sensibilidade submete a existência às lógicas do consumo, da produtividade e da eficiência, da competição, do individualismo

A modernidade capitalista, conforme analisada por Benjamin, não pode ser compreendida como um processo linear de progresso, mas como uma formação histórica que inclui catástrofes, exclusões e empobrecimento da experiência. Para o autor, o progresso moderno se sustenta sobre a acumulação de ruínas sociais, uma vez que “o conceito de progresso deve ser fundamentado na ideia de catástrofe” (BENJAMIN, 2012, p. 245).

aprofundando desigualdades e processos de exclusão que caracterizam a modernidade capitalista.

Benjamin (1987), com seus estudos, permite-nos reconhecer as favelas não apenas como espaços de carência, mas como locais de elaboração simbólica e política da experiência, onde a vida insiste em se reinventar mesmo diante das adversidades e da exclusão. Nas comunidades observadas, nota-se a preservação e, frequentemente, a reinvenção da experiência por meio da oralidade, da memória coletiva e das práticas solidárias cotidianas. Mesmo marcada pela precariedade material, a vida nessas comunidades produz saberes e formas de resistência que desafiam a lógica do empobrecimento subjetivo da modernidade.

Segundo Silva (2013), a definição tradicional de favela, baseada na precariedade das moradias e da infraestrutura, é limitada. O autor mostra que a favela é um conceito socialmente construído, ligado à sua origem histórica e às dinâmicas sociais e espaciais próprias desses territórios no Brasil.



Fonte GATS. Detalhe de Favela em Santo André. SP. 2002.

Desde o período colonial, o Estado brasileiro se estruturou a partir da expulsão violenta dos povos indígenas de seus territórios e da exploração brutal do trabalho dos povos negros, sequestrados do

continente africano. Mesmo após a assinatura tardia da chamada “abolição da escravidão”, em 1888, que lançou a população negra à própria sorte, sem qualquer política de reparação ou inclusão, as injustiças sociais foram aprofundadas por marcos legais excludentes. A Lei de Terras de 1850 foi central nesse processo, ao impedir o acesso à terra por meio da posse e exigir a compra formal das chamadas terras devolutas. Na prática, essa legislação beneficiou apenas os setores letrados e economicamente privilegiados, concentrando ainda mais riqueza e poder político, enquanto excluía a maioria da população do direito à terra. (MDDF, 2025. Pg.7)¹³

Os relatos orais que compõem este livro sobre a história das favelas no território andreense ocupam lugar central como prática legítima de produção de conhecimento. Ao narrarem suas próprias experiências, os sujeitos dessas histórias convertem vivências historicamente silenciadas, fragmentadas ou consideradas “indizíveis” em narrativas comunicáveis, capazes de

A palavra favela tem origem no nome de uma planta do sertão nordestino, presente na região de Canudos. Após a Guerra de Canudos (1896-1897), soldados retornaram ao então Distrito Federal, o Rio de Janeiro, e, diante da falta de moradia prometida pelo governo republicano, passaram a ocupar o Morro da Providência, que ficou conhecido como Morro da Favela em referência ao morro homônimo onde haviam combatido. Com o tempo, o termo “favela” generalizou-se para designar assentamentos populares marcados pela precariedade urbana no Brasil. (IBGE, 2024)

¹³ MDDF é uma organização histórica e fundamental na luta pelo direito à moradia em Santo André, pela urbanização de favelas, pela regularização fundiária e pela defesa dos direitos sociais das populações favelizadas.

produzir sentido, memória e compreensão crítica sobre a realidade vivida.

Trata-se de uma prática da ciência que captura a memória social, os afetos, os conflitos e as estratégias de sobrevivência, revelando dimensões da história que raramente aparecem nos registros oficiais. Assim, a oralidade não apenas preserva lembranças, mas afirma a voz dos moradores e das moradoras como agentes históricos, convertendo a experiência cotidiana em narrativa legítima e politicamente significativa. (QUEIROZ, 1988)

Esta historiografia também é parte de um outro projeto multicêntrico de pesquisa do CNPq, coordenado pela Faculdade de Saúde Pública/USP e CESCO: o “PÓS-COVID-19 e as favelas brasileiras: a abordagem multidimensional e interseccional dos DSS no enfrentamento deste epifenômeno e das crises contemporâneas.”¹⁴ Neste projeto nacional, temos como um dos objetivos compreender, por meio de metodologia da história local, oral e documental, a historicidade dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS) e suas conexões com a complexidade do território das favelas brasileiras a serem investigadas.

GATS - REGISTROS E EXPERIÊNCIAS DA OCUPAÇÃO DAS FAVELAS NOS ANOS 1970 E 1980

Reconstruímos a história da ocupação das favelas em Santo André a partir das experiências das décadas de 1970 e 1980, com base em documentos e fotos do acervo da extinta ONG andreense GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto. Ao privilegiar o ponto de vista das moradoras e dos moradores mais antigos desses núcleos, o livro reconhece as memórias favelizadas como produção legítima de

¹⁴ <https://www.covidnafavela.com.br/> . Aprovada no CNPQ em dezembro de 2023.

conhecimento sobre território, desigualdades urbanas e políticas públicas.



GATS no
Lançamento do
MOVA.
Movimento de
Alfabetização de
Jovens e Adultos.
Santo André. 1998.

A instituição preservou em seus arquivos depoimentos de 42 lideranças comunitárias, fundadoras das principais favelas do município, coletados no ano de 2001. Considerando o tempo decorrido, atualmente não é possível estabelecer contato com as pessoas entrevistadas, trata-se de um levantamento documental e historiográfico. Criada por volta de 1995, a ONG tornou-se referência no município por sua atuação, ao longo de mais de 15 anos, junto a núcleos de favelas, com foco no estímulo ao autodesenvolvimento local e ao exercício da cidadania dessas populações.

Na década de 1990, Toninho Souto destacou-se como importante colaborador dos trabalhos sociais da Casa Espírita Flor do Campo (Santo André/SP). Sua atuação foi marcada pela proximidade com populações em situação de vulnerabilidade nas periferias. Em virtude de seu impacto social, a ONG GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto foi batizada em sua memória, institucionalizando seu legado de assistência e mobilização comunitária.



Em pé população da favela Pintassilgo. À esquerda Jardim São Bernardo. À direita Jardim Irene III. Sindicato dos Metalúrgicos ABC e Mauá em Santo André. Evento Parceria do GATS com a geógrafa feminista Sonia Alves Calió. Autora pioneira da tese “Relações de Gênero na Cidade: Uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana”. (CALIÓ, 1991)



Sindicato dos Metalúrgicos ABC e Mauá em Santo André. Evento do GATS com lideranças das favelas. De azul, o segundo da esquerda para a direita é Antônio, Presidente da Associação de Moradores da Favela Jardim São Bernardo. 2003.

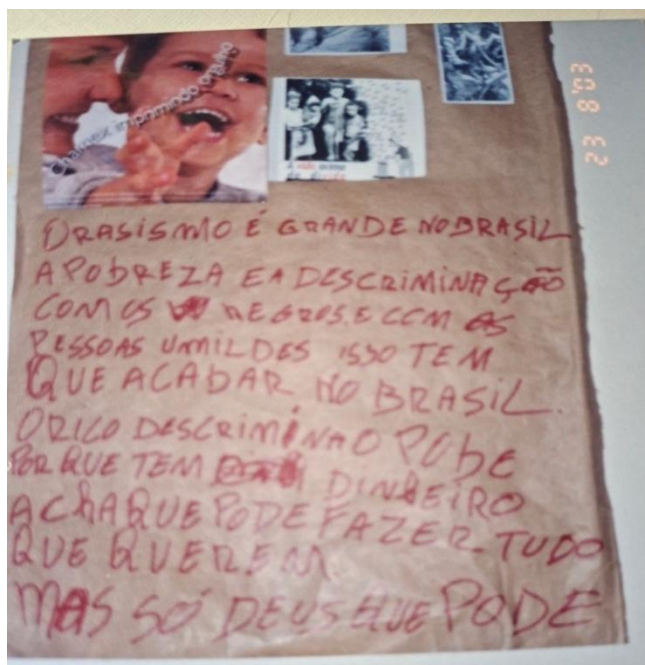
Segundo Rodrigues (2003), o GATS não se identificava como um movimento social que representasse os moradores dos núcleos de favelas na época, mas sim uma organização não governamental que tinha como objetivo assessorar, capacitar e formar para que por si só a população pudesse lutar autonomamente pelos seus direitos. A missão era dar suporte e apoio e não de representação.

Em agosto de 2002, o GATS participou, em meio a mais de 300 entidades de todo o país, de um concurso de projetos patrocinado pelo CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais) que é uma organização não governamental criada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Após um rigoroso processo de seleção, projetos de 30 entidades foram selecionados e o GATS foi uma delas.

Curso de Formação Política com CERIS e CNBB. Participaram 30 lideranças de 10 favelas de Santo André. Com duração de 128 horas-aula – 4 meses – total de 32 encontros em formato de oficinas. 2003.



Curso de
Formação Política
GATS com CERIS e
CNBB. Formaram
30 lideranças de
10 favelas de
Santo André.
2003.



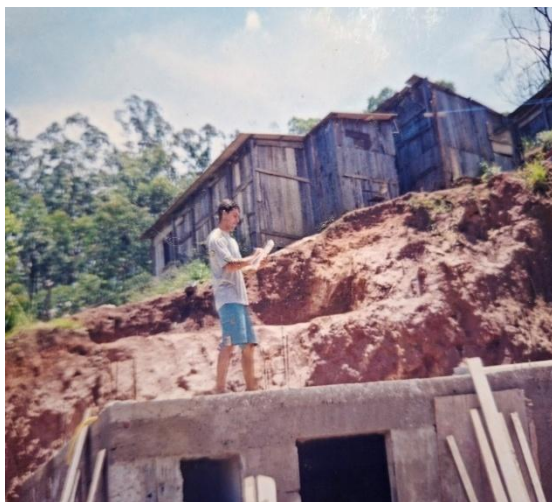
Cartaz do Curso
de Formação
Política GATS
com CERIS e
CNBB. 2003.

perspectiva de expansão das ações para os territórios do Haras e do Jardim Irene IV.

Construção de
salas de aula para
alfabetização no Jardim
Irene III. 2002.



Construção
salas de aula
para
alfabetização
na Favela
Nova
Progresso.
2002.



Construção sala de aula para alfabetização na Favela Vista Alegre. No centro Eduardo Magalhães Rodrigues. Presidente do GATS. 2002.

Pessoas que foram alfabetizadas naquele período deram continuidade aos estudos e concluíram o ensino médio. O projeto respondeu a demandas históricas dessa população, contribuindo para o avanço de seus processos de inclusão social, ao fortalecer a conscientização crítica e a organização comunitária nos territórios atendidos.

A PRODUÇÃO SOCIAL DO VIVER, ADOECER E MORRER NOS TERRITÓRIOS FAVELIZADOS

Esta pesquisa considera o impacto dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) a partir de uma perspectiva crítica, buscando evidenciar as desigualdades em saúde produzidas pelas condições de vida que seguem moldando, de maneira específica, o viver, o adoecer e o morrer nesses territórios.

Para Jaime Breilh (2006), os DSS não devem ser compreendidos como fatores isolados ou meramente contextuais, mas como expressão de um processo histórico e estrutural de determinação social da saúde. Nessa abordagem, o adoecimento é resultado da

forma como a vida social é organizada, especialmente sob o modo de produção capitalista, que gera exploração, precarização do trabalho, segregação territorial e profundas assimetrias de poder. Assim, as vulnerabilidades em saúde não são acidentais nem individuais, mas produzidas socialmente, afetando de maneira desigual grupos e territórios marcados por processos históricos de exclusão.

Também procuramos analisar a formação histórica das favelas em Santo André sob a perspectiva interseccional, levando em conta a sobreposição das desigualdades. Compreendemos que a ocupação das favelas foi e é resultado de múltiplos fatores sociais, históricos, político e estruturais que se cruzam e produzem vulnerabilidades específicas considerando classe social, gênero, raça, território e as condições de saúde.¹⁶

Dados recentes do Censo Demográfico 2022 do IBGE revelam que a realidade social das favelas brasileiras é marcada tanto por desigualdades raciais quanto por uma forte presença feminina na estrutura doméstica: nas cerca de 12,3 mil favelas e comunidades urbanas, onde vivem aproximadamente 16,4 milhões de pessoas, quase 73 % dos moradores se autodeclaram negros (pretos ou pardos), com 56,8 % de pardos e 16,1 % de pretos, enquanto os brancos representam um percentual significativamente menor nessas áreas em comparação à população total brasileira.

¹⁶ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10. p.171-187, 2002.

Detalhe de
crianças
brincando em
viela da Favela
Capuava Unida.
2003.



Além disso, embora o IBGE não divulgue diretamente no recorte de favelas a proporção de “chefes de família” por gênero, os dados nacionais mostram que, em 2022, 49,1 % das unidades domiciliares no Brasil tinham responsáveis do sexo feminino, um salto em relação a décadas anteriores e indicando que quase metade dos lares é chefiada por mulheres. Contexto que, somado à predominância negra nas favelas, evidencia como mulheres negras desempenham papel central na organização e sustentação das famílias nesses territórios historicamente marginalizados.

Trabalhamos com um material rico e denso da realidade nas favelas e recuperamos o retrato de uma época através de documentos com narrativas originais. Trata-se de dados sem publicação que busca a relação entre saúde, experiência, memória e história, cujo potencial tem relevância na medida em que identifica particularidades que não são captadas pelas abordagens quantitativas, dando visibilidade às populações que vivem nas periferias.

Uma via de acesso para aprimorar a justiça social e contribuição para políticas públicas de inclusão social mais equânimes e eficazes. Dialogamos com a agenda 2030 da ONU através das metas de

erradicação da pobreza: promoção da saúde, bem estar, educação, igualdade de gênero e outras.

Segue as favelas de Santo André que foram historiadas no ano de 2001¹⁷:

Nº	Favela	Nº Moradias em 2001	Tempo de Existência em 2001	Bairro
1	Bougival	350	23	Vila Vitória
2	Bom Pastor	85	27	Jardim Bom Pastor
3	Gamboa	560+Gamboa II com 135	21	Bairro Paraíso
4	Gonçalo Zarco	100	19	Vila Sacadura Cabral
5	Gregório de Matos	228	29	Vila Suíça
6	Haras	261	11	Jardim Oriental
7	Homero Thon	126	22	Vila Homero Thon
8	Jardim Primavera	230	8	Jardim Las Vegas
9	Marginal Taioca	60	18	Jardim Oriental
10	Pintassilgo	900	12	Parque Miami
11	Jardim São Bernardo	170	23	Jardim Santa Cristina
12	Vista Alegre	315	10	Parque Guaraciaba

¹⁷ RODRIGUES. Relatório institucional, 2003.

Em 2001, havia 140 núcleos de favelas no município. Nestes territórios concentravam aproximadamente 1.880 moradias, abrangendo uma população estimada em cerca de 7.500 pessoas. Ao longo das décadas seguintes, parte significativa desses territórios foi incorporada a políticas públicas de urbanização, processo que expressa tanto avanços no acesso a infraestrutura urbana quanto limites estruturais das intervenções estatais em áreas historicamente marcadas pela informalidade. (SANTO ANDRÉ, 1999)

Todo esse trabalho exigiu tempo e sensibilidade, pois, partiu-se da convicção de que considerar as narrativas permite revelar diferentes sentidos de um discurso que expressa dimensões culturais, políticas e subjetivas da experiência vivida muitas vezes discriminada por ideias reduzidas a espaços de carência e violência, invisibilizando seus saberes, organização e formas de resistência. Mesmo com essa magnitude e importância este trabalho não teve apoio do poder público na época.

POLÍTICAS INTERSETORIAIS E DESIGUALDADES: DETERMINAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE NAS FAVELAS DE SANTO ANDRÉ

Santo André (SP) Santo André está inserida no contexto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). É uma das cidades que compõem a região do Grande ABC, juntamente com São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Com aproximadamente 748.919 habitantes, o município ocupa uma área de 174,38 km², dos quais cerca de 45% correspondem à área urbana e 55% integram áreas de proteção de mananciais. (SANTO ANDRÉ, 2022)

O município possui uma rede hidrográfica integrada por cinco bacias hidrográficas sendo que as bacias localizadas na Macrozona

Urbana apresentam características diversas daquelas inseridas na Macrozona de Proteção Ambiental, pois são permanentemente afetadas por problemas de poluição provocada pelos esgotos domésticos e industriais. Já as bacias localizadas na Macrozona de Proteção Ambiental têm importância fundamental não só para o município, mas também para toda a região, constituindo parte dos mananciais de abastecimento de água da Grande São Paulo para a população e também para o setor industrial.¹⁸

Historicamente marcada por um intenso processo de industrialização, Santo André consolidou-se, ao longo do século XX, como um dos principais polos produtivos do ABC Paulista, estruturando sua economia, o mercado de trabalho e a organização do território urbano em torno da indústria.

Detalhe
de Moradia em
Núcleo de
Favela de Santo
André. 2002.



Conforme demonstra
Passarelli (1994) em
sua dissertação

“Diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André”, o município viveu, entre as décadas de 1970 e 1980, um processo contraditório de forte dinamismo industrial seguido pela gradual desconcentração produtiva. Embora Santo André ainda concentrasse elevado número de fábricas e postos de trabalho, começaram a surgir limites estruturais ao crescimento industrial,

¹⁸ SANTO ANDRÉ (SP). Sumário de dados de Santo André: 2022 – ano base 2021. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2022.

como escassez de terrenos, restrições urbanísticas e dificuldades logísticas no transporte ferroviário e rodoviário. Tal reordenamento levou parte das empresas a transferirem unidades para outras regiões e a modernizarem seus processos produtivos, reduzindo a absorção de mão de obra menos qualificada. Esse contexto de transformação econômica ajuda a compreender o avanço da precarização urbana e habitacional, pois, ao mesmo tempo em que a cidade mantinha centralidade industrial, ampliavam-se as desigualdades sociais que impulsionaram a expansão das ocupações informais e das favelas andreenses.

A distribuição de renda e indicadores sociais apontam que parcela significativa da população vive com rendimentos modestos, e a segregação socioespacial associa-se à concentração de domicílios com renda per capita menor em áreas periféricas e em núcleos populares, incluindo territórios de favelas e assentamentos informais (SANTO ANDRÉ, 2022).

Essa desigualdade territorial materializa-se, por exemplo, na variação de acesso a serviços públicos, condições de habitação e oportunidades de emprego, elementos centrais para a compreensão dos DSS, na medida em que se expressam em diferentes condições de vida e saúde dentro do próprio município.

O “Panorama da Pobreza em Santo André”, aponta que embora a cidade tenha um PIB alto e IDH elevado, revelou desafios significativos com déficit habitacional, com cerca de 25% da

Do ponto de vista da Saúde Coletiva e dos DSS, o Panorama da Pobreza foi fundamental por tornar visíveis as condições sociais que produzem adoecimento, permitindo compreender como renda, moradia precária, insegurança alimentar e acesso desigual a políticas públicas se expressam de forma diferenciada no território andreense.

população do ABC vivendo em moradias precárias, e uma parcela considerável em situação de vulnerabilidade, como evidenciado por estudos de 2013, onde 16,2% da população vivia com menos de meio salário mínimo per capita e mais de 40% dos cadastrados no CadÚnico estavam em pobreza ou extrema pobreza, com programas sociais como o Bolsa Família mostrando impacto positivo na saída da extrema pobreza, especialmente em bairros como Vila Luzita e Jardim Santo André. (SANTO ANDRÉ, 2015)

O surgimento das favelas em São Paulo e em diversas regiões do Brasil está diretamente relacionado ao agravamento das condições sociais e econômicas, expressando de forma concreta as profundas desigualdades estruturais do país. Na região do ABC Paulista, esse processo ocorreu de maneira semelhante através da intensa atração de trabalhadores impulsionada pela industrialização não foi acompanhada por políticas públicas de habitação capazes de garantir o acesso à moradia formal para a população de baixa renda. (MDDF, 2025. p.8)

A formação das favelas em Santo André pode ser compreendida a partir da ideia de cidade como construção seletiva, discutida em *Vitrines da Cidade*. Nessa lógica, o espaço urbano é organizado para valorizar áreas formais e ocultar territórios considerados

indesejáveis. Assim, enquanto a cidade projeta uma imagem de progresso, as favelas são historicamente invisibilizadas ou tratadas como problema, evidenciando que a desigualdade socioespacial não é acidental, mas resultado de escolhas políticas e econômicas (PASSARELLI, 2003).

Estimativas indicam que cerca de 20% da população andreeense ainda reside em áreas informais, em contraste com o fato de Santo André integrar uma das regiões mais ricas e industrializadas do país, com PIB per capita de R\$ 42.210 (IBGE, 2019) e um dos maiores PIBs industriais do estado. Ainda assim, a cidade apresenta índices sociais preocupantes e reproduz os contrastes históricos entre riqueza e pobreza característicos da sociedade brasileira, cenário que foi profundamente agravado pela pandemia de Covid-19 (COVID NA FAVELA, 2023).

A pandemia de Covid-19 tornou ainda mais visíveis e aprofundou as desigualdades estruturais que marcam o cotidiano das favelas, evidenciando a relação indissociável entre saúde, território e justiça social. A partir da análise interseccional, é possível perceber que os efeitos da crise sanitária atingiram de forma desproporcional mulheres, população negra, trabalhadores informais, idosos e crianças. As condições de moradia precária, o elevado adensamento domiciliar e a insuficiência de acesso à água potável e ao saneamento básico inviabilizaram a adoção de medidas fundamentais de proteção, como o distanciamento social e práticas adequadas de higiene.

No início da pandemia, Santo André registrava cerca de 52 mil famílias cadastradas no CadÚnico. Em julho de 2022, esse número saltou para quase 70 mil famílias, um aumento de aproximadamente 33%, das quais 38 mil encontravam-se em situação de extrema pobreza (COVID NA FAVELA, 2023). Esses dados evidenciam que a crise sanitária aprofundou vulnerabilidades sociais já existentes.

É a partir das histórias de pessoas favelizadas, marcadas por desigualdades de renda, trabalho, educação e moradia, que este livro se

Essa realidade demonstra que o adoecimento e as mortes por Covid-19 não podem ser compreendidos apenas a partir de fatores biológicos, mas refletem desigualdades históricas relacionadas à renda, trabalho, educação, moradia e acesso às políticas públicas. Tal cenário reforça a necessidade de respostas estruturais urgentes, orientadas pela equidade e pelos compromissos assumidos na Agenda 2030.

constrói como uma contribuição estratégica para a saúde pública. Ao dar centralidade às experiências de populações historicamente marginalizadas, refugiadas da pobreza, pessoas à deriva em busca de um lugar para viver ou sobreviver.

Nesse sentido, é fundamental registrar que, na virada do século, a Prefeitura de Santo André, sob a gestão petista do prefeito Celso Daniel, consolidou modelo de intervenção de políticas públicas nas favelas que se tornou referência nacional e internacional. Essa abordagem articulou habitação, infraestrutura, regularização fundiária e ações sociais de forma integrada, sendo amplamente reconhecida em estudos sobre projetos de habitação popular e inclusão urbana. “Tudo junto ao mesmo tempo no mesmo lugar”. Segundo Denaldi e Brajato (2026), a política de urbanização de favelas em Santo André teve sua estruturação inicial na primeira

gestão de Celso Daniel (1989-1992), foi interrompida no governo de Newton Brandão (1993-1996), quando a pauta perdeu centralidade, e posteriormente retomada e aprimorada entre 1997 e 2004, novamente sob administrações petistas, período em que as intervenções ganharam maior complexidade e inovação no campo da habitação popular.

Desde 1997, o município passou a adotar o trabalho matricial, baseado em uma gestão intersetorial que articulava diferentes secretarias: habitação, saúde, assistência social, educação, meio ambiente e infraestrutura, em intervenções integradas sobre territórios específicos. Esse modelo rompeu com práticas fragmentadas, permitindo compreender a favela não apenas como problema habitacional, mas como espaço de vida caracterizado por múltiplas necessidades sociais (DENALDI, 2003).

A integração administrativa favoreceu a continuidade das políticas públicas, mesmo diante da alternância de gestões, e o reconhecimento decorreu justamente da articulação entre capacidade técnica, participação social e instrumentos jurídicos locais. Ao longo de aproximadamente dez anos, essas políticas beneficiaram mais de 6.200 famílias, promovendo

melhorias significativas nas condições de vida, no acesso à saúde, ao trabalho, à renda e aos direitos de cidadania, sendo reconhecidas com diversos prêmios internacionais de boas práticas (NASCIMENTO; COSTA; CONCHÃO, 2010).

Ao adotar uma abordagem integrada, que articula urbanização, regularização fundiária, políticas sociais e participação comunitária, o programa de habitação popular rompe com a leitura da favela como “problema” e a compreende como produto de desigualdades

estruturais, em consonância com abordagens críticas da questão urbana (HARVEY, 2005. MARICATO, 2011). Nessa perspectiva, a urbanização de favelas é entendida não como concessão, mas como reparação histórica e afirmação do direito à cidade.

O Programa Santo André Mais Igual, antes, Programa Integrado de Inclusão Social, tinha como reconhecimento de que as favelas do município são resultado de um processo histórico de urbanização desigual, intensificado pela industrialização do ABC Paulista sem a correspondente ampliação de políticas habitacionais. A formação desses territórios está associada à exclusão do mercado formal de terras, à precarização do trabalho e à ausência do Estado na garantia do direito à cidade.

O ‘Mais Igual’, como também era chamado, foi implementado durante a gestão do prefeito Celso Daniel, com o objetivo de enfrentar as desigualdades socioespaciais por meio de uma abordagem intersetorial e territorializada de urbanização. Tornou-se referência nacional e internacional por tratar as favelas como territórios de direitos e por reconhecer a urbanização como forma de inclusão social e reparação histórica.



Fonte GATS. Carro da Prefeitura de Santo André na Favela Jardim São Bernardo. 2002.

No ano de 2002, o Programa “Gênero e Cidadania no Santo André Mais Igual”, recebeu o Prêmio Dubai do Programa das Nações

Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). O reconhecimento se deu mediante as boas práticas em gestão pública, por considerar a desigualdade de gênero, a participação das mulheres, o combate à violência doméstica e a integração das políticas urbanas, econômicas e sociais em projetos de habitação popular. Este programa conquistou o título entre as dez melhores práticas do mundo e concorreu com 554 projetos de diversos países.¹⁹ Entre as diversas parcerias estabelecidas, destaca-se a ONG CES – Centro de Educação em Saúde, que já nesse período incorporou o trabalho com grupos de homens, voltado à prevenção da violência contra a mulher e a promoção de reflexões sobre gênero e masculinidades nas favelas da Tamarutaca, Sacadura Cabral e Pintassilgo.

¹⁹ MENICUCCI, Eleonora; ESTIMA, Fernanda; COSTA, Maria Luiza da; CONCHÃO, Silmara; GODINHO, Tatau; SOARES, Vera (orgs.). *Feminismo e o PT: trajetórias e desafios políticos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec, 2025.

Acervo
Silmara Conchão –
Assessora dos Direitos
da Mulher e da
coordenação
intersectorial do
programa “Gênero e
Cidadania no Santo
André Mais Igual” da
Prefeitura de Santo
André.
Prédio Executivo com
banner divulgando o
Prêmio Dubai de
Melhores Práticas
do mundo. Programa.
ONU HABITAT. Santo
André. SP. 2002.



Além disso, a política municipal incorporou parcerias e programas de cooperação internacional, técnica e financeira, como o Projeto GEPAM, que ampliaram a capacidade de intervenção e fortaleceram metodologias de gestão, monitoramento e avaliação. Essas experiências contribuíram para projetar Santo André como um importante caso de estudo em pesquisas acadêmicas e relatórios sobre urbanização de favelas (DUARTE; MALHEIROS, 2012).

Inclusive, neste mesmo projeto, desenvolveu uma abordagem territorial e

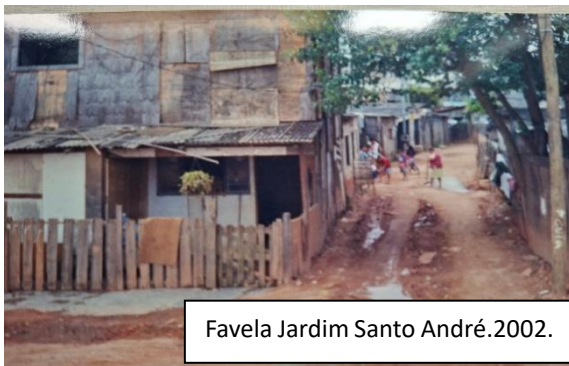
Projeto GEPAM – Gerenciamento Participativo para as Áreas de Mananciais. Desenvolveu uma abordagem territorial e intersectorial voltada ao fortalecimento da população periférica em áreas de mananciais em Santo André, articulando ações de geração de renda, autonomia, saúde e participação social, reconhecendo o protagonismo feminino nos territórios populares.

intersectorial voltada ao fortalecimento das mulheres, articulando ações de geração de renda, autonomia, saúde e participação social,

reconhecendo o protagonismo feminino nos territórios populares (CONCHÃO; RIBEIRO, 2004).

Toda essa trajetória foi resultado de um processo anterior, iniciado na década de 1990, quando a gestão petista do município adotou instrumentos pioneiros de planejamento urbano, como as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), posteriormente previstas no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). As AEIS configuram zonas destinadas prioritariamente à promoção do direito à moradia e à inclusão social das populações de baixa renda, estabelecendo um arcabouço legal e técnico fundamental para as ações subsequentes de formulação do Plano Diretor da Cidade. Este, já à época, incorporava o olhar feminino sobre o espaço urbano, assegurando a participação ativa das mulheres nas discussões intersetoriais.

Contudo, a despeito de políticas públicas de inclusão social pioneiras e premiadas em Santo André nos períodos das administrações petistas, as desigualdades persistem por serem intrínsecas à lógica de reprodução do capital. Este sistema estruturante organiza o espaço urbano, o mundo do trabalho e o acesso a direitos de maneira assimétrica, promovendo a concentração de riqueza enquanto precariza a existência da maioria. Essa dinâmica atinge, primordialmente, as populações favelizadas marcadas por uma profunda desigualdade de classe que



Favela Jardim Santo André.2002.

se articula as condições raciais, de gênero e território, resultando em barreiras sistêmicas ao pleno exercício da cidadania.

Assim, os avanços institucionais convivem com a permanência de privações materiais e simbólicas, sobretudo nas favelas, revelando os limites das políticas locais que, embora relevantes, atuam de forma restrita frente às estruturas econômicas, sociais e históricas que produzem e reproduzem a desigualdade, como a segregação urbana, a concentração de renda e as assimetrias de poder na sociedade brasileira.

A análise evidencia como as dificuldades cotidianas, associadas às condições precárias de habitação, ao acesso desigual à renda, à água e ao saneamento, bem como a fatores culturais e ambientais, incidem diretamente sobre a saúde e a qualidade de vida da população

Esta obra pretende estimular novas pesquisas e fortalecer o diálogo entre produção acadêmica, memória social e ação política. Ao valorizar as histórias de sobrevivência e resistência em contextos de pobreza e exclusão, buscamos romper estigmas e apontar caminhos possíveis para políticas intersetoriais alinhadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e à Agenda 2030.

favelada de Santo André. Considerando que insegurança alimentar, a precariedade educacional, o adoecimento, o desemprego e a baixa renda afetam de maneira mais intensa mulheres e população negra, aprofundando desigualdades que seguem estruturando as experiências de vida nesses territórios. Ao registrar essas trajetórias, o livro busca ampliar o conhecimento sobre essas realidades e contribuir para a formulação de políticas públicas urgentes e mais equitativas.

PORQUE CAROLINA MARIA DE JESUS

Carolina Maria de Jesus (1914-1977) foi uma escritora, poeta e memorialista brasileira, mulher negra, catadora de materiais recicláveis e moradora da favela do Canindé, em São Paulo. Tornou-

se uma das vozes mais importantes da literatura brasileira do século XX ao narrar, a partir de sua própria experiência, a vida cotidiana nas favelas, a fome, o racismo, a desigualdade social e a dignidade na sobrevivência. Seu livro mais conhecido, 'Quarto de Despejo: diário de uma favelada' (1960), escrito em forma de diário, rompeu o silêncio imposto às populações pobres e negras ao levar para o centro do debate público uma narrativa em primeira pessoa, marcada por crítica social, lucidez política e talento literário. A obra teve repercussão internacional e foi traduzida para diversos idiomas. Carolina é hoje conhecida como uma intelectual popular, cuja escrita articula lugar de fala, genealogia, oralidade, interseccionalidade e denúncia social, sendo referência fundamental para estudos sobre favelas, literatura marginal, feminismo negro e história do Brasil. Sua produção desafia o cânone literário ao afirmar que a experiência vivida, mesmo em contextos de extrema pobreza, é fonte legítima de conhecimento e criação. A produção literária de Carolina Maria de Jesus constitui um marco fundamental para a compreensão das relações entre pobreza urbana, desigualdade estrutural racial, de gênero e exclusão social no Brasil do século XX. Suas obras Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960) e Diário de Bitita (1982) articulam experiências individuais e coletivas, permitindo analisar a historicidade das favelas, as dinâmicas de violência simbólica e material e as estratégias de sobrevivência presentes nos territórios marginalizados. Em Quarto de despejo, Carolina narra o cotidiano da favela do Canindé, expondo de forma crua as contradições entre a cidade formal e a cidade invisibilizada. A autora descreve que *"a favela é o quarto de despejo da cidade"* (JESUS, 1960, p. 32), metáfora que expressa a lógica de segregação socioespacial que empurra populações pobres para áreas precárias e sem direitos básicos. O diário não descreve apenas experiências individuais, mas

revela condições sociais estruturais que atravessam o cotidiano de amplos setores da população urbana brasileira. A presença recorrente da fome evidencia a insegurança alimentar como expressão da pobreza e da desigualdade social; a precarização do trabalho remete à informalidade, à instabilidade de renda e à ausência de proteção social; a maternidade solitária expõe a sobrecarga das mulheres, especialmente das mulheres pobres, na reprodução da vida; e o racismo estrutural aponta como a desigualdade racial organiza o acesso ao trabalho, à moradia e aos serviços urbanos. Conforme analisam Kowarick (2009) e Maricato (2001), esses elementos não são fenômenos isolados, mas componentes centrais da forma como as cidades brasileiras foram historicamente produzidas, marcadas pela segregação socioespacial, pela exclusão de direitos e pela desigual distribuição das oportunidades urbanas. O 'Diário de Bitita' aprofunda a compreensão sobre a formação da consciência social e racial de Carolina, narrando sua infância e juventude em um contexto rural e semiurbano no interior de Minas Gerais. A autora relata episódios de discriminação e violência racial, afirmando que "o pobre não tem valor, mas o preto pobre tem menos ainda" (JESUS, 1982, p. 45). Essa dimensão racializada da exclusão dialoga com estudos sobre desigualdade e estrutura social, que apontam a persistência de hierarquias baseadas em cor e classe na configuração das oportunidades no Brasil (GONZALEZ, 1988). As duas obras, quando articuladas, oferecem um panorama que evidencia a continuidade histórica entre o pós-abolição, a formação dos bairros operários, a urbanização acelerada e o surgimento das favelas como espaços de desamparo e resistência. Carolina denuncia tanto a negligência estatal quanto a violência simbólica que recai sobre moradores desses territórios. Conforme Jesus (1960), "*os políticos só aparecem na favela em tempo de eleição*", apontando a relação entre Estado

e população pobre, aspecto amplamente discutido por autores que analisam clientelismo urbano e desigualdade de acesso a políticas públicas (HOLSTON, 2013; TELLES, 2015). Além disso, suas narrativas evidenciam estratégias de agência e afirmação, contrariando leituras que reduzem a favela à violência ou à carência. Carolina registra formas de solidariedade, trabalho coletivo, autoestima intelectual e crítica política, fortalecendo uma perspectiva que compreende a favela como espaço de produção cultural, comunitária e histórica (VALLADARES, 2005). Sua escrita, ao apresentar a vida cotidiana sem filtros complacentes, torna-se ferramenta de denúncia e de construção de memória social. As obras de Carolina Maria de Jesus contribuem para compreender as desigualdades urbanas e raciais como processos históricos, estruturais e interdependentes. O Quarto de Despejo e o Diário de Bitita fornecem elementos fundamentais para analisar trajetórias de exclusão e resistência no Brasil, articulando vivências pessoais e condições coletivas. Tais obras dialogam diretamente com o campo dos estudos urbanos, da saúde coletiva, das relações raciais, de gênero e da sociologia da pobreza, constituindo, portanto, base teórica sólida e indispensável para pesquisas sobre a historicidade das favelas, capitalismo, políticas públicas de saúde e intersetoriais e desigualdades de oportunidades.²⁰

²⁰ Foto de "[Carolina Maria de Jesus](#)" by [Arquivo Nacional do Brasil](#) is marked with [Public Domain Mark 1.0](#). Acesso em 16 de fevereiro de 2026.

GENEALOGIAS DA FAVELA: FERRAMENTAS PARA RECONTAR A HISTÓRIA



Dia da entrevista para este livro com moradores e moradoras lideranças. De camisa branca no centro da foto, Marquinho. 2001.

Nosso livro é crítico, não linear e descritivo e vai além da simples identificação da existência de relações entre variáveis. Como já mencionado, buscamos as informações sobre as favelas através dos documentos arquivados da ong GATS. De acordo com Gil (2008), as fontes de papel muitas vezes são capazes de proporcionar à pesquisa dados suficientemente ricos para evitar o grandioso trabalho com levantamentos de campo. Afirma que é possível a investigação social a partir de documentos.

Utilizamos metodologia qualitativa, no intuito de que fosse possível descrever e analisar o aspecto social e a cultura das relações que se refletem no comportamento dessa população, sob o ponto de vista dos grupos estudados, considerando que a vida social envolve diversos eventos que estão interligados.

Adotamos a perspectiva da interseccionalidade principalmente de gênero, racial e de classe para revelar tensões individuais e estruturais e como tudo isso se entrelaça com a saúde e a vida

comunitária. Uma pesquisa como a nossa que busca utilizar a perspectiva da interseccionalidade, representa um apelo contra a cegueira social e em prol de um olhar mais pautado nas especificidades da realidade nas periferias urbanas.

O relato oral é uma forma legítima de captura de experiências não registradas, permitindo que os atores históricos das favelas exerçam o seu 'lugar de fala' e revelem as dinâmicas subjetivas e coletivas presentes em sua trajetória cotidiana. A noção de lugar de fala, conforme Djamila Ribeiro (2017), constitui um eixo analítico fundamental para a compreensão dos relatos orais apresentados neste trabalho, ao reconhecer que toda produção de conhecimento está situada social, histórica e politicamente.

Consideramos a ideia de que não devemos sempre ser protagonistas da fala, falando 'por' o tempo todo. Segundo Djamila Ribeiro (2017), a expressão 'lugar de fala' surge da necessidade do rompimento de uma voz única. Surge para levantar outras perspectivas que rompam com uma única história, uma única localização do conhecimento e do pensamento. O propósito não é impor uma epistemologia da verdade, mas o de contribuir para o debate e mostrar as diferentes perspectivas.

Ao priorizar as narrativas dos moradores (as) das favelas, este estudo desloca o olhar hegemônico que historicamente falou sobre esses territórios e passa a escutar aqueles que falam a partir de suas experiências, reconhecendo-os como sujeitos epistêmicos. Trata-se, portanto, de uma escolha metodológica e ética que tensiona relações de poder, legitima saberes subalternizados e contribui para a construção de uma memória social plural, ancorada nas vivências concretas e nos processos de resistência cotidiana.

Procuramos enfatizar as representações individuais e coletivas e os aspectos históricos da vida nas favelas. Seu pressuposto é o de que

ao verificar através dos registros de relatos orais, pode-se obter um volume de informações originais e relevantes sobre o contexto. Uma análise de depoimentos para uma leitura daquela coletividade silenciada que tende a reduzir as pessoas à falta e à exclusão, a empobrecer a vida interior, os vínculos humanos e o sentido coletivo da existência.

A favela resiste e desta forma, buscamos a ‘história do presente’, que de acordo com Garland (2014), junto com seus objetivos críticos e suas diferenças quanto à historiografia convencional, revela conflitos e contextos encobertos como um meio de reavaliar o valor de fenômenos contemporâneos. Segundo nosso autor, há uma preocupação contínua em Foucault, especialmente a partir de “Vigiar e Punir”, que se relaciona à ideia de usar a história como um meio de engajamento crítico do presente, uma preocupação expressa em suas concepções de ‘genealogia’ e ‘história do presente’.

Tudo quanto se narra oralmente é história, seja a história de alguém, seja a história de um grupo, seja história real, seja ela mítica. Segundo Queiroz (1988, p. 16),

“Através dos séculos o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber. Narrativas a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação. Relatos da experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento num mesmo período de tempo. Em todas as épocas a educação humana se baseara na narrativa, que encerra uma primeira transposição: a da experiência indizível que se procura traduzir em vocábulos e aquilo que está obscuro passa para a nitidez da palavra – rótulo classificatório colocado sobre uma ação ou uma emoção”.

Nosso livro busca retratar a experiência, a história, as ações, emoções e relações estabelecidas entre os (as) moradores (as) de favelas em Santo André no ano de 2001. Narrativas a respeito de fatos não registrados como fonte de difusão do saber. Capturando significados ocultos nas estruturas sociais e o impacto deste contexto na saúde de pessoas favelizadas.

Fonte GATS. Uma das entrevistas para este livro com morador e moradora lideranças da favela Jardim Primavera. De camisa branca à direita Marquinhos. 2001.



Em 2023, iniciamos o trabalho de selecionar os temas originados pelas entrevistas contidas nos documentos arquivados da ong GATS. O produto resultado desta ação foi a identificação de 30 categorias ou capítulos para a apresentação das experiências contadas, análise e discussão dos resultados. Um total de 12 favelas foram estudadas através do relato oral de 42 lideranças fundadores e fundadoras das principais favelas de Santo André participantes de projetos sociais da ong na época.

Verificamos nas entrevistas como esta população sem teto se articulou nos territórios andreenses. Saber mais sobre estes lugares, sobre esta época, sobre a organização destas pessoas e como isto se caracteriza no contexto histórico de Santo André.

Sujeitos, que através da sua oralidade depositada em arquivos do passado, irá nos ajudar a compor a história das favelas na cidade.

Apresentamos alguns dos temas que será possível analisar neste registro de época:

A criação/ expansão/origem das ocupações de favela em Santo André nos anos 70; ausência da política de moradia; migração ano 70 - origem territorial - o que te trouxe pra cá; período de industrialização – montadoras; como era a moradia? evolução da moradia - característica da moradia; anos 80 - aumento da população nas favelas; noção do direito à moradia - compreensão ocupação X invasão; quem é o dono da terra; o impacto da chegada; poder público em apoio/ação/reação; relação com as instituições (igrejas, sistema de justiça, polícia)...o que dizer; o mundo do trabalho; características surgimento, expansão - favela região mais industrializada do Brasil - uma das mais ricas; o morador mais antigo; problemas e/ou facilitadores ao chegar; percepção dos problemas ao chegar e no decorrer da experiência de moradia; relação com o movimento social (MDDF); percepção da violência; percepção do preconceito; experiência com a escola – alfabetização; acesso aos serviços – MOVA; sonho e projetos de vida; percepção sobre urbanização/desenvolvimento urbano X direito – planejamento; um recado - uma mensagem; o que te levou para a favela?; como era o lugar quando chegou; favela X moradores do bairro; gosta de morar na favela; relacionamentos - convívio social e os “causos”; organização e participação popular; saúde da juventude.

As entrevistas foram semiestruturadas, estas, têm-se revelado como um dos métodos potentes para se obter informações em profundidade e com um volume significativo de dados qualitativos. A execução da pesquisa de campo se deu nas localidades: Bougival (4 relatos), Bom Pastor (5 relatos), Gamboa (2 relatos), Gonçalo Zarco (4 relatos), Gregório de Matos (4 relatos), Haras (1 relato), Homero Thon (5 relatos), Jardim Primavera (3 relatos), Marginal

Taioca (4 relatos), Pintassilgo (3 relatos), Jardim São Bernardo (6 relatos), Vista Alegre (1 relato).

Ressaltamos aqui que a coleta foi realizada em 2001 por membros da ong GATS para registros de avaliação dos projetos sociais e do alcance das políticas públicas para a população favelizada. Nos arquivos tivemos primeiramente acesso a um material digitalizado com 352 páginas.

Não buscamos a perspectiva individual nas falas, mas sobretudo, pretendemos observar como o lugar social restringe as oportunidades. Não propriamente as experiências pessoais e individuais estão em questão aqui, mas sim a configuração das relações históricas de poder. As narrativas se afirmam como forma de resistência ao empobrecimento da experiência na modernidade, ao reinscrever a memória e a história a partir da vida cotidiana.

Também adotamos a ‘genealogia’, conforme formulada por Michael Foucault (2002), como abordagem teórico-metodológica para a análise e reflexão, com ênfase nos relatos e nas experiências da população andreense favelizada nas décadas de 1970 e 1980. Tal escolha fundamenta-se na potência crítica da genealogia para questionar narrativas históricas lineares, oficiais e totalizantes, abrindo espaço para a emergência de memórias, saberes e práticas historicamente silenciadas.

Diferentemente das abordagens que buscam uma origem estável ou uma evolução contínua dos fenômenos sociais, a genealogia recusa a ideia de um ponto inaugural essencial. Como afirma Foucault, “a genealogia não se opõe à história como uma recusa do saber ou um abandono da verdade, ela se opõe à pesquisa da

origem²¹.” Trata-se, portanto, de uma perspectiva que privilegia as descontinuidades, os acidentes históricos, os conflitos e as relações de poder que conformam determinadas realidades sociais.²² Um eixo central da



genealogia foucaultiana é a valorização dos ‘saberes subjugados’, entendidos como aqueles conhecimentos locais e experiências desqualificados pelos discursos científicos, técnicos ou jurídicos dominantes. Foucault define esses saberes como “saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes desqualificados”²³, que, no entanto, possuem grande potência crítica.

Os relatos orais de fundadores das favelas de Santo André são compreendidos justamente nessa chave: não como testemunhos meramente ilustrativos, mas como lugares legítimos de produção de saber histórico, capazes e revelar o cotidiano, as estratégias de sobrevivência, as redes de solidariedade e as formas de organização coletiva construídas nesses territórios.

Ao integrar essas narrativas à análise, a genealogia possibilita deslocar o olhar da história urbana das instituições para os sujeitos, evidenciando que as populações favelizadas não foram apenas objetos de políticas públicas, mas agentes ativos na produção da cidade. Tal deslocamento dialoga com a concepção foucaultiana de

²¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 20.

²² Entrevista com moradores e moradoras lideranças fundadoras da favela Jardim Primavera. De camisa branca no centro da foto, Marquinhos. 2001.

²³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 12.

poder, segundo a qual este não se concentra em um único ponto, mas circula de forma aspiral. (FOUCAULT, 1979)

Nas palavras do autor, “o poder deve ser analisado como algo que circula, que só funciona em cadeia”²⁴. Assim, os moradores das favelas são compreendidos como sujeitos atravessados por relações e poder, mas também como produtores de resistências, negociações e contradiscursos.

A genealogia assume um caráter simultaneamente analítico e ético-político. Ao questionar os regimes de verdade que definiram a favela como espaço de ilegalidade, violência, risco ou carência, essa abordagem evidencia que “a verdade não é exterior ao poder, nem independente dele”²⁵. Desse modo construir genealogias das favelas a partir das experiências da população favelizada implica em disputar os sentidos da história urbana e reconhecer esses territórios como espaços de poder, vida, trabalho, cuidado e produção de direitos.

PERFIL DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Dia da entrevista para
este livro na casa de
moradores lideranças da
favela Jardim Primavera.
2001.



²⁴ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 18.

²⁵ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 12.

1. Perfil dos Entrevistados

Total de Entrevistados

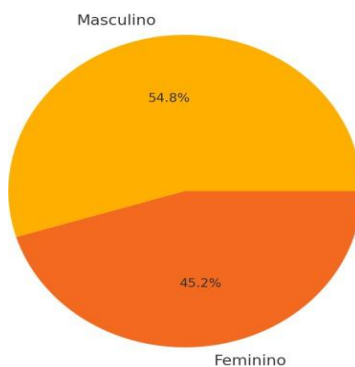
42 pessoas

Gênero dos Entrevistados

Masculino: 23

Feminino: 19

Distribuição por Gênero



Origem (Local de nascimento ou residência anterior)

Pernambuco: 18

Minas Gerais: 4

Mauá (SP): 1

São Paulo-Capital: 3

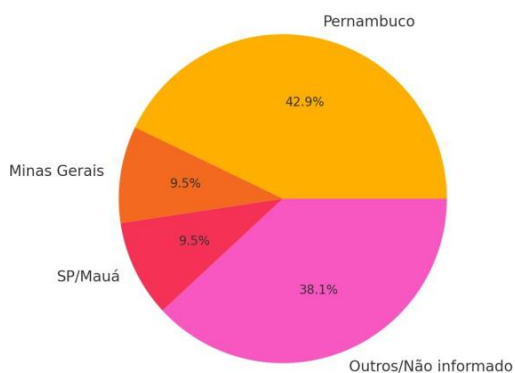
Jardim Irene / Estela

/ Capuava (Santo

André): 4

Outros: 12

Origem dos Entrevistados



Idade (na época da entrevista - 2001)

20 a 29 anos: 2

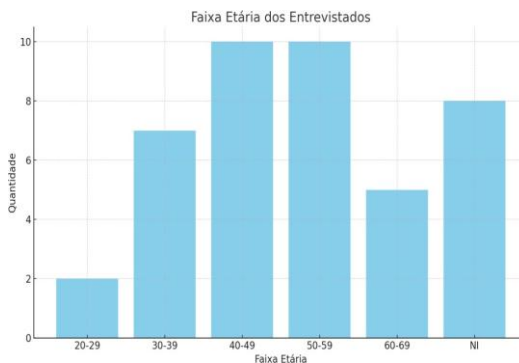
30 a 39 anos: 7

40 a 49 anos: 10

50 a 59 anos: 10

60 a 69 anos: 5

Não informado: 8



Escolaridade

Ensino fundamental incompleto: 15

Analfabetos ou alfabetização
incompleta: 8

Ensino fundamental completo: 3

Ensino médio completo: 1

Não informado: 15

Profissão – Ocupação

Pedreiro – construção
civil: 8

Comerciantes –
autônomos: 5

Domésticas – faxineiras
– cuidadoras: 5

Merendeira – auxiliar
de escola: 2

Trabalhadores
informais – bicos: 6

Aposentados: 6

Desempregados: 5

Motorista - cobrador: 2

Lavrador: 1

Não informado: 2

Situação Familiar - Filhos

1 a 2 filhos: 6 entrevistados

3 a 5 filhos: 11

Mais de 5 filhos: 7

Não menciona: 6

Inf. não disponível: 12

COMO LER O NOSSO RESULTADO

No corpo do texto, as intervenções dos pesquisadores do GATS estão destacadas em **negrito**, enquanto os relatos dos entrevistados aparecem em *itálico*. Para a identificação dos participantes, utilizou-se somente as siglas 'M' (masculino) e 'F' (feminino). As falas foram transcritas respeitando a oralidade, visando preservar a originalidade das narrativas e os elementos culturais do público.

Essa escolha metodológica permite apreender nuances políticas e socioeconômicas que, de outra forma, seriam silenciadas. Adicionalmente, cada capítulo de narrativas é acompanhado por uma síntese analítica fundamentada na perspectiva interseccional e nas conexões com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Determinantes Sociais da Saúde (DSS).

Optamos em utilizar o nome favela, pois, na medida em que o termo expõe, com mais exatidão, justamente o que é esse tipo de aglomerado urbano. Utilizar nomes como ‘comunidade’ ou ‘núcleo habitacional’ não expressa a realidade. Pelo contrário, acaba servindo como um eufemismo que pode omitir as péssimas condições de vida. Comunidade, por exemplo, pode se referir a qualquer tipo de moradia, inclusive a bairros de classe média ou alta, o que, por óbvio, não faz parte de nosso contexto. (RODRIGUES, 2003)

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expressão oficial utilizada em seus censos e pesquisas é ‘favelas e comunidades urbanas’, retomando o uso do termo favela, historicamente empregado pelo Instituto desde 1950, e combinando-o com ‘comunidades urbanas’ como forma de representar mais amplamente os territórios populares nas cidades brasileiras (IBGE, 2024).

Nesse contexto, essas áreas são entendidas como territórios populares originados de estratégias autônomas e coletivas de moradia diante da insuficiência das políticas públicas e da inadequação dos investimentos urbanos, marcados pela carência de infraestrutura, de serviços públicos essenciais, insegurança jurídica na posse da terra e condições socioespaciais vulneráveis que expressam a desigualdade urbana no país (IBGE, 2025).

Essa definição busca superar o antigo conceito censitário de ‘aglomerados subnormais’, que vigorou entre 1991 e 2022 e valorizar a identidade sociocultural e a participação comunitária

desses espaços, sem alteração nos critérios técnicos de identificação adotados no Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2024).

A origem das favelas no Brasil está diretamente relacionada ao processo histórico de urbanização excludente, à abolição da escravidão sem políticas de integração social e à consolidação do capitalismo no país. A partir do final do século XIX, especialmente após 1888, a população negra recém-liberta foi excluída do acesso à terra, ao trabalho formal e à moradia digna, sendo empurrada para

áreas precarizadas e informalizadas das cidades (FERNANDES, 1978). A ausência de políticas públicas de habitação popular, aliada à valorização imobiliária e às práticas higienistas e segregadoras do poder público, contribuiu para a produção estrutural das favelas,

O termo “favela” surge no Rio de Janeiro, no final do século XIX, associado à ocupação do Morro da Providência por ex-combatentes da Guerra de Canudos, que passaram a habitar a região em condições precárias, nomeando-a em referência à planta “favela”, típica do sertão baiano (VALLADARES, 2005). A partir daí, as favelas se expandem como solução informal à crise habitacional urbana, intensificada pela industrialização e pelo crescimento acelerado das cidades ao longo do século XX.

tratadas historicamente como “problema urbano” a ser removido, e não como parte constitutiva da cidade (ABREU, 1987; BONDUKI, 1998). Esse processo reforçou desigualdades raciais, territoriais e de classe, consolidando a favela como expressão espacial das contradições do desenvolvimento capitalista brasileiro.



Fonte GATS. Favela Espírito Santo em Santo André. 2002.

Autores da sociologia urbana e da geografia crítica destacam que as favelas não são resultado do “atraso” ou da “ilegalidade”, mas sim da forma como o Estado e o mercado produzem a cidade, excluindo sistematicamente parcelas da população do acesso à moradia formal (MARICATO, 2011; HARVEY, 2005). Assim, as favelas devem ser compreendidas como territórios de resistência, produção de vida e sociabilidade, marcados tanto pela precariedade estrutural quanto pela agência de seus moradores.

NARRATIVAS EM FOCO - FALA FAVELA

1) Anos 1970 - A origem das ocupações e a ausência histórica da política de moradia

“A favela é o quarto de despejo da cidade.”

Carolina Maria de Jesus



Fonte GATS. Favela Espírito Santo em Santo André à direita Ricardo do GATS. 2002.

M - *Eu nasci aqui, em Paranapiacaba. Morei boa parte da vida de aluguel. Daí, morei na casa da firma que eu trabalhava, em São Bernardo. Daí, a firma mandou embora e tivemos que desocupar, daí, vim pagar aluguel aqui. Aí, não deu pra pagar, eu tava desempregado. Veio eu, a mulher e quatro fios. Hoje tem um filho casado que não mora comigo, que mora ali na rua San Marino, ali em cima. Tenho um filho-neto que também mora comigo. Minha casa é de tijolo. O tamanho dela eu não sei, porque eu nunca medi. Ela tem quatro cômodos. Sei que é suficiente pra mim e pros meninos. Eu tô sempre mexendo nela. Agora eu tô fazendo uma garagem. Tem um quintalzinho que eu tô querendo fechar ele, pôr um portão, pra ninguém invadir, porque é coberto, então, quando a molecada vai jogar pião, entra lá dentro do quintal. Se tiver portão e eles quiser brincar, que vão brincar lá na rua. (Gonçalo Zarco)*

M - *O grande problema que eu vejo aqui hoje seria o de moradia, a legalização de moradia, a garantia de que nós podemos morar aqui, ter certeza de que você pode morar aqui e não vai sair. É um problema grave, se você não tem certeza... Pra se ter uma rede de esgoto definitiva é só legalizando aqui, ou teria outra possibilidade? No caso sim, só legalizando. Só que se torna difícil a legalização, porque esse espaço que nós estamos tem um projeto de uma via do Estado, de "relevância" social. E onde existe um projeto do Estado e*

do Município, não tem possibilidade de legalização no local. Esse projeto existe desde 1963. E ainda tem que essa favela é construída à beira de um córrego, que como se diz, é quase uma área de manancial, protegida por lei ambiental mas, todos os moradores aqui, vamos até as últimas consequências, pra que seja uma área que tenha a possibilidade de legalização, que esteja de acordo todos os moradores e o próprio poder público, com toda a infraestrutura de propriedade. Eles disseram que por enquanto não iam mexer com a gente aqui, mas que futuramente, claro a gente vai ter que sair, porque tem o projeto dessa estrada. E quando fosse mexer, eles se comprometeriam a estar junto com a gente, arrumando um espaço. (Bom Pastor)

F - ... *Trabalhar sozinha, deixar de dar um bocado a mais pros meus filhos, pra construir e perder como eu já perdi, não. Hoje mesmo meu irmão veio aí, e eu disse que estou triste, amarga, de saber o que vem por aí. Quando eu tinha marido que trabalhava e só tínhamos dois filhos, era ele quem recebia as notícias, que lutava. Hoje eu, com mais de quarenta anos, sozinha, eu vou fazer o que eu já fiz? Não aguento mais. Já trabalho pra dar conta dos meus filhos, não tenho mais condições de fazer. Não por falta de fé em Deus, mas eu tenho certeza que eu não vou mais lutar pra construir mais. Pelo menos ficar nessa, construindo em terreno de prefeitura não dá ... Mesmo se eles fizerem o que eles já fizeram, (a prefeitura) eu prefiro que eles me põe debaixo do viaduto, porque pra trabalhar, pra pagar um salário mínimo que nem eu já passei, os juros correm, se é pra pagar dia primeiro e hoje já é dia sete, tem um juros que corre por dia no Banespa e na Caixa²⁶. Eu não posso falar mal daqui não, porque é aqui que eu vivo em paz. Então, eu peço a Deus, que desvie o pensamento deles, que a gente viva em paz aqui ... a minha*

²⁶ Caixa Econômica Federal: Banco público ligado ao governo federal.

pensão e o que eu ganho com meus bicos fica entorno de R\$300,00²⁷. É uma mixaria, que eu agradeço ter, senão o que seria dos meus filhos? Hoje eu vou à luta e consigo um pouco melhor pra eles, mas voltar atrás pra mim, entrar numa fria dessa, eu digo me bota em baixo do viaduto, cata as minhas coisas e pega um viaduto onde eu não vou ser desapropriada de novo. Já comi comida dada dentro das escolas²⁸, onde eu não tinha direito de cozinhar dentro da EMEI. Então, não troco meu barraco por nada, por nenhuma dessas casas aí, porque além de eu não ter condição de pagar água, luz, o meu barraco é uma coisa que eu prezo, de coração. E não tenho preconceito de ninguém daqui, nunca tive. Eu trabalho com uma mulher que é rica, muito rica e já veio e já tomou café dentro de casa. (Bom Pastor)

F - *A gente não tem condições pra pagar um aluguel e, falando nesse negócio de avenida, a gente queria saber o que o prefeito vai fazer com nós, porque ele prometeu que não nos deixaria na rua, que daria um local, agora, quero só ver. Inclusive, nós construiu de bloco, a mandado dele, porque ele disse que a gente construiu, porque a avenida não ia sair mais, já tinha terminado esse projeto de avenida e a prefeitura não ia fazer nada que não tinha verba e o governo do estado também não. Agora, veio esse pessoal aí do Jornal Diário do Grande ABC que fez essa declaração que a avenida vai passar... Nós queremos saber dessa parte, que até a eleição ele falou que não ia mexer. Eu falei com ele e ele disse que não. (Bom Pastor)*

²⁷ Em março de 2001 o salário mínimo era R\$ 180,00

²⁸ Refere-se à época que foi desapropriada e até encontrar um local, a prefeitura os instalou em EMEI (Escola Municipal de Ensino Infantil).

F - *Eu vim pra aqui, porque eu fui desabrigada do Jardim Irene²⁹ em 1991. Foi a prefeitura. Eu não me lembro quem era o prefeito. Foi em fevereiro de 1991. Eles alegavam que ia passar uma rua, que eles iam canalizar o rio, mas até hoje tá lá. A gente foi pro Jardim Cristiane³⁰. Eles nos colocou nos containeres, loteou os terreno, vendeu pra gente, pra umas quinze famílias que ficou, outras foi pra outro bairro. Esse terreno, no Jardim Cristiane, eles financiaram material pra fazer um cômodo e um banheiro. No meio do ano, a gente já tava com um cômodo e um banheiro que a prefeitura financiou com um não sei o que, que era a INAP, que a gente pagava pelo Banespa³¹, só que eu e muita gente, não teve mais condição de pagar. Pagava mais de um salário mínimo. (Bom Pastor)*

M - *Olha, na comunidade o comércio que tem mais aqui é só bar. O que não é bar é só o meu, que é mercearia e quitanda, temos uma padariazinha também. E quando cresceu mais a comunidade foi de uns quinze anos pra cá. (Bougival)*

F – *Sou de Piauí. Em Santo André eu tenho 25 anos. Na Gonçalo Zarco eu tenho 7 anos. Antes disso eu morei na Vila Palmares (um bairro na periferia de Santo André) de aluguel. Vim porque a gente é muito curioso e a gente que tá lá no Norte, sempre quer vir pra São Paulo, porque acha que São Paulo é tudo. É um sonho que a gente tem em vir e ao mesmo tempo a gente é iludida. Porque não é nada daquilo que a gente pensa, caso contrário, lá a gente tem até mais conforto. Mas, como a gente é muito curioso quer vir pra São Paulo pra ver. E, eu vim pra São Paulo fiquei de aluguel em Santo*

²⁹ Bairro de Santo André.

³⁰ Bairro de Santo André.

³¹ Originalmente o Banespa era um banco público do governo do Estado de São Paulo. Em 2000 foi privatizado ao ser vendido para o Grupo Santander.

André na Palmares morar com a minha tia. Depois, casei e continuamos morando no Vila Palmares. Depois mudamos pra Rio Grande da Serra, porque o aluguel estava muito caro, mas em Rio Grande da Serra a casa era de uns cumpadres e deu pra gente morar de graça. Só que lá teve aquele desentendimento com meu marido e a gente se separou. Como ficou mais difícil eu vim pra cá com meus quatro filhos. Morei uns dois meses com uma família. Desempregada, tentei arrumar um serviço, mas não encontrava. Então o que eu pensei? Terreno desocupado, foi o que eu fiz: ocupei o espaço por causa da necessidade. Não tinha dinheiro, não tinha emprego, então, os material eu pedi na igreja – eu sou evangélica – e os irmãos da igreja deram pra eu construí o barraco. hoje tem sete anos que eu estou aqui na comunidade. (Gonçalo Zarco)

M - Isso aqui foi invadido muito rápido. Eu vim pra cá em 1975, só tinha aquelas duas casas lá, que eram de funcionários do Haras. Depois disso, cresceu muito rápido. Só tinha meu tio aqui. Meu tio é o Alcino. Depois veio minha mãe, minha tia... Foi coisa rápida ... Era eles fazendo, a

M - Eu cheguei aqui em abril de 1969. Cheguei com meus parentes, vim de Minas Gerais direto pra Juquiá, que é litoral. Daí eu vim pra São Bernardo e logo em seguida pro Haras. Eu vim pra cá trabalhar no Haras. Aqui antes era um haras, o Haras São Bernardo. Onde criava cavalo. E trabalhava aqui no Haras, até acabar o haras, virou Inocoop. Quando o Inocoop entrou, já tinha um ano que eu morava aqui. Pra mim é uns negócio de construção. Eles compraro, mas até hoje não fizeram nada. O haras tinha acabado, por isso o Inocoop comprou. Eu continuei trabalhando no Inocoop. Em 1975. De 1969 a 1975 eu fiquei morando e trabalhando aqui. Quando acabou o haras a gente ficou numa fábrica lá, aí eles deram pra morar aqui. Já tinha a casa. Eu não construí. Vim com minha esposa e meus quatro filhos. (Haras)

prefeitura desmanchando, levando material, no outro dia eles faziam de novo. Vinha primeiro a florestal com o caminhão da prefeitura, isso em 93, mas vinha calminha, intimava, dizia que não podia construir, depois quando eles vinham de novo, vinham com polícia mesmo. Desmanchava, levava material. Quando eles desmanchavam aqui, outro vinha fazendo lá, quando eles iam pra lá, vinha mais um e fazia outro barraco. Então, eles não teve mais controle. (Haras)

F - *O proprietário nunca reclamou. Quando eu vim pra cá, com a lanterna, em três horas eu fiz um cômodo. Eu e mais quatro pessoas. Coloquei fogão, cama e fiquei. Tava um frio danado. No dia seguinte a polícia florestal tava aí. Falaram que iam desmanchar, eu disse que tudo bem, mas eles teriam que desmanchar comigo dentro. Entrei, sentei na cama e fiquei. Mas, não desmancharam, não. Deixaram eu ficar porque era só eu, e falaram que quando viesse mais gente, era pra avisar eles lá na sede. (Haras)*

F - *Me chamo Dalvina dos Santos da Silva, fazem 22 anos. Foi em 79. Vim da Bahia, de feira de Santana. Fazia dois anos que eu estava aqui e pagava aluguel, foi quando houve essa invasão aqui, em 79, eu peguei o terreno. Tava vazio, nesse tempo era uma área limpa, não tinha casa, só mato...o terreno era público. O povo começou a invadir. Eu também vim, peguei um pedaço de terreno, construí um barraco. Não tinha água, não tinha luz. Passado uns tempos, o Nico Brito (referindo-se ao prefeito na época, Lincon Grillo) colocou água, colocou luz, depois de uns dois anos, acho que em 81. A gente pegava água longe, num poço que tinha ali no Marek (Jardim Marek, bairro de Santo André), na época que ali só tinha mato também. Desse tempo aí, foi desenvolvendo mais. O povo foi construindo, colocou esgoto. Vim morar com meu esposo. Depois a família foi crescendo...É. De repente encheu. Em 80. (Homero Thon)*

M - É uma estória parecida com a que o nosso colega contou pra vocês. Eu também vim pra São Paulo em 74. Sou do Estado da Paraíba e vim morar com um irmão meu que morava aqui numa pensão. A gente que é do Norte, sempre tem vocação de vim pra cidade grande, pra capital, principalmente São Paulo, pra buscar alguma coisa, uma melhora na vida financeiramente. Morando nessa pensão com meu irmão... (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - Peguei o terreno aqui “capoeira”, tive que carpir...Assim, cheio de mato, mato... (Vista Alegre)

F - Aqui existe há uns trinta anos, desde 1970. Faz quantos anos que estão aqui? 15 anos. Que eu sei, começou com um, dois, três barraquinhos e foi aumentando, as pessoas foram vindo pra cá, pra não pagar nada. Aumentou e hoje tem 1200 famílias. Foi devagar o processo, foi lento. Eu mesmo, quando mudei, não tinha tudo isso. (Pintassilgo)

F - Eu vim pra aqui, porque eu fui desabrigada do Jardim Irene (bairro periférico de Santo André) em 1991. Foi a prefeitura. Eu não me lembro quem era o prefeito. Foi em fevereiro de 1991. Eles alegavam que ia passar uma rua, que eles iam canalizar o rio, mas até hoje

tá lá. A gente foi pro Jardim Cristiane (bairro de Santo André). (Bom Pastor)

F - ... Desmanchei lá, porque iam construí. Aquilo lá, nós compremo, paguemo, demos R\$150,00 de imposto e a comissão de lá deu de mão beijada pra Caixa Econômica. Agora, se nós quisé ir pra lá, nós vamo tê que paga desde o começo de novo, como se não fosse nosso... E não é que não conseguiram. É que a maioria não quis. Eles queriam construí e ficar vivendo no terreno dos outros. Então, quando começaram a construir, falaro que a Caixa cobrava R\$40,00, depois dissero que era R\$80,00, agora tão pedindo R\$140,00 e R\$50,00 de condomínio, taxa de novela...É o seguinte, a Caixa

Econômica comprou deles. Eles só conseguiram construir lá, um pavilhão, só que todo mundo não estava mais colaborando, porque não tinha mais dinheiro, tava caindo o dinheiro. Então, a comissão vendeu pra Caixa Econômica e essa reembolsou o pessoal. Antes era tudo pago, agora ela vai ter que entrar lá e pagar R\$200,00 todo mês...15 anos. 24 é os outros prédios ali de baixo. São 94 morador. A Caixa Econômica devolveu pra eles R\$3.800,00, parece. Esse total que foi devolvido é o valor do terreno. Mas, e o trabalho todo que a gente teve lá? E a parte de cima, e lá que ficou cheio de bloco que eles venderam não sei quantos carrinho? Aqueles que têm condição de pagar, que têm um emprego, vão pegar a chave e voltar pra lá, agora pra aqueles que não têm, eu ouvi um boato que a prefeitura de São Bernardo vai transferir tudo lá pro núcleo Santa Cruz. Pra Caixa está tudo certo. Agora, pra eles, vão ter que entrar lá como se fossem novos moradores, vão ter que pagar tudo novamente, em 15 anos. Eu vim antes. Eu saí antes, quando eles começaram a construir. Mas, eu pago água e luz que eu tô usando. (Haras)

M - *Como já foi colocado, o que a gente queria que acontecesse, seria o melhoramento das condições de pedaço de rio, que eu não sei por que a prefeitura não toma providencias aqui. Já mexeram nas duas pontas, mas onde há a favela, não. Por isso eu torno a repetir a respeito do terreno: se fosse da prefeitura esse terreno, ela de alguma forma já tinha intervindo nesse assunto. Mas, já teve que pedir autorização pro finado Joaquim quando foi pra ligar luz, então a prefeitura não tá nem aí pra gente: “são tudo favelado, deixa pra lá”. E, mesmo na época de eleição, vieram limpavam as pontinhas e deixaram a gente pra lá, com o mau cheiro. Diz que tem projeto pra canalizar, mas desde que eu moro aqui eu ouço isso...Dizem que tem uma avenida que vem lá do Rudge Ramos, diz que vai passar por aqui, inclusive tem algumas casas particulares que estão na ponta da rua que vão ter que sair fora. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

F - A gente queria saber o que era. Ela falou que era para saber quantos moradores. A gente pergunta, porque tem medo, pois a gente não conhece aqui de gente. Tem gente que fala que construiu uma casa, pegou um pedaço e tem a casa construída. A gente entrou aqui e não sabemos o que vai acontecer, não temos documento, escritura, não temos isso. Não sei nem se tenho guardado o cadastro daqui. Nosso não é. (Pintassilgo)

F - Meu marido Odair, a Eliane, o Creiton, a Natália, o Alexandre, minha sobrinha e o nenê, e eu. A mãe mandou ele embora. Aqui era tudo mato. Esse pessoal que mora perto do Ferreira, uns já foram embora, eu coloquei famílias aqui, era uma briga. A prefeitura, guarda municipal, mulher chorando embarrigada, eles queriam colocar o pessoal para fora. Eles falaram: “a senhora está assumindo isto?”. Eu disse que assumia e que eles eram gente como eu e que a terra não era deles. Não é do homem, foi Deus que deu e o homem vem e quer tomar, mandar guardas para uma gestante. O pessoal batia palma e gritava apoiando. Eles iam embora, quando eles chegavam de novo e começava a luta de novo. Uns reconhecem, outros não. Quando foi para a luz chegar até aqui, eu carreguei os postes, levei na Eletropaulo, conversei com os grandões, o pessoal da Pintassilgo. Ainda antes, tenho dó das crianças, não tem televisão para assistir, não tem um chuveiro para tomar banho. Imagine o senhor chega em casa, toma seu banho, senta na poltrona e assiste sua TV, as crianças da Pintassilgo não tem esse privilégio. Comecei a convencer assim. Ele pediu que fizesse um relatório para vir alguém pra ver o que precisava. Um dia, para minha surpresa, chega o caminhão, este pessoal ficaram doidos. O pessoal que não tinha conseguido, vieram aqui perguntar como eu consegue. Eu disse que tudo na vida que a gente quer, conversando com jeitinho, tudo se consegue. Tem mães que chegam na minha parte e dizem: “você não tem voz de luta porque não

quer”. Vou dizer pra você: com ignorância, você não vai conseguir nada, é com muita luta, sacrifício e parceria é que se consegue as coisas. Então, eu consegui: água, luz, lixo, gás, não consegui mais benefícios, porque aqui é uma área de manancial, da qual envolve governo do Estado de São Paulo, Marinha e outros departamentos. É muito complicado. E, mesmo assim, por ser muito complicado, muitas coisas chegaram até esse local. O telefone é um trabalho que a prefeitura exerce aqui dentro. Nem tudo depende só dele, nem tudo depende só do Prefeito de Santo André. Tem coisa que depende do governo do Estado. Estou a par, porque participei de muitas reuniões. O povo não entende. Cobram do Ferreira que é o presidente, acham que ele não faz nada, o pessoal é ingrato. O trabalho, a correria é preocupação. O Ferreira quer fazer muita coisa aqui com junto com as pessoas. O povo em si não tem aquela

As narrativas das lideranças comunitárias revelam uma realidade marcada pela ausência histórica de políticas públicas de moradia, pela autoconstrução como forma de sobrevivência, resistência e pela insegurança fundiária que atravessa a vida nas favelas de Santo André. As trajetórias descritas de famílias migrantes, mulheres chefes de família, trabalhadores desempregados e moradores que ocuparam terrenos públicos “por necessidade”, expõem o modo como as desigualdades estruturais se territorializam e se reproduzem nos espaços urbanos periféricos.

união. Eu tenho por mim, pelo trabalho que eu faço, água do leite. O Ferreira é uma pessoa esforçada, já falei no que puder eu vou ajudar, ainda bem que ele assumiu. O meu interesse agora, é o leite e seu eu pudesse, gostaria e fazer mais para essas mães, distribuir verduras, o que tem de mães carentes. Eu era expansiva, corria muito. Vou pra lá, vou pra cá, penso em tudo, quero ajudar todo mundo. (Pintassilgo)

Essas vozes, em sua densidade, reafirmam que os ODSs não se concretizam apenas por indicadores técnicos, mas por meio de

transformações sociais, políticas e culturais que reconheçam as populações das favelas como sujeitos do desenvolvimento sustentável, não como beneficiários passivos de políticas, mas como produtores do espaço urbano e de cidadania.

Essas experiências dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo com aqueles que tratam da erradicação da pobreza, da igualdade de gênero, da redução das desigualdades e do direito à cidade sustentável.

As falas expressam a pobreza em múltiplas dimensões: renda, moradia, acesso a serviços e vulnerabilidade frente às decisões do Estado. A ocupação por necessidade é a tradução concreta de uma política habitacional excludente, que não reconhece o direito à moradia como componente essencial da dignidade humana.

A insegurança fundiária, as ameaças de remoção e a desigualdade na prestação de serviços (como saneamento, água e luz) evidenciam que as favelas permanecem fora do planejamento das políticas públicas. Essas assimetrias, narradas pelos moradores, mostram o quanto o planejamento e o

As mulheres, em várias narrativas, assumem papel central na luta pela sobrevivência e na defesa do lar. Elas enfrentam o cuidado cotidiano, ao mesmo tempo, os despejos, as incertezas e tudo isso se traduz à uma sobrecarga de trabalho e preocupações. A fala feminina traz a marca da exaustão, mas também da resistência feminina, revelando o quanto o direito à moradia é também uma questão relacionada diretamente aos papéis de gênero.

desenvolvimento urbano ainda são seletivos, desiguais e desumanos.

As falas expõem a contradição entre o discurso de “sustentabilidade urbana” e a realidade das áreas classificadas como de risco ou mananciais, onde o argumento ambiental é frequentemente usado

para negar direitos, em vez de promover soluções integradas de urbanização com justiça social.

A relação conflituosa entre os moradores e o poder público, marcada por promessas não cumpridas, desconfiança e práticas de exclusão, evidencia a necessidade de instituições mais transparentes e participativas no planejamento urbano.

As falas também revelam iniciativas de cooperação local, comissões de moradores, parcerias com igrejas e lideranças comunitárias que se alinham à perspectiva da Agenda 2030 de construir soluções baseadas em alianças entre sociedade civil e poder público.

2) Entre a fome e o aluguel: a migração de 1970, origem territorial e os caminhos que levam à favela

“A fome é amarela.
Eu já a pinte
de várias cores, mas
ela insiste em ser amarela.”
Carolina Maria de Jesus

M - *Eu vim em 70. Nessa época só existia um. Agora, depois de 76, já tinha bem dizer, tudo formado, já tinha bastante família.*
(Gamboa)

M - *Eu vim pra cá em 78, 79. Alguns dizem, os mais antigos dizem, como o Cícero falou, que ela começou mais ou menos em 70, 73, 76. Acho que tinha um barraco ou dois, depois colocaram a rede. Mas eu acho que o crescimento dela começou em 78, quando umas pessoas vinham do norte pra cá. O pessoal morava em casa de aluguel, que nem aquela casa da Juquiá, onde passou os primeiros morador, aí, não aguentava pagar aluguel, então vinha pra cá, começava a construir e um chamava o outro e assim ia. Acho que o*

crescimento dela maior que se deu foi no início de 78, até começar a urbanizar, que foi em 91, até que começou a outra fase de crescimento... aqui foi aos poucos mesmo. A gente, quando morava lá, morava cerca de seis a oito famílias numa casa. Ai, começou a passar pra cá e alguns ficou lá. Só que dessas famílias vinham outras pessoas. Depois que foi construída as duas primeiras torres, nós tinha uma horta nesse pedaço. A gente chamava parte de baixo e parte de cima, então o pessoal não vinha pra cá, por causa da horta. Mas, em 79, quando meu pai foi embora, ele vendeu esse pedaço. Aí, terminaram. Porque também tinha uns que ia embora, depois voltavam e construíam de novo. Tinha uma tia minha que foi pro Acre, depois voltou, construiu de novo, depois foi embora, veio de novo, construiu em outro pedaço... E, mesmo assim, a família vai pra outro lugar, depois volta com algum conhecido. A maioria do pessoal é do Nordeste mesmo... Em 79 foi quando aumentou o crescimento. Até 91 ela teve 385 famílias morando aqui, tinha barraco, casa de alvenaria. Depois começou a remover. Removeram 130 e poucas famílias, do terreno aqui do lado, depois ela voltou. Moveram essa ação, porque era terreno público, não podia urbanizar, porque era uma área verde. Então tiraram o pessoal que tava aqui perto da rede, e iam remover pra um espaço onde foi a primeira fase. Só que não deu sequência. Porque essas 130 famílias aumentou. No lugar que tinha um barraco, fizeram dois ou três. E outra parte, que era parte central, o pessoal começou a avançar as cercas, então, a partir de 94 teve um crescimento maior ainda que aquele de 79. Ela passou por duas fases de crescimento: 1978 e 94,95. De 94 pulou pra 600 famílias? Exatamente. Porque não foi tirado em bloco. Foi sorteado, então, nos espaços vazios, onde antes tinha um barraco só, fez dois ou três, até quatro. (Gamboa)

M - Antes eu morei na Vila Vitória³² e no Parque Miami³³. Eu vim de Pernambuco. Cheguei aqui em 1975 ... Eu vim pra cá, mas devido à dificuldade de pagar aluguel e também dificuldade de alugar casa pra morar. Eu tinha sete filhos pequenos e ninguém alugava casa, né? Vim pra tentar uma vida melhor, né? Quando eu vim pra cá eu tava com trinta e cinco. Fiquei dois anos morando de aluguel e depois vim morar aqui. (Bougival)

M - Eu tenho 56 anos. Tô aposentado tem 5 anos. Eu trabalhava de pedreiro na Phillips³⁴.

F - Eu vim da Bahia, há catorze anos atrás... A vida lá não é fácil. Vim pra procurar serviço, pra trabalhar. Veio eu, meu marido e dois filhos. Vai fazer catorze anos dia 27 de novembro, mas eu não sei o ano, só sei que vai fazer catorze anos. Meu menino veio com dois anos e ele vai fazer dezesseis. Eu morava na casa dos meus pais, casei, fiquei morando na casa do meu pai e trabalhava na roça. No terreno dos outros, fazenda dos outros. A vida lá era muito difícil. Meu marido trabalhava na enxada, eu trabalhava apanhando café, no tempo do café. Hoje estou em paz ... Valeu. Acho que valeu. Se eu ficar em paz aí, sempre vou agradecer a Deus por estar aqui e por estar bem. Porque não me falta o pão de cada dia. Eu só quero que Deus me dê saúde pra viver aqui nesse barraco. Eu não quero uma casa boa, nem aqui, nem em canto nenhum, não quero! Eu digo do canto do meu coração. Porque eu acho que a pessoa, deve viver em paz onde a gente passa o sol e a chuva e vive tranquila, é ali que a gente deve agradecer a Deus. Então, é ali onde eu vivo que eu devo agradecer sempre a Deus, pra mim está bom se eu ficar aqui. (Bom Pastor)

³² Bairro de Santo André, próximo à favela Bougival.

³³ Bairro periférico de Santo André, próximo à favela da Pintassilgo.

³⁴ Empresa transnacional holandesa. Produz eletroeletrônicos, eletrodomésticos portáteis, equipamentos médicos entre outros setores. Vende seus produtos para 1,7 bilhão de consumidores em todo o mundo. Com

Moro aqui há 23 anos. Eu era lá de Mauá, mas eu vim lá do Estado de Minas Gerais, de São Francisco de Paula em 1975, mas só fiquei 3 anos em Mauá. Eu pagava aluguel. Mas eu vim pra cá porque eu não conseguia mais pagar aluguel e tentar comprar uma casa própria. Porque eu trabalhava numa roça, lá no Estado de Minas, era lavrador. Eu vim pra sampa procurar uma vida melhor, porque eu tinha documento bem arrumado, eu tinha estudo... vim com minha irmã. Morei com ela mais ou menos uns nove meses, um ano, por aí, depois aí eu trouxe minha família pra cá. Trouxe só a minha esposa e as duas filhas minhas. Era novo ainda. Larguei minha mulher e as duas filhas pequenininhas e vim pra cá pra sofrer, porque nove meses aqui sozinho... Depois, peguei, aluguei uma casa, comprei uns móveis na casa de móveis usados, de maneira que quando minha família chegou aqui não precisou comprar nada. Eu já tinha até comprado a despesa deles pra comer. Fiquei três anos morando de aluguel lá, depois vim pra cá ... Veja bem: pra mim poder trazer minha família pra cá, eu tive que juntar dinheiro pra pagar uma dívida que eu tinha lá em Minas, porque um colega meu falou assim pra mim: “por quê você não tira uma televisão? Meu sogro precisa de uma televisão, eu te pago ela à vista e você vai pagando as prestação.” Aí, nós fizemos esse rolo. Paguei até o último centavo que eu devia pros outros pra eu vim pra aqui. Até falei pra minha esposa que eu comeria farinha seca, mas eu não queria deixar ninguém, porque eu sou um cara honesto e direito. Eu não quero saber de malquerença de ninguém, não. Então, paguei minha dívida e trouxe a família. Minha mulher até se assustou e perguntou se tudo aquilo era nosso e se eu tava pagando as prestação. Eu disse que eu tinha pago tudo a dinheiro e que não

112 mil funcionários, faturou 5,3 bilhões de euros no segundo trimestre de 2014. Interessante observar o nível de responsabilidade social de uma empresa desse porte, tendo nosso entrevistado como exemplo.

tava devendo nada a ninguém. Minha vida financeira continua difícil, mas o que a gente pode fazer pra manter a família da gente, a gente faz até hoje. (Bougival)

M - *Eu morava aí na Cisplatina³⁵, aí em cima. Eu pagava aluguel pro meu primo, e foi o tempo que eu vim pra aqui, vim porque não dava mesmo pra comprar casa, então eu fui obrigado a vir pra favela. Antes eu morava em Pernambuco. Eu vim pra cá foi em 70 ou 71. Hoje, moro só eu e a minha esposa. Os meus meninos tem um que mora embaixo, tem um que mora em cima, tem outro que mora um pouquinho atrás da minha casa, outro mora lá em cima, tem outro que mora aqui, num barraquinho e tem uma que mora em Pernambuco. Ela morava aqui também, mas mudou pra Pernambuco. (Bougival)*

F - *Morava eu, meu marido e duas crianças, nesse tempo eu tava grávida. Não tivemos condição de pagar, então vendemo pra quem tinha condição de pagar e compramo um barraco aqui. E aqui estou até hoje, e agradeço principalmente a Deus, porque aqui foi o lugar mais maravilhoso que eu já morei de todos os lugar. Não tenho queixa de escola, tenho assim, de algumas pessoas de dentro da escola. Sobre morador, eu adoro todas pessoas. Polícia passa, porque polícia é de direito passar, também nunca invadiram o tempo que eu moro aqui. Também o tempo que eu moro aqui é pouco. Cheguei, me encantei e pronto. (Bougival)*

M - *Primeiro que quando a gente tem uma certa idade, a primeira coisa é procurar a cidade grande. Vai vendo colegas vindo, vem pra São Paulo, vem ver como é Rio de Janeiro, vem ver como é Brasília, então a gente tem aquilo na mente. Poxa, mas viver numa cidadezinha pequena, aqui no Nordeste, três, quatro mil habitante.*

³⁵ Rua da Cidade de Santo André, próxima à favela Bougival.

Daí, quando passa pra uma maior, já se sente mais à vontade. Então, o sonho: vir pra São Paulo, ver se compra um terreno, ver se compra um carro. Antes de eu vir pra cá, eu morei um ano de aluguel. Aí consegui um barraco lá e comecei a batalhar a vida. Moro com a minha família. Três filhos e a esposa. A mais velha tem 21, o do meio tem 13 e o mais novo tem 10 anos. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

F - *É que a gente morava em Mauá de aluguel, daí meu marido foi mandado embora, então a gente arrumou um terreninho e veio morar aqui, que a gente não tinha mais condições de morar de aluguel, só eu trabalhando... então, ta com esse tempo todo que a gente mora aqui. Só que véve, mas a gente não tem condições de arrumar outro lugar. Meu filho tem problema sério de rinite, então ele passa mal por causa do pó, mas a gente vamo levando, né? (Jardim São Bernardo)*

F - *É a mesma conversa. Porque eu pagava aluguel, não tinha condição, às vezes tinha que passar fome pra pagar aluguel, senão ia ser despejada e aí como eu não tinha da onde tirar o dinheiro pra pagar o aluguel, aí ajeitei e vim pra qui, pra favela, e adoro a favelinha. Tô gostando e tô aqui até o dia que Deus quiser. (Jardim São Bernardo)*

F - *Eu morava na Bahia, num lugar muito seco, a gente caçava emprego pra trabaiaá, não conseguia. Aí eu falei um dia “vou caçar um lugar que eu trabaie, manter e ter onde por meus fio”, porque eu crio sete filhos, daí eu vim dar uma passeada aqui, encontrei emprego e fiquei trabaiaando, aí gostei, vim passear e gostei, aí foi o jeito ficar. Porque lá no meu lugar, é Bahia, é muito seco, só tem serviço de roça. Se não chover, aí não tem nada. Então, a gente sofre bastante com as crianças... Meus filhos tão comigo. Meu marido tá na Bahia e só eu aqui, lutando com meus filhos. Eles tá estudando,*

graças a Deus, tudo me obedece. Eu sou uma mãe que só cuido mesmo eu dos fios. Tenho marido, mas é o mesmo que não ter. Tá na Bahia, não me ajuda. É só eu, só. Eu crio quatro moços, três moça. Tem uma casada. Já costurei. Tô parada, mas agradeço a meu Deus que tudo pra mim é bom, porque tão tudo me ajudando, trabaia, estuda, só basta eu vê estudando pra mim é uma ajuda, num dá dificuldade meus fios. (Jardim São Bernardo)

As narrativas acima revelam um padrão estrutural de exclusão e deslocamento social que marcou o processo de urbanização brasileira após 1960. As décadas de 1970 a 1990 configuram um período de intensas transformações econômicas, marcado pela migração interna em massa, pela industrialização concentrada na Região Metropolitana de São Paulo somada ao fracasso das políticas habitacionais em absorver as camadas populares.

Esses fatores criaram as condições históricas que empurraram milhares de famílias para as favelas, como se observa nas narrativas. A chegada das famílias nordestinas e mineiras a Santo André insere-se na grande onda migratória que marcou os anos de 1970, quando milhares de trabalhadores rurais deixaram o campo em busca de emprego e melhores condições de vida nas cidades industriais do Sudeste. *“Eu morava na Bahia, num lugar muito seco... a gente caçava emprego pra trabaia, não conseguia. Aí falei: vou caçar um lugar que eu trabaie, manter e ter onde por meus fio...”* *“Primeiro que quando a gente tem uma certa idade, a primeira coisa é procurar a cidade grande... o sonho: vir pra São Paulo, ver se compra um terreno, ver se compra um carro.”*

As falas traduzem o imaginário de ascensão social que acompanhou o processo migratório. O deslocamento não foi apenas econômico foi simbólico. O sonho de *“vir pra São Paulo”* representava a esperança

de dignidade, modernidade e futuro para os filhos. Entretanto, ao chegar, essas famílias, por causa da falta de renda e oportunidades, foram empurradas para morar nas margens da cidade.

O alto custo dos aluguéis e a falta de acesso à moradia formal aparecem como elementos recorrentes e determinantes para o deslocamento das famílias às áreas de favela: *“Às vezes tinha que passar fome pra pagar aluguel.” “Vim pra cá porque não dava mesmo pra comprar casa, então eu fui obrigado a vir pra favela.” “Eu morava em Mauá de aluguel, daí meu marido foi mandado embora... só eu trabalhando... então, a gente arrumou um terreninho e veio morar aqui.”*

Esses relatos evidenciam que a favelização não foi uma escolha, mas uma estratégia de sobrevivência diante da precarização laboral e da especulação imobiliária. A favela surge, nesse contexto, como o único espaço de possibilidade para famílias expulsas do mercado formal de trabalho e de habitação, um território que nasce da necessidade, mas também da criação de novas formas de sociabilidade e de pertencimento.

Apesar da carência material, há nas falas uma dimensão de pertencimento e gratidão em relação ao território “conquistado”: *“Aqui foi o lugar mais maravilhoso que eu já morei de todos os lugares.” “Eu só quero que Deus me dê saúde pra viver aqui nesse barraco... é ali onde eu vivo que eu devo agradecer sempre a Deus.”*

Esses trechos revelam um aspecto central da experiência periférica: o sentido afetivo e moral do morar. O barraco, a autoconstrução e a vizinhança tornam-se extensões do próprio sujeito. A casa não é apenas abrigo físico, mas símbolo de autonomia e proteção mesmo que precária. Essa dimensão subjetiva desafia leituras puramente estigmatizadoras sobre a favela.

As falas indicam dois momentos de crescimento: final dos anos 1970 e meados dos anos 1990. O segundo coincide com a crise econômica e o desemprego estrutural provocados pela reestruturação produtiva e pelo enfraquecimento do parque industrial do ABC: *“A partir de 94 teve um crescimento maior ainda que aquele de 79... passou pra 600 famílias.”*

Esse crescimento expressa a nova pobreza urbana dos anos 1990, marcada por informalidade, desemprego e ausência de políticas habitacionais consistentes.

A tentativa de remoção de famílias sob o argumento de área verde ou terreno público mostra a contradição entre o discurso ambiental e o direito social à cidade, tema diretamente relacionado ao ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ao ODS 10 (Redução das desigualdades).

Portanto, vimos que entre as décadas de 1970 e 1990, as favelas de Santo André se consolidaram como territórios de exclusão e resistência. Foram formadas por sujeitos migrantes que, diante do

As mulheres aparecem como pilares da resistência doméstica e comunitária, assumindo o sustento dos filhos e a defesa do lar: *“Meu marido tá na Bahia e só eu aqui, lutando com meus filhos.”* *“Meu filho tem problema sério de rinite, mas a gente vamo levando, né?”* Essas narrativas evidenciam que o processo de favelização foi também feminizado. Muitas mulheres chegaram às periferias em contextos de abandono, desemprego dos maridos ou separação. Sua luta cotidiana reflete uma tripla jornada de exclusão com sobreposição das discriminações de classe, racial e de gênero. Essa dimensão se articula diretamente com o ODS 5 (Igualdade de gênero) e o ODS 1 (Erradicação da pobreza), ao mostrar que o direito à moradia segura e à autonomia econômica das mulheres é central para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

desemprego, dos aluguéis impagáveis e da ausência de políticas públicas, produziram sua própria cidade com as próprias mãos.

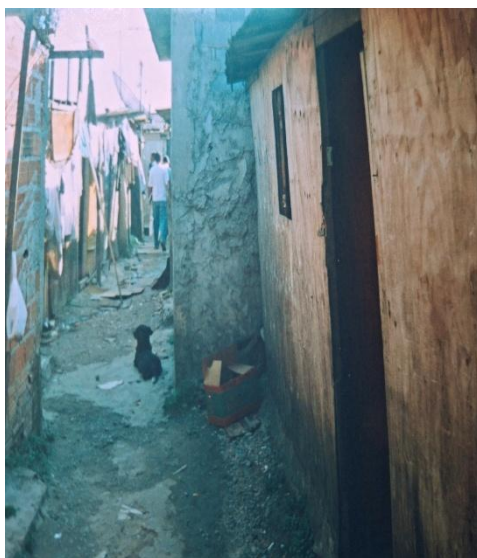
Essas vozes revelam que a história da favela é também a história de uma cidade dividida e de um modelo de desenvolvimento que promoveu crescimento econômico sem justiça social. Mas, ao mesmo tempo, as falas mostram a força simbólica e política de quem constrói dignidade onde o Estado negou direitos.

3) Industrialização, montadoras e as engrenagens que empurram vidas para a favela

“O Brasil progride para os ricos.
Para nós, pobres, o Brasil retrocede.”

Carolina Maria de Jesus

Favela de Santo
André. 2002.



M - *Eu vim morar aqui na comunidade porque eu morava em outra favela, em São Paulo no Butantã, por conta até dessa ilusão de que o ABC tinha muita fábrica, mais jovem eu vim com essa intenção de trabalhar. Eu vim morar aqui com a minha irmã que já morava aqui. Eu vim morar na casa dela com a intenção de trabalho mesmo. Morei na casa dela por um bom tempo, depois comprei um barraquinho aqui e comecei a construir minha família. Eu vim do*

Pernambuco pra São Paulo. Só que lá eu fiquei pouco tempo, mais ou menos três ou quatro anos. Trabalhei no comércio, mas já tinha essa crise do desemprego. Até me aconselharam que no ABC tinha várias fábricas, então decidi morar pra cá. Lá também, eu não morava no barraco que era meu, morava no barraco das minhas primas, que a gente foi criado junto lá no Pernambuco. Eu moro com minha esposa e mais dois filhos. Minha casa uma parte dela é de bloco e a outra de madeirite, dividida em dois cômodos e um banheirozinho.

(Gamboa)

M - *Na minha casa moro eu, minha mulher, os três filhos. Antes disso, sempre vem meus primos, vem meus irmãos tudinho que*

construíram aí, alguns comprou depois que não tinha mais espaço. A gente sempre vem e tem alguém lá que acha que aqui tá melhor,

M - *Tem dezenove anos e uns meses que moro aqui. Vinte anos agora no final do mês. Tenho 56 anos. Eu vim morar na comunidade porque cheguei em São Paulo com pouco dinheiro, sem emprego, não daria pra pagar aluguel e surgiu a oportunidade de eu chegar nesse pedaço de terra aqui. Tinha um senhor que morava nesse pedaço de terra aqui, a esposa dele faleceu e ele resolveu ir embora pra Alagoas. Aí, ele me passou onde ele morava, quando ele foi embora pra Alagoas e eu fiquei no local, um barraquinho de tábuas e madeira. Eu, a minha mulher e os filhos. Tem um neto também, agora. Seis filhos e mais um neto. Minha casa hoje é de bloco. Alvenaria. essa área, ela não foi uma área que teve uma ocupação assim, planejada, de um dia pro outro. Essa área, ela teve uma ocupação paulatina, entrou algumas famílias, três ou quatro, por volta de 75, 76, lá embaixo. Depois mais, três ou quatro famílias, aqui nessa parte aqui de cima, aí foi vindo, vinha um, vinha outro, isso demorou aí por volta de uns dez anos pra ficar o núcleo quase que completo. Não foi assim uma ocupação de "bate e pronto", ela foi sendo paulatinamente ocupada a área, que é uma área da prefeitura.*

(Gregório de Matos)

vem e tenta arrumar trabalho. Mas, hoje só minha família e meu irmão que mora nos fundos. A minha casa é de tijolo. Tem dois cômodos em cima e um embaixo. Mas, tem uma área bem grande

M - *Morava em São Bernardo. Ficava próxima à Brastemp. Fiquei trabalhando e morando um tempo nessa pensão. Depois mudei pra outra pensão, fiquei morando sozinho com outras pessoas estranhas e, inventei de casar e aí, começou as complicações. Porque você não pode morar numa pensão com uma esposa, então tive que alugar uma casa. Na época eu trabalhei na Volkswagen. Então, enquanto eu trabalhei lá, dava pra gente ir pagando o aluguel mais ou menos. Infelizmente, saí em uma greve que houve, e tive que partir pra comunidade que muitos chamam: favela, justamente por isso. Peguei um dinheiro e, onde moro hoje, estava sendo construído uma igreja evangélica, mas, alguns moradores vizinhos não aceitavam que fosse construído essa igreja. Como o pastor já tinha comprado muito material e tinha começado os alicerces. Tinha uma irmã minha que morava aqui e eu vim visitar ela, e ele tava querendo vender esse material, juntamente com o local. Então, eu comprei dele, construí e estou aí há dezesseis anos, justamente pra me livrar do aluguel. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

que a gente tava tocando oficina. (Gamboa)

M - *Eu cheguei aqui em abril de 1969. Cheguei com meus parentes, vim de Minas Gerais direto pra Juquiá, que é litoral. Daí eu vim pra São Bernardo e logo em seguida pro Haras. Eu vim pra cá trabalhar no Haras. Aqui antes era um haras, o Haras São Bernardo. Onde criava cavalo. E trabalhava aqui no Haras, até acabar o haras, virou Inocoop. Quando o Inocoop entrou, já tinha um ano que eu morava aqui. Pra mim é uns negócio de construção. Eles compraro, mas até hoje não fizeram nada. O haras tinha acabado, por isso o Inocoop comprou. Eu continuei trabalhando no Inocoop. Em 1975. De 1969*

a 1975 eu fiquei morando e trabalhando aqui. Quando acabou o haras a gente ficou numa fábrica lá, aí eles deram pra morar aqui.

Já tinha a casa. Eu não construí. Vim com minha esposa e meus quatro filhos. (Haras)

M - *Hoje eu sou aposentado por tempo de serviço, mas antes eu era encarregado do controle de qualidade, encarregado de produção, era metalúrgico. Mas, eu comecei em 68 na 'PARAMON', trabalhei cinco anos lá, depois eu fiz cursos técnicos, daí, não dava pra seguir na Paramon, por eu queria crescer, como todo ser humano quer crescer na vida, aí eu fui trabalhar numa metalúrgica. (Vista Alegre)*

As favelas do ABC paulista e arredores constituem um exemplo paradigmático de como a industrialização acelerada no Brasil moldou tanto o trabalho quanto o espaço urbano. Entre as décadas de 1950 e 1980, o crescimento das montadoras e fábricas metalúrgicas atraiu milhares de migrantes de estados como Pernambuco e Minas Gerais, em busca de emprego e de melhores condições de vida.

A promessa de oportunidades industriais, muitas vezes, se mostrava ilusória, pois o mercado de trabalho era instável e o desemprego estrutural persistia, especialmente em períodos de crise e greves. Os depoimentos dos moradores evidenciam que a chegada à região era motivada principalmente pela necessidade econômica, e a escolha da moradia frequentemente recaía sobre casas de parentes ou ocupações informais, como relatado aqui por moradores da Gregório de Matos, a ocupação da área ocorreu de forma paulatina, com famílias chegando aos poucos, sem planejamento urbano formal.

Esse processo reflete a histórica ausência do Estado na garantia do direito à moradia e a centralidade da lógica da autoconstrução, amplamente analisada por teóricos da urbanização brasileira, evidenciando como a favela não é um desvio da cidade formal, mas uma resposta prática e coletiva à precariedade habitacional

estrutural produzida pelo próprio modelo de desenvolvimento urbano capitalista (KOWARICK, 2009; MARICATO, 2001).

Além disso, os relatos destacam o papel das redes familiares e comunitárias na sustentação dessas comunidades, funcionando como estratégia de sobrevivência e integração social. A favela não se configura apenas como espaço de exclusão, mas também como território de solidariedade, reconstrução de laços e pertencimento. Ao ocupar e transformar o espaço urbano, os moradores reivindicam cidadania e criam formas próprias de vida, tornando a favela um lugar de resistência, memória e inovação social.

Favela Espírito Santo em Santo André. 2002.



O vínculo entre trabalho fabril e moradia informal evidencia, ainda, a transformação do espaço urbano diante da desindustrialização. Muitos trabalhadores, ao perderem empregos ou enfrentarem greves, migraram dentro da própria região ou permaneceram na favela, adaptando suas casas e atividades à nova realidade econômica.

Sob a perspectiva da industrialização, as favelas de Santo André e podemos dizer, do ABC paulista, ilustram uma contradição central

do modelo de desenvolvimento brasileiro: ao mesmo tempo que as fábricas geravam emprego e crescimento econômico, também produziam exclusão social e segregação espacial.

4) A construção cotidiana da moradia possível

“A gente constrói a vida com o que tem.”

Carolina Maria de Jesus

*F - Como aconteceu a desapropriação antes de vir para essa favela, meu barraco era de alvenaria, hoje eu tenho a consciência que se a gente tivesse lutado... meu marido morreu e eu não tive condições de pagar, mas o prefeito deu o lote pra todo mundo lá no Jd. Cristiane. Era um barraco que quando chovia eu tinha que pedir pros vizinhos pra colocar meus filhos. Hoje eu já construí, coloquei piso, hoje eu agradeço a Deus e peço que ele me dê vida, saúde e paz, pra eu viver dentro do meu barraco...sou viúva, mas eu trabalho e tenho a minha pensão. Meus filhos agora, a menina tem dezessete anos começou a trabalhar. O menino tem quinze. Eu trabalho em casa de família e graças a Deus, eu quero paz aqui, eu queria que eles esquecesse da gente aqui e dessa avenida. Deixasse a gente viver em paz. Como pobre, a gente precisa ter paz em algum lugar pra construir alguma coisa, porque se a gente não puder construir aqui, em algum lugar pagando não vamos conseguir mesmo, porque com o salário de hoje em dia, não dá.
(Bom Pastor)*

F - O meu hoje em dia não é barraco. Eu construí de bloco, é tijolo agora. Eu fiquei sete anos no barraco. Foi construído faz uns dois anos. Hoje eu sou aposentada, porque eu tenho problema, aposentada por invalidez. Eu trabalhava numa firma na limpeza, e quando eu saí, eu fiquei doente, pressão alta e problema na coluna, daí eu aposentei. (Bom Pastor)

M – Hoje é de alvenaria, né. Eu construí era de tauba primeiro. Era barraco. Daí, eu vendi pra outra pessoa, fui pra Pernambuco, passei só um mês e pouco lá, vim me embora de novo e comprei essa outra lá em cima. É assim: eu construí primeiro de madeira, um barraco. Depois, que eu voltei de Pernambuco, eu comprei essa aqui – de alvenaria – que eu tô até hoje. Mas, eu fiz pouca reforma. A reforma que eu fiz foi a laje em cima do rio, porque o rio passava encostado na casa, daí, eu fiz a laje. Não fiz mais porque não pude... Não tinha nem luz, nem água. Rato até hoje tem. Esgoto ainda não tem, não. (Bougival)

M - A minha casa quando eu cheguei aqui, era toda de tábuas, a telha era fininha. Quando eu cheguei aqui com a minha mudança, a minha mulher falou assim: “Dá até vontade de vortá pra trais”. Eu disse: “Não, bem. A gente vai aguentar firme, até o fim”. Daí eu comecei a achar que minha casa não tava bom e comecei a fazer as paredes, mas deixei o telhado fininho, ainda. Mas, achei que ainda não tava bom. Então, comecei a construir, fazer tudo de tijolo, fiz coluna, fiz laje, fiquei morando em três cômodos. Daí, em cima, fiz uma lavanderia. Daí, minha menina mais velha falou que queria casar. Eles já tinham comprado os móveis e não tinha onde colocar, mas eu falei pra eles que podia colocar os móveis no cômodo que eu fiz pra lavanderia. Daí, começamos a levantar parede, construir, com os dois dentro. Mas, ainda não tá terminado. Falta rebocar, mas eu não tenho esperança de rebocar ela por fora. Ah, sei lá. Mais um dia alguém cisma de tirar nós daqui... É. A gente tem que pisar no breque, né? Senão, o carro vai pra dentro do buraco. (Bougival)

M - Eles nos colocou nos containeres, loteou os terreno, vendeu pra gente, pra umas quinze famílias que ficou, outras foi pra outro bairro. Esse terreno, no Jardim Cristiane, eles financiaram material pra fazer um cômodo e um banheiro. No meio do ano, a gente já

tava com um cômodo e um banheiro que a prefeitura financiou com um não sei o que a gente pagava pelo Banespa³⁶, só que eu e muita gente, não teve mais condição de pagar. Pagava mais de um salário mínimo. (Bougival)

F - *Era barraco mesmo. Com lama, tinha que colocar uns tijolo pra tá pisando. A cama afundava, ficava quase reta no chão. Depois os irmãos fizeram mais uma campanha, compraram cimento e areia daí cimentou. Hoje é um barraquinho, mas é cimentado, tem meu banheiro, tem um quintal... (Gonçalo Zarco)*

F - *Aqui é eu, meu marido, meu filho e minha mãe. E meu filho tem doze anos e seis meses. Morei no barraco mesmo 10 anos. E aí, depois, foi fazendo aos poucos...É agora tem um ano e pouco que eu consegui isso aqui. Ainda não tá pronta, falta muita coisa ainda, inda falta pintar, rebocar por fora, tudo. O tamanho até que tava suficiente, mas agora minha mãe tá junto, já ficou menor, né? Que o quarto do menino é muito pequeno, e minha mãe já tá junto comigo agora, ficou um pouco pequeno, agora tem que fazer em cima. Eu fiz a cozinha, a cozinha saiu meio grande, eu fiz o quarto do menino e o meu eu fiz do lado de lá. Aí ficou o quarto do meu menino, o meu, a cozinha, o banheiro e uma lavanderia. Minha mãe tá dormindo com meu menino no quarto. (Gregório de Matos)*

F - *Vimos nós dois e nossos quatro filhos...A gente começou construindo aos poucos. Ganhamos o terreno a da prefeitura e fomos construindo aos poucos até chegar como tá: uma casinha de 60 metros. (Jardim Primavera)*

³⁶ Originalmente o Banespa era um banco público do governo do Estado de São Paulo. Em 2000 foi privatizado ao ser vendido para o Grupo Santander.

M - *Sim, vim morar com a família. Em casa sou eu, minha esposa e três filhos. A casa é de bloco. Três cômodos grandes, de mais ou menos 5X4 cada um, e outro é de 2X4, 5 metros. Eu construí antes de mudar aqui. Continuava pagando aluguel e construindo. Fiz tipo um mutirão. Inclusive moro nela até hoje, sem acabamento, só tijolo e telha. Não tem laje. Aproximadamente umas 48, 50 famílias, vive assim por aqui. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Barraco não tem mais espaço pra fazer. O que tinha pra fazer, já foi feito. Agora, o que acontece é chegar algum filho, parente e daí manda*

construir em cima, quando tem laje. A maioria é tudo sobradinho, como você está vendo por aí. Mas, às vezes mora a mãe embaixo, o filho em cima. Olha, aqui tem barracos muito bons... Tem barraco de 15 contos, tem barraco de até 18 mil reais, mas daí já se torna uma casa... Comércio aqui tem assim: a pessoa vende um negocinho na área de sua casa, coisa doce, coisa pra criança, refrigerante, porque bebida alcoólica mesmo não tem. Porque nós tiramos. Não

M - *...hoje é de alvenaria. Quando eu construí nem tinha água nem luz. Era de madeira e eu paguei 140 cruzeiros. Só tinha o rato que passava por baixo. Aí foi devagarzinho, firma foi à falência, eu peguei indenização e comecei a construir de alvenaria. E fui trabalhando de lá pra cá. E, as coisas sempre assim, cada vez que você vai trabalha, você tem que tentar pra ver se consegue achar um espaço melhor. Mas, os espaços cada vez vai ficando menor pelo campo de serviço, principalmente pela idade. Eu tenho preenchido uns 80 currículo ou mais. Teve época aí que eu mandei mais de 20 currículo. Os problemas são: primeiro a idade. A idade eu não posso voltar lá atrás. Eu podia trabalhar de dia e estudar a noite, né? Adiantar mais um grau do que eu sei. Mas, como é que eu posso voltar a idade atrás? A minha filha já terminou os estudos e já era pra tá dois anos na faculdade. Mas não tá. Por quê? Por que eu não posso pagar! (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

aceitamos. Vem pessoa de fora, bebe, surge briga, pode até causar uma morte. Então, pra evitar isso, nós fizemos uma reunião e tiramos. A pessoa que tinha o bar, também saiu fora. Não ficou. Posto de saúde, escola, farmácia, tem na avenida, na João Ducin. Tem padaria, tem farmácia, tem vários mercadinhos. Tem a escola aqui em cima, o posto de saúde não é muito longe daqui não.
(Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Mora 7 filhos e a esposa e nove netos...Tudo junto, tudo na mesma casa. Isso dá um total de...? De nove, dez, onze, com sete...? Dezoito pessoas. Aí tem as noras. São cinco noras...e tem os filhos que tem as mulher, se for mulher tem os maridos e os filhos... e mora tudo junto. É um barraco de quinze metros de comprimento, de madeira e é em cima e em baixo. Os filhos moram em cima e eu e a mulher mora embaixo. (Jardim São Bernardo)*

F - *Somos em seis, eu, meu esposo e quatro filhos. Tem minha filha Daniele, a mais velha, tem dezoito anos, no momento ta desempregada, tá terminando o colegial, tem a Lidiane, ela tá na quinta série, tem onze anos, tem o José Michael, que tem oito anos, ta na segunda série e tem a Ana Carolina de quatro aninhos, que fica em casa comigo, não me dão trabalho*

também, graças a Deus. (Jardim São Bernardo)

F - *Somos em quatro pessoa: eu, meu esposo e dois filho. Um tem dezessete anos, tá no segundo colegial, outro tem quinze, tá no primeiro. Eles são uns meninos bom, também, e a gente mora em dois cômodos: sala, quarto e banheiro. Três cômodos, a gente dividiu. Tudo separado com uns pano e dorme tudo no mesmo quarto, não pode fazer em cima até agora, né? O dinheiro não sobra pra fazer! Tem que ter paciência, né? (Jardim São Bernardo)*

F - *Somos quatro: eu, meu marido e dois filhos. Só que um agora arrumou uma mulherzinha e mora assim do lado, só que lá em casa mesmo, onde come, onde toma banho, só não dorme. E o outro*

também, só não dorme, mas fica o dia todo, toma banho, dorme, mas já vai pra onde ele dorme, do lado de casa também. Só fica eu e meu marido. São dois cômodos também. (Jardim São Bernardo)

F - *Somos oito pessoas. São seis filhos e dois netos. E comigo nove. Quatro cômodos: dois em baixo, dois em cima. (Jardim São Bernardo)*

O conjunto de narrativas presentes neste capítulo revela um panorama profundo da condição de moradia como expressão material das desigualdades estruturais que atravessam as vidas nas favelas de Santo André. A precariedade das casas, inicialmente feitas de tábua e chão de barro, expõe a ausência de políticas públicas efetivas de habitação e saneamento, mas também a potência da autoconstrução, da solidariedade comunitária e da resistência cotidiana.

A interseccionalidade aparece de modo contundente: a pobreza, o gênero e o racismo territorial se entrelaçam na experiência dessas famílias. O território da favela é racializado e estigmatizado, o que perpetua as barreiras de acesso à cidade formal e ao emprego digno, articulando-se ao ODS 10 (Redução das Desigualdades).



Capuava Unida.
Guiomar
Magalhães.
Coordenadora
da Casa Espírita
Flor do Campo e
do GATS. 2003.

As falas das mulheres, em especial, dão corpo à intersecção entre gênero, raça, classe e território, mostrando, em muitos casos, que são elas as principais responsáveis pela reconstrução do lar, criação dos filhos, sustentação emocional da família, trabalho doméstico precarizado e à falta de apoio estatal, em meio à viuvez ou separação. Isso conecta-se diretamente ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), que propõe o reconhecimento do trabalho não remunerado e o fortalecimento da autonomia feminina.

A fala dos moradores também revela uma memória urbana marcada pela insegurança da posse: o medo constante da remoção, a luta por regularização e o sentimento de que *“a qualquer momento podem tirar a gente daqui”* expõem a fragilidade do direito à moradia e o descumprimento histórico do artigo 6º da Constituição Federal, que reconhece a moradia como direito social.

Ao mesmo tempo, a autoconstrução das moradias evidencia uma forma de resistência urbana e de produção de cidade a partir da organização popular, o que dialoga com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). A evolução do *“barraco de tauba”* para a casa de alvenaria, feita aos poucos, com o auxílio de vizinhos e campanhas solidárias, representa uma forma de inclusão social construída “de baixo para cima”, em contraste com a ausência de políticas habitacionais integradas.

O relato sobre a falta de saneamento básico, presença de ratos, ausência de luz e água encanada denuncia a negligência das autoridades e a violação dos ODS 6 (Água Potável e Saneamento) e 3 (Saúde e Bem-Estar). Essas condições não são apenas indicadores de pobreza material, mas também determinantes sociais de saúde, pois impactam diretamente a integridade física e mental dos

moradores, sobretudo das mulheres, que geralmente assumem o cuidado dos filhos e dos idosos.

Há, contudo, uma dimensão de construção coletiva da cidadania. O fato de algumas comunidades se organizarem para retirar bares e reduzir a violência, ou para construir coletivamente casas ou lajes, mostra que a favela é também espaço de invenção social, de solidariedade e de democracia popular, sendo um modo de implementar, na prática, o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

O capítulo demonstra que a questão habitacional nas favelas de Santo André e no Brasil não é apenas uma questão urbana, mas uma questão de justiça de classe, racial e de gênero. A luta por uma casa sólida e segura traduz a busca por reconhecimento, estabilidade e paz. Dimensões humanas fundamentais que os ODS almejam garantir, mas que só se concretizarão quando as vozes das favelas forem levadas em conta como protagonistas das soluções.

5) O crescimento das favelas nos anos 1980

“A cidade é um convite para quem tem dinheiro.

Para nós, é uma porta fechada.”

Carolina Maria de Jesus

M - *Atualmente deve ter umas cento e vinte famílias. Eu chuto aí, umas 550 pessoas. Isso até a dois anos atrás. Que de dois anos pra cá, teve um inchaço aí, que eu não cheguei a fazer mais cadastramento. Espaço pra aumentar não tem, mas sempre aumenta porque incha. Quem tem um espaço maior, a família faz divisão do seu espaço com uma outra família, formando um outro barraco. Espaço não tem mais: ou vai pra cima, ou divide.* (Bom Pastor)

M - Eu mudei pra cá em meados de 88, 89. Eu vim pequeno com meus pais, com um ano de idade. Na verdade, não tinha tudo isso aí, que hoje tem. Naquele tempo só tinha um barraco que era pra guardar arreio, cela, coisas pra cavalo, pro gado que o pessoal criava uns boi solto. Era do seu José Leite que morava aqui na Gamboa, aí pegou e vendeu pra minha avó, aí ela veio morar aí e começou. A gente veio pra não pagar aluguel, na Juquidá, nº 58. Só que a casa era pequena e começou a vir gente de lá pra cá, do Norte, em 1970. Mas, não suportava todo mundo ali. O aluguel caro e, vinham pra ganhar salário mínimo, nisso minha família começou a construir cinco ou seis barracos, sem luz. A gente tomava água da cacimba, poço, bananeira plantada, horta foi feita, inclusive pegava luz emprestada do pessoal da Gamboa e foi indo, indo até ficar do jeito que ficou. Depois... veio passar as torres, quando a gente morava não tinha ainda as torres. Tinha na faixa de seis à oito casas na época que veio passar as torres. Depois foi construindo e ficou do jeito que está hoje. (Gamboa)

M - Em 1987 passei a vir participar de uma ocupação que estava existindo aqui na área, nessa parte nova. Na época, quando eu vim, vim da Vila Bastos³⁷, lá do centro da cidade, onde eu estava pagando aluguel. Mas, devido a situação econômica, me forçou a barra eu procurar outro lugar e a saída que eu achei foi esta: de fazer essa ocupação, onde já tinha outros moradores, que já tinham feito a ocupação. Ai, nessa daí eu ocupei, no início do primeiro semestre de 1997, ocupei um dia a noite, e no próximo dia já fui recebido pela guarda municipal me pressionando pra que eu desmanchasse com os demais morador que já se encontrava na área. Isso era em 1997, já tava existindo umas 25 famílias, na parte dois. Nessa daí, eu resisti, e eles não tinha condições de desmanchar o meu barraco, a não ser que a prefeitura viesse conversar comigo

³⁷ Bairro de Santo André

e tivesse um acordo, eu podia até me retirar, mas a prefeitura não teve proposta. O que ela queria é que eu saísse pra desmanchar o barraco, tanto o meu como os demais vizinhos. Eu vim com a minha família: eu, minha mulher e dois filhos. A qual eu já pagaria meus impostos no Estado de São Paulo e no município de Santo André e prestava meus serviços pro município e também obrigações cívicas de todo brasileiro, já prestava dentro do município. Então eu era um santoandreense que foi abusado como se não fosse de Santo André. Continuava então, as resistências com a prefeitura forçando de um lado e as famílias tentando adequar suas moradias. (Bom Pastor)

F - *Eu vim pra cá, porque eu morava muito com uma irmã minha e, morar com parente, já viu, né? Todo dia tocava a gente pra ir embora, porque não queria. Como aqui tava invadindo, o moço que morava com a minha filha, na época, passou aqui, viu invadindo, perguntou pra senhora se nós podia segurar um pedaço e fazer um barraco pra nós morar. Era em 1987. Deixaram, e ele segurou um lugar pra nós. Eu vim lá do Jardim Estela³⁸. Vim pra cá em 1987, acho que morei lá só uns dois anos... Ah, antes eu morei em São Paulo, nesse tempo eu tinha marido, mas ele faleceu, fiquei mãe solteira, com uma filha só, fui morar em casa de parente porque não tinha condições de pagar aluguel, com dois anos, o parente me pôs na rua, aí viemos aqui, na segunda parte. Aí, ficamos aqui e ele foi preso, fez coisa errada e foi preso. Na época eu só tinha um menino que hoje tem mais ou menos treze anos. Só o filho, eu e minha filha. Agora mora eu, minha filha, esse filho e mais três crianças que, namorando, nos namoro ela conseguiu. (Bom Pastor)*

F - *Depois que nós pagava aluguel, nós ficou ali, depois começou a vir bastante gente. A primeira pessoa que veio foi a Mocinha, que construiu a casa dela e até hoje está aqui. Depois dela veio muita*

³⁸ Bairro de Santo André.

gente. Essa parte daqui foi ocupada muitos anos depois. A primeira parte tem quarenta anos... E a segunda parte, que é onde a gente está, tem dezesseis anos. (Bougival)

F - ... Eu moro aqui há dezesseis anos, vai fazer dia 14 desse mês, que eu moro aqui, e eu vim pra cá porque eu não tinha condições de pagar aluguel. Eu vim da “Vicente Linguanoto”, que é nesse mesmo bairro, só que a rua se chama Vicente Linguanoto. A gente pagava aluguel, mas daí, eu fui atropelada, meu marido ficou desempregado, meus meninos era tudo pequeno, então nós viemo pra cá. Foi dia 14 de março de 1987. (Bom Pastor)

F - A gente veio pra cá em 1987 porque minha mãe sofreu o acidente e o meu pai foi desligado da empresa de onde ele trabalhava. Então, meu pai se viu sem uma alternativa para pagar o aluguel e, com cinco filhos pequenos, a única

F - Eu morava no Guaraciaba. É aqui mesmo, aqui em Santo André. Morava no Guaraciaba...depois eu tinha uma colega que mudou pra cá, aí nesse intervalo da minha amiga ela falou pra mim que tinha uma pessoa que tava vendendo um barraco e se eu não queria comprar. Eu conversei com meu marido, nós pagava aluguel, aí falei com meu marido e ele falou: “é, vamos comprar, né?” Nesse meio tempo meu marido ficou desempregado. Com esse dinheiro que recebeu da firma, nós comprou o barraco, que era da Vanda. Fica na viela dois, número 31, nós comprou por 30 cruzeiro, era no tempo do cruzeiro, então pagamo com a indenização que meu marido recebeu. O aluguel era muito caro, né, não podia pagar. Meu filho tinha três meses quando a gente mudou pra cá. Ficamos no barraco dez anos e agora consegui fazer minha casinha, né? Antes disso eu morava em Mauá. Nasci na Bahia. Eu nasci na Biritinga. Numa cidade chamada Biritinga. Vim pra São Paulo. Eu fiquei em Mauá uns cinco anos ou seis, depois eu mudei para Santo André. (Gregório de Matos)

saída foi vir pra cá. O cunhado da Ercy tinha já, há alguns dias, conversado com meu pai e falado que tinha esse terreno da prefeitura, daí a gente veio pra cá. Quando a gente veio pra cá, morava apenas a família da dona Ercy, com as sobrinhas. A gente invadiu essa parte numa noite e na noite seguinte, já veio a dona Dejanira com a filha e o genro, em seguida veio a Maria José, a Marilda, a Maria que era uma senhora casada com um japonês e tinha duas filhas, e, assim por diante. Por volta de uma semana no máximo, essa parte da favela, da esquina da Avenida Bom Pastor, até chegar na ponte, já estava totalmente tomada por barracos. Depois disso, começou uma outra parte, depois da ponte, o pessoal começou a tomar conta, por falta de opção, eu acredito. (Bom Pastor)

F - *No meu tempo tinha pouca gente, tem muita é agora. No meu tempo não entrava muita gente, agora tá entrando muito. Planejada de ocupar ela foi muito, assim entrou demorou por volta de ... Pra chegar a 150 família nesse núcleo, que mais ou menos era o que comporta no caso de urbanização, demorou mais de dez anos. Não teve uma ocupação planejada como em outros locais, como a turma diz vai lá prepara o movimento, prepara o número de família que comportava o terreno e ocupava numa semana, numa noite. Aqui foi ao contrário, aqui o pessoal foi entrando conforme não aguentava mais o aluguel, foi acertando o núcleo e isso veio até por volta de 86, 87. Pra completar mais ou menos. (Gregório de Matos)*

M - *... já em 78, 80. Já tinha um grupo que fazia tipo uma comissão pra reivindicar essas coisa, por exemplo essa luz que veio, mas não tinha uma associação fundada. Antes de eu vir já tinha. Eu cheguei em 81. Então, já existia um grupo. Nesse grupo tinha o Narciso, o Valdo, tinha o cumpadi Cícero, mas que batalhava, que ia em cima, que procurava luz, água, que não tinha também, era uma torneira*

aqui em baixo pra todo mundo Daquilo ali a gente foi cavando e puxando, quer dizer, o município veio e pôs uma torneira: “Vocês vêm buscar água aqui!” Nós compramos os canos e levamos pra frente, de três torneiras a gente instalou água em toda a comunidade. Isso no início dos anos 80. (Gregório de Matos)

F - *...Aqui tinha uns vinte barracos. Depois que se estendeu e quando a gente viu que ia se estender muito, em 96, a gente resolveu formar uma comissão. A gente queria montar uma associação até pra tá tendo um controle, pra buscar melhoria pros morador daqui. Porque água e luz aqui, é clandestino. A gente pegava água e luz do seu Alcino. Conforme as famílias vieram ocupando, a gente foi se reunindo, fazendo as instalações de água, colocou energia, tudo clandestino. Em 23 de maio de 96, montamo estatuto. Aí passou a ser uma associação legalizada. A primeira dificuldade aqui era água, luz e esgoto. Os moradores se unem, um dá um pouquinho, outro dá outro pouquinho, pra luz, no caso, ligamos a água. O esgoto também fomos nós. A maioria tava tudo desempregado, mas cada um fez um pouquinho. Já mudamos essa energia aqui umas três vezes. A gente liga ela lá no poste, que essa luz é de São Bernardo. Como ia tendo muitos moradores, o cabo não guentava, rebentava, a gente ia lá e ligava de novo. E outras dificuldades que a gente tem aqui são as vielas, que a gente não tem condição de estar cimentando. A gente, quando adocece uma pessoa aqui, a dificuldade é descer com uma pessoa pra ambulância. Estamos em constante perigo, por causa das árvores. Às vezes a gente fala pra algumas pessoas, e a pessoa fala: “mas, ninguém mandou vocês irem morar ali.” Só que não é por aí. Se a gente taqui é porque tive a necessidade de estar aqui e continuamos aqui até hoje. Só vai sair quando tive a nossa casa. O sonho de todos nós aqui é moradia própria. Ter o cantinho da gente e morar dignamente. Então a gente tá correndo atrás disso. Já agendei reunião lá em São Paulo, na*

habitação, com o secretário do Covas. A gente foi lá pra estar discutindo. Tinha um canal que a gente tá negociando uma área pros moradores. Nós não quer nada de graça, não. Se sai alguma coisa pra gente aqui, todo mundo quer pagar direitinho. Esse ano passado, eu montei uma nova ata, porque teve que renovar, ainda não foi registrada. E a gente tá sempre participando de plenária, a gente tá sempre reivindicando melhoria praqui. Aqui é uma área preservada. Toda reunião que a gente participa, encontra barreira, porque essa área aqui, é uma área preservada. O pessoal do meio ambiente pega pesado mesmo. Tem outra coisa: a gente não quer destruir nada aqui. Você pode ver quem mora aqui, tem barracos aqui, tem casas aqui que tem árvores dentro da casa. O que a gente quer é sair daqui, pra uma área que seja menos perigosa. Porque essa área aqui é muito perigosa. Por causa das árvores. Porque quando chove, quem tem coragem fica dentro da casa, quem não tem muitas vezes a gente já saiu lá pra cima. Muitas vezes já caiu árvore aqui, já destruiu barraco, machucou senhora, machucou criança. Também tem esses barracos aí, que estão em área de risco, que estão na beira do rio. Inclusive a gente tá fazendo um trabalho com a Defesa Civil, que a gente está removendo as famílias pro uma área lá em cima, chamada “área limpa”, por não ter árvore. A gente tá removendo as pessoas pra lá, porque dois barracos já caiu dentro do rio, tem até foto aí. Com a chuva, a erosão vai tirando a terra. Já fizemo favela limpa aqui, porque isso aqui era um lixão. Até a vizinhança do outro lado jogava lixo aqui. Isso era um programa da prefeitura junto com o Semasa. Ficou bom. A prefeitura veio com caminhão, teve a vacinação primeiro na gente, pra gente estar fazendo, a gente se reuniu, ficou limpando aqui dois dias. Outra coisa muito importante que a gente conseguiu aqui, foi o cadastramento das famílias, pela prefeitura, pela habitação, até pra ter um controle, pra saber quantas famílias residem aqui. (Haras)

F - Cadastrada aqui, tem 258...deve ter uma base de 600 a 800. Porque no caso: eu vim, né? Aí, digo: vou trazer meu irmão. Aí, vem meu irmão com a mulher e vai aumentando. Mas, a residência não. Vai aumentando só a família. Vem morar no mesmo barraco. Criança aqui também tem bastante. Varia o número de pessoas no barraco. Tem barraco que tem 6, tem outro que tem 7. Aqui por exemplo, tem 8 pessoas. Tem em torno de umas 800 pessoas em barraco, que são residências, né? Tem na faixa de trezentos. Agora, cadastrado, tem 258. (Haras)

F - Eu vim pra cá em 81. Aqui foi crescendo por necessidade do povo. Ali veio a família, casou os filhos, constrói um pedacinho, constrói dos lados, divide com os filhos. Cada casa, às vez tem dois, três filhos que mora junto. É muito apertado? É, mais às vez tem que morar junto

F - Em 80, isso aqui já tava cheio. Já não tinha mais espaço. As pessoas foi construindo nos terreno, porque não tinha condições, muitos vieram do interior, que pagava aluguel e não tinha mais condições. Outros foi comprando barraco e construindo também e foi isso. Nesse tempo também, vinha fiscal da prefeitura embargar as pessoas que construía, vinha polícia, eles levavam material do povo, desmanchavam barraco. Inclusive, a minha vizinha que não pode vir hoje, mas quando ela pegou o terreno dela pra construí o fiscal veio e embargo, ela encheu a casa de criança, pra dizer que era filho dela, ele ficou com dó que ela não tinha lugar pra onde ir e deixou ela construí. Depois ele colocou uma placa grandona na parede da casa dela dizendo que era proibido construí barraco. Naquele tempo o povo continuou a construí seus barraco. Passado alguns anos, o povo construiu sua casinhas e hoje nós tamo aqui morando. Tem mais outras pessoas. Mas, a maioria não tá mais aqui. Outros conseguiram comprar terreno, construir casa, uns mudaram, outros foram embora pro interior, devido ao desemprego, foram embora. Mas, do meu tempo, tem muitas pessoas aqui, ainda. Tenho 48 anos. Hoje aqui são só dois filhos e eu. O meu marido é falecido. (Homero Thon)

se não pode compra lá fora. E, aqui dentro a gente é uma família. Não tem preconceito com ninguém. Eu luto com pessoa aqui há 18, eu acho um pessoal legal. Às vez, tem alguma conversinha, mas, sabendo conversar, sabendo lidar, até hoje eu nunca achei pessoa que me destratasse. A luta aqui é muito grande. Hoje eu tô sozinha. Mas, eu tô indo sempre na prefeitura. A gente precisa de muita coisa aqui, de ajuda do povo da prefeitura não só na eleição. (Homero Thon)

F - *Eu morava na rua 3 antes de vir pra cá. Sempre paguei aluguel e sempre pedi a Deus que eu encontrasse um cantinho e aí vim morar aqui. Fui pagando aos pouquinhos. Quando eu vim morar aqui, a rua era bem estreita e tudo era mato. Não tinha a rua de cima, era tipo um caminho. Aqui não passava gás, lixo, era tudo caminho. Como era muito expansiva, gostava de conversar. Eu trabalhei na prefeitura dois anos. Ali conheci muitas pessoas, comecei a ir lá e reivindicar tipo lixo, era lixo pra todo lugar, principalmente aquela parte lá em baixo. Todos reclamavam. Tinha pessoas mais velhas do que eu aqui. A dona Maria, moradora mais velha que eu aqui, o senhor Alfredo, eles não sabiam, só reclamavam, aí eu fui na prefeitura, levava folha assinada, reivindicava, pedi pra arrumar a rua, pedi pro caminhão entrar, então começou a passar o lixo, o gás. Eu sem querer comecei um trabalho aqui na comunidade, eles vinham até a mim pedir. A luz mesmo, chegava só até o número 40, de lá pra cá não tinha luz. Eu ia nas reuniões da prefeitura. Éramos uma equipe de cinco pessoas, era noite cheia e mesmo assim, a gente ia e pedia, reivindicava, pegava no pé. Água não tinha aqui, aí começou um processo do Semasa, tinha na minha casa, eu fui presidente deste núcleo quatro anos. Éramos em cinco: a Nicole, o Antônio, o Antônio Gilberto de Souza e a Niete Moreira, Foi de 1991 a 1994. Aí, veio a dona Isaltinha, passei o cargo pra ela, que veio a falecer e depois veio o problema do leite, que ela deixou sem correr*

atrás, e eu estou correndo atrás, cento e poucas famílias pegam o leite. Não faço mais nada além disso. (Pintassilgo)

Este capítulo evidencia um processo histórico de expansão das favelas de Santo André nos anos de 1980, motivado principalmente pela crise habitacional, pela desigualdade social e pelo desemprego estrutural, que atingiram de forma mais cruel as populações migrantes, pobres e racializadas. A fala *“aqui o pessoal foi entrando conforme não aguentava mais o aluguel”*, sintetiza não apenas uma escolha econômica, mas um ato de sobrevivência diante da exclusão urbana e da ausência do Estado.

Projeto Intolerância Zero. CERIS. Oficinas sobre a questão racial. 2003.



Essas desigualdades não são apenas econômicas, mas também raciais e de gênero. A maioria dos moradores (as) citados pertence a famílias negras e nordestinas, historicamente marginalizadas. Suas trajetórias refletem o racismo estrutural que nega acesso a emprego digno, crédito, educação e moradia. As mulheres negras, especialmente, carregam sobre si o peso triplo da pobreza, da discriminação racial e do patriarcado.

O racismo institucional se manifesta no campo da saúde ao operar como um sistema de práticas, normas e estruturas que gera desigualdades raciais nos serviços e nas políticas de saúde. O

racismo institucional vai além do preconceito individual, configurando-se como uma lógica estrutural que resulta em tratamento desigual, barreiras ao acesso e lacunas na produção de conhecimento e nas ações de saúde voltadas à população negra, especialmente mulheres negras. A escassa presença do tema nos currículos e na pesquisa em saúde contribui para a invisibilidade das necessidades específicas dessa população e para a manutenção de desigualdades. (WERNECK, 2016)

A presença marcante das mulheres como lideranças comunitárias, articuladoras e provedoras demonstra uma forma concreta de protagonismo feminino popular, mesmo que invisibilizado pelas políticas estatais. Classe, gênero, raça e território se entrelaçam nas narrativas de mulheres e homens que ocuparam os espaços periféricos do município.

As mulheres, aparecem como sujeitos centrais da luta cotidiana: são elas que enfrentam o peso maior da pobreza, a perda dos maridos (por morte, prisão ou abandono) e ainda garantem a sobrevivência da família e a consolidação das moradias. Essa dimensão de gênero e racial é crucial, pois demonstra que a urbanização desigual afeta de forma desproporcional as mulheres negras, especialmente as chefes de família, que assumem, em muitas vezes, a frente das ocupações, reivindicações e mutirões.

O capítulo dialoga diretamente com diversos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. As falas demonstram como a pobreza urbana empurra famílias para territórios precários, evidenciando a insuficiência das políticas públicas de habitação. As famílias migrantes vindas do Norte e do interior paulista encontraram nas favelas a única possibilidade de não viver na rua. Mostra como o aumento da população favelizada reflete um modelo urbano excludente, que concentra riqueza e serviços nos centros e empurra os pobres para áreas de risco. A

ausência de água, luz, saneamento e transporte reforça as desigualdades territoriais.

As falas sobre as associações de moradores, a autoconstrução e as ações coletivas (como o “favela limpa”, o cadastramento das famílias e as lutas por urbanização) revelam práticas populares de planejamento participativo e sustentabilidade comunitária, mesmo sem o reconhecimento formal do poder público.

Os relatos de resistência às ameaças de remoção e da busca por diálogo com a prefeitura denunciam a necessidade de governança inclusiva e democrática. A fala da moradora do Haras, por exemplo, é um retrato da luta por reconhecimento como cidadã de direitos.

As narrativas expõem as contradições do desenvolvimento urbano: enquanto Santo André se industrializava e consolidava sua imagem de cidade moderna, milhares de famílias eram empurradas para as margens, literalmente, sem infraestrutura e sob risco ambiental. A expansão das favelas é, portanto, consequência direta do modelo de desenvolvimento que prioriza o mercado imobiliário em detrimento do direito à moradia. (BRASIL, 1988)

O capítulo também traz uma dimensão de agência coletiva: diante do abandono, os moradores se organizaram em comissões e associações, demonstrando que a favela é um território político, onde se produz cidadania e solidariedade. A autogestão da água, da energia e até do saneamento é um exemplo concreto de ODS 17 – Parcerias e meios de implementação, pois reflete a criação de redes locais de cooperação que substituem (ou pressionam) o Estado.

Esse capítulo evidencia que o aumento das favelas nos anos 1980 não é resultado de “invasão desordenada”, como muitas vezes é narrado nos discursos oficiais, mas de um processo histórico de exclusão e resistência. O crescimento das comunidades expressa a permanência da desigualdade estrutural no país, resultado de um projeto histórico de exploração que se atualiza ao longo do tempo.

Ainda assim, as favelas aqui estudadas revelam-se como verdadeiros territórios de reinvenção da vida: laboratórios de sobrevivência, espaços de luta coletiva, de solidariedade concreta e de esperança que resiste e se organiza todos os dias.

6) Ocupação não é invasão: direitos, pertencimento e a dignidade do morar

“Eles nos chamam de pobres
como se fosse culpa nossa.”

Carolina Maria de Jesus

M - *A invasão é quando você invade sem necessidade e a ocupação é quando se é obrigada, então você não invadiu, apenas ocupou um terreno que estava sendo inutilizado, uma área que ninguém estava utilizando ela e você, por se achar em condições difíceis, passa a ocupar a área. Eu acho que é essa a diferença, porque no meu “haver”, invasão é quando você invade sem necessidade, você não precisa daquilo, você saiu de uma casa, e invadir um terreno seja próprio ou da prefeitura, é uma invasão. Agora, quando você tem uma ordem de despejo e ocupa uma área que não tá sendo utilizada, não tá servindo pra nada, então você ocupou. Então, quando na televisão falam que um determinado grupo invadiu um lugar... Eu discordo. Sou contra. Esses dias eu vi na televisão, lá na Paraíba, a polícia espancando um grupo de trabalhadores porque eles invadiram um pedaço de terra, passando com os tratores por cima de plantação, aquilo me dói muito. Deixa quem quer plantar, trabalhar, fazer isso. A evolução começa por onde? Pelo trabalho, né? Então, se não dá espaço pra quem quer trabalhar, então como esse país vai em frente?... Mas tinha pessoa aqui que recebia aluguel e morava na favela, hoje não tem mais aqui. Mas, eu acho que isso é um invasor. Ele alugou o barraco aqui e alugou uma casa*

M - *Eu diria que eu ocupei. Por que Deus não marcou terra, não vendeu terra pra ninguém. Ocupei o que é meu. Embora, ninguém aceitava, mas eu ocupei o que é meu. Que eu acho que todo o ser humano, toda pessoa tem direito à moradia. Tem direito a um pedaço de terra pra fazer a sua casinha... pra plantar, pra criar os filhos. Não é meia dúzia de gente com terra a perder de vista, tudo coberto de mato. Isso eu acho que é uma coisa muito errada. Tomara que um dia, isso chegue na mão do presidente (ele dá risada) ... Eu acho que é falta de entrosar. De estar entrosado. Porque se a gente ficar afastado, só esperando, você não tem essa visão. Agora, se você começa a acompanhar, tá no meio da sociedade, aí, começa aparecer alguma visão. Eu tenho isso aí, há muito tempo. Eu não tenho um sítio pra plantar, mas eu acho que a terra é nossa, porque Deus quando fez o mundo, ele não dividiu pra ninguém. A terra era dos índios. Por isso que eu acho que quem estuda muito deixa de ser humano. Porque daí já vem a ambição... Mas, tem muita gente que é analfabeta que é ambicioso. Ambição não é coisa que vem do estudo. Mas, eu acho que a maioria que estuda, fica desumano. A maioria. É igual político. Tem um monte de político que é ladrão, mas tem muito político gente boa. A maior parte é ladrão. A maior parte. É difícil achar, mas tem. Pode ter o melhor presidente do mundo, não só do Brasil, mas do mundo, bota ele lá em cima, que vai sempre aparecer um palhaço pra falar mal dele. Se tem gente que fala mal de Deus, imagina do homem!*
(Bougival)

fora da favela e foi morar lá fora. Aqui dentro eu não conheço, mas sei de favela que tem. (Gonçalo Zarco)

M - *As duas pode estar correta, (ocupação ou invasão) mas a mais correta seria ocupação... Porque todo o espaço que vem a ser público e há uma necessidade maior, inclusive a econômica e a social, a gente tem o direito de ocupar. Agora, se está certo ou não... mas, tudo que é público é do povo, e sendo do povo, a gente também é um herdeiro desse pedaço. Então, seria ocupação e não invasão.* (Bom Pastor)

F - *É uma invasão, porque não é nosso. Não foi comprado e o terreno é da prefeitura, então foi invadido. (Bom Pastor)*

M - *O certo mesmo é que nós invadimos, né? Eu acho é que nós invadimos, porque ninguém aqui deu o terreno pra nós. Nós fizemos os barracos, quer dizer, nós invadimos o terreno da prefeitura. (Bougival)*

M - *Eu não ocupei e nem invadi. Eu cheguei aqui com a fé que a gente tava. Parece que foi Deus quem deu esse terreno pra nós. Só isso que eu falo... (Bougival)*

F - *Eu ocupei, né? Porque eu comprei, né? Por que ninguém me deu de graça, eu tive que pagar com o dinheiro do meu marido, mas eu comprei né? Eu não comprei o terreno, eu comprei as madeiras lá, eu comprei as madeiras. (Gregório de Matos)*

M - *Eu ocupei. Eu ocupei porque já tinha gente, que nem, meu pai veio, eu vim logo atrás. Ele...ele...ele... Compro também um barraco. Eu não comprei. Eu já cheguei e arrumei lá um lugarzinho e montei o meu...Eu penso assim: no meu entender é que invasão é uma e ocupação é outra, né? Eu acho que é assim. Eu acho que invasão é a gente chegar lá e ir, que nem o ... que nem aquele no Centreville teve aquela invasão aquela vez lá. Aquele negócio lá no Centreville me convidaram. Mas, não fui que eu fiquei com medo³⁹. Lá foi invasão. (risos) Lá foi invasão, por que tem as casas já pronta, parece que era da Caixa Econômica, um negócio assim. E hoje, tem nego lá que tá tranquilo, com cada casona lá. Lá no Centreville. Até meu cunhado, na época, chamaram meu cunhado pra, invadi lá, que ele pagava aluguel. E eu acho que já é uma invasão. Por que... Vou ver se eu tento exprica para voeis, porque é meio complicado,*

³⁹ Uma senhora, D. Maria, que já havia sido entrevistada, faz uma intervenção.

né? É, eles vieram de outro lado também, né, tem alguns que morava também em..., inclusive tem um, ou dois ou três... Vieram dos predinho aqui, não sei se é do Cruzado II, se não falha a memória é do Cruzado II. Não sei se eles pagavam lá, depois não conseguiram pagar, não sei que rolo que foi. E atrás desses daí vieram mais. Vieram... Acho que hoje já tá no torno de, se não me engano, de 10 a 15 morador nessa área que eu tô falando. (Gregório de Matos)

M - *Acho que invasão não existe. Existe ocupação. Porque a pessoa não invade, ela ocupa porque precisa de morar, então não é uma invasão, é uma ocupação. Invasão é se ele chegasse aqui, pegasse pra vender. Mas é, no meu ver, como critério, invasão seria coisa de você invadir pra... Mas, não. A pessoa faz uma ocupação, ele ocupa um lugar pra ele morar. Nesse caso não existe invasão, é ocupação mesmo... se a pessoa alugasse, morasse no bairro, aí ele tava invadindo uma área que não era dele. Mas, no caso não. No caso é uma pessoa que ocupa um lugar pra morar por motivos que talvez, nem ele gostaria de tá morando num lugar sem estrutura, sem nada. Ele ocupa aquilo ali porque ele tem necessidade de ocupar. Eu hoje falei pra uma pessoa que se diz muito contra essas coisas, ela diz que não tem uma casa pra morar, mas vive sem isso. Eu falei você vive e eu vou torce pra que você nunca chegue a esse espaço, por que eu tenho certeza, que se um dia você não puder pagar um aluguel, você não vai pra debaixo da ponte, você vai ocupar um lugar igual eu ocupei. Ela deu as costas e foi embora. (Gregório de Matos)*

F - *Ah, eu acho que é ocupação. Porque quando um grupo se reúne e ocupa uma terra que tá vazia, algum motivo teve pra eles vir. Eles não podem mais pagar um aluguel, tá morando na rua, num tem condição de vida, tá desempregado, aí vai e se reúne um grupo e*

ocupa aquele pedaço de terra, monta suas barracas, e vai morar, pra pode sobrevive. Eu acho que é isso. (Gregório de Matos)

F - *Nós ocupamos e não invadimos, porque a prefeitura mediu os lotes. Foi tudo assim. Num foi a gente que invadiu, teve o acompanhamento da prefeitura.*

Foi São Bernardo quem loteou.

Agora nós estamos indo para Santo André, pra ver se a gente consegue a legalização da terra.

Santo André diz que essa área faz parte do município de Santo André? Isso. Esse terreno pertence a prefeitura de São Bernardo,

porém está dentro do município de Santo André. Quem tem que legalizar agora é a prefeitura de Santo André. Vocês acham que existe uma diferença entre ocupação e invasão? Qual? Eu acho sim. Porque invasão, a pessoa vem ali e tá invadindo. E, nós ocupamos. Com autorização, né? E apoio da prefeitura. Eles estavam acompanhando nós, então não somos invasores. (Jardim Primavera)

F - *É. Ocupei. Fica mais bonito, né? Vim morar aqui por necessidade. Eu trabalhava, fiquei desempregada, não podia pagar aluguel, vim e ocupei esse lugar que eu estou até hoje. (Haras)*

M - *Olha, eu vou te falar que foi em 1991 que aqui tudo começou. Hoje aqui tem 200 e poucas. 230, 231 famílias. Penso que invasão é quando a gente pega pra invadir, e, ocupação foi igual nós fizemos: pegamos loteamento da prefeitura. Foi tudo junto, devagar. O povo fazia como tava podendo. Não tinha força de pegar e já ir de uma vez, né? Não tenho nenhuma base pra falar como é que foi. (Jardim Primavera)*

M - *A invasão é quando você faz as coisas de qualquer maneira. Quando é ocupado, você tem um grupo, organiza, prepara, discute com os órgãos competentes e aí...Se vocês viessem pra cá, mas a prefeitura não incentivasse vocês, o que seria? Aí é invasão. Porque não tem autorização pra ser ocupada. (Jardim Primavera)*

M - *Olha eu não diria que aqui foi invadido, não com certeza, mas segundo comentários de algumas pessoas das antigas, esse terreno pertence ao frigorífico. Tanto que quando veio ligar a luz, pois quando eu vim morar pra cá não tinha, era lampião, precisou o senhor Joaquim do frigorífico, o dono do terreno, assinar, autorizando a Light a vim ligar a luz nessa comunidade.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *A invasão que eu conheço é aquela que você chega e vai pegar um objeto que não é seu. Isso é o que a gente conhece por invasão. Se eu cheguei, já comprei de outro, na minha opinião, não foi invasão.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Eu acho que deveria ser ocupação, se bem que na lógica, quando você se apossa da coisa que é de outro, ou toma ou invadiu, né? No caso daqui, eu não invadi, porque eu cheguei, já tava invadido. Simplesmente, me passaram algo falando que num futuro ia ter uma negociação dos moradores com a prefeitura, com o proprietário - que seria o Dr. Celso Neves e mais dois ou três irmãos - e a associação. E aí a gente ficaria pagando um tipo de uma associação até sair esse negócio do terreno, porque quando saísse a negociação, a gente ia pagar pelo valor estipulado do terreno. Houve essa negociação, porque um tal de Dr. Pedro cuidava de tudo nessa época, tinha registro e tudo, muitos pagaram logo no início...* (Vista Alegre)

Esse capítulo traz um debate potente e estruturante da história das favelas: a disputa simbólica e política entre os termos “invasão” e “ocupação”, categorias que ultrapassam a linguagem comum e atravessam o campo dos direitos humanos, do acesso à cidade, à cidadania e justiça social.

Por meio dos depoimentos, emerge uma consciência coletiva que reconhece o direito à moradia digna como condição essencial da

vida. Um direito que está inscrito tanto na Constituição Federal de 1988 (art. 6º) quanto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11), que propõe “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros e sustentáveis”. (BRASIL, 1988; ONU, 2015)

A diferença semântica entre “invadir” e “ocupar” reflete um embate de narrativas de poder. Enquanto o discurso dominante criminaliza as populações periféricas e associa suas práticas de moradia à ilegalidade, os moradores se reconhecem como sujeitos de direito que ocupam territórios por necessidade e resistência, não por transgressão. A fala de uma moradora é exemplar: *“A invasão é quando você invade sem necessidade e a ocupação é quando se é obrigada.”*

Essa distinção é um gesto político de reapropriação do discurso e uma forma de ressignificar a identidade social da população favelizada, contrapondo-se à estigmatização. Percebe-se que essa luta é atravessada por camadas de desigualdade de classe, gênero e raça: as mulheres pobres e negras, que aparecem em muitos dos relatos, são frequentemente as primeiras a lutar por

moradia e a construir os espaços domésticos e do cuidado, ao mesmo tempo em que enfrentam o peso da invisibilidade e da responsabilização moral pela “ocupação irregular”.

Essa dimensão interseccional dialoga diretamente com os ODS 1 (Erradicação da pobreza) e ODS 5 (Igualdade de gênero), ao evidenciar como a pobreza urbana se expressa de modo mais intenso nas trajetórias femininas e racializadas. As falas das mulheres que *“ocuparam porque precisavam de morar”* não são apenas relatos individuais, mas testemunhos de uma resistência coletiva frente à exclusão histórica do mercado formal de habitação. O ato de ocupar, nesse contexto, é um ato de sobrevivência e de afirmação de cidadania.

Também há nos depoimentos um senso comunitário de organização e solidariedade, que se articula ao ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes). Quando os moradores se organizam em associações, lutam pela regularização fundiária ou denunciam a violência policial e o preconceito midiático, estão construindo um espaço político de legitimidade, onde o diálogo entre poder público e comunidade torna-se indispensável para a sustentabilidade social e urbana. Por fim, a palavra “ocupação”, aqui, é mais do que uma escolha linguística é um manifesto político pela dignidade. Sob a ótica dos ODS e da interseccionalidade, compreender essa diferença é reconhecer que o desenvolvimento sustentável só é possível quando todas as pessoas indiscriminadamente têm lugar no território e na narrativa da cidade.

Além disso, o discurso sobre “*a terra que é de Deus*” e “*a terra dos índios*” revela um imaginário de justiça ancestral.

Uma visão popular que confronta a lógica capitalista da propriedade privada. Esse imaginário conecta-se ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), pois aponta a necessidade de redistribuição de recursos e oportunidades, questionando a concentração de renda, fundiária e a marginalização histórica das pessoas favelizadas.

7) Quem é dono da terra? Poderes ocultos, interesses privados e disputas territoriais

“A cidade é dos ricos. A nós, pobres, cabe o resto.”

Carolina Maria de Jesus

M - Bom Pastor é proveniente de um nome de um pastor e acho que tinha moradia aqui, por esses terrenos, e também vem da Avenida

Bom Pastor, do Jardim Bom Pastor, e a favela como fica apegado, usamos o nome. (Bom Pastor)

F - *Quando eu vim pra cá foi em 1975, eu tava com 25 anos, aí veio eu, minha mãe, meu irmão Toninho e a outro meu irmão que faleceu, Luís Ferreira da Silva. Viemos pagar aluguel pra um português que chama senhor Ernesto, que mora em São Paulo. É do seu Ernesto Português. Só tava eu, minha irmã que faleceu, uma mulher que chamava Vanda, que faleceu e uma família, que eu não lembro mais o nome, que tudo pagava aluguel. Era quatro famílias. Aí, a prefeitura veio e falou que ia desapropriar, que ia fazer a avenida que ia passar aqui. Derrubar o tudo as casas, a gente não tinha onde morar. A senhora ficou quanto tempo aqui até desapropriar? Até desapropriar? Ah, foi o tempo que eu trabalhei na “Vinadizen”, entrei em 1985 e fiquei até 1988. Antes tinha uma galeria que passava por aqui, daí eles cortaro a água e a gente pegava água lá na Village, nisso nós já morava tudo no barraco, que as casas já tinha derrubado tudo. Derrubaro as casas e nós construimo barraco no mesmo lugar. Minha mãe foi no advogado e o advogado pôs nós de volta, pra morar no barraco. De lá pra cá, nós tá aí até hoje. Os fios da minha irmã que era tudo pequenininho quando ela morreu, já tá tudo grande, casado, com suas famílias. (Bougival)*

M – *Aqui tem uns 35, 40 anos. Aqui tem 250, 300 famílias. E moradores em média de 1200, por aí. Vamo contar cada moradia com três, embora tenha casa que tem 10 pessoas. Então, vamo coloca uma média de 5 moradores por casa. Uns 1500 habitantes. Não tem um cadastro disso? Não tem. Inclusive nós estamos pensando em fazer novo cadastramento. Então, eu tô pensando em mapear todinho, inclusive as vielas, porque tá tudo bagunçado, inclusive os números. Por exemplo, minha casa é nº11, mas tem tanto onze que faz medo (risos). Tem 11A, 11B, 11C, 11 não sei o*

que... Quem bagunçou tudo foi a gente mesmo, que deixou entrar um monte de gente e não ter uma organização. A comissão tá discutindo... Aqui eu não sei se é da prefeitura ou da marinha. De onde? Da Marinha⁴⁰, porque a turma diz que onde tem água é da Marinha, né? Até hoje não apareceu dono. O dono somos nós, né? Trinta anos aqui... (Bougival)

M - *Que eu saiba, eu acho que pertence à prefeitura. Mas, só uma parte, porque do outro lado de cima é particular. (Bougival)*

F - *... Eu pensei que você era o neto da Baronesa. Tem seis anos que eu moro aqui e fiquei sabendo que esse terreno era de uma Baronesa. Já não tem mais rei aqui no Brasil faz tempo, hein? (todos riem). A gente tava conversando ali na entrada de noite, o meu menino mais velho disse assim: "Eu acho que vai aparecer um filho dessa Baronesa, um neto, ou um genro, pra dizer que esse terreno pertence a ele". E quando eu vi você, eu lembrei dessa palavra. É que a gente tava comentando que uma hora esse terreno é da Inocoop, outra hora é da Caixa, uma hora é do Estado, então, a gente tava falando sobre isso. Desde quando eu cheguei aqui, a gente ficou sabendo que esse haras era de uma Baronesa, que foi embora, largou isso daqui, mas, não sei mesmo. Porque falam dessa Baronesa? Não sei, o próprio gerente do haras dizia "senhor barão e senhora baronesa". Isso em 1976. (Haras)*

F - *Pelo meu pouco conhecimento esse terreno é da prefeitura. (Gonçalo Zarco)*

M - *Aonde a gente mora é da prefeitura. Tem parte que é dum tal de Barone, né ... Uma turma que vieram de outro lugar também, lá eu acho que, nessa parte aí deles, eu já acho que é uma invasão. (Gregório de Matos)*

⁴⁰ Forças Armadas.

M - *Aqui antes era um haras, o Haras São Bernardo. Onde criava cavalo. E trabalhava aqui no Haras, até acabar o haras, virou Inocoop. (Haras)*

M - *...me passaram algo falando que num futuro ia ter uma negociação dos moradores com a prefeitura, com o proprietário - que seria o Dr. Celso Neves e mais dois ou três irmãos - e a associação. E aí a gente ficaria pagando um tipo de uma associação até sair esse negócio do terreno, porque quando saísse a negociação, a gente ia pagar pelo valor estipulado do terreno. Houve essa negociação, porque um tal de Dr. Pedro cuidava de tudo nessa época, tinha registro e tudo, muitos pagaram logo no início... (Vista Alegre)*

F - *Esse terreno aqui, eles falaram que era um casal que não tinha filho e, parece que esse casal morreu e a prefeitura pegou esse terreno, por isso ficou no nome de Homero Thon. (Homero Thon)*

M - *Com certeza parece que era de uma empresa poderosa de São Bernardo, que mandava e desmandava, fazia o que queria aqui, mas, acabou não cumprindo seus contratos, por ambição e a prefeitura tomou esse terreno aqui. A empresa era a SBC, trabalhava com asfalto, fazia hospitais, pronto socorro... Ela foi extinta porque não cumpriu com seus contratos. (Jardim Primavera)*

M - *Que eu saiba, esse terreno aqui, desde que eu vim morar aqui, a gente vê falar que é um terreno da prefeitura. Outras pessoas, eu não sei, falam que é da parte de um frigorífico, do finado Joaquim. Dizem que tinha muita gente morando por aí e, ele liberou essa parte pros pessoal que era pobre faze suas casinhas aqui... Pelo menos eu tenho esses dois lados: uns fala que é da prefeitura e outros diz que é do finado Joaquim, do frigorífico, que tem até hoje. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *O alojamento era pouco pros funcionários (de um frigorífico que posteriormente foi comprado pela Sadia), então ele fez um muro ao*

lado, dividiu a chácara e, a outra parte entre a chácara e o rio, ele deixou pro pessoal que trabalhava pra ele. Tinha mais ou menos umas 10 ou 12 pessoas. Nesse intermédio de 10 ou 12 pessoas, aí, veio mais gente. Seu Joaquim colaborou muito com o pessoal. E, às veiz eu acho que não faz a limpeza, ou canalização desse rio, por causa disso aí também, de ser do frigorífico. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - ... a prefeitura sempre fala que não entra aqui porque é particular...Olha, existem duas associações aqui no momento, só que uma, pelo conhecimento que eu tenho, parece que tá neutra. A associação sempre tem aqueles anos de validade, passou daquilo, aí, tem que entrar outra e, não houve esse tipo de consenso entre a comunidade. Na escritura tá como Sítio Cassaquera, mas quando foi invadido aqui, eles chamaram de Vista Alegre, mas quando foi negociado com o proprietário, então pra mudar tudo o que já tinham feito, registraram a associação como: “Associação dos moradores do Sítio Cassaquera”. Era o outro mandato da associação? Era. Era a associação que passou a mão no dinheiro dos morador. Que até hoje nós tamos nesse sofrimento por causa deles. Se não fosse eles, nós já tinha resolvido isso o mais rápido possível. Mas, por causa deles que negociaram a área com os proprietários, receberam o dinheiro que o pessoal pagou e não repassou pro dono. Ahh foi em 96. (Vista Alegre)

Este capítulo sobre o território ocupado revela múltiplas camadas de conflito fundiário, memória e desigualdades. Traz relatos de moradores de diversas comunidades de Santo André que refletem a incerteza sobre a posse da terra e o histórico de ocupações populares urbanas. A pergunta “quem é o dono da terra?” aparece como metáfora central das contradições sociais, políticas e

econômicas que moldam as condições de vida e, portanto, as condições de saúde dessas populações.

A insegurança fundiária, não saber a quem pertence o terreno, se é público, privado, da Marinha, da Prefeitura ou de uma antiga empresa é uma expressão concreta da desigualdade social urbana. Essa indefinição impacta diretamente a saúde coletiva ao gerar a insegurança habitacional, que fragiliza o senso de pertencimento e a estabilidade emocional; ausência de infraestrutura (água, saneamento, eletricidade regular, endereçamento), fatores determinantes do processo saúde-doença; a dificuldade de acesso a políticas públicas, já que áreas não regularizadas frequentemente não recebem investimentos necessários do Estado.

Esses elementos configuram que as determinações estruturais do processo saúde-doença, não se trata apenas de ausência de serviços, mas de um modelo de desenvolvimento excludente, que distribui de forma desigual os direitos sociais garantidos na Constituição brasileira. (BREILH, 2006)

As narrativas indicam a ausência histórica de transparência e justiça social nas políticas de urbanização. O território, portanto, não é apenas o espaço físico da moradia, mas um espaço simbólico onde a população reconstrói pertencimentos e laços comunitários frente à negação institucional. O território também determina modos de vida, relações de solidariedade e redes de cuidado. A própria ideia de “organização” e “comissão de moradores” mostra que o território, ainda que precário, é espaço de potência.

A narrativa evidencia que as famílias afetadas são majoritariamente trabalhadoras, migrantes e de baixa renda, em geral com forte presença feminina (mães, irmãs, avós que sustentam os lares). Isso nos permite observar neste capítulo também que classe, gênero e território se entrecruzam na experiência de exclusão urbana:

mulheres e crianças são as mais afetadas pelas demolições, remoções e pela ausência de saneamento básico.

A história oral das moradoras revela uma forma potente de resistência: ao nomearem lugares como “Bom Pastor”, “Vista Alegre” e “Haras”, elas reafirmam pertencimento, identidade e o direito de existir nesses territórios. Essa memória é também um ato político, pois fortalece os vínculos comunitários e sustenta o cuidado com a vida e a saúde da coletividade.

Compreendemos que o processo saúde-doença é também produto de um modo de produção desigual do espaço urbano. Essas favelas e ocupações não surgem por “falta de ordem”, mas como resposta à lógica excludente do mercado imobiliário e da omissão estatal. A saúde, portanto, depende também da reparação histórica e territorial da regularização fundiária, da garantia de saneamento, da escuta das comunidades e do reconhecimento de suas formas de organização. (BREILH, 2006; LAURELL, 2007; CASTELLANOS, 2007)

O capítulo “*Quem é o dono da terra*” evidencia que a disputa pela terra é, simultaneamente, uma disputa pelo direito à vida digna e à saúde. Diante da omissão histórica do Estado e da concentração de renda em nosso país, as comunidades passam a assumir o protagonismo na produção e reprodução da vida, organizando práticas coletivas de sobrevivência. Nesses territórios, a autogestão emerge não apenas como resposta à necessidade material, mas como forma de afirmação do direito à existência, à saúde e à cidade.

8) Cotidiano e a sobrevivência nas favelas

“Levanto, arrumo o barraco e vou à luta.
Todos os dias recomeço.”
Carolina Maria de Jesus

M - A família veio em pedaço: eu trouxe um pouco primeiro, veio um filho e uma filha. Depois veio a esposa e um filho pequeno e veio mais uma filha por último. Porque não dava pra vir todo mundo de uma vez, então veio aos pedaços, um de cada vez, porque eu não tinha dinheiro pra pagar as passagens. (Gonçalo Zarco)

F - Não tinha esgoto, foi difícil o começo, não tinha esgoto, não tinha luz, não tinha água, mas até vizinho fora da comunidade, ajudou nós nisso. Luz tinha que ser na lamparina e vela, que nós comprava. Ficou uns dois anos nessa agonia. Só quem não pode sair dali mesmo, pra ir pra outro lugar, é que não sai, porque é um martírio, a gente vive bem dizer amontoado, sem ter nada de conforto. Foi difícil... na época a gente não tinha dinheiro pra comprar cimento pra cimentar, então foi difícil ficar no barro, ficar sem água, sem luz, sem nada. Depois de um mês a gente cimentou o chão. Ficar sem banheiro é difícil. Com um ano e pouco que a gente veio fazer banheiro e melhorou mais a situação. Depois de dois anos, vieram colocar luz e água e, hoje, a gente já tem até telefone. Hoje em dia nós estamos praticamente no céu, porque temos todo o conforto. Não como uma casa por aí, com todos os conforto de ter construído direitinho, porque não tem a segurança se sai hoje ou sai amanhã. A gente fica com medo de construir. Então, eu até hoje eu só construí banheiro e a cozinha. O resto eu não quis construir, por causa de gastar o restante que tem, em vão. (Bom Pastor)

F - Dia 20 de fevereiro completou 10 anos que estou aqui. Quando eu vim pra aqui eu comprei o barraco de uma mulher chamada Maria. Eu morava de aluguel lá na frente, na Avenida Atlântica. Sou só eu e o meu filho e eu moro com um homem há doze anos. É companheiro. Eu não sabia mais o que fazer. Eu saí da firma com problema de coluna, pressão alta, fiquei desempregada, ninguém queria eu mais pra trabalha, aí eu vim pra cá. Saí doida procurando lugar, não achava mais. Meu filho tava desempregado nessa época.

O marido tava desempregado também. Aí, com os direitos que eu peguei da firma comprei esse barraquinho que eu tô dentro hoje, graças a deus, que a maior vontade minha era ter uma casa, mas deus não quis me dar uma casa, me deu um barraquinho que me cobre pra ampara o sol e a chuva... Já choveu, já tirou as telhas, o vento descobriu, eu completei a cobrir de novo, mas nunca tem melhoria assim, pra chegar a fazer de bloco. Eu não trabalho. Só o marido trabalha de vez em quando de pedreiro, ele não trabalha mais registrado, que ele já tem 52 anos. O fio casou, já foi embora. Agora ficou só eu e ele e uma menina que eu crio. Eu não pude mais trabalhar, que eu sou doente. Tenho pobrema na coluna e no nervo ciático da perna, que fica doendo direto. Tenho meu barraquinho que é a melhor coisa do mundo se a gente não sair daqui. (Bom Pastor)

F - *Como e quem decide sobre as novas moradias? A gente tem uma intervenção. Eu como conselheira chego e converso, ou se não eu, a Zenilda ou o Bio. Se não, o pessoal mesmo liga pra prefeitura. Aqui tem barraco de todo preço: R\$2.000,00, R\$5.000,00, R\$10.000,00. Pra vender tá na faixa de R\$3.000,00 a R\$ 4.000,00. (Gonçalo Zarco)*

F - *Eu só sentia muita falta de água, que não tinha água. Era a água que não tinha. Eu nem dormia a noite, que eu ficava até uma hora da manhã esperando a água chegar pra mim lavar roupa. (Gregório de Matos)*

M - *É numa parte melhorou. A gente inda vamo chega lá. Quando eu cheguei aqui a Gregório era chão, ainda, não tinha asfalto, o ônibus, o ponto do ônibus era lembaixo, na Ronaldo de Carvalho, era final da Magalhães, mas eu acho que hoje, quem ta mandando tivesse lutado melhor, não taria numa situação em vista do que se encontra hoje. Podia ta melhor, né? É porque eu acho que a*

comissão, não sei se é da comissão, que a gente não pode falar da prefeitura que a prefeitura tem ajudado, né? (Gregório de Matos)

M - *No início foram por volta de 8 famílias. Incrúve, na época, essas famílias, eles pegavam luz do vizinho de rua, aqui tinha o seu finado Sebastião, o pai, os meninos que moravam ali, eles pegavam luz do meu irmão que morava aqui. Ele pôs o relógio numa caixa grande, um relógio com bastante capacidade, daí ele servia luz pra eles aqui e eles pagavam em comunidade. Não era alugado. Era... Chegava conta de luz, se era aqui, onde eu morava era assim, o Narciso, e outros que tinha aqui. Então, chegava conta de luz, eles dividia igual parcela pra todos e pagava a luz assim. (Gregório de Matos)*

F - *Porque seu marido veio lá de Juazeiro? Porque lá não tinha inverno, não chovia. A gente plantava roça, perdia o legume, não colhia o legume, porque a chuva não deixava. Sofreu as necessidade, a irmã dele morava aí e a gente resolveu vir. Eu vim morar aqui porque meus meninos vieram tudo pra cá. Quiseram morar aqui. Daí, chegemo aqui, fomo morar na beira do rio. É muito triste, viu? Eu não gosto. Até hoje eu não gosto. Moro aqui porque não tem jeito. Comprei um terreno, mas não deixaro eu construí porque era área de manancial, que ficava lá na “Rosa Mista”, perto da Volks. Depois, comprei um apartamento, paguei quatro anos, o apartamento não saiu. Ai, continuo aqui. Comprei aqueles apartamento dali do Montanhão. A gente não tem saída. Tem que ficar aqui, olhando pro rio...Aqui eu tinha um tio, que ele trabalha a muitos anos na prefeitura. Eu tinha acabado de chegar e ele falou que tinha um barraco pra vender. Eu comprei um barraco, mas tão na beira do rio, que tava quase caindo. Quando nós fizemo aquele barraquinho mais pra cima, quase caiu dentro do rio. (ela se emociona nessa hora). Fizemo aquele barraquinho lá e tamo aí, ainda bem que é de bloco. Mas, eu morro de medo de bala. Na hora*

do tiroteio, eu tô morrendo de medo... Completou dez anos que eu moro aqui esse mês. Foi em 91. Tá com tempo, hein? E olha que tá com tempo que eu tento sair daqui e não consigo. Não tem jeito. Gente, deixa eu ir embora, que eu tenho muito o que fazer. (Haras)

F - *Quando chegamos aqui não tinha nada, aí, depois que a prefeitura doou os terrenos, a gente foi construindo as casa, daí pra frente foi tendo. O único documento que tem aí é a conta de água e luz. O terreno é da prefeitura. Mas aí, tem esse porém. Na época, a prefeitura de São Bernardo é que fez a urbanização. Hoje, a área é de São Bernardo, mas o município é de Santo André, então, nós tá nessa “pendenga” até hoje por causa disso. Mas, legalização, não temos nada. A dificuldade tá aí. (Jardim Primavera)*

M - *...Bem, essa ameaça sempre existiu, quando eu cheguei aqui. Toda época de política existe pessoas que trabalha esperando uma política, tem conhecimento das pessoas na prefeitura, então, sempre sai aquela conversa: “Tal lugar vai sair a favela”. O prefeito vai modificar, arrancar a favela, tirar o pessoal, vai dar terreno, construir casas em outro lugar... isso foi a única coisa que aconteceu por aqui. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Nós começamos, juntamos algumas pessoas aqui, que respondiam por alguma coisa e procuramos a prefeitura, fomos falar com eles que a gente precisava, afinal tava morando aqui. Enquanto tava as famílias chegando que era só adulto, tudo bem, mas foram chegando as crianças, filhos pequenos, então precisava mesmo. E foi assim que conseguimos. Só que quando vieram ligar, falaram que esse terreno pertencia a tal lugar, então precisamos da aprovação do proprietário dessa área pra ligar a luz...Quando eu vim morar aqui, o tamanho que está isso hoje, era o tamanho que tava. Não cresceu mais. Justo que não tem mais espaço. Eu moro no segundo de lá pra cá. A única coisa é que o meu era o número Um, da ponta da entrada daqui da Caiubi. Só que ficou uma areazinha*

F - Olha, a Rose morava na rua Seis, perto de rua de terra. Um dia vim passar aqui, me encantei com tanto mato, a natureza e, no fim da rua tinha uma praia. As pessoas passavam de shorts, era um beco. A Rosa, quando veio morar aqui, ela e o marido e seis filhos, já tinha alguns barraquinhos, vinha um, invadiu, foi aos poucos, um foi passando para o outros. O morador mais antigo, as casas eram de alvenaria. A Pintassilgo, pra prefeitura, era inexistente, não tinha no mapa. A prefeitura não ficava sabendo. Quando vieram a saber, já estava tudo construído. Ai, eles começaram a perguntar quem era a presidente e, vinham na minha casa conversar. Pessoal da habitação pediu pra eu não deixar aumentar, eu dizia como eu ia impedir este povo. Eu moro em lugar com pessoas boas ou ruins. Eu vou lutar com quem eu não conheço. Eu não. Essa rua, se um dia eles vierem asfaltar, vai ser uma lástima, mas em vista do que tá hoje, está boa. (Pintassilgo)

que estava livre e, uma pessoa chegou, disse que era sozinho e que ia fazer um comodozinho. Houve um comentário de que aquele cômodo iria atrapalhar a passagem, mas enfim, ficou o dele número Um e o meu número Dois. E o crescimento foi pra cima, algumas pessoas bateram laje e construíram pra cima, mas o tamanho dessa comunidade sempre foi pra cima. Que também não tem com crescer, não tem espaço. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - Aqui a gente não tinha água, a gente não tinha luz, só um postinho aqui na rua que o rapaz fornecia pra gente. Era o seu Mauro. Ele fornecia o fio e a gente puxava pra cá. E era um bate-boca danado, rapaz. Era um fio só e todo mundo queria. E, a gente foi batalhando e foi assim que a gente conseguiu a luz. Rato e lixo continua. Só que hoje tá um pouco mais organizado, porque nós próprio, os moradores, pega o lixo, coloca na mochilinha, leva lá na rua, o caminhão vem e pega. Mas, antes a gente colocava lá na rua, o pessoal ficava criticando. Então, diminui bastante, porque na época tinha

muito barro. Hoje é mais cimentado. Você tinha de pegar quatro quilos de jornal e levar lá na rua pra limpar o sapato e tirar os quatro quilos de barro. Na época aqui, devia ter umas onze casas, nós ficamos 11 meis sem luz. Era só na base da vela. Pegava água numa biquinha aqui, porque não tinha. Seu André tinha muita amizade com o pessoal crente, daí, puxou um cano e, o cano quebrava e a gente consertava, o cano quebrava de novo e a gente consertava. Daí fomos indo e, se organizemos mais um pouco e conseguimos da prefeitura, pagamos em doze meses, os poste e as caixinha, incluído na nossa conta de luz e a água também. Dali pra cá cabô o pobrema de água e luz. A gente tem água boa aqui, vem em quando tem racionamento aí, mas aqui não tem. É a coisa mais difícil desse mundo. Na época também, reunimo umas oito pessoa, fomo na prefeitura e conseguimos cimento, areia e cimentemo aqui de ponta a ponta. Isso aí foi em 86, 87. Melhorou bastante aqui. Há vinte anos atrás, do que era, melhorou bastante. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

Parte baixa da Favela Gamboa. 2002. Atualmente é parte da paisagem do Parque Central e do Sabina Escola Parque do Conhecimento. A população dessa favela foi removida totalmente para unidades habitacionais entregues pela prefeitura na gestão petista do Prefeito Carlo Grana em 2015



A primeira narrativa desse capítulo evidencia a ausência total do Estado como garantidor do direito à mobilidade, à moradia e à proteção social, deslocando para o indivíduo e sua família a responsabilidade de administrar riscos que são, na verdade, coletivos e estruturais. Assim, a família “vir aos pedaços” para a cidade revela não apenas uma história de migração, mas um processo de produção social do sofrimento, no qual a saúde é continuamente administrada em condições de extrema vulnerabilidade.

Essas narrativas são verdadeiros retratos da urbanização precária, da sua origem e da vida nas favelas. Revela camadas sociais que geralmente ficam invisíveis sob o discurso da “superação individual”. As narrativas evidenciam as dificuldades das mulheres nestes territórios. Embora homens também relatem suas trajetórias de migração e trabalho pesado, são as vozes femininas que se concentram nos temas da sobrevivência cotidiana, do cuidado com a casa, da doença, da maternidade e da falta de direitos básicos.

Apesar da vulnerabilidade, as mulheres aparecem também como sujeitos políticos e organizativos: conselheiras, mediadoras e lideranças comunitárias. *“Eu como conselheira chego e converso... Se não eu, a Zenilda ou o Bio.” “A prefeitura pediu pra eu não deixar aumentar... eu dizia: como eu ia impedir esse povo?”* Elas assumem a função de gestoras do território, articulando demandas, administrando conflitos e negociando com o poder público, papel frequentemente invisibilizado nas políticas urbanas. Esse protagonismo revela os “saberes comunitários” que são as redes de solidariedade e práticas de autocuidado que emergem onde o Estado falha.

As condições relatadas como a ausência de saneamento, moradia em áreas de risco, contaminação e insegurança alimentar são determinações sociais da saúde: viver “*na beira do rio*”, “*no barro*”,

“sem banheiro”, “com medo de bala” não é escolha: é resultado de uma política urbana excludente que provoca doenças e muito sofrimento.

“Morro de medo de bala... Na hora do tiroteio, eu tô morrendo de medo.” Esses relatos expressam situações de violência estrutural que atravessam cotidianamente corpos e subjetividades, produzindo sofrimento físico e psíquico contínuo. A isso se soma a precariedade ambiental, evidenciada na afirmação: *“Comprei um terreno, mas não deixaram eu construir porque era área de manancial”*. Tal condição revela o entrelaçamento entre vulnerabilidade socioambiental e precariedade política, marcada pela ausência de saneamento básico, pelo estigma territorial e pela insegurança jurídica — *“não temos documento”, “a legalização não vem”*. Em ambos os casos, evidencia-se que a saúde pública deve ser compreendida para além da ausência de doença, como um direito ao território saudável, seguro e socialmente reconhecido. Os relatos trazem as marcas da luta invisível do trabalho no campo e da migração nordestina: *“meu marido veio de Juazeiro”, “plantava roça e perdia o legume”*, revelando determinações sociais de saúde relacionada às desigualdades de classe, gênero e território. Pela lente interseccional é visível que essas mulheres são o elo entre a pobreza rural e a urbanização marginal. O destino de quem não tem herança, nem proteção social, nem estabilidade.

Vimos o medo constante do despejo, da bala, da chuva que derruba o barraco que gera um estado permanente de vulnerabilidade emocional e física. *“Não tem a segurança se sai hoje ou sai amanhã.” “A gente vive bem dizer amontoado.”* O lar, que deveria ser espaço de proteção, torna-se símbolo de incerteza. Essa instabilidade tem implicações diretas na saúde mental das pessoas. A ausência de políticas habitacionais consistentes reforça um ciclo de adoecimento e exclusão.

Assim, as narrativas não são apenas histórias pessoais, são denúncias vivas de descumprimento dos direitos humanos e sociais. Este capítulo revela a trajetória histórica da formação das favelas como expressão concreta das desigualdades raciais, de gênero, classe e território no Brasil. Permite enxergar o trabalho invisível na construção da cidade. Essas pessoas são as arquitetas da sobrevivência. O que o Estado chama de “ocupação irregular” é, na verdade, produção de vidas que transformam o abandono em espaço de resistência.

9) O poder público entre reuniões, apoio, omissões, reações e promessas

“O governo só lembra que existimos na época do voto.”

Carolina Maria de Jesus

M - *Essa questão do lixo já avançou um pouquinho mais. Ali pra frente a gente tinha dois ou três local que os próprios moradores depositavam o lixo. Uma caçamba? Isso. E hoje não. A prefeitura colocou aí, para os próprios morador da comunidade, chamado “coletor comunitário”, que é um projeto até interessante, pena que nem a comunidade, nem a prefeitura acompanham. Porque é um projeto de reciclagem, só que isso não está sendo feito. Não tem um trabalho socioeducativo com os moradores, esse coletor também não se interessa muito, ninguém faz um trabalho com ele. Ele recolhe os lixos da viela, põe dentro da caçamba e, a cada dois ou três dias, o caminhão de lixo recolhe. Qual que é o tratamento, no caso da prefeitura, de benefícios/malefícios pra comunidade? A relação de vocês com eles? É uma relação de um pouco de desgastante, pela ansiedade de algumas pessoas, pela essa ação popular, que há tanto tempo fala que vai remover e prefeitura fala que não tem recursos, que não tem o dinheiro pra remover, que não tem o terreno. Então, os benefícios que avançou bastante na*

prefeitura, que eu tenho bastante orgulho dele, é o próprio MOVA. Duas coisas que foi colocado pela prefeitura foi o coletor comunitário e o MOVA, que foi construído em parceria com o GATS, em 1997, que a gente conseguiu educar uma média de 25 a 30 pessoas, que antes não sabia nem ler, nem escrever, que hoje adentrou o segundo grau e está preparado para ir pra uma faculdade. São dois projetos, que eu, particularmente, tenho orgulho deles. O restante não veio não. Veio uma vez, que foi colocado pela prefeitura, uma nova rede de água. Agora tem um projeto maior, que é o projeto Remoção, que a gente tá aguardando ainda. (Gamboa)

M - *A escola até que está na média. Não está tão próxima, mas também não está tão longe. Agora, a questão do hospital, do posto de saúde, até que tem, o problema é que não funciona. A carência é que temos um posto bem do lado da comunidade, mas chega lá pra marcar consulta, você consegue marcar, agora, dar sequência naquele trabalho, é o que é difícil. O médico te atende, vê o que você tem e manda você fazer exame. Aí, você tem dificuldade pra marcar exames, resultados, demora. Tem um hospital aqui do lado, que foi construído recentemente, não atende ninguém. É de porta fechada. Você tem que estar marcando consulta e o médico tem que encaminhar você pra lá. É bonito, grande, mas um hospital de porta fechada. (Gamboa)*

M - *No segundo governo do Celso Daniel teve melhoramentos, teve o PREURB, uma pré urbanização, onde a prefeitura entrou com o material e nós, os moradores, fizemos a obra. Foi cimentamento, extensões dessa rede de esgoto provisória. (Bom Pastor)*

F - *Hoje eu acredito que moram 120 famílias. Quando a gente veio pra cá, a gente não tinha água, não tinha luz, rede de esgoto até hoje, não temos, mas a prefeitura fez algumas melhorias sim;*

trouxeram a luz, trouxeram a água. A prefeitura fez um chafariz comunitário, tinha quatro torneiras e a gente enchia barris de água para poder lavar, cozinhar e tomar banho. Antes disso, a gente pegava água numa fábrica que chamava “AS BRASIL”, então a gente se mantinha de água pra tudo. A prefeitura colocou esse chafariz por volta de uns três ou quatro anos depois que a gente já estava aqui sem nada. Isso no governo de Celso Daniel, na primeira administração. (Bom Pastor)

M - *A melhoria que a prefeitura fez foi só uma escada aqui na frente. Faz uns três anos. E a viela lá em cima também, faz uns dois anos. Tinha um buraco bem grande e a prefeitura teve que ajudar a consertar esse buraco. (Bougival)*

M - *Creche tem uma aqui embaixo, mas eu nem sei se isso aqui é creche. No Orçamento Participativo a gente pediu uma creche aqui também. Pedimos também um aparelho de ressonância magnética pro HM ⁴¹, mas isso é pra cidadania⁴². Tão dizendo que outras favelas vão se unir com a Bougival pra pedir as coisas, porque a PMSA⁴³ quer que une agora, pra facilitar pra eles mexer no orçamento. (Bougival)*

F - *A luta que foi levado até a prefeitura foi assim: aqui não tinha projeto de nada. O projeto que tinha era de remoção e acabou, não sabia nem pra onde que ia. Com a reunião de uma plenária, eu perguntei pro próprio prefeito, o Celso Daniel, que eu gostaria que ele falasse assim qual seria a solução pra Comunidade Gonçalves*

⁴¹ Provavelmente o entrevistado refere-se ao Hospital Municipal.

⁴² A sistemática do Orçamento Participativo é dividida em temas, onde um deles recebe o nome de *Cidadania*.

⁴³ Prefeitura Municipal de Santo André.

Zargo. Ele me “retomou” a palavra que a solução pra Gonçalo Zargo não tinha porque ele não tinha mandado ocupar o espaço. Ele foi bem claro com nós da plenária. A maioria voltou todo mundo chateado com isso, mas foi bom que ele foi bem claro. Ele deixou todo mundo “no gelo”, como falam. (Gonçalo Zarco)

M - *Na época, no início, era o governo do Brandão, isso teve no início, nesse início teve uma repressão, mas assim, um tanto... Depois veio o governo Grillo que deixou parado. Ai nessa época era Grillo aqui, Maluf em São Paulo. Eles deixaram parado. No final do mandato do Grillo foi colocado uma rede de luz, foi colocado luz em todas as residências, ele fez assim, ele colocou a luz, era nos postes, tipo de um braço, onde vinha de cada poste daquele era para cinco ou seis barracos, cinco ou seis residências. Isso dum material tão bom, que com dois anos caíram todos, o ferrugem comeu. Era feito de um conduíte muito fraco e o ferrugem comeu todos aqueles. Aí foi trocado no governo Montoro. O Governo Montoro trocou, colocou esses postes galvanizados, que ainda estão aí até hoje, na maioria dos casos ainda tem a iluminação deles. (Gregório de Matos)*

M - *Eles são um pessoal que se diz muito de cabeça própria, inclusive eles são um pessoal do contra. O problema da paralisação das obras da Gregório de Matos, se devem a ele. Por quê? Por que eles acham o seguinte: como eles não são muito favoráveis à administração do Celso Daniel, eles acham que se fizer o povo vai ver que tem trabalho feito da administração. Então, eles procuram desviar, não fazer, pra poder ter assunto de dizer não, o prefeito não faz. (Gregório de Matos)*

M - *A água foi aquilo que eu te falei, eles vieram e botaram três torneiras: colocaram uma lá onde é a viela dois hoje, outra aqui de frente onde é a sede, viela 6 ou 7, viela 7 e tinha outra aqui em baixo. Dessas uma a gente arrecadava dinheiro daqui um dinheiro*

dali, a gente comprava cano e fazia. Ai foi puxando, terminando até que teve condições de pegar onde era o terreno que eles deram uma cavada pra colocar a torneira dizendo que era água pro corpo, foi cedido pra que uma pessoa morasse naquele local, por que a água já tinha estendido, quer dizer, pelo menos a rede, por que na época Brandão a água chegava uma vez a cada dois dias e à noite ainda, mas pelo menos quando chegava, chegava em casa, não precisava ir buscar, no balde, naquela distância. (Gregório de Matos)

F - *Em algumas assembleias da prefeitura eu quis falar algumas coisas, eu fiquei calada, porque eles me provocam, sempre me provocam como 'PT', que eu sou PT, que o PT não tá com nada, mas eu não entro na provocação deles, não. A gente construiu a sede, com a ajuda de todos os morador, deixei pra ele (outra liderança local) e entreguei em ponto de laje, daí, só fizeram ponha a laje e tá lá, todo abandonada...dá pra gente usar assim bem ruim, porque não tem nada feito, tá assim, o tijolo cru...Só bateram a laje e pos uma porta. Não tem banheiro, o banheiro que tinha quebraram. Não tem sala de aula lá? Não tem. Já tentou pôr o MOVA lá, mas o MOVA só vai onde tem banheiro. Não consegue, veio o material pra fazer, eles desviaram, porque eles não querem mesmo, porque é que nem eu falei, tudo que vem da administração eles tentam desviar que é pra poder ter uma razão de ir lá na frente e dizer "Olha, não fez! Não sai porque a administração não deixa!". Eles primeiro fazem um meio de campo pra desviar as coisas, pra depois ter onde bater. Eles perturbam, eles procuram mesmo fazer de tudo pra que não aconteça, que aí eles tem discurso. Tem o pessoal do Silvío que são filiados do PT, da ala do... da corrente do vereador... Ricardo Alvarez e tem o Gazeiro que é filiado do PSTU. Então, é a política do não fazer, pra poder ter discurso. Pq. se tivesse conseguido no final do ano traçado pro início do ano passado, quando iniciou-se a urbanização lá embaixo, ainda abriram uma rua, que asfaltaram,*

vai até o centro da favela lá em baixo, mas quando eles viram que tava avançando, eles começaram a deturpar o trabalho até que parou. Ai tinha que abrir a rua do centro, tinha que negociar o recuo de algumas das casas, quando chegou neles, que eles iam ter que recuar também, aí fizeram de tudo pra parar, já vai fazer um ano que tá parado as obras. E, se pergunta pra eles, eles repetem aquele discurso, que a administração é isso, que a administração é aquilo... E a gente sabe que não é. A gente sabe que é falta de interesse deles. Se eles vai numa reunião no setor de habitação, eles já chegam detonando, que é pra arrumar uma briga e sai dali sem nada. Aí sai dali sem nada e chega aqui, não faz assembleia com o povo pra explicar o porquê, e quando tem alguma coisa, como foi pra faze a instalação de luz, colocar relógio, eles fizeram uma negociação escondida com a Eletropaulo, depois, veio umas duas vezes um representante da Eletropaulo aí, tirou tudo que tinha, não ligou acho que nem cinco, nem dez por cento das casas... Continua o 'gato' que era. Eles fizeram uma rede nova, que a Eletropaulo gastou um rio de dinheiro, que eles fizeram tudo novo, mas não ligaram, aí tiraram a iluminação que tinha dentro da favela, porque tiraram a rede velha, também não sei como eles terminaram negociando, porque acho que chegou na hora de ligar na casa deles, eles ia ter que pagar, eles deixaram aquietar as coisa e hoje, a maioria o que que ligou? Hoje não chega a 30% que tá recebendo conta e os outros aí não tá recebendo nenhuma conta. Mas, não chamam nenhuma assembleia pra explicar pros morador pq. tá acontecendo isso. Mas, eles tinham que chamar os morador pruma assembleia e explicar que tá assim, assim e assim por causa da Eletropaulo, mas, não, com a Eletropaulo eles não fazem isso, agora se fosse nalguma área da prefeitura, eles tavam fazendo. Só que eles não são muito corajoso nem pra chamar assembleia pra prefeitura. Eles se reúnem debaixo do ponto de ônibus, meia dúzia,

que a reunião deles não é feita na sede. Eles são tão panacas, que até nisso, não fazem reunião na sede, junta três, quatro deles e fica conversando debaixo do ponto de ônibus. Eles metem um pau, prá lá, prá cá, prá lá, prá cá, depois cada um vai pra casa deles e pronto! Não tem uma ata escrita, não tem nada. Então gente, eu tive uma primeira reunião com o pessoal que foi eleito, não pra meter o pau, falar mal deles, mas pra discutir o que esse grupo tá achando, convidamos alguns morador também, esse grupo foi... O grupo de morador da Gregório de Matos que apoia o MDDE. A gente fez uma reuniãozinha, eu conversei com ele, mostrei todo o nosso trabalho que nós fez, mostrei foto, tem a história da prefeitura, da administração do Celso, quando começou as obras aqui, os mutirão de limpeza... E a necessidade desse grupo, junto com o MDDE, fizeram várias perguntas pra mim: “Que que nós faiz pra dar continuidade nesse trabalho com a prefeitura?”, falei “olha, a gente tem que se organizar”. Independente se existe uma oposição, a gente vai tar se organizando, logo vai ter outra eleição, acaba o mandato deles, que vai ser agora, na primeira quinzena de setembro, aí a gente pode tá se reunindo e discutindo se é importante organizar um grupo pra disputar as eleição pra ganha, pra pode vê se a gente dá continuidade nessas obras. A gente sabe que vai ser complicado, mas a gente precisa fazer alguma coisa pra melhorar pelo menos a condição de vida de cada um que mora aqui dentro. O povo já tem as casas, mas falta a rua, precisa de muro de arrimo, precisa melhora a rede de esgoto, precisa melhora a iluminação, precisa trabalha o problema social aqui dentro... A saúde das famílias que tem aqui dentro, o desemprego, o MOVA, o Criança Cidadã, que são as crianças adolescente que a gente já tá trabalhando, que foi também uma coisa que a gente encarou e tá dando certo e eles não impediram, mas são contra. Eles criticam muito, mas o povo tá participando bastante do projeto Criança

Cidadã. E acontece na sede, na subsede que nós temos aqui embaixo, que atende o grupo de capoeira também. Do projeto Crici (Criança Cidadã). Aqui na Valentim Magalhães. Tem a subsede que faz a distribuição do lanche, é a cozinha que a gente tem. Tem também uma casa e essa casa atende três comunidades: a Gregório de Matos, Vista Alegre e Maracanã. E no Pizzotti (Escola Estadual) é no fim de semana. Eu fui fazer essa conversa com as famílias, as famílias achou que é importante, então já formou um grupo e a gente vai ta dando essa continuidade pra disputa até as eleição com eles. Esse pessoal participa das plenárias do OP (Orçamento Participativo) pra dar continuidade nos projetos e agora a gente tá numa fase final que é a mobilização dessa comunidade pra assembleia da indicação e tirar os delegados pro encontro da habitação que vai ter também: a conferência municipal. Segunda-feira, nós mandemo os comunicado de todas favela, nós movimento, mandemo pra habitação, acho que o presidente ficou sabendo e entrou em contato comigo ontem, que falou com o Ailton, que é da habitação e o que que eu tava pensando aqui dentro da comunidade pra fazer pra essa conferência e eu falei que a gente discutiu, a gente como movimento e a gente quer se unir a você, nós pensou em mandar um ofício pra você, pra nós faze uma assembleia em conjunto. Ele disse que tava pensando em fazer no sábado, não no dia treze, por causa que aqui não tem luz... E eu disse pra ele que a gente precisava chegar num consenso: que se a prefeitura pudesse atender a gente no dia treze, ia ser no dia treze, se ela não puder atender no dia treze, a gente faz no dia dezesseis, eu não sou nada contra o dia dezesseis. Aí ficou nesse impasse. Aí ele falou que tá saindo fora da associação e o que que eu estava pensando. Eu não disse pra ele que tava pensando em grupo pra disputa com ele, não. Olha, como movimento e moradora eu não vejo nenhuma dificuldade da gente estar negociando isso com a

prefeitura. As pessoas tão descontente com a direção da associação, não da prefeitura... eu acredito que a prefeitura tem interesse, desde o primeiro ano que a Gregório de Matos ficou em primeiro lugar, mesmo com todas essas barreiras que ela vem enfrentando do governo antes do Celso (prefeito), eu acho que a prefeitura tem muita dificuldade de tá fazendo um trabalho mais avançado aqui dentro, por causa que não teve esse espaço de negociação com a associação, mas se essa associação não fizesse intervenção nenhuma com a prefeitura, acho que as coisas ia ser mais avançada do que tá hoje. (Gregório de Matos)

F - *O benefício que a gente teve aqui foi a coleta seletiva, que foi implantada pelo Semasa. Isso foi iniciativa do pessoal da habitação. Eles vieram aqui, estudaram a área, conversou comigo e perguntou se seria bom implantar a coleta seletiva aqui. Como aqui entrava um caminhãozinho de lixo de terça, quinta e sábado. Esses dias que não entrava, o lixo ficava acumulado aqui embaixo. Era rato, barata, mosca... Eu conversei com os moradores, teve as inscrições, foi feita em casa, depois, selecionaram as pessoas, pra serem coletores. O benefício desse coletor é um salário de R\$180,00 e uma cesta básica. Desde março de 2000. De lá pra cá melhorou muito, porque eles passam todos os dias recolhendo o lixo nas portas, não tem necessidade de você deslocar de casa pra ir lá na frente. Eles passam todos os dias às 08h30minh, pega o lixo e leva em duas caçambas, onde é separado e feito a coleta e a reciclagem aqui. Alguns moradores colaboram, que é separando o lixo orgânico do reciclável. O pessoal do Semasa trouxe uma peça de teatro para estar instruindo os moradores sobre o lixo, até pra ajudar os coletores, que são dois: um homem e uma mulher que trabalham. Até agora está sendo agradável estar trabalhando com esse pessoal da coleta de lixo. E, também, pra eles tá sendo bom, porque não*

precisam sair daqui, pra trabalhar em outro local. Eles moram aqui e trabalham aqui dentro. (Haras)

F - ... *passou a época de eleição aí eles fazem um monte de coisa errada. Eles tiram a luz e o pessoal não pode nem ver. O que eles deviam fazer, era arrumar um local pra remover o pessoal daqui, porque aqui, todo mundo sabe, que não vai poder ficar ninguém aqui. Tá com tempo que a gente sabe que vai ser uma área de lazer. (Haras)*

M - ... *aí, Celso Daniel entrou na prefeitura, na primeira eleição dele, deu material e, foi nós tudo que fez esse concreto aí no chão, viela por viela. Já tem mais de seis anos que nós fez isso aí. Mas, até agora ele entrou na prefeitura e não fez nada por nós. Mas, eu acho que se a gente der um apertinho nele, acho que vem alguma coisa aqui pra dentro. Agora, através de vocês vindo aqui, vocês pode dar um apertinho sutir nele e, ele mandar alguma coisa. Outra coisa, a Dra. Heleni (vereadora na época) prometeu fazer aquela viela. Faz mais de seis anos, ela não fez. Antes da eleição, eles botaram luz em tudo, trocaram poste, botaram relógio em quase tudo aqui. Agora a maioria de relógio já cortaram. Uns cortaram, outros a Eletropaulo mesmo cortou. (Homero Thon)*

F - *Olha, dá licença pra eu falar uma coisa: muita gente não faz parte da comissão, porque a prefeitura só chama a gente pra fazer reunião na época de eleição, aí, é reunião atrás de reunião, depois, ninguém aparece mais, por isso o pessoal desiste. Se a dona Carmelita for embora pra Bahia, por exemplo, acaba a comissão. O Celso Daniel devia saber que quem botou ele lá, não foi os empresários não, foi os pobre. Porque eu acho que tem mais eleitor pobre, do que empresário. E tem mesmo...Eu acho assim, que o que ele está falando é a realidade que a gente encara dia a dia. Eu, parece que injetou na minha veia e não sai mais. Ta no sangue. Eu*

acho que se eu sair, nós desaba. Às veiz, eu falo que não vou lá, mas acabo indo, porque se eu não ir, ninguém vai. Mas, eu gostaria que tivesse uma comissão aqui, uma pessoa pra revezar comigo, se precisar ir lá a pessoa vai... (Homero Thon)

M - *...Nóis tem uma sede ali, que tá quase acabada. É o maior sonho que a gente tem, além da legalização, do asfalto, é inaugurar aquela sede. Só a prefeitura de Santo André que é o único órgão público que tá dando um pouco de atenção. E também nós fomos beneficiados pelo Orçamento Participativo. E tamos esperando que se faça mais, né? Mesmo na câmara, que a gente chega pra pedir, o cara diz: “de onde que é essa área?”. A gente diz que fica em Santo André, mas o terreno é de São Bernardo. Então o cara sempre diz: “O que? Eu não quero esse pepino, não, irmão!”. Isso já se deu com inúmeros vereadores que vem aqui: Dinah Zecker, Companheiro Lima, Carlinhos, Ademar Machado... Hoje? Fazer com que o Orçamento Participativo aprovado em 2000/2001 se conclua pra 2002. Pavimentação, guia, sarjeta e a legalização da nossa comunidade. Esses são os maiores sonhos de nossa vida. É legalizar essa área. Mas o Orçamento Participativo tá lento, lentíssimo, se bobear para. Eu não sei como demora tanto pra fazer um plano “altimétrico” (?). Deveria ter isso em qualquer plano de governo. A gente que é da comunidade, que é liderança, sabe como é crítico as coisas e sofre com isso, como representante você sofre as críticas, você sofre como liderança e você sofre muito mais como partidário, porque daí, todo mundo sofre, a comunidade começa a perder a esperança e aí, a descredibilidade. É enorme. (Jardim Primavera)*

M - *Porque é igual filho: eu brigo por isso aqui. Não quero que ninguém mexa (no sentido de depredar), quando eu vejo meu Primavera abandonado, esburacado, jogado, ah, isso me deixa nervoso, muito nervoso. Daí eu quero bater no Celso Daniel, quero bater no Carlinhos Augusto, no Lima, no Soares (todos são*

representantes no poder público: prefeito, vereadores...). *Quem tiver na minha frente eu xingo. Já xinguei o Collor, já xinguei o povo em São Paulo, xingar o prefeito de São Bernardo, que na época era o Ademar, era fichinha. Em 82 a gente montou uma comissão e foi lá na prefeitura de São Bernardo falar com o prefeito. Botamos meia dúzia de gato pingado na rua e fomos. Chegando lá o prefeito recebeu a gente e perguntou o que a gente queria, e eu disse que queria saber se ele ia dar continuidade no projeto de urbanização do Primavera. Ele me respondeu que favelado não sabia morar em casa de tijolo, não... Daí eu disse assim pra ele "Prefeito, o senhor tá errado, não é isso, não. As pessoas que moram em barraco, que moram lá no morro, lá, é porque os Governos, igual ao senhor, igual outros por aí, não faz sua parte. Mas, eu vou te falar uma coisa: o dia que o senhor parar de dar telha, de dar madeirite pra eles, de dar caibro pra eles fazer barraco, e ao invés disso ir lá nos morros lá, abrir ruas, fazer loteamento, e dar pra eles construírem, o senhor vai ver que brevemente acaba todas as favelas de São Bernardo do Campo, e todo mundo constrói. Eles passam o mês inteirinho comendo arroz e feijão, mas eles constrói. Se duvidar, eu te mostro onde eu moro." Daí, ele me falou que sabia que eu era acostumado a afrontar político, prefeito, governador, que ele tava sabendo disso, ele disse: "Mas não é 2000 pessoas que me assusta, não, viu, senhor João? Não é colocando duas mil pessoas na rua q o senhor vai me assustar." Eu disse que bom prefeito, é muito bom ouvir isso, porque da próxima vez que tiver um ato público aqui em São Bernardo, eu ajunto meu pessoal e quem sabe eu coloco mais dez (mil pessoas) pra ver se consegue intimidar o senhor um pouco (diz isso dando risada). Aí, o prefeito riu. Pra trabalhar com movimento popular precisa ter jogo de cintura, embora o pessoal não acredite. E eu denuncio qualquer pessoa, boto anúncio no jornal. (Jardim Primavera)*

M - Água e luz a gente paga a taxa mínima. No começo a gente pegava água de um poço que tinha numa chácara, que eles fornecia pra gente, pra lavar roupa, pra tomar água. Através da nossa união aqui, a gente fez o levantamento desse processo na prefeitura, no Semasa, foi onde a gente conseguiu...Nós lutamos pra ter isso daí. Nós se unimo e fomo atrás disso aí e conseguimos. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - Olha, de fora mesmo... Nós teve muita promessa, que disse que vinha ajudar... Um que nós pode dar graças a Deus, é a Semasa, a Eletropaulo e uma parte da prefeitura, que foi feito as caixinha lá embaixo, do esgoto. Veio muita gente pra fazer promessa do tipo: limpar o rio. A gente se reunia aqui na frente da minha casa, eu era o cabeça, chamava todo mundo, vinha até mulher que trabalhava fora. Vinha gente, prometia e nunca foi cumprido. Inclusive tinha um vereador que até entrou dentro do rio de bota, falou um monte de coisa, metendo a boca nos outros, fazendo uma p... pressão, daí o pessoal acreditou, achando que o cara era bom. Mas, depois da eleição, ele nunca mais esteve aqui...Eu acho que ele perdeu. Mas, mesmo assim, ele tinha que dar uma satisfação pro povo, né? ...Eu tenho muito contato com a prefeitura, eu sempre fui o cabeça aqui e procurei os meus interesse e os de todo. Então, conheço muito bem a prefeitura, os gabinete eu conheço, sei quem presta e quem não presta lá dentro, porque eu sou um aposentado da Volkswagen, então tenho tempo pra andar. Ando por tudo lá. Ontem mesmo, passei no gabinete do Lima. Não sei se é por nosso contato, nem criticando os outros, mas dentro da prefeitura, tudo que a gente precisou, o Lima foi muito pontual com a gente. Até tem uma cunhada minha que faleceu a poucos dias, não tinha nem o dinheiro pra fazer o enterro, ele ficou responsável por tudo, do começo até o fim, ele acompanhou. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - A prefeitura tem feito o acompanhamento com a gente, mas não tem atendido nossas expectativas. A gente espera algo mais em relação ao nosso núcleo e, isso não acontece. Fazem reuniões e mais reuniões, cozinham a gente em banho maria há mais de um ano. E o que esperamos, nada acontece. Nós temos uma associação legalizada, mas a gente reivindica junto ao poder público, mas eles não fazem nada. Alegam que a gente mora em área de manancial e que nada pode ser feito. Ficamos esperando que alguém faça algo por nós. (Pintassilgo)

F - Até hoje, sobre a rua, só na eleição, que eles vêm, passa a máquina, joga essas pedrinhas e somem, nunca fazem mais nada. Passa o tempo, aparece buracos, carro não pode passar, não pode entrar nada. Essa rua mesmo, só na época de eleição. (Pintassilgo)

M - Temos problema de luz, porque tudo é feito na gambiarra, água também é tudo feito na gambiarra... A prefeitura falou que não poderia tá fazendo uma área que não era dela, que era uma área particular e não podia fazer nada, por enquanto. E a Semasa também não entra...Tem esgoto, porque nós, da associação, corremos atrás da prefeitura, do Semasa conseguimos fazer rede de esgoto com duas saídas, no mutirão. Então hoje tá tudo canalizado, porque foi feito um mutirão, pela prefeitura, pelo Semasa, antes era tudo céu aberto, hoje tá tudo debaixo do chão, porque nós fizemos essa luta aí no mutirão. A prefeitura tá apoiando a gente na negociação. E já apoiou a gente na limpeza, no “favela limpa”. Eles fizeram um mutirão com a gente, eles fizeram os esgotos, participaram da doação, fizeram a parceria com nós, daí pra frente tão ajudando com a parte jurídica...Eles dão apoio com o dono pra ver se a gente tem a possibilidade de ficar com essa terra, comprar, né? A relação que a gente tem com a prefeitura é muito boa, porque eles ajudam nós, nós ajuda eles. (Jardim São Bernardo)

M – ... aqui é bem servido por escola, hospital, posto de saúde. Tem tudo perto. Tem tudo perto. (Jd. São Bernardo)

M - Agora, a crítica que eu tenho pra fazer é assim: nós temos um pronto socorro aqui que, na verdade, não é um pronto socorro, porque a pessoa vai lá, entra as três horas da tarde e sai meia noite e meia, uma hora. Tá sempre lotado esse posto aí. Às veiz tem um médico só atendendo, só que aqui são várias população, não é só essa daqui. É Vila Suíça, é Sítio dos Vianas. Aí, chega lá, o médico tá dormindo, uma hora só tem um médico atendendo... Isso é uma pouca vergonha que tá acontecendo em Santo André, porque eles fala que a saúde tá bem. Como eles fala que a saúde tá bem, se a população dos bairros aqui tá sofrendo. Eu mesmo, a primeira vez que entrei: quatro horas da tarde, saí duas horas da manhã de lá de dentro. Tem outra hora que eu fui três horas e saí meia noite e meia. Então, isso é um pouco caso com a população. Esperando o médico aparece. Esperando atender. À vontade deles! É uma desfeita muito grande com a população que elege tanto candidato na política e hoje faz isso com a população de baixa renda, que é a população nossa aqui. Eu acho que o governo devia dar uma olhada no que tá acontecendo com a população nossa de periferia, porque no centro, lá tem médico, porque que aqui tão fazendo isso com a população? Remédio também, o pobre já não tem médico, vai procurar remédio nesses posto aí, não tem nenhum remédio. Quer dizer, é pra morrer tudo! Então, eu acho que é uma pouca vergonha do governo daqui de São Paulo. Então, eu acho que eles devia olhar um pouco pela população, porque é nós que coloca eles lá dentro, é nós que elege eles, tá na hora deles lembrar da gente um pouco. (Jardim São Bernardo)

F - Ah, eu vim lá de Alagoas, faz dezesseis anos que eu vim. Eu morava lá em Mauá, de aluguel com meus filhos, daí meu esposo foi mandado embora do trabalho, que a gente veio morar aqui na favela aqui São Bernardo. Eu queria falar isso aí mesmo que nem ele falou, do caso do médico. Eu fui trabalhar, quando eu cheguei meu menino foi no médico, porque tava com caroço no olho, foi duas horas, quando ele foi chegar em casa foi oito horas da noite. O médico nem olhou, mandou encaminhar ele pra Fundação e só

isso, nem pegou no carço. Graças a Deus não foi nada. Mas, que tá difícil o descaso, tá! (Jardim São Bernardo)

F - *Eu sou de Irecê, Bahia. Tem cinco anos que eu tô aqui, vivendo em São Paulo, e três que eu tô aqui dentro da favelinha. E o que eu acho também é sobre a saúde, que não vê, só é esquecida, outra coisa era organizar a favelinha, pras pessoas que não tem condição construí as casinhas e se isso, uma hora, pega um fogo, é o que eu tenho mais medo na vida. A prefeitura, ou sei lá quem é eles, dá umas condição, porque a gente que mora aqui é porque não tem condição, se tinha ia mora numa casinha. A gente não é cachorro. (Jardim São Bernardo)*

F - *É o mesmo que elas tá dizendo: melhora médico, melhora aqui precisa, porque a gente deseja criar os filhos da gente numa casinha, porque tá ruim de emprego, estudo acabando, sem condições de estudo bom e sem ter condição de fazer alguma coisa por eles, é isso que a gente deseja pra mora numa casinha melhor. (Jardim São Bernardo)*

F - *Posto de saúde, que é aquele posto de saúde da Palmares, desta região, ele teve assim, muito caído. Mas, eu tive que dar umas discutidas legal na prefeitura, principalmente porque já tinha vindo uma verba pra reforma, agora ele tá bom. Questão de escola como que está aqui? Tá bem a escola, só precisa os adolescentes ir, porque a escola ta aí. A maioria dos adolescentes não vai. Acho que falta até um pouco de incentivo da mãe. Hoje em dia, a mãe é o chefe da casa, então tem uma preocupação com o trabalho. A gente tem essa base de adolescente, os que estuda e os que não estuda, por causa do “Criança Cidadã”. Porque pra tá dentro do projeto, precisa tá na escola. (Gonçalo Zarco)*

F - *Tem escola aqui perto, tem posto médico, posto de saúde? Como é que é isso? Tem o posto do Jardim Carla e tem a escola do Pizzotti*

que é do governo estadual, e tem o EMEI, que é da prefeitura. Tem criança ou adolescente fora da escola aqui? Tem, mas a informação que a gente tem é de que não é muita não. Pelo levantamento que a gente tem, de cento e vinte e cinco crianças que nós fez inscrição pelo Crici, não tem muita incidência fora da escola, pelo projeto a gente acha que tem uns 10%. A gente fez inscrição de 7 a 17 anos e não tem nenhuma fora da escola. A gente acredita que deve ter pouca, por que não encontremo nenhuma mais. (Gregório de Matos)

As vozes deste capítulo são claras e recorrentes: o poder público não aparece como garantidor de direitos, mas como ‘gestor da periferia’, ou seja, administra a pobreza e procura conter conflitos, mantendo a ordem mínima necessária sem enfrentar as causas estruturais da desigualdade, contribuindo para a manutenção de sua condição marginal.

As intervenções municipais mencionadas, o chafariz às ligações provisórias de luz, o coletor comunitário, não configuram políticas públicas estruturantes, mas ações pontuais, frequentemente vinculadas a ciclos eleitorais, interesses partidários ou soluções improvisadas, muitas vezes sustentadas por iniciativas locais e pela atuação de ONGs e movimentos, como o GATS e o MDDF.

À esquerda
educadora do
MOVA Soninha
Pazetto. 2002.



Existe o risco
muito grande
de o caráter
intermitente
dessas ações

transformar benefícios potenciais em instrumentos de controle ou só promessas. Há dois mecanismos centrais que atravessam as narrativas. Primeiro: a transformação de políticas públicas em objetos de circulação política, cuja função principal é produzir visibilidade e mobilização eleitoral, não estabelecer universos de direitos. O método é recorrente.

Inaugura-se, dá-se um “jeito”, fotografa-se e abandona-se. Segundo: a responsabilização dos sujeitos afetados pela precariedade. Projetos como a coleta seletiva ou o próprio MOVA aparecem como “sucesso” quando implantados, mas falham estruturalmente pela ausência de acompanhamento, formação e pouco orçamento. O resultado é que a comunidade passa a ser cobrada por resultados que o Estado sequer permitiu de forma sustentada alcançar.

As mulheres emergem como o centro motor dessa disputa, não por vocação heroica, mas por função social imposta. Lideranças femininas narram exaustão política: representam, cobram, costuram projetos e sustentam serviços comunitários que o Estado nega. Esse protagonismo feminino revela a face da resistência

cotidiana que assume tarefas de reprodução social em condições mínimas de recursos.

Embora muitas vezes as mulheres sejam exaltadas como “heroicas”, isso pode ocultar um problema maior. Essa valorização simbólica do esforço individual encobre uma crítica ao papel do Estado. Transfere responsabilidades que seriam públicas, como garantir saúde, assistência, proteção social para indivíduos, famílias ou comunidades; naturaliza essa transferência ao celebrar o “esforço”, a “resiliência” ou o “sacrifício” dessas pessoas; transforma o cuidado em trabalho invisível, realizado majoritariamente por mulheres sem reconhecimento institucional, remuneração ou direitos e despolitiza o cuidado, ao tratá-lo como vocação moral ou solidariedade espontânea, e não como uma questão de política pública e justiça social.

Assim, a crítica central é que o discurso do reconhecimento heroico legitima a omissão estatal, ao invés de questioná-la, e contribui para a manutenção de um modelo em que o cuidado sustenta a vida cotidiana sem ser reconhecido como trabalho socialmente necessário e politicamente valorizado.

A forma como as administrações lidam com a urbanização revela uma contradição: embora o discurso oficial fale em modernização e inclusão, as práticas mantêm a insegurança jurídica e tratam o território como exceção. A ameaça constante de remoção, a demora na regularização e as obras parciais e mal executadas produzem um cenário de precariedade que dificulta o exercício pleno da cidadania. Nessa lógica, a favela não é reconhecida como espaço de direitos, mas como território de controle e contenção social.

Os relatos aqui reunidos evidenciam que intervenções pontuais, desprovidas de continuidade institucional e de participação social efetiva e qualificada, tendem a aprofundar as desigualdades existentes. A presença do Estado, quando guiada por cálculos eleitorais, não se traduz em garantia de direitos; ao contrário, quando orientada por um projeto de cidadania, como deveria ser, requer financiamento permanente, regulação transparente, mecanismos de responsabilização e processos de formação política capazes de devolver à população o controle sobre as decisões que incidem diretamente sobre sua vida e seu território.

O desafio político colocado por estes relatos é o de transformar o “apoio” episódico em políticas estruturantes que reconheçam a favela como espaço de cidadania incondicional e não como alvo de políticas que a tratam como problema a ser gerido. Sem essa mudança de perspectiva, o que se segue é previsível: continuidade de promessas, circulação do abandono e permanência de uma falsa democracia.

10) Fé, presença e política: a relação das comunidades com as instituições religiosas no ano de 2001

“Se não fosse Deus, eu já teria desmoronado.”
Carolina Maria de Jesus

M - *As duas igrejas (igreja católica, a evangélica) só tem trabalho religioso: levar as crianças pra ser coroinhas, catecismo, mas é só isso mesmo. (Gamboa)*

F - *Bem, aqui existe assim: tem uma igreja católica, Jesus do Bom Pastor, que tem os vicentinhos, que procuram ajudar não só as pessoas que moram nessa favela, mas todas as pessoas, até mesmo do bairro, eles procuram ajudar da forma que eles podem. Mas, aqui dentro da comunidade, não há uma igreja ou qualquer outro*

tipo de religião que venha fazer um trabalho, fora os Vicentinhos, que procuram ajudar a gente. (Bom Pastor)

F - *Grupos religiosos é que nem a Francisca tava falando, tem os Vicentinhos que estão sempre ajudando. Eles ajudam assim, se você ou alguém da sua família está desempregado, eles ajudam dando mantimentos, tão sempre vindo aqui, dando a palavra amiga pra gente. Só esse grupo religioso. (Bom Pastor)*

M – *Tem gente que faz parte da igreja católica, que ajuda na comissão. Ajuda a organizar reuniões. Inclusive, quando eu comecei a conhecer o MDDE, foi lá na igreja da Vila Palmares, com um padre. Nós fizemos muitas reuniões lá. E hoje, a igreja tem ajudado vocês a se organizarem? Não. Hoje não. (Bougival)*

M - *No início aqui quando nos tava na... Nessa época era eu, o Narciso, compadre Cícero, José de Melo, o Valdir, a Diva, a gente... Aqui a gente não tinha, não tava com a luz, não tinha água e não tinha esgoto. Isso no início dos anos 80. Até 83, 84. A gente não tinha nada disso. Que que a gente fez. A gente criou uma, com a associação, a gente conseguiu entrar com uma relação com uma entidade da França. Isso vinha também a igreja. Também com ajuda e acompanhamento do padre Miguel. A gente conseguiu um contato com uma entidade da França, uma entidade religiosa, a gente conseguiu um dinheiro, eles mandaram dinheiro pra nós e a gente fez todo o esgoto dessa área. Daqui de cima, até lá em baixo. Todo esgoto que tem aqui, menos esse, que depois a prefeitura quebrou todo o trabalho que nós tinha feito, pegou e fizeram o dele. Mas nos fez tudo aqui. Aqui onde era a caixa d'água era tudo residência, até lá nós fez o esgoto, com tubo de plástico de 8, a mesma espessura do esgoto, só que sendo tubo de plástico, cano de pvc branco, com esse dinheiro nós puxamos todo esse esgoto, com uma caixinha pra três, quatro residência. Que é esse esgoto que*

hoje eles falaram que tá quebrado lá em baixo e não arrumaram mais. Na nossa época quando quebrava um pedaço de cano, a gente comprava outro, então, esse dinheiro ele veio, a gente fez esse esgoto. Depois criamos um bônus pra tentar vender esse bônus. Na época o Riva era o jornalista dos metalúrgicos do ABC, o Riva que foi candidato agora. Eu fui com ele, ele me deu esse apoio, na época ele era petista também. A gente preparou um bônus pra tentar vender, pra arrecadar, pra tentar dar continuidade naquela...na entrada, naquela entrada de dinheiro e a gente fortalecer mais a associação, mas é o povo, que apesar de trabalhar, era pouca grana e não rendeu. Ai foi quando o Miguel também começou a se distanciar, foi quando deu aquela virada na igreja, o João Paulo começou a tirar a igreja que batalhava participante, ele começou a tirar o padre daqui, põe pra lá, põe outro, tinha o Maom, que hoje tá em Portugal...O Maom, o padre Maom (falecido) que hoje tá em Portugal. O padre Miguel tá na França, mas foi coisa que a gente veio trazendo essa comunidade desse jeito. (Gregório de Matos)

F - *Bom, meu nome é Helena Vieira da Silva. Sou mãe de cinco filhos, de seis filhos hoje, porque tem uma adotiva, tenho quatro neto, tenho três filhas, três filhos casados, sou mãe de quatro netos e desse tempo que ele participou, que ele já contou a estória, eu só participava da igreja, da igreja católica, então a gente tinha um relacionamento muito grande com os seminaristas, o seminarista Danilo, o Beto, Damiaozinho, então eles tinha um trabalho aqui com o padre Miguel, aqui dentro dessa comunidade, ai foi tempo que o João saiu e nós tinha aquela reunião diária da... em prol de comissão e eu comecei a participa, incentivada por essas pessoas que eu citei. Pela igreja...Então ele sempre falava pra mim essa estória, mas eu sempre dizia: que que tanto tu faz pelo mundo afora. Sempre falava isso pra ele. E não gostava mesmo dele demora tanto por ai, por que ele andava nas favela inteira de Santo*

André. Ai, os seminaristas começou a conversar comigo e falar que era importante e eu falava que eu não tinha tempo por causa dos filhos que era tudo pequenininho, então eu tinha que cuidar da casa, então eu fazia aquele monte de desculpa. Ai foi quando ele saiu e eu senti aquela necessidade de ter ouvido tudo a conversa, de ter participado da CO, que é a Ação Católica Operária, então eu não entendia o que era trabalhador e fui aprendendo tudo isso dentro desse movimento da igreja, ai chegou uma hora que o Narciso me convidou pra eu participar da comissão, da comissão da Gregório de Matos, que era da Associação, que fazia todo esse movimento na favela, ai já tinha o estatuto e ele me convidou pra participar e eu participei varias... bastante uns cinco, seis meses, uns oito mais ou menos sem ta dentro da comissão, só dando apoio, participando da reunião, dando continuidade naquilo que ele não tinha tempo de fazer, ai quando veio as eleição eu entrei na chapa, chapa única. Ai já era 86, 87. (Gregório de Matos)

F - *A igreja teve muito presente há uns anos atrás, há uns dez anos atrás. Hoje tá mais afastada. A igreja católica que eu digo. Faz um atendimento assim, quando tem um doente, eles vêem, fazem novena, atendem doente... não tem nenhuma igreja de crente na favela e outras favelas tem cinco, seis igrejas, aqui não tem nem a católica mesmo, nem também tem a de crente. Nunca investiram nisso. (Gregório de Matos)*

F - *Religioso aqui, tem a 'Casa de Jacó'. É uma igreja. Foi montada aqui dentro da comunidade e, uns falam 'Casa de Jacó'. Então, não é bem evangélica. A igreja dos crente lá embaixo que é evangélica. Essa aqui é mais puxado pro católico. Então, tem duas igrejas. A Casa de Jacó e a 'Deus forte' que atua aqui dentro da comunidade...A 'Casa de Jacó, o trabalho dela aqui é mais com as crianças. Eles dão uma sopa pras crianças, umas duas vezes por semana e, até pros adultos também. Dão incentivo, eles fazem*

incentivo nas residências, dão a “palavra”, como eles falam, aconselham as famílias nos pontos que acham necessário. E a outra igreja, a ‘Deus forte’ é a mesma coisa. Eles levam a ‘palavra’ pras famílias, não fazem o trabalho com as crianças, mas tem culto quase todos os dias. É só isso mesmo em termos de igreja. Agora, em termos políticos, a gente tá sempre correndo atrás de político que queira ajudar aqui, que organiza as pessoas, organiza plenárias pra estar participando do orçamento e buscando alguma coisa. (Gregório de Matos)

M - *Não, não houve ajuda de nenhuma igreja aqui não.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Daquela igreja Davi Miranda (evangélica), tem aqui dentro, que tem sempre passando umas mulher que chama, mas outra não tem, não. Eu mesmo não vou. Minha religião é católica e sou católico até morrer. E outra coisa, eu entendo que toda religião precisa de dinheiro, nós precisa de dinheiro e todo negócio que se vai fazer, precisa de dinheiro. Agora, eu acho que a religião crente foi inventada pelos homens, foi tirada da bíblia e ela precisa de dinheiro. Precisa de dinheiro pra um monte de coisa: pra faze os cultos deles, pro padre, pra pinta, pra construí e desenha as igreja, mas, tem umas que precisam mais do que outras. Aquela de Davi Miranda precisa mais pra faze coisa bonita, porque quanto mais coisa bonita, mais você chama cliente. Por exemplo, se você tem uma agencia, você vai botar gente feia, e outra bota mais mulher bonita, os seus clientes vão para ali. Nego, tem muito nego que trabaia em agencia de emprego, mas tem mais muié bonita, que nego. Você pesquisa num banco, você chega num banco, tem mais gente branca do que nego, porque tem racismo ali dentro. Numa igreja, tem mais gente branca do que nego. Hoje em dia já tá mais misturado o preto com branco, porque o preconceito tá acabando. Na religião? Na religião. E na religião de crente e na religião*

católica. Isso porque rolou muitos processos contra o preconceito de nego...Eles só tão pensando do lado deles. Aqui dentro da comunidade não tem uma comunidade trabaiaando sobre aqui pra dentro. Eles trabaia só por a igreja deles, só pelo lado deles. Muitos que mora aqui deveria trabalha por aqui, porque se ele não trabalhar por isso aqui, amanhã ou depois ele não tem igreja pra mora. Se aqui tiver 100 crentes e o Celso Daniel se reuni com o Juiz de direito e derrubar isso daqui, a igreja pode ajudar um ou dois, mas não vai ter lugar pra todo mundo. A igreja também não vai aguentar ele morando um ou dois anos lá dentro. Na luta geral, não tem crente que trabaie aqui pra dentro. Que eu conheça, não.
(Homero Thon)

M - *Eu fiquei dez meses, quando comecei a trabalhar em Santo André, um cara pegou, deu um golpe na empresa. Pegou todas as máquinas, falando que ia trazer todo material novo, então, deu um golpe na gente. A gente teve que saldar todas contas da firma. Eu tava três anos na empresa e fiquei três meses em casa, passando necessidade, comendo só arroz, nem uma cebola pra cortar em cima não tinha. Era só o arroz branco. A igreja forneceu durante sete méis mantimento. Isso aí foi depois de uns dez anos que eu tava morando aqui dentro.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

F - *Pra mim, nunca achei ninguém, ah não ser, lá na rua um, que tem uma entidade espírita que já me ajudou com cesta básica, mas fechou, porque eram muitos e eles não conseguiram atender a todos. Essas igrejas não fazem um trabalho social, dar cestas básicas, trabalho social de instruir, esclarecer, de dar um sentido diferente para a vida? Eles só têm a religião? É somente a religião...Os que vão à igreja insistem para a gente frequentar, para ouvir a palavra de Deus.* (Pintassilgo)

M – (Ong que atua na comunidade) *O único que eu conheço é o GATS, Grupo Assistencial Toninho Santo, que fez as nossas duas*

salas e, estamos agora, dando mais algum curso. Através destes cursos, tivemos portas abertas para outros. (Pintassilgo)

M - *...Temos uma igreja aí, que o nome do rapaz é Geraldo, ele faz um trabalho com as crianças aos domingos. É a igreja Batista. E, tem a igreja católica que ela faz a doação das cestas básicas. Todo mês ela dá uma cesta básica. (Jardim São Bernardo)*

M - *A religião na comunidade existem várias: católicas, protestantes, macumbeiras, todas quadras tem uma igreja diferente para escolher. Tem também no Parque Miami. O único trabalho social que a igreja faz, é o curso escola dominical para as crianças aos domingos. A igreja adulta tem o catecismo, mas trabalho social, eu desconheço. (Pintassilgo)*

Favela Gamboa em Santo André. Bazar da Casa Espírita Flor do Campo. Coordenadora e organizadora no centro da foto: Guiomar Magalhães. 1998.



Os relatos evidenciam que as igrejas presentes nas favelas de Santo André desempenharam um papel ambíguo no cotidiano da população. Em contextos marcados pela ausência histórica do Estado, principalmente no acesso ao saneamento básico, à alimentação e à assistência em situações de doença, as instituições religiosas emergem como atores que oferecem apoio material e espiritual.

Distribuição de cestas básicas, roupas, visitas a famílias, atividades com crianças e até contribuições estruturais, como a construção de rede de esgoto na comunidade Gregório de Matos, e outras, compõem ações que impactaram diretamente na saúde do território. Entretanto, esse apoio não foi constante.

A ajuda oferecida muitas vezes dependia da vinculação religiosa ou da participação nos espaços de fé, demonstrando que o acesso às redes de suporte religioso em muitas vezes, também se organiza segundo relações de poder e pertencimento. Uma parte importante das falas revela que a religião, em alguns momentos, funcionou como meio de controle social ou como tradução do assistencialismo despolitizado, que alivia necessidades imediatas, mas não transforma a estrutura de desigualdades vividas.

As questões de gênero, raça, classe e religião atravessam a experiência dos sujeitos e influenciam sua possibilidade de participação comunitária. As mulheres assumem papel central nas atividades religiosas, que frequentemente são portas de entrada para sua atuação política e organizativa.

Mas esse protagonismo feminino surge, em geral, a partir de funções tradicionais de cuidado, reforçando desigualdades mesmo enquanto permite sua inserção na luta por direitos. A dimensão racial também aparece como marcador de exclusão, quando moradores denunciam o racismo presente tanto na Igreja Católica quanto nas igrejas evangélicas, indicando que as instituições religiosas reproduzem a hierarquia racial e de gênero vigente na sociedade brasileira.

Há ainda uma mudança histórica importante a ser destacada: durante os anos 1980, com influência da Teologia da Libertação, a igreja assumiu papel mobilizador, apoiando a organização de associações e a conquista por melhores condições urbanas. Este movimento articulou alianças entre a Igreja progressista e setores

do Partido dos Trabalhadores, o que evidencia a influência da Teologia da Libertação e das pastorais sociais que, na época, impulsionavam lutas urbanas e sindicais no Grande ABC.

Já nas décadas seguintes, especialmente com a guinada ultra conservadora da Igreja Católica, ocorre um afastamento dessas ações coletivas, diminuindo sua contribuição direta para a garantia de direitos sociais e fortalecendo práticas mais voltadas à evangelização do que à transformação territorial.

Assim, este capítulo evidencia que a religião nas favelas se constitui como uma presença ambivalente: ao mesmo tempo em que ampara a sobrevivência e reforça laços de solidariedade, pode restringir a participação crítica e coletiva, mantendo desigualdades sociais.

A atuação religiosa, portanto, não se mostra, em muitas situações, como prática de fortalecimento espiritual, mas como elemento político que incide nestes territórios, seja fortalecendo a luta social, seja contribuindo para a reprodução da vulnerabilidade estrutural se organizando como mecanismo e ferramenta de domínio e controle e não de emancipação.

11) Relação com a polícia: segurança pública, seletividade e estigmas territoriais

“Para o pobre, a lei é mais dura.”

Carolina Maria de Jesus

M - Ah, tem um problema, acho que toda favela tem. Já chega aqui tratando todos os moradores como se fossem bandidos. Chega com uma ação aqui que não respeitam. Aham que quem mora em favela é... Não sei se é uns homens que não tem preparo, chegaram na polícia militar sem nenhum preparo para se dar com ser humano. Aí, chega aqui achando que todo mundo é bandido, às vezes chega espancando. Eu lembro que uma vez, à noite, lá em cima, que foi

todo mundo pra delegacia, que a polícia queria prender, o pessoal se organizaram e foi todo mundo pra delegacia, pelo fato dele querer me prender. Foi a madrugada inteira, foi mulher, criança, foi todo mundo e disseram que se fosse me prender, teria que prender todo mundo, aí acabou não prendendo ninguém. Depois pessoal pegou e foi embora, tiveram um grande sofrimento lá, deram um chá de canseira, mas não prenderam ninguém. Outro dia, faz um mês, jogou um spray de pimenta nos olhos de um morador. E, morador que não era usuário de droga. Eu fiquei sabendo disso aí, uns três dias depois. Daí, não pegou nome dele, número de viatura, não denunciou... Um trabalhador, e foi massacrado pela polícia militar. Pra polícia é, quando ele vem pra cá, leva uma abordagem aqui, o tratamento dele é bem diferente. (Gamboa)

M - *Não sei dizer, por que dessa parte, eu sempre trabalhei mais à noite, sempre de dia dormindo, eu fiquei mais afastado. (Gamboa)*

F - *Aqui já houve muita violência, a polícia, no começo, foi triste. Tinha umas pessoas fora daqui que vinha se esconder aqui e foi “barra cerrada”. Eles batiam, espancavam, na frente da gente, as pessoas que era errada. Isso faz uns dez anos, mais ou menos. Só que a maioria que mora aqui agora não tem queixa de ninguém, pessoas todas trabalhadoras, pessoas honestas. Hoje em dia tamo no céu. Porque já foi “boca quente” aqui... Quando tem qualquer assalto, eles abafam isso aí. Eles sempre aparecem por aqui, fazem revista. Às vezes os meninos estão por aí, pelo beco, eles vai, revista todo mundo e às vezes, até usam de violência, dizendo que estão zelando por nós. Mas, como? Se muitas vezes é nossos filhos que estão ali, nós sabemos quem são nossos filhos, então, não tem nada que ficar revistando. Tudo bem que eles vêm aí, que deem o comparecer deles, mas nem tudo o que acontece de ruim vem da favela. Por fora, às vezes tem mais coisa errada fora do que existe*

na favela. Isso não é um tipo de preconceito? Eu acho que seje. Não falando com todos, mas o que existe mais é preconceito. Na maioria do pessoal existe preconceito. (Bom Pastor)

F - *O que a TV mostra? Que o engravatado ou a polícia é o marginal? Não. O marginal é o trabalhador do núcleo de favela. Esse caso que aconteceu na Sacadura Cabral (outro núcleo), foi porque outras pessoas que eles nem sabem se é da Sacadura, diz que matou um policial e eles entraram, pegaram um pai de família, abriu o forno, ligou o gás e botaram a cabeça dele dentro... Isso era umas onze e pouco. Dentro da casa dele. Bateram no cara até dizer chega, com os filhos chorando, sobrinho chorando... por quê? E depois de tudo isso levou o cara preso. Não pegou com droga, não pegou com arma, nada. Ou seja, mandato ninguém apresenta pra entrar na casa? Não. Ontem mesmo eu conversei com o 10º aqui (10º Batalhão da Polícia Militar), com o comandante de lá. Eu perguntei que ordem era dada pra eles? Ele disse que nenhuma de invadir, e pediu um relatório detalhado do que aconteceu com aquela família. E ele falou que eles não fazem isso. E a gente vai deixar? Não. Vamos fazer ação contra isso, porque se é lei, vamos ter que cumprir, mas se não é lei, vamos reivindicar os direitos. E a gente tá levando esses ofícios pra alguns promotores daqui de Santo André. Fui muito bem recebida. Tanto eu, quanto Donato, porque a gente tá fazendo os dois juntos. Nessa parte aí, a televisão discrimina muito e a gente vive na televisão direto. A senhora acha que a televisão discrimina a mulher, o negro, a negra? Não. Eu acho que nessa parte aí, não. Eles discriminam os pobres... Aí já chega, que eu tô cansada! (Gonçalo Zarco)*

F - *A polícia entra aqui, geralmente, porque ocorre algum assalto na vizinhança... E eles pensam que é o pessoal daqui. E, às vezes nem é. Porque bandido tem em todo lado. Outro dia, a gente tava aqui em cima, fazendo o esgoto, a gente tava com o operador da*

máquina e de repente a polícia sai de dentro do mato. Já sai atirando. Então, a gente se sente mal... Aqui a gente tá constantemente em alerta. Porque você tá passando aqui e, de repente... Porque você sabe que em favela a polícia não respeita. Polícia civil, polícia militar, rouba um carro lá não sei aonde eles já acham que é aqui, fica sobrevoando com helicóptero. É difícil. Eu no

F - *Sempre a polícia quando entra, a gente fica meio nervosa assim, porque a gente nunca sabe quando vai aparecer uma bala perdida. Mas, a gente se pega com deus e vai levando. (Haras)*

caso, morei muitos anos de aluguel... (Gregório de Matos)

F - *A polícia veio aqui. Semana passada mesmo, a força do pessoal ali caiu, um rapaz foi subir ali pra ligar e um morador do outro ligou pra polícia. Veio dois camburão. Porque a gente usa a luz*

de São Bernardo. Fez o rapaz descer, a Neusa (moradora da comunidade) foi lá, tentou conversar com eles, mas eles não aceitaram e ainda disseram que se comesse a aglomerar muita gente, iam levar o rapaz preso. Muitas e muitas vezes já ameaçaram a tirar a força da gente. Essa passagem já foi tirada pela prefeitura de São Bernardo. (Haras)

F - *O pessoal não é lixo pra ser tratado assim. O pessoal é tudo ser humano, precisa sobreviver. Olha, isso daqui era roça minha, ó o que tornou-se agora? (refere-se à parte que se transformou em continuidade da favela, não mais suas plantações). Eu moro ali tá com seis anos ou mais. Eu fazia a roça aqui, depois uma moça da prefeitura falou que não podia era desmatar o mato, mas o mato rasteiro podia...Aí, um dia nós desmanchamo lá e começamo a fazê ali. Quando eu vi, veio a polícia e levô meu marido no camburão, por causa dos barraco. Depois de seis meis os policiais vortaram pra conferi, mas depois disso, não vieram mais. Eu puxei uma luz e*

vieram recramá, mas eu disse que a luz era minha, que eu tava pagando e puxei. (Haras)

F - *...quando há caso de roubo em qualquer lugar, a polícia invade a comunidade. Teve até um caso de suicídio fora da comunidade que a polícia veio dizer que a comunidade era culpada. Sobre isso eu acho um problema desonesto, assim, de uma pessoa roubar lá fora e depois eles vir aqui pra dentro acusar. (Homero Thon)*

M – (A polícia) *Ela chega com calma, não entra com violência, não. Ela entra na calma, aqui não chega intimidando ninguém. (Jardim Primavera)*

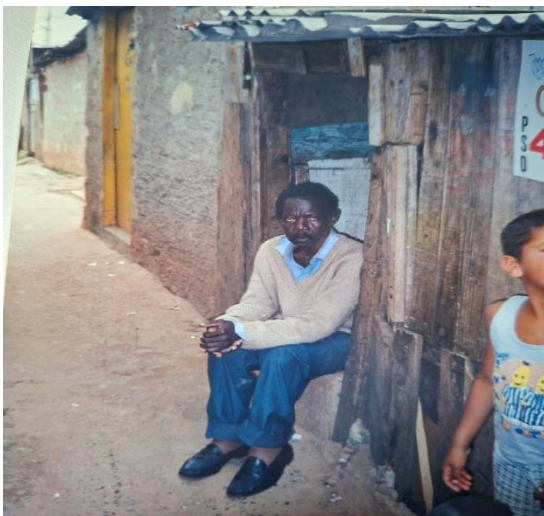
F - *Antigamente tinha bastante problema, mas agora não. De vez em quando, passa a guarda municipal aqui, quando ocorre alguma coisa, eles vêm. Antes, era um lugar perigoso; hoje está bem sossegado. Quem faz o lugar são as pessoas. Aqui nunca tive problemas, nunca mexeram comigo. Sempre tentei lutar por coisas melhores aqui. (Pintassilgo)*

Os relatos apresentados evidenciam como moradores (as) das favelas são historicamente submetidos a uma política de controle que combina desigualdade de classe e racismo estrutural. Ao narrar invasões, agressões e abordagens sem mandado, os depoimentos revelam que a favela é tratada como território onde o Estado atua prioritariamente pela via da força, e onde direitos constitucionais tornam-se frágeis ou inexistentes. O fato de morar na favela é suficiente para que pessoas trabalhadoras, muitas vezes negras e periféricas, sejam rotuladas como suspeitas antes mesmo de qualquer ação investigativa.

A relação entre as favelas e a perseguição policial no Brasil é histórica e tem raízes profundas no processo colonial, marcado pela escravidão, pelo racismo estrutural e pela criminalização dos corpos negros e pobres. Desde o período colonial, os aparatos de controle e repressão do Estado foram organizados para vigiar, punir e conter

populações consideradas perigosas à ordem social, função exercida inicialmente sobre escravizados, quilombolas e pessoas pobres livres.

Com o fim formal da escravidão, essas práticas não foram superadas, mas reatualizadas nos territórios populares urbanos, especialmente nas favelas, que passaram a ser tratadas como espaços de ameaça e ilegalidade. A atuação policial nesses territórios, baseada na lógica da suspeição permanente, da violência e da



exceção jurídica, expressa a continuidade de um projeto colonial de controle social, no qual a segurança pública opera menos como garantia de direitos e mais como instrumento de repressão e manutenção das hierarquias raciais e de classe que estruturam a sociedade brasileira.

A criminalização do território e dos corpos que nele vivem opera pela marca de classe, o ser pobre e pela marca racial, o ser negro. A polícia, enquanto braço armado do Estado, reproduz preconceitos históricos que associam pobreza e negritude ao crime. Tal lógica legitima a violência como “mecanismo de segurança” e naturaliza a ideia de que o sofrimento imposto ao morador de favela é uma consequência da sua origem social, e não uma violação de direitos humanos.

O medo da bala perdida, a truculência e o tratamento humilhante são, assim, vividos como cotidiano pelas pessoas que brincam, trabalham, estudam e constroem suas vidas naquele território. Ainda que alguns depoimentos sinalizem melhorias recentes, sobretudo em áreas que passaram por maior organização comunitária ou investimentos urbanos, a sensação dominante é a de vulnerabilidade permanente.

A favela é tratada como espaço de exceção, onde leis que valem para os bairros centrais podem ser ignoradas. Isso reforça fronteiras simbólicas que separam quem é digno de proteção e quem pode ser punido pela simples existência. O relato de um morador cuja casa foi invadida sob a justificativa de “*buscar o culpado*”, mesmo sem provas, revela a dimensão do abismo social: quando a polícia invade lares de trabalhadores, é como se dissesse que suas vidas importam menos.

Também emergem formas de resistência comunitária, como mobilizações coletivas, denúncias e articulações com o Ministério Público, indicando que a cidadania nas favelas não é passivamente recusada, mas continuamente reivindicada. Esse movimento confronta a narrativa midiática que reforça o estigma criminal, denunciando que a violência policial não é exceção, mas expressão das desigualdades raciais e de classe que estruturam não só o município estudado, mas as periferias das cidades brasileiras.

O capítulo demonstra que a relação entre as favelas e o Estado ainda está marcada por profundas disparidades. A análise aqui exposta revela o quanto a luta por reconhecimento, pertencimento, segurança e dignidade é atravessada por questões raciais e socioeconômicas. Finalizar este capítulo com essa compreensão significa reafirmar que contar a história das favelas é contar também a história das resistências populares contra as injustiças

urbanas. E que o futuro das cidades depende de superar a lógica que insiste em tratar parte de sua população como descartável.

12) O mundo do trabalho e sua desigual distribuição de renda e dignidade

“O corpo da gente cansa de trabalhar
e a vida continua difícil.”
Carolina Maria de Jesus

M - *Antes disso eu vim do nordeste. Eu vim morar primeiramente com o meu patrão. Eu trabalhava numa padaria e trabalhei pouco tempo morando com ele. Aí, como ficava distante, complicava de eu ir da onde eu trabalhava para onde eu morava, aí eu consegui dois cômodos em Santo André próximo ao trabalho e permaneci sete anos pagando aluguel. Eu trabalhava na panificadora Las Vegas.* (Gonçalo Zarco)

M - *Fiz até a sexta série. Atualmente eu tô desempregado, mas eu trabalhava de cobrador. Fiquei 7 anos na EPT. Era de abastecedor, depois passei pra Nova Santo André, seis anos como cobrador. Saí agora.* (Gamboa)

M - *Eu hoje trabalho lá na prefeitura. Passei por algumas empresas aí, trabalhei numa metalúrgica quase oito anos, depois trabalhei no comércio, trabalhei numa panificadora, trabalhei um ano e pouco na Sadia. Comecei a trabalhar com pesado mesmo, acho que eu tinha uns oito ou nove anos, quando eu comecei a trabalhar na roça. Desde 86 eu trabalho com registro em carteira, eu tinha 17 anos, por aí...* (Gamboa)

M- *Trabalhava na merenda escolar. Depois, me machucaram, eu não aguentei mais trabalhar. Daí fui pra pré-escola, trabalhei 10 anos na pré-escola, aí foi arruinando mais tudo. Não aguentei*

trabaiá mais mesmo, então fui me aposentar. Isso tá com uns três anos. (Bougival)

M - *Tem outra forma de preconceito que é a da idade. Eu bato na porta da firma, falo que tenho 46 anos e eles não pegam. Eu fui na Ultragás que meu irmão arrumou pra mim. Fui preencher a ficha e disse “beleza. Já tô empregado”, quando a mulher foi pegar a ficha, foi logo olhando a idade. Viu que eu tinha 46 anos e já foi logo dizendo que eles só pegavam rapaz até 28 anos pra carregar botijão de gás. Eu voltei pra trás dando murro nas paredes. Por aí, se vê o preconceito. Eu tenho 28 anos pago de INPS. A empresa deveria dar oportunidade pra mim em vez do cara de 20. Por quê? Eu respondo! Porque eu tenho a malícia do serviço, eu tenho a noção do serviço, aquele cara de 20 anos não tá tendo. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

F - *Hoje em dia, a mãe é o chefe da casa, então tem uma preocupação com o trabalho. Tem muita criança ou adolescente que trabalha? Não. Aqui nós não tem esses problemas. (Gonçalo Zarco)*

F - *A senhora sabe se tem muito desemprego aqui? Tem, tem sim. Se é bico eu não sei, né? Tem bastante...que trabalha e desempregado também. (Gregório de Matos)*

M - *Mês de maio eu fui mandado embora. Fiquei desempregado. Sempre trabalhei no mesmo lugar. O meu serviço era serviço geral. (Haras)*

F - *Então, a gente estranha um pouco, mas, fazer o que? Tá sem emprego. Emprego você sabe como está por aí e a gente vai vivendo como der, como deus quiser. Aqui tem muita gente honesta. Gente que sai de madrugada, que chega de noite, muitas vezes já aconteceu de chegar do serviço, ver movimentação aqui, esperar*

pra ver se acalma um pouco, pra ir pra casa. Com certeza. Você não tem segurança aqui. (Gregório de Matos)

M - *Cheguei aqui, arrumei um serviço na Pirelli. Eu morava lá na Luz, em São Paulo. Trabalhei um ano e seis mês. Depois, a firma mandou embora, eu fui e comprei um barraco lá no morro da Kibon, depois eu desmanchei o barraco de madeira e construí um de broco. Depois com dois anos, vendi o barraco no morro do Kibon, comprei um barraco de madeira aqui em baixo. Mais ou menos de 82 pra 83. Morei dois anos no barraquinho de madeira aqui, vendi, comprei outro na mesma viela e construí em cima, já tava melhorando as coisas. Nesse que eu construí em cima, morei mais três anos. Daí, comprei um outro ali do outro lado, que é nesse que eu moro até hoje. E tenho dois filhos, um terminou no ano passado o primeiro grau, que é o mais velho, tem 23 anos, o mais novo também completou o ano passado o segundo grau, tem 21 anos. Mora comigo e trabaia. O mais novo tá parado, que não tem serviço. Ele foi numa agência de emprego e a agência pediu 5 anos de experiência. Ele falou que tava no colégio, não saiu do colégio com experiência. Tá fazendo bico como pedreiro. Eu também trabalho como pedreiro, tenho esses anos todos que eu tô aqui em São Paulo, trabalhei como pedreiro. Trabalho pros outros, construo pros outros. Pra mim eu não construo. O que eu posso construí, eu construo. (Homero Thon)*

M - *Saio todo dia às 5 horas e chego às 5 horas. Às veiz, não tenho tempo de fazer nada em casa. Comecei a trabalhar com 7 anos de idade na roça. Não tenho ficha quase nada na carteira, porque só de roça eu trabalhei 25 anos mais meu pai. Depois disso que eu sai e trabalhei nessa fazenda 12 anos, sem ficha. Aqui em São Paulo tenho quase doze anos, tenho ficha na carteira, como pedreiro. (Homero Thon)*

M - *O pessoal se vira, cata lata, cata papelão. Tem um cara que trabalhou 14 anos na prefeitura que hoje cata lata. Ele tá aposentado por invalidez, mas não dá. Eu próprio levo lata na casa*

dele. Eu faço parte da comunidade, não sei se o meu nome tá lá na prefeitura, mas eu faço parte da comissão, já fui em umas três reunião. Quando dá eu vou, porque eu trabalho em firma, então, não dá pra ficar indo sempre, porque daí eu perco três dia de trabalho e meu salário vem furado, não dá pras despesa da casa, que já é pouco. Agora, se não fosse por esse motivo, eu tinha prazer em ir em todos. (Homero Thon)

F - *Já trabalhei em restaurante, em supermercado, em condomínio, em casa de família... Hoje eu trabalho em São Bernardo. Sou faxineira num condomínio. (Jardim Primavera)*

M - *Trabalho de pedreiro. Faço uns bicos por aí quando tem, quando não tem, fico parado. E vai vivendo assim. Num tá fácil, não. Mas, amanhã, pro profissional “baleado”, sempre aparece um biquinho, mas que não é fácil, não é não. Eu trabalho por dia, mas recebo por mês. Nesse condomínio vou duas vezes por semana. E na outra casa, lá, também dois dias. Como que o senhor encontra trabalho? Conversando, através do conhecimento que eu já tenho. A gente já conhece bastante pessoas por aí na cidade. As pessoas que conhece indica. Faço um serviço pra um, que indica pra outro e por aí vai. (Jardim Primavera)*

M - *Eu tenho só a quarta série, só! Gostaria de continuar a estudar? Não. Como eu não consegui, agora deixa quieto. Estudo é... Porque, hoje em dia, tem milhares de gente que terminou os estudo, profissional formado, e não tem emprego. Eu conheço um médico que está trabalhando com parte elétrica...Trabalhei já com cara profissional formado. Vários reclamam porque não acham serviço. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

F - *Trabalhei em Diadema, trabalhei quatro anos na avícola que faliu, na Vila Luzita. Você é aposentada? Não, eu tinha pouco tempo na carteira. Fui dar entrada, disseram que eu tinha que pagar mais quinze anos. Eu desisti. Foi quando meu esposo morreu, eu era*

procuradora da aposentadoria dele. Ele era doente, aí eu passei a receber no meu nome. Agora eu não posso mais, porque tenho a dele. (Pintassilgo)

F - *É um serviço que eu faço, que dizer que é fora de casa, mas é aqui dentro do núcleo que eu trabalho. É um serviço que sai dessa cooperativa da reciclagem. É uma profissão que a gente somos muito discriminado por causa desse serviço, pelo menos eu sou discriminada e muito. Porque o povo tem muita gente que tem respeito pela profissão, acha que isso seja uma profissão...a gente recicla. A gente cata os lixo e depois a gente recicla...por dentro da favela. Recolhe aqui mesmo. Até porque nas ruas mesmo, a reciclagem passa. E ainda tem muita gente, que quando eu passo na porta pra pega os lixo, tem gente que fala: “a mulher do lixo chegou”, “mãe, olha a mulher do lixo”, eu acho que isso seja uma discriminação. Pra isso tem que ter um nome. Não é o fato de fazer esse serviço que precisa ser a mulher do lixo. Tem muita gente que trata, pelo menos eu, dessa forma. Não sei o Valdir, porque nós dois trabalhamos juntos, mas comigo é desse jeito. A gente tem que pegar também, porque o caminhão não passa. Tem que trazer em lugares mais fácil. Tem que separa também, porque o pessoal não acostumou separa. (Jardim São Bernardo)*

M - *Eu fui cobrador e na época começou a cair a crise no emprego de cobrador, aí perdi meu emprego e a única solução pra sair do aluguel foi vir pra cá. Eu cheguei aqui pra ficar dois meis, mas não é dois, mas, fui ficando, fui ficando e tô até hoje aqui. Foi isso. (Jardim São Bernardo)*

F - *Nós mulheres somos preconceituosas com nós mesmas, né? Porque alguém fala: “Você trabalha?” “Não, eu sou do lar!”. E que é um trabalho. A pessoa que fica em casa trabalha tanto quanto qualquer outra pessoa que trabalha fora. E, infelizmente, só não é remunerado, mas trabalha sim! Porque educa os filhos, mantêm a*

casa limpinha pra receber as pessoas e as que moram ali... É um trabalho tão digno quanto outros. Então, a gente tem que dizer assim: “eu trabalho sim!”. (Jardim São Bernardo)

M - *Eu estudei até a quarta série e trabalho com cooperativa de reciclagem, na coop Cidade Limpa. Tô aí, faz três anos. Não tem outro emprego, então tem que encarar o que eu tenho na frente. Não posso escolher serviço, que eu tenho quatro pra cuidar em casa, então eu não posso ficar escolhendo o que eu vou fazer, o que eu tenho que fazer. Eu tenho que pegar o que vem na frente. E, graças a Deus, tá dando pra manter minha casa, meus filhos que pra mim é muito importante. (Jardim São Bernardo)*

F - *Fui até a quarta série que eu estudei. E, trabalho, em casa de família. E, na minha casa, né? Eu trabalho em umas cinco casa...Eu trabalho bastante. Inclusive, agora eu tava lavando roupa e vim aqui conversar um pouquinho com vocês. Não paga tão bem, paga um pouco errado, mas a gente... Meu menino diz que vai me ensinar e eu digo que a mãe não tem tempo, chego cansada. Tem muita coisa pra falar, mas a gente leva. (Jardim São Bernardo)*

Os relatos reunidos revelam como o mundo do trabalho constitui elemento central na formação e permanência das famílias nas favelas, mobilizando trajetórias de migração, informalidade e precarização. A maior parte dos (as) moradores (as) tem histórico marcado pelo trabalho manual, pesado, importantes para a sociedade, mas muito mal remunerado: metalúrgicos, pedreiros, cobradores, faxineiras, trabalhadores da reciclagem, cozinheiras, funcionários de padaria ou do setor de serviços.

Curso de Formação
Política com CERIS e
CNBB. Formou 30
lideranças de 10 favelas.
Com duração de 128
horas-aula – 4 meses –
total de 32 oficinas. A
mulher primeira à direita
é a Zenilda, hoje (2026)
Presidenta do MDDF de
Santo André. 2003.



Vimos também vivências de trabalho infantil, como quem iniciou “na roça” com sete ou nove anos de idade, reproduzindo um ciclo transgeracional de exploração econômica. Isso se relaciona diretamente ao ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), que permanece como promessa distante para grande parcela da população periférica.

Os depoimentos também evidenciam um cotidiano de rotatividade, desemprego e subemprego, no qual o trabalho formal é exceção e a sobrevivência depende de “bicos”, e redes de vizinhança. A informalidade impede aposentadoria justa e proteção social, revelando como a classe trabalhadora periférica segue arcando com as consequências da desigualdade estrutural brasileira. Ao mesmo tempo, os homens que constroem para outros, mas não conseguem garantir moradia digna para si, tornam visível a contradição urbana que produz e exclui quem edifica a cidade.

A perspectiva interseccional da nossa pesquisa expõe dimensões que ultrapassam o aspecto econômico: a discriminação etária, quando trabalhadores mais velhos são descartados; o preconceito de classe, que desqualifica profissões essenciais como reciclagem; e a desigualdade de gênero, invisibilizando o trabalho doméstico

realizado por mulheres que se identificam como “do lar”, ainda sem reconhecimento financeiro. A elas recai dupla ou tripla jornada: cuidar do lar, criar filhos e, muitas vezes, complementar a renda como diaristas, o que se relaciona diretamente aos ODS 1 (Erradicação da pobreza) e ODS 5 (Igualdade de gênero).

A baixa escolaridade, muitas vezes interrompida pela necessidade de trabalhar, reforça barreiras de ascensão social, mesmo quando há desejo de retornar à escola. Isso impacta o ODS 4 (Educação de qualidade), indicando que o direito à educação, embora legalmente garantido, não se concretiza plenamente para quem enfrenta fome, insegurança, violência e jornadas exaustivas.

Ao mesmo tempo, os relatos apontam para a dignidade e a força coletiva da classe trabalhadora periférica: a ética do trabalho, o orgulho da contribuição social, a solidariedade entre vizinhos e a defesa do sustento familiar como prioridade. A favela mostra-se espaço de reinvenção econômica e solidariedade cotidiana frente às injustiças urbanas.

Portanto, o capítulo demonstra que o mercado de trabalho impõe limites estruturais ao pleno exercício da cidadania aos moradores das favelas, reforçando a pobreza urbana e a segregação social. A intersecção entre classe, raça e gênero evidencia que não basta falar de emprego: é preciso falar de quem tem acesso, em que condições e com que direitos.

Compreender essas trajetórias é reconhecer que a construção de cidades sustentáveis, como prevê o ODS 11, que visa "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" até 2030, exige urgentemente políticas que valorizem quem constrói, cuida, limpa e sustenta os espaços urbanos. A história das favelas, assim, é também a história das lutas trabalhistas invisibilizadas que movem o Brasil.

13) Expansão das favelas na região mais industrializada do país

“O pobre vem para São Paulo iludido.
Pensa que encontra dinheiro nas ruas.”

Carolina Maria de Jesus

F - *Eu vim pra cá no ano de 1987, porque eu morava com a minha sogra e eu não podia sair pra pagar aluguel. Eu vim morar com ela porque eu fui embora pra Bahia e na volta eu vim pra casa dela. Foi na volta que a gente ficou mal, eu arrumei serviço de costureira em uma empresa aqui e fiquei trabalhando até agora, trabalhei lá uns treze anos. Foi a época que tava todo mundo se ajestando aqui e eu disse, vou pegar um lugarzinho aqui pra mim. Vim pra cá eu, meu filho e meu marido e continua até hoje. (Bom Pastor)*

F - *Em matéria da luz a gente comprava vela, usava lampião, a água a gente esquentava na lenha, fazia uma fogueira. Isso aqui na segunda parte, a partir de 1987. Por volta de uns dois anos a gente ficou com problema de água e luz. Depois do chafariz colocado, uns dois, três anos depois, vieram colocar a água, dividindo cavaletes em cada família. A luz também foi assim: dividiu uma caixinha de luz pra cada família. O pessoal que tinha do outro lado da ponte, tiraram o pessoal de lá, alegando que lá era da SABESP⁴⁴ e que esse pessoal ia ficar aqui nessa parte da favela, até eles arrumarem um local adequado para removerem essas pessoas, coisa que não aconteceu até agora. A parte que começou com a minha mãe, a segunda, foi até a ponte. Depois que essa parte tava toda tomada por barracos, o pessoal começou a invadir uma parte do outro lado da ponte, que o pessoal achava que era da prefeitura e, depois de algum tempo, a prefeitura veio alegando que esse terreno era do*

⁴⁴ Companhia do governo estadual responsável pelo fornecimento de água em muitas cidades paulistas.

SEMASA⁴⁵, e que aqueles barracos não poderiam ficar ali. Isso no finalzinho de 1987. Eles removeram essa parte pra frente da segunda parte da favela, prometendo pros moradores que, dali a algum tempo, eles arrumariam um local adequado pra estar removendo os moradores dessa terceira parte da favela pra esse local adequado e, até hoje, o pessoal continua aqui, não saiu, não foi removido e fizeram essas mesmas melhorias que fizeram pra essa parte, fizeram pra essa parte daqui da frente. Depois que tudo isso tava completo, juntaram algumas pessoas, assim como eu, que foi morar na parte do terreno que morava a mãe da dona Dercy, que é na primeira parte da favela e, daí por diante, o pessoal começou a tomar conta de uma outra parte na favela que é uma extensão da primeira parte. A última parte da favela ficou lá do lado da Sebastião Pedroso⁴⁶. (Bom Pastor)

M - *Esse campo aqui era o “Vila Quirino”. Mas, eu não sei se esse espaço aqui antes era do clube, porque era tudo campinho de futebol. Aí, começou a ocupação, acabou. Só ficou mesmo o campo pra lá. (Gonçalo Zarco)*

F - *Na parte nova é tudo barraco. tijolo se tiver é umas vinte e cinco casas. O resto é tudo barraco mesmo. Ao todo, pelo orçamento (Orçamento Participativo) que eu tenho em mãos, são 235 famílias. (Gonçalo Zarco)*

F – *Aqui tem. Bar, salgadinho, bebida... boteco. Um, dois, três, quatro, cinco, seis... ao todo dez botecos. (Gonçalo Zarco)*

M - *É final dos anos 70, 75, 76 até 82, tinha que ir buscar água na torneira, principalmente essa parte aqui de cima...Depois que eu não tive mais tempo pra reunião, aí conseguimos convencer a D.*

⁴⁵ Companhia pública do município de Santo André responsável pelo saneamento básico.

⁴⁶ Rua da Cidade de Santo André.

Helena à participar, pra associação aqui, e continuou até três, quatro anos atrás, aí sim, aí foi aquela participação do povo,... foi uma luta muito grande no segundo mandato do Brandão, porque ele não cedia, a gente já tinha vindo duma pré-urbanização, daí ele cortou o material, tinha mês que pegava 80, 100 pessoas daqui e ia lá na porta dele bater. Da prefeitura. “queremos material”, aí conseguia, ainda teve conquista de material no Brandão, mas assim... Aí chegou uma época que entrou a D. Helena que foi em 85. Aí ela que começou a participar mais diretamente. (Gregório de Matos)

F - *Na comunidade hoje não existe mais barraco. Bom, existe os barracos da ocupação nova, mas da favela que existe tem trinta anos, não tem mais barraco. Até os que entrou na área da prefeitura já tão tudo de alvenaria. É que tem uma área particular, que eles tão entrando devagarinho. Aí só tem barraco. No geral só tem alvenaria. E tem gente entrando em área particular? Tem. E orientado por gente daqui. Eles estão instruindo, porque eles incharam aqui dentro, não tem mais onde por barraco, ficam adentrando essa área particular aí. Tem comércio aqui? Vários. Deixa eu ver... tem o bazar da Lourdes, lá em baixo, esses de vender coisinhas tem dois e com esse daqui três. Tudo botequinho. Só aquela coisinha de vender doce, vender cervejinha, mas não tem coisa de vender comida, essas coisas não tem não. (Gregório de Matos)*

M - *A luz aqui é do jeito que todo mundo tem, né? Não sei por que eu só ajudei comprar os fios. Do jeito que todo mundo usa, eu uso também. É jeito de “gato”, todo mundo é pobre, né? E a água? Quem que fez isso daí? Isso aí eu não sei. Eu tô aqui desde 75, mas eu não sei, não participo. Eu já paguei relógio de luz, tá lá na Eletropaulo. Isso faz muito tempo, antes de entrar mais gente aqui. Eu não lembro. Na época que entrou o Covas nós pagamos 7 meis. Mas,*

antes disso eu já pagava. A água nós pegamo emprestado de lá de cima, da sede. A água não era clandestina. Agora eu acho que é. Antes era da chácara. Acho que sim. (Haras)

F - *Aqui não tem espaço. Inclusive, tem vindo famílias aqui, procurar a gente. Tem muita gente que chega, pergunta se não tem um espacinho de terra, porque acabou de chegar do Norte, chegou de Minas, chegou da Bahia, isso acontece muito. Duas, três famílias por semana. Normalmente, famílias que vêm de outra comunidade ou então, do Norte, Nordeste. Mais do Norte. São pessoas que tem conhecido aqui, que já orienta pra vir procurar. Mas, chega aqui e recebe um não. A gente até fica sensibilizado com as pessoas, mas não tem mais espaço. Outra coisa, isso aqui é uma área preservada, se for acolher família, vai criar confusão com o pessoal da habitação. (Haras)*

F - *... As pessoas constrói em cima da casa, faz sobrado, porque não tem mais onde construir. Tá crescendo. As pessoas que tem sua família não tem onde colocar. Os filhos vão casando e não tem condição de comprar um terreno, um barraco e os pais que pode ajudar os filhos... Assim vai crescendo...aumenta bastante. (Homero Thon)*

F - *Minha casa tem quatro cômodos. É de bloco. Todas é de bloco, não tem mais barraco aqui, não. A minha casa aqui, tem uma estória: eu trabalhava num abatedouro. Trabalhei sete anos. Nós, eu e meu filho, pegava às duas horas da manhã aqui e tinha vez, que a gente formava cinquenta blocos, trabalhando de domingo que minha casa foi feita: de trinta, quarenta, cinquenta blocos. Isso aqui foi uma coisa difícil de fazer, porque a gente não podia comprar. Foi difícil pra mim? Foi. É difícil pra todos nós. (Homero Thon)*

F - *Porque a gente teve oportunidade de vir pra cá, a gente estava num lugar de área, de risco. Aqui foi onde nos ofereceram um lugar*

melhor. Pai Herói. É. Em São Bernardo. Quando foi que a senhora veio pra cá? Em 91. Antes disso, eu rodei pelo mundo afora e por todo o lado, se for contar. Eu vim de Minas. Em 79. Vim como todo mundo vem: a procura de melhoras e estamos aqui. Vim solteira e com o meu irmão. Ai, cheguei aqui e acabei conhecendo o Almerindo. A gente já se conhecia de lá, mas acabou namorando foi aqui. Fomos lá pra casar, voltamos e acabamos casado aqui. (Jardim Primavera)

M - *Há 11 anos eu moro aqui, graças a Deus. Qual o tipo de casa que o senhor mora hoje? Tijolinho. Inteirinha. Tem 36 m2. Aqui na comunidade tem só uns 3% são de madeirite. A ocupação aqui começou em meados de 90. A ocupação era bem escondidinha, depois cresceu. Quando nós formamos o projeto, em 90, tinha 125 famílias. Quando foi a época que teve o maior crescimento aqui? De 91 pra 92. E hoje, 238. (Jardim Primavera)*

M - *Depois da chegada, conseguimos o loteamento, colocação de água, luz, esgoto, abertura de rua, construíram algumas escadas por mutirão, com muita luta e participação popular. Muita luta mesmo. Não foi de graça, não....Já existia em São Bernardo um projeto de loteamento como esse que tinha dado certo. Daí, nós, com o movimento popular, em 92, arrumamos um grupo – alguns chamavam de louco, que isso não dava certo, onde já se viu, pedir lote pra prefeitura...Vocês tiveram apoio de alguém? Igreja, grupo político? Político só vem na época de política. E isso eu falo com gosto: o que já apareceu de político pra falar que vai fazer e que vai acontecer, se isso fosse verdade, nós era um paraíso. Eu não tenho nada contra, mas a igreja não ajudou em nada, só vieram pedir espaço pra construir igreja. Mas, eu não tenho nada contra, não, porque a igreja até leva os jovens pra lá. (Jardim Primavera)*

M - *Eu vou falar sério: uma comunidade, ela vareia. Tem certo tempo, que ela tá mais populosa. Tem época que tem bastante*

gente morando naquela comunidade, e tem pessoas que quer ir embora, aí já vem outra família. Às vezes com menos pessoas, às vezes com mais pessoas, às vezes com uma pessoa. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

F - *(Representantes da prefeitura) Não, no começo não vinham. Começou quando aqui já era cheio de barracos. Eu lembro como se fosse hoje: começaram a fazer um barraco grande, a mulher estava grávida e o marido era cego, aí, a prefeitura veio com caminhão, com tudo. Já estava tudo montado. Eles tinham ajuda dos parentes. Eles estavam fazendo tudo novo, madeirite nova, tudo, telhado novo... a polícia veio e quebrou tudo, depois disso, a polícia não deu mais sossego, mas eles não ligaram, vinham até de noite... Começaram a falar... se fazer e entrar dentro, que nem eu vim. Eu filho, falava que o sr. Manoel tem que largar o pau, o meu velho era doente, muitos derrames. Ele correu carpir, fez um quartinho e entrou dentro para dizer que tem gente morando, aí, eles não derrubaram. Fizemos assim, meu velho teve ajuda, meu filho, todos ajudaram de graça e com o tempo foi melhorando. Aqui está assim, tábuas novas, porque foi com o dinheiro do seguro obrigatório que meu filho deixou. O meu caiu, mexeu uma tábua para fazer reforma, caiu tudo, eu tinha este dinheiro do seguro obrigatório. Com cinco mil eu comprei madeira e reformei, derrubei o outro. Lá da rua, enxergava a gente aqui dentro, mas naquele tempo não tinha perigo de nada, nós dormia neste barraco com a janela encostada com uma madeira atrás, mas de uns tempos pra cá, mudou tudo. Tem que trancar tudo, reforçar tudo, se sair, tem que deixar alguém em casa. (Pintassilgo)*

F - *A comunidade, a senhora acha, é bem de hospitais, escolas, posto policial? É tudo distante. Aqui tem um posto de policiamento, mas não adianta pedir nada porque não somos socorridos. Eles têm medo. Quando é 15:00h, eles se trancam lá dentro. Se apertar a*

campanhia, ninguém atende. Escola é longe, posto de saúde é longe. Se precisar tem que ir para o centro da cidade... A maioria entra aqui, somente quando alguém morre, precisa pegar um carro, um vizinho e socorrer. Meu esposo mesmo, quando chamamos socorro, quando a ambulância chegou e levou ele, chegou morto no hospital. Agora não adianta chamar a ambulância que ela não vem. Quem vem, às vezes, mas demora, é o resgate. (Pintassilgo)

M - *Essa comunidade, quando eu cheguei em 91, ela já tinha sete barracos e foi criada em 90. De 91 pra cá ela aumentou e tá atingindo a média de cento e poucas famílias...ela se formou através duma negociação que teve ao lado dela, que mandaram o pessoal descer pra depois voltar, esse pessoal não voltou porque vendeu os terrenos pra outros, daí de 7 pessoas que ficou aqui embaixo, foi gerando, vindo de um em um, então eu assumi a presidência, e o pessoal, as famílias vinham, pediam local. Como eu tinha meus filhos debaixo de quatro teias véias, então eu falava pra eles, que em frente o mato aí, esgoto, que era tudo lama, vocês pode fazer, que é tudo justo fazer. Então, criou essa favela assim, vindo de um em um. E hoje tá aí um sucesso de favela. Sô Presidente da comunidade dos morador do Jardim São Bernardo... o morador mais antigo já foi embora, que foi vendendo. Encostado dos antigos vem eu. Aqui, de família, nós tem duzentos e trinta e cinco ao todo. (Jardim São Bernardo)*

A expansão das favelas no ABC Paulista revela o modo como o desenvolvimento urbano e industrial brasileiro foi, ao mesmo tempo, motor de inclusão produtiva e produtor de desigualdades territoriais. As narrativas dos moradores evidenciam que a migração, sobretudo de mulheres e homens vindos do Norte, Nordeste e de Minas Gerais, foi impulsionada pelo trabalho nas fábricas, nos serviços urbanos e em atividades precarizadas como

costura e abatedouros. Ao chegarem, depararam-se com um paradoxo: as cidades que eram símbolo de progresso negaram o direito básico à moradia, infraestrutura e proteção social à própria força de trabalho que movia suas indústrias.

Detalhe dos “gatos” em Favela de Santo André. Setembro de 2002.



Nesse contexto, as mulheres aparecem de forma central: lideram deslocamentos familiares, conquistam trabalho para sustento de casa, organizam mobilizações por água, luz e urbanização. Raça, gênero e classe se entrecruzam na vida dessas moradoras e moradores, que enfrentam não apenas a pobreza material, mas o racismo estrutural e a estigmatização territorial que se manifesta na distância dos serviços públicos, na repressão às ocupações e no medo institucional que afasta polícia e prestação de serviços de emergência.

A construção das moradias, tijolo a tijolo, e a instalação clandestina de água e energia, os conhecidos “gatos”, evidenciam que a urbanização das favelas foi conquistada pelo auto esforço coletivo: mutirões, associações de moradores, manifestações e protestos diante da prefeitura. Mesmo assim, remoções, promessas não cumpridas e ocupação de áreas de risco reforçam a instabilidade que marca a vida em territórios populares.

Essas histórias dialogam diretamente com diversos ODSs da Agenda 20-30 da ONU, mostrando avanços insuficientes nos seguintes eixos: O ODS 1 – Erradicação da pobreza: na favela o trabalho existe, mas não garante os direitos básicos. O 6 e 7 – Água, saneamento e energia acessíveis: conquistas tardias e precarizadas. O 8 – Trabalho decente e crescimento econômico: predomina a informalidade e a exploração. O 10 – Redução das desigualdades: barreiras estruturais de gênero, classe e raça persistem. O ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis: a urbanização ocorre pela pressão, organização e luta, não pelo direito às políticas públicas. O 3 – Saúde e bem-estar: serviços distantes, lentos e, por vezes, negligentes e fatais. Em síntese, trata-se de uma agenda que, embora formalmente assumida, ainda não se traduz de forma plena na experiência cotidiana dos territórios populares.

Os depoimentos reunidos demonstram que não existe cidade sem favela no ABC Paulista: a força que ergueu as fábricas e abastece o consumo também construiu, com suas próprias mãos, os bairros populares que sustentam a vida urbana. A favela, portanto, não é sinônimo de “invasão”, mas de produção de cidade diante da ausência do Estado.

A história das favelas é, antes de tudo, a história da resistência da classe trabalhadora brasileira — uma afirmação cotidiana de que morar é um direito que deve ser assegurado com dignidade, acesso à terra, serviços públicos de qualidade e reconhecimento social. A cidade sonhada por seus moradores e moradoras precisa deixar de existir apenas como expectativa e passar a ocupar lugar central no planejamento e no orçamento público, garantindo, de forma efetiva, os direitos básicos da população que vive nesses territórios.

14) Memórias e trajetórias sobre os primeiros moradores

"Eu narro a vida dos favelados.
Só quem viveu na favela é que
sabe o que se passa na favela."

Carolina Maria de Jesus

Dia da entrevista para este livro com moradores e moradoras lideranças da favela Jardim Primavera. 2001.



M - *Os mais velhos daqui já estão na parte de cima agora, não estão mais aqui embaixo. Só tem um agora, que veio dessa casa na Juquiá, que veio, depois que minha família passou muita dificuldade, foi a Dona Odília. Hoje ela já não tá mais com o marido dela, que parece*

que o marido dela tá lá na terra dele, donde ele veio, de Alagoas. É essa aí que continua sendo a mais velha, e que mora aqui embaixo. É, é a dona Odília, a família Bispo, seu José de Barros, que hoje não mora mais aqui, só o filho dele, o Josias, que a gente tá esperando ele aqui, pra fazer a entrevista, o próprio pai do Cícero, seu Manoel, o nego Véio. (Gamboa)

F - *A Dona Dercy com os familiares dela vieram pra cá primeiro. Depois, na segunda parte a minha mãe, a dona Francisca. A terceira parte que é lá no terreno que era do SEMASA, é o seu Francisco que veio pra lá, nessa terceira parte, que hoje tá aqui, nessa segunda parte, que foi removido pela prefeitura. A dona Francisca veio morar aqui com quantos filhos? Com cinco filhos, eu sendo a mais velha, com dezesseis anos. E você casou aqui? Casei, me casei aqui. Hoje tenho dois filhos, um de doze e outro de seis anos e continuo morando na primeira parte da favela. (Bom Pastor)*

M - Quando o senhor veio pra cá, tinha bastante moradia já na favela? *Não, era pouca. Os mais véios era eu, o Eliaquim, o Zé Mineiro, meu primo, o pai dele... cinco ao todo.* Quando começou a aumentar mais o número de moradores aqui na favela? *De uns 20 anos pra cá. Mas o morador mais antigo já não tá mais aqui. Quando eu cheguei aqui ele já tava há uns dez anos.* (Bougival)

M - *Então, dá outra vez que você quiser saber algum negócio, é só falar com nós que nós vem. É só chamar gente véia que sabe. Tem gente mais véia do que eu aqui, viu? Tem duas famílias que mudou pro Maranhão. Mais ainda tem duas família mais velha que eu. Mas, o mais velho mesmo, não tá aí, não. Ele tá lá no Funchal, ele largou a mulher e foi embora, mas a mulher tá aqui.* (Gonçalo Zarco)

F - *Tem a turma que entrou nos anos setenta: O Nivaldo Gazeta, o Cícero, o que é guarda municipal, o Telão, a família do Telão, o Malaquia, a dona Roquinha, a dona Tereza, tem um monte de gente. Não é tudo da mesma época, pois como eu falei a ocupação foi de forma gradual.* (Gregório de Matos)

F - *Tinha o seu Alcino que é o morador mais velho daqui, tinha a Carminha, tinha uma senhora que chamava Babalu, que morava lá na frente.* (Haras)

M - *...sou morador dessa comunidade há 22 anos, sou um dos primeiros fundador daqui, onde foi feito várias benfeitorias... Tinha ao todo cinco barracos. Quando eu cheguei aqui tinha três barracos, de madeira, aqui era barro na época, não tinha concreto, não tinha nada disso. A gente foi melhorando, aí surgiu uma pessoa, duas pessoas que fez parte da favela pra melhora um pouco. A gente começamo a construí de bloco. Lutei pra conseguir também uma casa na rua. Não é uma bela casa, mas é uma casa na rua.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M – *Dizem que sou eu. Mas eu não sei não.* (Jardim Primavera)

F - *Tem é o sr. Antônio. Ele trabalha na FAISA. Ele estava, é um dos únicos. A gente pegava água no poço dele, pra arrumar aqui. Tem a Teka, é uma das moradoras antigas, a Cris Pimenta e outras. Moradias hoje tem 1250, calculamos 5800 pessoas. (Pintassilgo)*

Os relatos sobre os moradores mais antigos revelam que a origem das favelas do ABC está profundamente ligada aos fluxos migratórios internos das décadas de 1970 e 1980, marcados por promessas de emprego industrial e ausência de políticas habitacionais adequadas nas áreas mais ricas e urbanizadas do país. Chegar nesse período significava enfrentar um cenário de precariedade extrema: poucos barracos, ausência de infraestrutura, ruas de barro e autoconstrução como única possibilidade de moradia.

As narrativas dos moradores mais antigos trazem à tona a gênese da vida nas favelas do ABC, revelando o contraste entre o cenário de privação inicial e as conquistas obtidas lentamente por meio de luta coletiva. Esses sujeitos foram os primeiros a chegar em períodos de forte crescimento industrial (anos 1960-1980), quando a região atraía trabalhadores do Norte, Nordeste e de Minas Gerais com a promessa de emprego, mas não lhes oferecia moradia digna. O que se observa é que o pertencimento ao território não se funda apenas na permanência, mas sobretudo na construção de suas casas do zero; improvisaram acesso à água e energia; abriram ruas; organizaram mutirões; negociaram (ou enfrentaram) o poder público. Ou seja, transformaram o inabitável em cidade sem esperar permissão. Há uma dimensão de trabalho invisível nessas trajetórias: mulheres que costuram para sustentar a família enquanto lideram mobilizações por infraestrutura; homens que trabalham na madrugada e, no retorno, constroem seus barracos bloco a bloco.

A identidade desses moradores é inseparável do trabalho precarizado que sustentou o desenvolvimento regional e, ao mesmo tempo, os empurrou para a periferia. Essas experiências mostram a face interseccional da desigualdade através da pobreza urbana persistente, da população majoritariamente negra que é alvo historicamente de estigma e repressão e do papel das mulheres como pilares da comunidade e da sobrevivência familiar.

Do ponto de vista geracional, ser “antigo” na favela significa ocupar um papel de referência histórica e política: são essas pessoas que lembram as chegadas, as privações, as lutas contra remoções, as promessas quase nunca cumpridas. São elas que reivindicam o direito de permanecer, sobretudo quando o espaço físico se esgota e a verticalização improvisada se torna a alternativa possível.

Nas memórias desses moradores, o Estado aparece mais como força de contenção do que de garantia de direitos: rompe barracos, ameaça remoções, controla o território pela repressão, só chega depois que a favela “cresceu demais”. Essas pessoas ocupam na memória coletiva um lugar de fundadores do território. São elas que “sabem a história”, que “lembram de quando tudo começou”, que identificam quem veio primeiro, de onde e em que condições. Suas narrativas mostram que a expansão foi lenta, fragmentada e baseada em vínculos familiares e comunitários, muitas vezes orientando parentes e conterrâneos na busca por um pedaço de chão. A favela cresce como rede de solidariedade, antes mesmo de ser reconhecida como bairro.

Ao mesmo tempo, o pertencimento não é apenas legal ou territorial, mas moral e histórico: quem “chegou primeiro” reivindica legitimidade, inclusive como proteção frente a ameaças de remoção ou especulação urbana. No entanto, muitos desses pioneiros já não permanecem na área mais central da comunidade.

Os deslocamentos internos refletem dinâmicas de valorização do território e diferenciações socioespaciais que surgem com o tempo. Outra dimensão importante é a memória da luta: os antigos lembram das idas à prefeitura, das negociações e enfrentamentos por água, luz, saneamento e reconhecimento. Registram a ausência histórica do Estado, que só aparece como repressão ou para impedir construções e a importância da organização coletiva para conquistas posteriores. Eles narram com orgulho que “foi a gente que fez”, revelando como o direito à cidade foi construído na prática, e não concedido.

Há o retrato de uma população majoritariamente nordestina e negra, trabalhadora e pobre, que sustentou com sua força de trabalho o crescimento industrial do ABC e, paradoxalmente, foi excluída dos frutos desse desenvolvimento. Na interseção entre classe, raça e território, os moradores antigos são símbolos vivos da desigualdade urbana brasileira.

Por fim, suas histórias mostram que a favela não é resultado de “desordem”, mas de estratégias de sobrevivência diante da negação de direitos elementares. São eles que transformaram áreas vazias, abandonadas, campinhos e matas em bairros consolidados, lugares de vida, memória e identidade.

15) Barreiras estruturais e caminhos possíveis na experiência de morar

“A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós, os pobres, estamos sempre nas páginas mais tristes.”

Carolina Maria de Jesus

M - Você tem que vir aqui em dia de chuva, ver a água desse morro aí, descendo e o desespero que é, corre pra catar enxada e fica abrindo buraco pra água passar, senão vai tudo pra dentro de casa. Tem até uma casinha que foi abandonada porque não tem condições de morar ali, a água tá quase aterrando ela. Quando começa a chover de noite aí, eu não durmo, eu fico acordado, ciscando pra lá e pra cá pra ver se a chuva não vai entrar dentro de casa. (Gonçalo Zarco)

M - Hoje pra comunidade o que está faltando é o asfalto. A luz, conseguimos em 78, acho que até antes, com essa gente que tava aí na comunidade. Teve até uma época que o Brandão quis tirar, quando tinha cinco, seis moradores. A gente foi lá na prefeitura, aí conseguiram trazer luz. Deram até a ideia de passar pelo chão. Mas, ia dinheiro e, como não tinha dinheiro pra passar a luz lá, fizeram a luz pelos fundos, nas casas. Com isso chegou a água, a gente que cavou os encanamentos do Semasa, do esgoto. Cada um cavou seu pedaço pra chegar cá embaixo. (Gamboa)

M - Um dos principais problemas que a gente enfrenta não é nem a questão da própria água. Agora, acho que um dos principais problemas é o esgoto, que fica a céu aberto. O esgoto é jogado dentro do Parque Central. Então o pessoal canalizou e tem um riozinho que é jogado esse esgoto. Mas, tem local que o esgoto é a céu aberto. Como é um esgoto sem acompanhamento técnico da prefeitura, junta muito rato, tranqueira velha, tem muito buraco... Além disso tem uma ação popular e um processo de remoção. A luz elétrica, tem uma certa parcela da comunidade, que chega a uma determinada hora, umas 6 ou 8 horas, a pessoa não consegue ligar o seu som. Como dizem, é "gato"? Agora, isso melhorou através de conversas organizadas, tem até barraco que pegou fogo, por causa de gambiarra. Teve três ou quatro casos de incêndio. Teve até uma família que chegou a perder tudo o que tinha em casa. Só não

aconteceu pior, porque os próprios moradores foram rápidos. Chamaram o corpo de bombeiros, o bombeiro veio e controlou, mas o barraco já tinha se acabado. Então, uma das grandes dificuldades que a gente tem, como eu já falei pra vc, além da rede de alta tensão, esses problemas do esgoto e a questão da luz elétrica.
(Gamboa)

F - *Morava eu, meu marido e duas crianças, nesse tempo eu tava grávida. Não tivemos condição de pagar, então vendemo pra quem tinha condição de pagar e compramo um barraco aqui. E aqui estou até hoje, e agradeço principalmente a Deus, porque aqui foi o lugar mais maravilhoso que eu já morei de todos os lugar. Não tenho queixa de escola, tenho assim, de algumas pessoas de dentro da escola. Sobre morador, eu adoro todas pessoas. Polícia passa, porque polícia é de direito passar, também nunca invadiram o tempo que eu moro aqui. Também o tempo que eu moro aqui é pouco. Cheguei, me encantei e pronto. O que a gente precisa aqui é de esgoto. Porque a água, não precisa melhor, tem gente que mora em outros bairros e não tem água como a gente, é difícil faltar. Luz dá um probleminha, de vez em quando. Escola, nem se fala. Tem pessoas que não tem o privilégio que nós temos. Só o ruim daqui é o esgoto. Porque como pobre, vivemo bem, não pode reclamar.*
(Bom Pastor)

F - *Não tem problema, graças a deus. Não tem enchente, não tem rato, já teve, antigamente tinha muito rato. De melhoria que fez foi uma parede nos fundos de onde vinha os ratos. Aí fez um alicerce bem fundo e suspendeu umas madeirites no fundo e eu crio meus gatinho e não cria rato. Antigamente tinha. Tinha e 'Ave Maria', tinha de imundice! Foi em 91, quando eu vim pra cá, até bem uns quatro anos. Pelo menos lá em casa. Se aparece algum filhotinho, minha gata dá conta. Mas, não aparece não. Mas, eu gosto do meu*

barraquinho. Se o terreno fosse da gente, era outra coisa, mas o terreno não é da gente. Eu tenho sonho mesmo de ter uma casa. As pessoas fala que a pessoa tendo força de vontade vai longe, mas eu nunca tive vontade de construir porque se amanhã ou depois... Já não tenho condições, as condições que aparecer dá pra ir juntando, mas não adianta fazer no que não é da gente. (Bom Pastor)

F - *Esgoto e asfalto. Só isso, porque o resto tem tudo. Inclusive a gente não quer sair daqui por causa disso mesmo, tem escola, os filhos pode ir sozinhos. Mas, se a gente vai pra outro lugar, é complicado pras crianças estudar. Pra gente mesmo, ir ao médico, marcar consulta, retorno, igual pra mim, que sou doente. Fica difícil... Fica difícil, não ia ser bom, mesmo pra quem trabalha, fica ruim um lugar onde não tem ônibus, as coisas perto. (Bom Pastor)*

F - *Bom, os principais problemas que a gente enfrenta aqui é a falta de esgoto que a gente não tem. Nosso esgoto é todo evacuado no rio, que tem atrás da favela, o rio que é chamado de “Marginal dos Meninos”, cai todo o esgoto das três partes da favela. E também a falta de asfalto, parte da rua não é asfaltada... a iluminação, agora, pode-se dizer que é boa, porque cada um tem sua caixinha de luz, a gente paga uma taxa mínima de água e de luz. O lixo também passa por aqui de segunda a sábado. À noite passa o lixo caseiro, e, de terça e sexta pela manhã, passa o lixo reciclável, que o caminhão tem livre acesso. Sobre isso a gente não tem o que reclamar. O problema maior que a gente enfrenta é a avenida que tá vindo aí, segundo o jornal Diário do Grande ABC, essa avenida vai estar pronta em 2004... sim é aquela mesma, que vem desde 1975 ... A gente não tem problema de escola por aqui, porque a gente tem escolas próximas, inclusive escolas infantis. Mas problemas com insetos a gente têm sim, principalmente com roedores: ratos. Eles saem do rio e entram na casa da gente, porque está muito próximo deles. A gente não tem nenhum caso de ter mordido alguém, ou de*

alguém ter tido doença por causa deles, mas incomodam bastante, porque você tem que estar guardando as coisas com muito cuidado, porque não tem como evitar a entrada deles na nossa casa. (Bom Pastor)

M - *Olha, aqui tinha poucas famílias. Uma faixa de umas vinte famílias. Minha casa era de madeira. Aí, essa reforma eu fiz há uns seis anos atrás, quando eu comecei a construir de material. Demorei por causa dos boatos. Sempre tinha uma “onda”*

F - *Eu moro em barraco até hoje, que não deu pra mim fazer uma casa boa, ainda. Desde o tempo do Grillo¹. Antes, onde tem aqueles barraco lá, era tudo casa. Não tinha esgoto quando eu vim morar aí. Tinha um banheirinho que ficava na beira do rio. Minha irmã construiu aqueles banheiro de tábua. E a iluminação também era ruim, não era que nem a gente tem hoje, né? Aqui desse lado era um matagal bem grande. Luz elétrica a “Light”¹ é que ligou pra nós, igual à água. Só que era de relógio, nós pagava, né? Só que demorou um cinco, seis meses pra liga. Eles fizeram uma galeria nova, que tá passando na rua debaixo, aí. E, eles quando tava fazendo a galeria, cortaro toda a água, todos os cano. Não tinha água pra nada. A “Village”¹ que dava água pra nós lavar a roupa, fazer comida. (Bougival)*

de que a favela ia sair, de que iam tirar a favela, mas, daí, eu cansei. Vi que era só boato mesmo e, resolvi construir. Também, ia reformar, mas continuar de madeira? E também tinha o problema dos ratos. Quando eu cheguei aqui os ratos era do tamanho de jegue, nos matagal, aí... Não podia dar muita chance que eles levavam (risos). Na época, os problemas maiores era a falta de água e a falta de luz, né? Luz veio com muito esforço da comissão. (Bougival)

M - *Tinha poucos moradores. Mais ou menos umas 120 casas. Tudo barraco. Naquela época o problema era luz. Não tinha luz, não tinha*

água. Eu abri um poço. Até de noite eu tava abrindo esse poço. Paguei gente pra abrir esse poço. A gente tomava luz emprestada dos outros da rua, pagava, tinha que pagar certinho, todo mês. Depois, chegou a água e a luz na minha casa, mas daí ficou o problema desse esgoto, que tinha rato demais. Ainda tem rato aí, mas nós foi diminuindo, começamo a fazer a galeria em cima do rio, um faz, outro faz, outro faz, que agora tem pouca galeria pra fazer em cima do rio. Só tem agora que fazer tampa em cima da galeria. Tem um mês, mais ou menos, uns 25 dias, que nós passou aí e viu que o rio tá cheio de lixo. Tem de tudo nesse rio: garrafa, pano, ferro, tem até um três-oião⁴⁷, aí, ficamo imaginando o dia que tudo isso descer dali, vai entupir tudo as galerias... e, principalmente agora, que nós fomos no Orçamento Participativo⁴⁸, levamos um monte de gente daqui e ganhamos, mas eles só vão começar as obras aqui em 2002. Pra terminar a galeria em cima do rio. Quem fez foi tudo o pessoal mesmo que fez, nós só fomos orientando eles, dizendo “façam, porque amanhã fica perigoso”, tá fedendo demais. Já veio aqui a Assistência Social⁴⁹, um pessoal da medicina⁵⁰ pra ver o cheiro demais, tinha uma pessoa aqui na frente que criava vaca, cavalo, porco, e começava a feder muito... Hoje é terminar essa

⁴⁷ O entrevistado refere-se à arma de fogo calibre 38.

⁴⁸ O Orçamento Participativo é uma metodologia utilizada pela Prefeitura Municipal de Santo André para melhorar e aumentar, como o próprio nome diz, a participação dos munícipes na decisão do orçamento da cidade. Trata-se de uma das marcas do PT (Partido dos Trabalhadores) na gestão das administrações públicas do país. Os moradores decidem como será aplicado parte do orçamento municipal, além de elegerem representantes para o conselho municipal do orçamento público.

⁴⁹ Provavelmente o entrevistado refere-se ao Departamento de Assistência Social (DAS) Prefeitura Municipal de Santo André.

⁵⁰ Provavelmente o entrevistado refere-se à Vigilância Sanitária da prefeitura.

galeria em cima do rio, que nós pedimos no Orçamento Participativo, aquele pedaço de estrada que tem que pôr uns 200 m² de asfalto, e tem aquela parte lá em cima, que na viela não passa nem uma maca... E isso está incluído no Orçamento Participativo? Tá. O asfalto e o esgoto, mas o esgoto que eles vão fazer não é o esgoto pra urbanização, é só o pedaço da galeria que tá faltando. Isso pra não deixar o mau cheiro, falta de higiene... O que falta mais aqui também é um lugar pra fazer reuniao. Não tem um espaço pras crianças. (Bougival)

M - *Não é que meu pai veio na frente né? Inclusive eu morei aqui, eu moro na mesma rua que ele mora, tive morando no mesmo quintal, mas aí teve problema com o barraco, era de madeira, era num lugar mais alto... O senhor já veio casado, com filho? Vim, aí teve pobrema com o barraco, deslizamento né, então eu passei a morar mais embaixo, que é lá onde eu moro hoje. Essa passagem aí... Tudo nessa época eu tava na Cofap né. Morando até hoje na mesma comunidade, mesma rua... E onde o senhor mora hoje é barraco, como que é a casa onde o senhor mora? É barraco mais só que não e de madeira, é de bloco. Só não é casa que nem da Maria, que a casa dela tá mais adiantada que o meu, né? O meu é coberto de madeirite. É, tá melhor do que tava antes. Era de madeirite, agora é de bloco. Só a cobertura é de telha, ternite, telha de laje, né? Hoje a minha sogra mora comigo. Que na época, tá com seis anos, sete anos que o meu sogro faleceu, né, então ela continua morando com a gente. Meu pai mora em outra rua, só que em outro quintal, né? Que de primeiro eu morava junto com ele, agora hoje eu moro mais embaixo, ali que se eu não me engano é até, sei lá o nome daquela viela ali? A do meu pai. Os pais da minha esposa... Tem só a mãe dela que tá hoje com a gente. Ela tem irmã, mas mora em Campinas. Aqui comigo só mora minha sogra e minhas três filhas, que inclusive tem uma que estuda na APAE que eu falei do*

problema dela, que o médico pediu pra vim pra cá e tal, nasceu de prematura. E o tamanho da casa o senhor acha suficiente? É, dá pra mantê. Só que tem uma cisma que ali é uma rua. Até ia conversar com D. Helena pra vê como que tá aquilo ali. A gente tem que pôr tudo... Tem que falar a realidade, né? Tem que falar a realidade. Não é que nem a estória da Vitor Hugo lá, que é uma rua, diz que foi desviado, não sei como que ta lá na prefeitura... Aí o espaço é até que... razoável pela quantidade de gente que a gente somos – nós somo em seis, né? – dá pra quebra um galho. (Gregório de Matos)

M - *Pra mim, os maiores problemas dessa comunidade seria essa canalização desse rio. É o único problema que tem pra nós que temos filhos, tem criança e, nós mesmos, que somo adulto. Porque o rio, faz parte. Quando é canalizado, protege mais as casa das pessoas e, principalmente, as crianças. Tem bastante criança. Pra mim, particularmente, seria a canalização desse rio, que favorecia a proteção dessas pessoas que estão mais perto, não só eles, mas todos nós. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *O principal problema, conforme o colega citou, é esse rio. Esse rio é um problema pra gente, justamente eu moro mais próximo da margem dele. Já tivemos problemas com enchente. Seria uma canalização nesse rio ou aqueles muros de arrimo, que levam ele pra cima. Tanto que deixa a gente um pouco chateado a atitude da prefeitura. Não sei por que, teve um certo tempo que todos os anos limpavam esse rio com máquinas, mas já faz alguns anos que não tocam nesse rio. Passaram a máquina justamente nas duas pontas dessa comunidade, mas aqui não passaram. E isso gere enchente, mau cheiro. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Problema tem muito, quando não escorre a céu aberto, vai direto pra represa Billings. A luz só tem na rua principal, o restante é tudo “gato”. Quando chove, queima aparelhos, ficamos 24 horas sem energia, demoram pra vir consertar. A rua é cheia de buracos.*

A prefeitura não toma nenhuma providência. Quando faz o cascalhamento, é precário. Logo está cheio de buracos novamente. (Pintassilgo)

F - *O que eles fizeram muito aqui é reunião, para tentar resolver o problema que pode ser resolvido aqui dentro, mas o povo é impaciente. Tipo esgoto, essa rua aqui é distante do ponto de ônibus, fica lá na avenida muito longe. Aqui crianças pequenas. Deficientes, que tem que levar no colo até no ponto de ônibus, não é asfaltado. Quando chove, tem barro. Se precisa de um socorro, às vezes a ambulância vem, outros vezes não. Se tiver ônibus, é só ir de ônibus. há tempos atrás, disseram que iam doar um ônibus pra ficar de reserva. Devia ter no posto policial, para socorrer alguém quando precisar. (Pintassilgo)*

M - *O que a gente precisa aqui é de esgoto. Porque a água, não precisa melhor, tem gente que mora em outros bairros e não tem água como a gente, é difícil faltar. Luz dá um probleminha, de vez em quando. Escola, nem se fala. Tem pessoas que não tem o privilégio que nós temos. Só o ruim daqui é o esgoto. Porque como pobre, vivemos bem, não pode reclamar. (Bougival)*

F - *Antes disso, quem tinha luz dentro de casa não era com relógio? Era não, era gato. Tem esgoto, só que lá pra baixo tá tudo quebrado, tem que terminar o esgoto. Começaram não acabou. Então tá indo pra onde o esgoto? Lá pra baixo, pras casas da rua lá de baixo... Vai, vai cá lá num riozinho córrego que tem lá em baixo. (Gregório de Matos)*

F - *Hoje deve morar por volta de umas cento e cinquenta, duzentas famílias. Porque o nome de "Gregório de Matos"? Gregório de Matos foi aquilo que eu te falei. Como foi uma ocupação paulatinamente, pouco a pouco, o pessoal dizia "você foi morar na onde"? "Eu fui morar na Rua Gregório de Matos", quando formou a*

comunidade, ficou a comunidade da Gregório de Matos, que é a única rua de acesso ao núcleo. ⁵¹ *A partir de 82, que o João participava do movimento, naquela época eu não participava, então eu reclamava muito com ele, por que ele tava mais na favela do ABC, nesse tempo ele fazia parte das favelas, tanto da região de Santo André, como do ABC também. E eu reclamava muito por que ele vivia nessa luta, de que tanto participar dessas favela, na Queiroz Filho, junto com padre Maom ...* (Gregório de Matos)

M - *O senhor mora no mesmo barraco desde 1975, não é? E o senhor foi arrumando, melhorando? Melhorar não melhora, porque quem ganha pouco, não tem condição de melhorar.* (Haras)

M - *Outra coisa que eu tava falando seria sobre o negócio dos correios, se pudesse vir aqui pra dentro tava muito bom.* (Homero Thon)

F - *A única dificuldade que tem aqui é esse córrego. Já sabe, né? Se não tiver uma parceria do prefeito de São Bernardo com Santo André, não tem melhoria. Esse córrego aí, tem que ser canalizado. Vai ser canalizado. E, essas famílias que ficavam na beira do córrego, a turma dizia que era de São Bernardo, foram cadastradas em Santo André, mas no mapa, isso aí passa em cima da casa do seu Alcino, que é em Santo André. Falaram que vão construir aqui, que tem um projeto, dizem que é do Brandão, mas eu não sei.* (Haras)

M - *O certo mesmo, que seria, seria eles mura aquela parte, até lá no final, a parte de cima e vende essa área aqui pra nós. Mas, esse mato aí fica.* (Haras)

⁵¹ A partir desse ponto, a entrevista continua com a mesma entrevistada, mas no dia 07 de junho de 2001.

F - É questão de boa vontade, de prioridade do ser humano. Ela teria que comprar essa área aqui, porque é particular. Você vai ver como é grande. Teria condição de tá construindo casa pra gente e fazer esse bendito parque. Deixar essa área arborizada e vender o resto pra gente. A comissão não soube fazer negociação direito? Não soube. Os contrato a gente não sabe ler, as letras são pequenininhas e, a Caixa não faz nada pra perder. Você viu que rápido construiu? (Haras)

F - Principais problemas agora que a gente acha... Melhorou muito, mas que nem tão falando, precisa passar o carteiro. E o que eu acho aqui, é arrumar essas ruas, elas não tão arrumadas, eles só jogaram cascalho só pra enganar a gente, né? Se um dia, eles lotearem e vendessem pras pessoas, seria bom. A gente teria um documento, uma garantia, porque a gente mora aqui, mas fica assustado que de uma hora pra outras, eles tirem a gente daqui e levem pra qualquer lugar. (Homero Thon)

F - Tá faltando escola, posto de saúde, médico, é uma calamidade aqui. Tudo isso é difícil. O sonho da gente é que tivesse uma creche aqui dentro. (Homero Thon)

F - Nesse sentido até que estamos bem. Temos água, luz, esgoto... Essas coisas tem tudo. O que mais a gente busca é a legalização, porque através disso, daí a gente tem um CEP, um endereço reconhecido. Isso daí é importante na vida de um cidadão. Porque nós aqui, mesmo não sendo invasores, se a gente for em algum lugar e não temos um CEP, não somos reconhecidos. Porque do jeito que tá fica difícil correr atrás da legalização, porque a gente não pode dizer que é dono de nada. A gente é dono do material que comprou e montou, só que tá aí, "a Deus dará". A gente hoje vive como clandestino, a gente não é reconhecido. A correspondência chega atrasada, por outros meios, vem errada, vem enviada de outro lugar. Não temos correio aqui. (Jardim Primavera)

F - ...Na hora de fazer uma compra, porque é um bairro que não existe no mapa, então, as pessoas encontram uma dificuldade pra chegar até o local. Tem uma pessoa, que não é preconceito, mas ela tá sendo prejudicada. É uma menina que é deficiente. A gente, eu luto pra que ela tenha um ônibus na porta de casa pra pegar ela que tem que fazer um tratamento, mas o ônibus não entra aqui. A gente tem essa dificuldade bastante grande. Se for de São Bernardo, não entra porque é Santo André, se for Santo André e tiver que ir pra São Bernardo também não vai porque existe essa briga de políticos, prefeitura, nem sei quem, mas a gente tem esse problema. (Jardim Primavera)

M – Aqui tem esgoto, água e luz. Tem mercearia, uns botequinhos pra tomar uma cachacinha, depósito de gás, também tem uma padaria... Mas são comércio assim, pequeninhos, não são comércio grandes, não. (Jardim Primavera)

M - O maior problema que a gente enfrenta mais é o correio, que a gente não tem. O correio não entrega a carta em casa ainda, não tem no mapa ainda, documentação também não tem. (Jardim Primavera)

M - Os maior problema é igual os colega falou: primeiro que tudo, seria esse rio. Até cobrir os lado dele com capim, seria melhor. Porque a enchente chega aqui até dentro da residência. Acontece da água invadi. Já tem uns dez anos, umas quatro ou cinco veis que a Rádio Globo veio dar colchão pra gente. Nós dormimo à noite, em cima de colchão com lama, na época. Isso tem uns doze anos. Mas, acho também que é porque jogava muita sujeira aqui dentro desse rio. Teve um ano atrás que a ponte quebrou e não sei se a água fez um 'grau' pra trás, que nós ficamos sem entra aqui. Nós nem entrava por aqui, nem entrava pelo outro lado. Pelo menos se viesse um muro de 'rimo' aqui na nossa frente, acabava nosso poblema 90%, pode-se dizer...Pra mim importante seria se eu tivesse espaço

pra deixar o carro na frente. Às vezes você compra uma despesa e tem que trazer nas costa. Mas, não pode resolver desse jeito, né? Outra coisa: às vez a gente quer ouvir televisão. Se o outro coloca a televisão muito alta, ou eu vou ter que deixar a minha mais alta que a dele, ou vou ter que deixar mais baixa. Se eu moro numa residência, numa casa própria, maior, mais larga, eu num vou incomodar o vizinho, nem o vizinho vai me incomodar. Às vez não é o vizinho que incomoda, não é o vizinho que é má pessoa, é que é muito conjugado, muito perto, ele liga o dele que ele quer ouvir e eu vou ligar o meu na mesma hora, o que acontece? Ele vai fazer barulho, eu vou fazer barulho também, não é que ele tá sendo má pessoa. Mas, se fosse um pouco mais longe, dava pra todo mundo ouvir sossegado. Às vezes você tem um carro véio, pra fazer sua despesa, levar seu filho no médico, você tem que pagar uma garaginha, porque o carro não consegue entrar, porque não tem espaço. Isso é o sonho de todo brasileiro: o cara tê sua casa e tê seu carrinho véio, pra dizer “isso é meu, agora eu vou passar pros meus fios”... (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *O que precisa é esse rio, mas não tem nada encaminhado pelo seguinte. Nós, cada um que vem aqui fala uma coisa diferente. O Lima veio aqui e está interessado em resolver esse problema daqui. Ele é nosso amigo, inclusive mora aqui no bairro. Esteve na comunidade, andou conversando com vários moradores da favela. Então, eu acredito, que isso aí, com o tempo, pode melhorar sim, claro, através dele. A gente acredita que amanhã ou depois, daqui um, dois ou três anos esse rio teje bonitinho, canalizado, mesmo que seja só alguém que venha limpar. Já tem um seis anos que não tem uma máquina que venha aqui limpar. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

F – *Tem esgoto, porque diz que passou o esgoto, mas vivemos com essas águas tudo no meio da rua, na rua tem esgoto. Acho que as*

peessoas não fizeram as instalações. É igual podre, suja no meio da rua. A gente fica prestando atenção de onde sai. A prefeitura passou o esgoto na rua, então é questão do morador fazer a instalação? Cada um fazer o seu. Na minha parte era assim. Estoura um cano e ninguém arruma, se cada um que tivesse o problema na sua frente arrumasse, não estaria desse jeito. Antes eles vinham arrumar, traziam manilha, deixavam em cada barraco, quando quebrava, os moradores mesmo consertavam. Agora, eles têm desculpas, que não tem como comprar, não tem dinheiro. Eu tenho problema aqui. O cano não é meu, água de banheiro, pia, tanque, escorre tudo neste balde. Eu chorava quando saía, tinha mau cheiro, quando eu ia ver, estava tudo sujo. Eu reclamei muito, ele resolveu arrumar, mas não ficou bom, e eu estava reclamando de novo, ta no mesmo. Ele passou um cano de coisas deles pelo meu quintal. Isto é errado. Ele falou que ia passar aqui, porque se for passar lá no quintal deles, tem que derrubar todinha a parede dele e o muro. Ele trabalha, a mulher é encarregada em um supermercado grande, tem um filho só, tem de tudo, telefone, a casa é de tijolo, não é de madeira, tem mais condições que eu. Eu não posso consertar. Esse problema é dele, na parte dele também. Solta sujeira na rua, comida, café, água de pia, à tarde ninguém aguenta o cheiro, quanto tempo este cano de descarga deles está quebrado e nunca consertaram? Eles fala que é as crianças que estragam. Se cada um arrumasse sua parte, o lugar que nós moramos não estaria desse jeito. (Pintassilgo)

M - *Há uns quinze dias atrás, fui levar minha mãe na Santa Casa. Agora, eles só atendem se estiver morrendo. Enviaram para o posto de saúde. Chegamos lá, 22hs da noite, disseram: “se vocês quiser, aguardar, vocês serão atendidos lá pelas 11h da manhã. Peguei minha mãe e trouxe ela pra cá. Veio sem atendimento, não tinha médico e o único que tinha não estava dando conta. A saúde de Santo André está péssima, está caindo aos pedaços. Todos*

reclamam dos médicos desse posto de saúde. Não atendem direito e às vezes, dão o diagnóstico errado. A mãe leva a criança em outro médico, o médico falou não dê esse medicamento que vai matar o seu filho. (Pintassilgo)

M - *Eu creio que de todos os problemas terríveis é que aqui não tem benfeitoria, somos discriminados, não temos endereço, como se fosse clandestino, não pagamos força porque não temos rua que a Eletropaulo possa entrar, só temos uma água, por causa de alguém, que graças a Deus pôs essa água aí mas uns paga outros não paga, também praticamente uma invasão que houve pra por essa água, pessoas quando entra despeja entulho, que tá esse problema, que já veio entrevista de Rádio ABC, envolvendo prefeitura, secretaria do meio ambiente, SEMASA, CETESB... (Vista Alegre)*

Analisando as narrativas deste capítulo é notável que os problemas e facilitadores na chegada e na experiência de moradia nas favelas evidencia um processo de inclusão precária e desigual dentro do espaço urbano. Os moradores (as) nos revelam que a chegada às favelas, muitas vezes motivada pela falta de acesso à moradia formal, ocorre em contextos de vulnerabilidade social marcados pela ausência de emprego, políticas públicas e pela desigualdade estrutural.

Os problemas centrais relatados, como enchentes, esgoto a céu aberto, falta de asfalto, ausência de correio e risco de remoção, revelam a precariedade das condições de vida e a exclusão histórica desses territórios das agendas urbanas. A insegurança habitacional e o medo constante de perder o pouco conquistado reforçam o sentimento de invisibilidade social.

Essa ausência de infraestrutura adequada impacta diretamente a saúde, o bem-estar e a dignidade das famílias, especialmente das mulheres, que enfrentam duplamente a precariedade: como

responsáveis pelo lar e como moradoras de um espaço precarizado e marginalizado.

Contudo, há também elementos facilitadores que emergem da força coletiva e da resistência comunitária. Os moradores criam soluções autônomas, cavando valas, improvisando ligações de luz e água, construindo casas demonstrando solidariedade e auto-organização. Essas práticas configuram uma forma de cidadania ativa, ainda que invisibilizada pelo poder público. As redes de vizinhança, as igrejas, os movimentos sociais e as comissões de moradores funcionam como mecanismos de apoio social, substituindo o Estado onde ele se omite.

A análise interseccional mostra que os impactos da precariedade são atravessados por gênero, classe e território: mulheres pobres, chefes de família e trabalhadoras informais vivem a sobreposição dessas desigualdades. De modo recorrente, as mulheres aparecem como vozes centrais na luta cotidiana pela sobrevivência, pela água, pela luz e pela dignidade doméstica. Essa dimensão de gênero, associada à pobreza, revela a sobrecarga feminina na gestão dos espaços e no cuidado familiar, conectando-se ao ODS 5 - Igualdade de Gênero.



Mulheres utilizando a rua como extensão do espaço doméstico em Núcleo de Favela de Santo André. 2002

Já os relatos sobre o ‘barraco’, a falta de documentos e o medo da remoção evidenciam a negação do direito à cidade, diretamente relacionado ao ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, que propõe moradias seguras e acessíveis. Os homens enfrentam a informalidade laboral e o estigma social da favela; e o território, estigmatizado, limita o acesso a direitos básicos como saúde, educação e mobilidade.

Dessa forma, morar na favela é tanto um ato de resistência quanto uma experiência de exclusão. A casa, mesmo frágil, representa conquista e pertencimento, enquanto as dificuldades revelam a ausência de políticas públicas integradas. O desafio está em reconhecer a favela como parte legítima da cidade, não como um problema a ser removido, mas como espaço de vida e produção social, que exige investimento, reconhecimento e equidade que são pilares fundamentais de uma urbanização justa e inclusiva.

16) A relação com o movimento social e o papel histórico do MDDF

“Quando o povo for mais esclarecido, quando
conhecer os seus direitos, então é que nós teremos
dias melhores.”

Carolina Maria de Jesus

M - *Continuava então, as resistência com a prefeitura forçando de um lado e as famílias tentando adequar suas moradias. Nessa daí, fumo recebido algumas pessoas que faziam parte do MDDF com alguns participantes que faziam parte da igreja do Operário⁵² que foi uma coisa criada aqui em Santo André, que veio nos dar apoio, de solidariedade e ver o que estava acontecendo com nós aqui, com*

⁵² Igreja São José do Operário, localizada na cidade de Santo André.

esse pequeno grupo de pessoas. Aí, quando nós se unimos e fomos ao governo do município, pra saber por que ele não mandou um proposta pra nós, a não ser aquela de desmanchar as moradia. O governo não teve proposta, não teve acordo. Se não tinha acordo, eu e outros moradores mandamo eles partir pra ignorância, que nós não ia desistir. Então, a prefeitura moveu uma ação sobre nós, uma liminar de despejo, em nome do SEMASA, pra todas as 25 famílias da segunda parte. Esse processo começou da avenida Bom Pastor até a rua Antônio de Lima, que era onde tava a outra ponta da favela. Em quinze dias veio um outro processo da SABESP, movido pelo Estado, claro que o município informou o Estado, então veio outra liminar de despejo... alegando que nós tavamo atrapalhando uma adutora da SABESP que nós temos na passarela aqui pra São Bernardo. Esse processo nós partimos pra negociação na justiça, o de São Paulo chegamos a fazer um acordo pras famílias permanecer noventa dias. Isso em 1987. Nessa pressão que a prefeitura vinha dando em cima da gente, eu chamei uma pequena comissão, engrossando o MDDF, e uma parte da cúria da igreja, e fomos buscar apoio dos vereadores da cidade para propostas que o governo não estava propondo, que ele não queria nem saber e levemos aos conhecimento do público. E nesse conhecimento do público, resistimo com a liminar do Estado de São Paulo, da SABESP, que foi encerrado e o outro processo, movido pelo município, na época do governo Brandão, passamos a arquivar ele no outro governo, do Celso Daniel, passamo a trabalhar pra fazer uma mudança no próprio gabinete do prefeito, elegendo o prefeito Celso Daniel. Que nós tava encontrando uma saída no novo governo para uma negociação. Derrubamos o governo Brandão, continuamos no local, as doze famílias que foram atingidas pelo processo da SABESP, que só foram 12 e não as 25. Eu fui à prefeitura e consegui com o novo governo, um espaço, porque aqui nós tava entregando à

justiça, que foi um acordo e nós tinha que entregar. Foi aí que o governo se comprometeu a arrumar um espaço para gente. Esses espaço que a gente encontramos foi aqui e achamos outros espaço, mas acontece que como era só doze famílias, e fazia parte da outra turma que já tinha aqui e nós já tinha uma integração social, uma relação social, o prefeito disse que se tivesse um espaço dentro da própria comunidade, vocês vão lá, estuda, mede direitinho, pega essas doze famílias e se junta nas outras, que quando, a área for desocupada toda, vocês vão tudo pro mesmo lugar. Ai, a própria estrada da Avenida Lauro Gomes, que era passeio, só matagal, medimos e teve espaço e teve condições de alojar mais doze famílias. Mas, não tinha água nem luz. A água nós pegava em casa das vizinhanças e alguns tinha que pagar por mês a parcela que você pegava e além daquela que você pegava no poço da mina da “AS Brasil”. Com essa mudança nesse espaço, a prefeitura veio junto com nós, a secretaria da habitação e o governo determinou que as outras famílias ficassem na frente dessas e nós entregamos o espaço no dia que a justiça determinou. Nessa vinda, eu já corri atrás de água e energia, quando as outras famílias passou a morar nesse espaço, já foi junto com a água, trazida pela prefeitura, no governo Celso Daniel. Foi o chafariz comunitário com as quatro torneiras, com mais ou menos oito meses, conseguimos a rede de luz, uma gambiarra, uma extensão, com muita dificuldade conseguimos. Com dois anos, corri atrás de uma luz mais adequada. Aí, foi instalada dentro do cronograma, com a Eletropaulo⁵³ ... e nós daqui da comunidade acompanhando, instalamos kits pra todas as famílias e também entramos com cavaletes de água, individual e pra cada família, chegou a umas cento e poucas famílias (Bom Pastor)

⁵³ Companhia que oferece energia elétrica

M - *Conheço. O movimento de defesa de tudo o que a gente tem, o MDDF. (Bougival)*

M - *... Eles sempre teve uma participação aqui conosco. Depois, ele deu uma afastadinha. Faz uns cinco, ou seis anos que tá meio parado. Agora que ele tá voltando conosco de novo. (Bougival)*

F - *O ano passado nós tinha um grupo formado pelo pessoal da Fundação (Centro Universitário Fundação Santo André), mas esse grupo vinha fazer uma pesquisa pra fazer trabalhos com as famílias, era pelo MDDF. Eles faziam um trabalho socioeducativo. Inclusive foi montado um livro com esses trabalhos. Eu também faço parte da coordenação do MDDF (movimento pelos direitos dos favelados). (Gonçalo Zarco)*

F - *Ele defende as pessoas né, que vamos supor, vai ter um despejo, aí ele entra a favor daquela pessoa para não ser despejado. (Gregório de Matos)*

M - *De 83 pra 84. Aí nós fundamos o MDDF Santo André. É o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados de Santo André. Quer dizer, aí a gente ainda tentou incluir Diadema, por que São Bernardo nunca teve um movimento assim mais... Diadema era forte, mas também não entrou. São Paulo criou associação, com o final do MDF criaram a associação dos moradores. As organização de São Bernardo são muito mais a linha de lideranças políticas. Que eu conheço é mais isso mesmo. Não conheço associação dos moradores, mesmo. Não é como o MDDF aqui ...e uma associação que tem em Diadema. Em Diadema tem uma associação também bem mais particular dos próprios moradores. Aí a gente fundou esse MDDF, inclusive era uma época muito difícil pra se reunir. A primeira reunião a gente fez no salão da igreja Dom Bosco, aqui do outro lado da linha do trem. Fizemos a reunião numa salinha desse tamanho (bem pequena), criamos, demos o nome... A turma falou*

do MDF. Não! Do MDF já veio. A gente tem que fazer alguma coisa a mais, aí me deu na cabeça de por DD, quer dizer, “Dos Direitos”. Só pra mudar alguma coisa. A gente se reunia, na época tinha muita ameaça de despejo, dava muito trabalho. A gente pra se reunir depois, passamos a se reunir na igreja aqui da Luzita, o padre cedeu pra nós um salãozinho. Ele tinha mais ou menos 1,70m... Não dava 1,70m de altura. Era um porãozinho lá embaixo, sem energia, pra gente se reunir. A gente abria uma janelinha lá, pra escrever no escuro. O padre Miguel? Não, o padre lá era outro, porque a gente nunca se reuniu aqui na igreja são Geraldo. O padre Miguel era aqui da igreja são Geraldo. Eu nem conhecia os padres de lá’ naquela época. Eles não era assim, participativos? Não, não. Eles mandavam abrir o salão e sumiam. Eles nunca deram apoio pra isso. Eles tinham um salão bom, mas cediam o porão pra gente. Aí foi uma época que eu fiquei desempregado, aí veio a ideia da “cúria” Isso já era 84. Veio uma ideia da cúria de liberá uma pessoa para acompanhar o movimento, pra acompanhar mesmo o movimento, liberado, assessora mesmo. O primeiro convidado foi eu. Me convidaram, mas na época eu tinha cinco filhos pequenos, na escola, sem trabalhar, eu também fiquei desempregado, e como eu tinha tempo disponível, eu fazer isso. Aí me ofereceram um salário mínimo na época e disseram que faziam uma campanha e arrumavam uma cesta básica. Eu disse não. Eu quero mais, eu quero trabalhar e ganhar meu dinheiro pra sustentar minha família, falei isso é muito pouco, não dá, falei eu vou continuar, enquanto eu puder, vou continuar no apoio ao movimento, mas não dá pra mim essa assessoria direta, por que eu vou envolver todo o meu tempo com uma coisa que não dá pro meu sustento, pro sustento da minha família. A D. Helena ainda não concordava de jeito nenhum. Aí foi quando veio, puseram o Ademar, aí na época liberaram o Ademar, inclusive cansei de dar cesta básica pra aquele “F...d...P...”. Aí foi

quando eu arrumei um emprego e o Narciso, o companheiro que mais batalhava junto com a gente disse que precisava de uma pessoa e veio a ideia de tentar colocar ela no lugar que eu sai ... Eu arrumei um emprego na Iluma... (Gregório de Matos)

M – *Então a história do MDDF tá junto com a história daqui da Associação. Sim, sim. Isso que a gente fazia parte da associação aqui e lá. Só que sem registro. O MDDF ficou na clandestinidade até oitenta e pouco ele ficou na clandestinidade. E a associação aqui não, a gente registrou ela antes. Inclusive eu tô com a documentação do MDDF, da clandestinidade sumiu, não existe, tinha ficado com o Telão Preto, o finado Alcides, tinha ficado com eles e eu não sei onde foi parar esses documentos. Depois passou pro Ademar, o Astrogildo entrou aí no meio de bicão, ele também nunca morou em comunidade. Então eu não sei onde foi parara aquela documentação. O MDDF hoje ele conta com documento, com história escrita, só do registro pra cá. Aí onde entra quem, no caso, participou do MDDF antes não tem o nome na história escrita. Só tem o oral, o que a gente fez, o que a gente criou, o que a gente batalhou, mas na cabeça da gente. Individual, dentro de cada um,... Também daquela turma que tá acompanhando o movimento, acho que só eu mesmo. O Telão não tá, a Maria Monteiro nem sei por onde anda, o Alcides morreu, o Narciso mudou pra terreno particular no Clube de Campo, ele sempre me procura pra saber como que tá, ainda tem interesse, mas não faz mais parte da comunidade de favela, mora em terreno particular. Da associação, aqui, hoje, a associação não apoia e não tem apoio nem do movimento e nem de ninguém. (Gregório de Matos)*

F - *Deixe eu ver se eu me lembro. (Dirigindo-se ao marido) Tem treze anos? Treze. A primeira coordenação que existiu em ata. Quando se elegeu e registrou o movimento em cartório. Então eu participei dessa decisão, dessa coordenação, que nessa época tinha a Rose, a*

Cida, o Ademar, que era o candidato a presidente. Aí eu entrei e comecei a participar com eles, eu entrei não assim como a direção, eu entrei como conselho fiscal. Na executiva. Aí eu comecei a me interessar em participar de uma coisa muito mais ampla, não só da favela, como das outras, aí veio a repressão de todo o Brandão, do governo Montoro, que começou a reprimir toda essa comunidade aqui em baixo. E eu já encarei mesmo toda essa luta, andando nas favelas que nem o João. Aí a gente fazia a defesa de todas essas favela, a gente fazia reunião, fazia assembleia, aí ficou participando o Astrogildo, que era assessor pela cúria, aí veio a discussão política, isso tudo antes do Celso (Daniel), aí dizia que era pra gente apresentar um candidato, o movimento...A vereador. É, na primeira campanha (do Celso Daniel). Na primeira campanha que ele se elegeu! Aí, o pessoal do partido do PT, disse que seria interessante que o MDDF escolhesse um candidato a vereador? É, um candidato a vereador, por que a gente tinha um trabalho muito amplo em todas as favelas. Aí a gente definimos que a gente ia apresentar uma pessoa e apresentou o Ademar Machado. Que ele era presidente do movimento. Era do Sítio dos Vianas. Aí a gente fez uma discussão na coordenação do MDDF, a gente afastamos ele como presidente numa assembleia lá na Santa Luzia, nós tivemos uma reunião com os movimentos lá. Isso foi em que ano 89. Uma coisa assim, próximo a 90. Em 88 o MDDF foi criado oficialmente, aí em 89 foi lançado um candidato? Um candidato. O Ademar Machado. Aí a gente desligamos ele. A coordenação do MDDF... nesse tempo eu era, fazia parte do conselho...Aí gente reuniu o grupo, aí fizemos a discussão do candidato, um grupo achava que ele tinha que ficar...É, um grupo do MDDF. Porque assim, a coordenação tinha doze pessoas, então uma parte da coordenação achava que ele tinha que ser desligado do movimento...pra sair candidato. A outra parte achava que não, que ele tinha que só se

afastar. Nós peguemos e desliguemos, fizemos a desligação dele. Aí saiu candidato pelo movimento. Aí toda a coordenação apoiou ele, fez campanha pra ele. Investimo muito na campanha pra dele. Até ajuda, a gente deu pra ele, depois que ele num foi eleito. Naquele tempo a campanha dele não foi forte, porque era uma campanha bem pobre, então a avaliação que nós tivemos naquele tempo que ele não foi eleito, foi por causa de ter tido uma campanha assim que nós não conseguimos avançar mais no trabalho de todas as comunidades, por que tinha uma disputa muito forte de outros candidatos da direita que era os povo do Brandão, do PTB, nas comunidades. Que não era gente da comunidade, mas que influía muito a comunidade com os outros candidatos do PTB, do Brandão, tudo brandonista. Então, isso atrapalhou muito a campanha dele. Aí ele perdeu. Ele perdeu essa campanha, mas daí ele não voltou mais a ser do movimento. Por causa que nós fizemos uma avaliação e... deixa ver, como foi a história? Ele entrou na administração, né? Ele entrou na administração, ganhou um cargo de confiança na administração, dessa área de cobertura das humanidade das favelas, que a prefeitura, nesse negócio de área de risco, então ele tirou os quatro anos de administração do Celso como cargo de confiança. Aí durante esse período mesmo, ele já deu uma desviada e fundou uma associação de moradia, onde ele tá com um pobremão aí criando problema pra sociedade. Naquela época era uma coisa: ele defendia a sociedade, hoje ele cria problema pra sociedade. Então, aí nós não aceitamos, falemos que ele não podia voltar a ser membro do MDDF, ser presidente, nem ter um cargo na diretoria. Aí ficou o Silvio, do Sítio dos Vianas, aí tinha um outro rapaz, que eu não me lembro o nome, que ficou como presidente na época, aí terminou esse mandato, foi quando o Dé entrou, como presidente, na administração do Celso mesmo, tornou a retorna a ser presidente. Aí pronto, eu nunca deixei de participar do

movimento, sempre ligando Gregório de Matos e movimentos. A Gregório de Matos sempre teve várias assembleias aqui dentro, ligada aos movimentos. Qualquer assembleia que nós ia fazer pra decidir os problemas de urbanização da Gregório de Matos, de todos os projetos da Gregório era sempre ligado ao MDDF, então essa luta a gente travou desse jeito, várias vezes a gente virava aquelas assembleias de ir pra Brasília, quando ia aqueles abaixo assinado de moradia do Brasil inteiro, era tirado, escolhido ou eu ou o Narciso. A comissão da Gregório sempre teve participação muito grande no movimento. Desde a criação do movimento, a Gregório de Matos sempre teve junto com o MDDF. Sempre defende todas as comunidades aqui em Santo André, que é uma história que não pode ser apagada. A gente sabe que tem divergência mesmo, da própria comunidade Gregório de Matos tem pessoas que fazem divergência ao movimento mesmo, por que a proposta nossa é diferente da proposta das pessoas que é contra o movimento, então a gente nunca deixamos se levar pra enrolar a comunidade. A gente nunca deixou a comunidade ser enrolada por uma comissão que faz aproveitamento do povo. Tanto da Gregório quanto de outras que quando tem comissão, faz aproveitamento da situação, do povo que tanto sofre, então o movimento bate nisso. Por isso que muitas horas tem divergência. Bom, nós, principalmente eu, como moradora dessa comunidade, que sempre defendi muito, que sempre fui do movimento, então a minha divergência com a comissão que passou, que depois que eu saiu entrou uma comissão, que fazia parte o Silvio e o Gazeiro, minha divergência maior com essa diretoria que tem aí foi assim: O Silvio foi eleito pela comunidade, no tempo que eu perdi as eleições... Ele saiu por divergência que ele queria fazer as coisas da maneira dele. Nesse tempo nós nunca exigimos que a pessoa saísse e fizesse carta que tava se afastando da comissão, ele saía, saía. Nós não obrigava

ninguém a participar, vinha se tivesse vontade de vir. Aí ele se afastou dessa comissão e eu continuei no meu mandato, daí veio essa eleição de vereador, e tava vencendo o meu mandato. Ai, o Gazeiro e o Silvio foi até o MDDF atrás de mim, pra fazer o estatuto da associação. Daí, ele fez um p... discurso na reunião e todo mundo que tava na reunião do MDDF me pressionando pra dar o estatuto e um monte de informação, aí eu falei pra eles ir na minha casa que eu dava isso, se vocês quer formar uma chapa, se vocês quer fazer isso, não tô sonhando, mas faz uma assembleia na comunidade, aí vocês se inscreve, faz uma chapa e disputa a eleição. O Estatuto é registrado? É. Eu fui conversar com eles: "Gente, vamos deixar passar as eleições"... (municipal) É, porque se a gente for mexer agora na eleição, vai fazer uma confusão na cabeça do povo, então, vamo deixa passar? Aí, ele me pressionaram que não, que tinha que fazer as eleições naquele tempo que eles queriam ter a chapa" ". Aí eu falei tudo bem, fiz uma assembleia na comunidade. A Marcia Leal tava com muito medo, tava muito assustada porque eles podiam até... Eles vieram aqui de noite, ameaçaram, vieram fora de hora, bateram na porta pra que eu atendesse a eles, aí eles fizeram pressão em mim e eu entreguei o documento pra eles e eles montaram a chapa. Eu lancei a chapa um que era a minha e eles deles era a chapa Dois. Ai, dentro dessa campanha... e a campanha política rolando... Fiquei assim com minha mão atada, porque eu nunca quis mistura associação com política. Partidária? É. Eu tava apoiando naquela época a Heleni e não pude fazer um trabalho pra Heleni dentro da favela, porque nós como movimento e como morador daqui, eu nunca fiquei trelando ninguém pra ficar num apoio só. Sempre apoiam quem eles acha que deve apoiar, meu filhos é mesma coisa, eu também, o movimento é mesma coisa... O Donato apoia um, o Dé apoia outro. Nós nunca fechemo um apoio, tipo vai ser o "X" e tudo tem de apoiar. E impediu eu de fazer a

campanha da Heleni por causa disso e eles fizeram uma campanha muito crítica aqui comigo, quiseram me detona, puseram caminhão de som pra falar que eu era uma pessoa que não fazia nada dentro da comunidade... Se sabe como é, né? Eles usaram de uma política que não é do meu agrado e eu não rebati a eles. E eu deixei. Falei “olha, eu quero ganhar com a tranquilidade, se o povo achar que eu tenho que ganhar e continuar na comissão, eu vou continuar. E, se o povo achar que tem de renovar, parabéns pra eles. Eu não vou ficar contra.” Foi o que aconteceu. Então, eu perdi por treze votos. Duzentos e poucos votos. Eu perdi por treze. Eles ganharam e começou aquela divergência, já não tinha mais acordo entre movimento e associação. Foi três anos que ficou. Ai, o Silvio correu, entregou a presidência. Aí foi que veio a divergência minha. E como movimento e como moradora, eu criei uma divergência com o Silvio bem grande. Pq. eu falei assim: “Silvio, se você ganhou e vê que não dá condição de dar continuidade na Gregório de Matos pra ver os projetos que a prefeitura do PT deixou” ... Entrou! Foi quando entrou. Foi na saída do Brandão, no primeiro mandato do Celso que eles entraram. Nesse mandato agora que terminou e foi reeleito. Foi ali que eles entraram. Que era a briga deles entra, que o Brandão tava saindo, e pra eles não interessava, pq. com o Brandão não dá negociação, então pra que interessava ele ser político? Por que ele tinha intenção de se candidatar, como ele se candidatou na eleição passada, mas foi obrigado a retirar porque ele tem problemas muito sérios com a justiça, não pode continuar com a candidatura, mas era hora de ele crescer, porque ele via nas pesquisas o Celso ganhando em disparada, e ele tinha como negociar com o Celso e crescer aqui dentro. Aqui dentro da comunidade? Dentro da comunidade. Foi aí que aconteceu ao contrário, por que ele arrumou uns parceiros muito complicado para trabalhar, um cara que carrega ele nas costas politicamente, é o Jaime do PSTU, aí já bateu

de cara com o Celso e quando bateu de cara com o governo Celso, ele também perdeu o poder de trabalhar aqui dentro, aí não conseguiu e, já tá indo pro segundo mandato do Celso, e eles não conseguem desenvolver um trabalho aqui dentro, porque eles batem muito de frente com a administração e a administração, hoje, com o recurso que tem, já não avança tanto nas áreas que deveria. E quem bate de frente o que acontece? A primeira coisa que faz é perder para quem tem poder de negociação. É o que vem acontecendo com a Gregório de Matos. Eles não conseguem fazer nada aqui dentro porque não têm poder de negociação. Aí, sai para outras comunidades e pra cá não, porque eles atrapalham. Um dos pontos de maior divergência é esse: eles não têm o poder de negociação, de negociar nada que ajude a comunidade. E devido a essa falta de poder de negociação deles, quem sai perdendo é a comunidade, tá tudo aí parado, sem obra nenhuma, enquanto a primeira comunidade com obras de urbanização foi a Gregório de Matos, o projeto existe e não tem como trabalhar pq. tá na mão deles. Mas, assim mesmo, com todas essas dificuldades, o movimento sempre procurou essa associação, eu nunca desrespeitei ela, em momento nenhum pra fazer uma assembleia, pra fazer reunião fora, sem consultar, o movimento sempre fez ofício pra fazer reunião, pra ter uma abertura e, eles nunca deram essa abertura, porque diz que não dá pq. é o movimento, sempre criticam o movimento. Mas eu, como moradora e como MDDF eu sempre vou nas assembleias, quando eles têm, ouço as críticas que eles têm pra fazer, e eles criticam o movimento, eles criticam... faz coisas desagradáveis, que não ajudam em nada. Mas, eu nunca passei por cima de toda divergência que eles têm, o movimento tá sempre consultando pra fazer as coisas, mas as coisas sempre tão errada. Aí eu dei uma afastada mesmo, até pra vê como o povo vai se manifesta, diante de todos os fatos que tá acontecendo. Nunca

cheguei a critica eles pra ninguém da comunidade, quando alguém me procura, eu sempre falo “vai lá procura o presidente, vai lá com o Silvio, pq. ele é o presidente e tem de encaminhar as coisas”. Nunca me dirigi a falar deles, mas eles mesmo, falam da gente, mas eu nunca falei e sempre respeito isso. Porque eu acho que uma associação, ela tem que ser respeitada, por mais ruim que seja. Pelo menos, pelo movimento. E eu nunca bati de frente com eles, nem com o Gazeiro, nem com o Silvio e nem hei de bater. Sempre eu digo que não é medo deles, porque eu não tenho medo deles, tenho é aquele respeito porque eles foram eleitos pelo povo, pela comunidade. Mas, eles não dão essa abertura mesmo, e algumas coisas que tá aí, quando foi o ano passado, no começo do ano 2000, que teve a eleição do MDDF, nós tivemos uma assembleia aqui, veio ofício, eles foram consultados, eles fizeram um “oé” pra não aceitar, mas daí nós dissemos que ia fazer reunião aqui sim pra tira os delegados do movimento, pra elege a coordenação da executiva do movimento. Eles terminaram aceitando a reunião. A reunião ia ser feita aqui na rua e foi feita na sede. A primeira pessoa que foi eleita pelo povo foi eu, eu fui eleita no primeiro lugar, Izonildo no terceiro lugar, a Maria no terceiro, no quarto... eu sei que nós tivemos sete delegados daqui. Eles não tiveram como fazer nada, eu fui eleita, mas eles não consideram, já falaram que não consideram isso.
(Gregório de Matos)

F - *...faço parte do MDDF. E, acompanhei o pessoal do MSTU (movimento dos sem teto). Às vez, eu passava até quinze dias sem vir aqui. Minha filha ficava aqui sozinha. Quando eu chegava, era aquela briga, porque ela achava ruim. Aí, depois, fui pensando que eu tava correndo muito pra ver coisas pras outras pessoas e não tava vendo o meu lado, não. Não assim, em coisas materiais, mas eu já tô ficando com uma idade, 45 anos, foi quando eu saí do movimento do MSTU. Fiz parte também da Associação do Santo*

Inácio, que a sede dela fica ali, entre o Santo Inácio e o Vila Rosa, são bairros de São Bernardo. É uma associação que na época lutou por moradia também, mas a gente não conseguiu. Essa associação acabou. Quando eu vim pra cá, entrei aqui pra fazer parte da associação daqui, agora. Mas, eu não gosto de ficar parada. Minha filha reclama muito. Mesmo que eu não tô trabalhando, eu tô em algum movimento. Essa favela aqui, eu passo o dia andando aqui. As pessoas me procuram muito pra resolver questões: vendas de barraco, esses negócios de cadastro, onde tem que ir transferir título. No ano passado mesmo a gente fez um trabalho pra transferir título, às vezes a pessoa quer ir na Ação Social, não sabe onde é, quer que eu vou junto. E assim vai, eu não gosto de ficar parada, né? Quanto custa um barraco aqui? Barraco aqui tá em torno de R\$1.500,00 a R\$2.000,00, ou R\$3.000,00, aí depende. Aqui funciona assim: a gente aconselha as pessoas que são cadastradas a não vender, porque eu acho assim: se eu moro aqui, eu preciso morar aqui. Então, a partir da onde a pessoa vem aqui, constrói um barraco, vende e vai embora, é porque não ta precisando. Só que acontece ao contrário: a pessoa vende, vai embora e volta pro mesmo lugar. Às vezes vem morar com parente. Então, vendeu o barraco, a gente orienta que vá no cartório, faz uma declaração, faz o recibo também, estipula o valor que você vendeu, a área, nº. do cadastro, RG, CIC, assina, duas testemunhas e reconhece firma. Porque, a partir daí, como não tá fazendo transferência agora de cadastro de habitação, a pessoa fica com esse documento. Quando for fazer um novo cadastramento, o direito é de quem tá morando no barraco. Já é uma segurança pra ele. A gente aconselha não vender, porque é muito trabalhoso esse negócio de transferência de cadastro. Eu trabalhei na habitação seis meses. Sei como é. É, que eu tava ocupando a vaga do Josias, que é um funcionário que se candidatou a vereador. Então, tinha que arrumar uma pessoa de

confiança pra ocupar o seu lugar, no caso, se ele ganhasse eu ficaria ocupando o lugar dele. Como ele não ganhou, eu tive que sair, pra ele pegar o lugar dele, que era esse que eu tava ocupando. Nossa, aprendi muito. Andei em vários núcleos por aí. Peguei uma experiência até boa. Eu tenho currículo das minhas funções como militante. Eu tenho tudo guardado. Minha filha fala que eu não tenho ambição, que eu tenho que ter um pouco de ambição. Mas, em termos materiais, eu nunca fui mesmo. Se eu fosse uma pessoa bem ambiciosa nessa parte, eu acho que nem estaria aqui. Agora que eu enxergo que eu nunca vi muito o meu lado, eu sempre quis ver o lado das pessoas, mas eu me sinto muito bem assim. Eu fico feliz quando eu posso ir nos lugares com as pessoas e, se eu não puder servir, eu fico chateada. (Haras)

M - Em São Bernardo, o MDDF teve uma participação enorme. Foi um dos movimentos que mais cresceu de 82 a 84. Ele começou em Santo André, expandiu pra São Bernardo, depois, em São Bernardo, se extinguiu e só ficou em Santo André. Em Santo André, eu não sei como que tá, porque eu não tenho participado, mas é um movimento que tem tradição, é um movimento que defende muito as causas sociais. Eu vejo que eles têm projetos incluídos aí, tipo o “Criança Cidadã”. É um movimento que merece respeito e tem que ser respeitado. (Jardim Primavera)

M – (sobre o MDDF) Olha, eu não entro muito em detalhes nisso aí...Já ouvi falar, mas no momento, eu não sei te explicar o que significa isso aí. Seria o pessoal da prefeitura, né? Já ouvi falar sim. Pessoas que vem comunicar pessoas da comunidade. Eu, particularmente já vi pessoas dessas daí falando que tinha projeto de melhoria pra comunidade. Melhoria assim: canalizar o rio, outras localidades urbanizar, urbanizar as comunidades que tem condições de urbanizar.

Esse foi o trabalho que eu vi pessoas, não só agora, mas já faz muito

tempo que passaram aqui. Sempre surge alguém que tem interesse e na época vem, como eu já te falei. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - O senhor conhece o MDDF? *Não, pra te falar a verdade, não. Nem sabe o que ele faz? Não. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Aqui teve a luz, a água, o concreto que a gente lutou. Tem mais ou menos uns treze anos isso, aí! E através do Ademar... Ademar Machado, que hoje mora no Sítio dos Vianas, que participava do MDDF, chegou a organizar um monte de coisas. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*



Curso de Formação Política com CERIS e CNBB. Formou-se 30 lideranças de 10 favelas andreenses. Aula sobre Diretos Constitucionais. A mulher sentada à direita é a Zenilda, hoje Presidenta do MDDF de Santo André. O professor em pé, formado em Direito natural do Rio Grande do Sul e morador da favela do Heliópolis em SP.

A partir dos relatos, o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF) emerge neste período como uma das experiências mais significativas de organização popular e resistência urbana no ABC paulista. Seu papel vai além da luta pela moradia:

ele representa a tentativa de inserir os moradores das favelas como sujeitos políticos, capazes de dialogar, negociar e confrontar o poder público.

Nos depoimentos, nota-se que o surgimento do MDDF se deu em um contexto de conflito direto com o Estado, em meio a ameaças de despejo, ausência de políticas habitacionais e repressão institucional (como as liminares da prefeitura e da SABESP). O movimento, nascido na década de 1980, período de redemocratização e reorganização dos movimentos sociais, transformou a experiência de exclusão em ação coletiva. As famílias, antes isoladas, passaram a atuar articuladamente por meio de comissões, assembleias e ações judiciais, demonstrando uma tomada de consciência política.

Essa dimensão aparece claramente nas falas: *“a prefeitura moveu uma ação sobre nós [...] aí eu chamei uma pequena comissão, engrossando o MDDF, e uma parte da cúria da igreja, e fomos buscar apoio dos vereadores”*. Aqui, o movimento articula alianças com a Igreja progressista e setores do Partido dos Trabalhadores, o que evidencia a influência da Teologia da Libertação e das pastorais sociais que, na época, impulsionavam lutas urbanas e sindicais no Grande ABC.

Ao mesmo tempo, os relatos mostram como o MDDF atuou como mediador político, chamando junto os partidos, a igreja e pressionando governos municipais e estaduais a negociar soluções habitacionais. A transição de governo entre Brandão e Celso Daniel marca um divisor simbólico: o movimento deixa de ser apenas um foco de resistência e passa a se institucionalizar como ator político reconhecido. Essa conquista, porém, traz ambivalências: se, por um lado, abre portas de diálogo e conquista melhorias concretas (água, energia, urbanização), por outro, expõe o movimento à cooptação e às disputas políticas internas.

As falas das lideranças femininas, como da moradora da Gregório de Matos, revelam o peso das divergências políticas internas, especialmente quando militantes do movimento se aproximam de partidos ou assumem cargos públicos. Essa tensão entre autonomia comunitária e dependência institucional aparece de forma contundente: *“ele defendia a sociedade, hoje ele cria problema pra sociedade”*, diz uma moradora, referindo-se à transformação de um líder popular em figura do aparelho estatal.

Esse conflito entre o movimento social de base e as associações de moradores institucionalizadas expressa o processo de burocratização e fragmentação das lutas. A crítica das moradoras mostra que, muitas vezes, o poder local tenta dividir lideranças e enfraquecer o potencial de resistência coletiva, o que resulta na paralisia de projetos e na perda de legitimidade: *“quem sai perdendo é a comunidade”*.

Outra camada importante é a dimensão de gênero e cuidado. As falas femininas revelam o protagonismo das mulheres na sustentação cotidiana do movimento, tanto nas mobilizações quanto na defesa dos direitos. Elas aparecem como figuras mediadoras, organizadoras e cuidadoras da coletividade, ainda que enfrentem o cansaço e a sobrecarga (*“eu passava quinze dias fora, correndo atrás de coisa pros outros, e não via o meu lado”*). O MDDE, nesse sentido, também pode ser lido como espaço de empoderamento feminino e político, onde mulheres se formam como lideranças comunitárias e ganham voz na cena pública. As mulheres aparecem como líderes fundamentais, ainda que pouco reconhecidas formalmente na época.

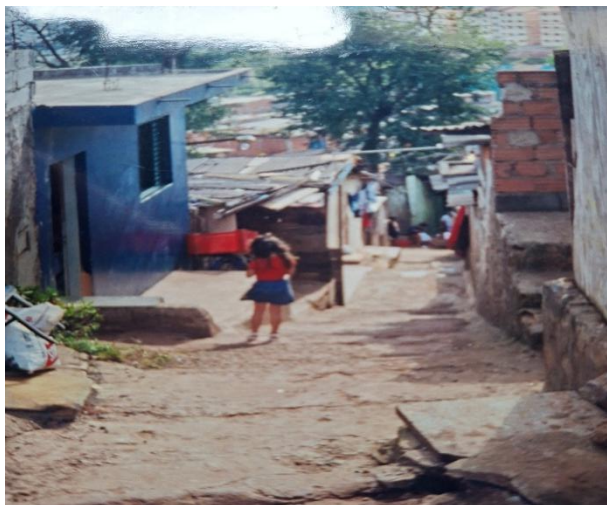
Do ponto de vista territorial, há diferenças significativas entre comunidades: enquanto em núcleos como Gregório de Matos, Bom Pastor e Gonçalo Zarco o MDDE tem presença histórica e atuação constante, em áreas mais periféricas, como Marginal Taioca e

Jardim Oriental, o desconhecimento do movimento é quase total. Isso revela a desigualdade na capilarização do ativismo popular e como os processos de urbanização fragmentada podem enfraquecer a coesão política entre as favelas de Santo André. Por fim, a análise crítica mostra que o MDDF foi, simultaneamente, um instrumento de defesa e um espaço de disputa entre o popular e o institucional, o coletivo e o partidário, o ideal e o pragmático. Mesmo com períodos de enfraquecimento ao longo do tempo, sua importância histórica permanece: o movimento introduziu o direito à moradia como pauta pública legítima, enfrentou o autoritarismo municipal e formou gerações de militantes que se reconhecem na luta por dignidade e cidadania.

17) Violência, seletividade e desigualdade urbana

“O pobre é excluído até da própria miséria.”

Carolina Maria de Jesus



Favela de Santo André.
2002.

M - Bem, a violência existe em todo lugar de São Paulo, mas dos lugares violentos, esse aqui é o mais calmo. Por ser a área que é, eu posso dizer que não

existe violência. Eu nunca briguei com ninguém, nunca desrespeitei ninguém, nunca fui desrespeitado, pra mim, a área não é violenta. Isso também depende muito da pessoa, porque até na igreja, se você quiser arruma encrenca, você arruma. (Gonçalo Zarco)

M - *Eu acho que é igual. A violência hoje não está só no nível de favela. Está na classe média, na elite. É só você acompanhar, apesar de não ser muito divulgado, o que é divulgado é só o que existe na favela. É só assistir os programas do Datena, Ratinho, que eles só mostram, divulgam o problema que tem dentro da favela. Mas, eu acho que a violência é geral, não só dentro da favela, mas só que a imagem que passam é só da favela. (Gamboa)*

M - *Eu cheguei já ver aqui, quando o hospital tava afastado, um grupo de moça, entre 14 e 16 anos, daqui da Vila Assunção pra ir fumar lá, e tinha cara que vendia pra esse pessoal daqui. E, não era pessoal da favela. Inclusive, às vezes dão “carrera” em pessoas que vem do serviço, do shopping, de lá pra cá, assaltam e não é gente daqui, é gente de fora. (Gamboa)*

F - *Eu via na televisão, tinha sempre um que comentava “você viu o que aconteceu em tal favela?”. Eu mesma, quando eu cheguei aqui, em 82, da Bahia, eu ligava o rádio no Gil Gomes (programa de rádio vigente na época), fazia a reportagem dele só em crime, mas eu tinha tanto medo, medo de bandido, medo de me matarem. Eu ouvia no rádio e tinha gente que falava. Aquelas patroas que eu tinha, que eu trabalhava dizia que era pra eu olha pra ver o que acontecia com quem mora em favela. Eu fiquei tão impressionada, que elas até me tiraram do rádio, me tirava de ouvir rádio. Eu nunca tinha vindo aqui, eu não sabia de nada como era, como não era. Mas, isso quando eu não morava na favela. Porque eu vim da Bahia em 82, mas eu fiquei morando aqui e acolá. Morei em São Caetano, no Itaim Paulista, em Mauá, de aluguel, em casa de patroa, como*

empregada doméstica. Quando foi a vez que eu saí pra catar os panos no varal, os bandido chegou e me catou com revolver, arma no ouvido, eles dizia que não queria nada comigo, que eles queria com a minha patroa. Aquilo pra mim foi o mesmo que chegar e me matar naquele dia. Mandar eu chamar a patroa, pra abrir a porta, pros outros rouba? Aquilo me doeu. Fiquei impressionada até hoje... Eu dizia, meu deus, será que eu vô compra meu barraquinho e vai ter bandido? Mas, eu nunca me arrependi, graças a deus, comprei naquela época por cento e cinquenta conto. Sou amiga de todo mundo, todo mundo gosta de mim e eu também. Sou amiga de D. Mocinha. (Bom Pastor)

M - *Eu queria falar da relação de violência e dos inchaços de moradias da grade São Paulo, sobre a violência da favela, realmente a imagem que passa pra sociedade sucedida é essa onde existe a bandidagem e onde todo tipo de mal feito do cidadão. Quem que passa essa imagem? A própria sociedade, a própria televisão, a mídia eletrônica. Só que hoje ta o inverso. Hoje, nas comunidades de favela, ta a mesma coisa da Avenida Paulista, mesmo porque hoje em dia, os bandidos, os formadores de quadrilha, de crime organizado, eles começam no centro da praça da cidade, encostado no poder executivo, até porque hoje nós temos senador bandido, temos coronel do exército assaltante, temos vereador ladrão, prefeito corrupto, criminoso, com a arma em punho, o Lalau e cia., Collor de Mello e cia. esses são os verdadeiros bandidos. Os que vem da favela, vem com exemplo dos diplomados do centro, os políticos que já formaram eles, até pela situação deles já ser roubado, já nascer roubado da situação econômica, educacional, direito de cidadão, igualdade que não existe, é só no papel, é só no nome. Mas, eles são só organização primaria, porque os secundarias, os grandes do crime ficam nos grandes centros universitários, grandes homens formados e até autoridades que se decide certo ou errado.*

O crime existe no centro no Morumbi, na Avenida Paulista, pra roubar dinheiro, tirar vida. E ainda sendo representantes da sociedade. Existe na elite de Brasília. Tem até aqui na favela, pois foram eles que criaram. Quando eu digo a sociedade sucedida, que são os homens sucedidos (querendo dizer pessoas bem sucedidas), tanto na cultura quanto na economia. Eles que criaram as cobras pra morder eles, e agora despencam tudo na favela. Na favela hoje não tem crime. Nós somos todos uns iguais. Aqui dentro dessa favela existe pessoas melhores do que existe na Praça Quarto Centenário (local na cidade onde se localizam os três poderes: legislativo, executivo e judiciário.) da cidade de Santo André. O primeiro roubo que me fizeram foi roubar o meu direito de competir com eles. Aqui na favela eu chego duas horas da manhã, sem problema. Agora, eu tenho medo de chegar ao redor das adjacências da prefeitura do município as duas da manhã, a não ser que a polícia esteja me acompanhando, a polícia não, alguns, porque ainda tem bandido lá dentro. (Bom Pastor)

M - *Não. Violência aqui, é o lugar melhor. Porque eu já andei bastante por aqui e eu conheço núcleo de favela, muitos. Aqui é o lugar melhor que eu já vi até hoje. Aqui não tem muito problema com esses que usam droga, com ladrão. É difícil ouvir falar aqui. (Bougival)*

M - *Aqui é uma beleza. Se existir lugar melhor do que aqui, é o céu. Pode acontecer de ter alguma briguinha, alguma violência, mas isso é passageiro, sempre acontece por causa de pinga... Isso em todo lugar existe. (Bougival)*

F - *Bandido é só na favela. Marginal, é só na favela. O engravatado que tá lá no apartamento, não é. A polícia não chega no apartamento do engravatado, quebra tudo e espanca ele. Mas, isso acontece aqui? Acontece. Pra isso a gente tá movendo até uma ação. Teve um fato aqui de cercar essa favela inteirinha e entrar, invadir algumas casas. Isso há uns dois anos atrás. A polícia invadiu*

e entrava nas casas? Entrava, chegava a quebrar as coisas, camas. Entrou no meu barraco – que eu tenho uma filhinha deficiente – e levantaram o colchão com a menina em cima. Eu achei um absurdo. Eu fui denunciar. O processo tá rolando aí, não sei até quando, mas que pelo menos dessa época pra cá, pararam. Eles falam que tão atrás de um bandido perigoso, mas não tinha nada a ver com bandido. Os perigosos seriam eles mesmos, porque a pessoa que eles tavam procurando, já estava nas mãos deles. Isso aí foi “desacato” mesmo. (Gonçalo Zarco)

F - Eu acho que lá na rua tem mais problemas do que na vielinha aqui que eu moro... na escola que meu filho estuda, é pior que minha viela. Lá é bairro. É o Nelson Pizzotti, e é pior que a minha viela, onde eu moro. É mais violento lá fora. (Gregório de Matos)

M - Em termo de violência, é que nem a Maria citou aí, que violência no meu ponto de vista tá mais no bairro, do que mesmo aqui dentro, há não ser que seja com a parte aqui pra cima que eu não conheço, né? Isso aí eu não, não posso dizer. (Gregório de Matos)

F - Não, aqui dentro da comunidade Gregório eu nunca senti uma comunidade violenta, nem quando eu tava dentro da associação, nem quando eu saí. Dentro da própria comunidade a gente conhece morador por morador, e nunca teve uma violência que impedisse você de chegar em casa, que tivesse morte ou roubo, isso nunca existiu. (Gregório de Matos)

F - Já vi muito tiroteio. Eu tô numa casinha de bloco, mas eu me preocupo tanto com os outros, que parece que... Quando tem o tiroteio eu penso naquelas crianças, naquele povo, que você sabe que entra nos barraco. É fogo! (pausa, ela fica muito emocionada) ... No ano passado, caiu uma caia, quebrou a metade do meu quarto, um barzinho fora, quebrou tudo. Quebrou umas 70 telha. Deu uma chuva forte, eu acho que a caia quebrou e ficou lá em cima,

e aí, sem querer, ela caiu. Quase que cai no meu netinho. Sorte que no lugar que caiu, ele tinha saído naquele instante. (Haras)

F - *Não, aqui não dá pra dizer isso, porque aqui onde nós moramos não tem violência, mas tem favela que dá. E tem bairro que tem mais violência do que aqui, onde nós moramos. (Homero Thon)*

M - *Aqui eu acho que tem muito menos violência do que bairros de Santo André e São Paulo. Muito menos mesmo. Aqui, a violência, se a gente por numa porcentagem assim, eu acho que é 1% perante os outros lugares. Tem lugares que chega até a 80%. Aqui, você vê, assassinato ocorreu um há 10 anos, de lá pra cá, não morreu ninguém assassinado. Mesmo assim, quem morreu não valia nada, que nem a própria mãe não chorou. Por aí você vê o que acontece. Sai muitas brigas de bar, mas o pessoal acaba se entendendo por aqui mesmo. Mas, muita cachaça gera violência, não tem jeito e, bar todo lugar tem. (Homero Thon)*

M - *Outra coisa também, violência aqui dentro, é como o menino falou (referindo-se ao entrevistado anterior), não tem violência aqui dentro. Surge briga de bar, surge briga de mulher com outra, mas é briguinha de discutir, fica aqui dentro. Também tem que saber conviver dentro da favela, porque não pode você ser usuário de qualquer coisa e, eu lhe entregar. Eu tenho que ficar quieto, ficar na minha. Usuário não buliu comigo, eu não posso bulir com ele. Agora, se ele buliu comigo e eu não posso bulir com ele, eu fico quieto. Porque às vez eu sou pequeno pra ele. Quer dizer que eu tenho que ver as consequências. Se tem algum aqui dentro, eu não conheço. Aqui é pequenininho. Acho que chega a 300, 400 famílias. (Homero Thon)*

M - *Sinceramente, não é querendo contar vantagem que a nossa comunidade é uma das melhores, mas, pra mim que moro esses anos todos, eu acho que é uma comunidade tranquila em relação à violência, eu não tenho do que reclamar. É certo que existe alguma*

coisinha, mas não que deixe o pessoa apavorado. Sempre surge alguma coisinha, mas não que seja complicado. Sempre um pessoal tudo unido. Tudo pai de família. Você ta vendo que quem ta aqui na reunião é tudo pai de família, pessoas que dia a dia batalham pra sustentar os filhos. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Aqui pra te falar a verdade, nós não temos esse problema. Pelo menos, dos moradores daqui, não. Aqui, praticamente, se você for da metade pra lá, é tudo parente um do outro. Um passa pro outro, vende, chama o outro pra cá, então, é praticamente uma família. Todo mundo conhecido, todo mundo se trata bem. Existe lá uma coisa ou outra, mas não violência, sim pessoas que não se encaixa como gostaríamos que fosse todos. Não como passa na televisão? Não, de jeito nenhum. Nessa nossa comunidade não existe isso. O senhor pode dormir aqui. Antes tinham alguns problemas, que nós tinha várias vendazinhas de bebida alcoólica, botequinhos, então vinha pessoas de fora, mas isso acabou há muito tempo. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Olha, aqui, se for pra tirar São Paulo, aqui é 1000 a Zero. Ganha de 1000 a Zero. Porque aqui, entra ano, sai ano, você não vê o cara falar que o outro é feio, que o outro é bonito, é outra realidade aqui. Tem vila, vila organizada, em terreno particular, que chamam de bairro, que perde pra aqui na tranquilidade. Aqui é um sossego, uma tranquilidade. Aqui é calmo, e à noite é sossegado. Você vai em outras vilas aí... No Petrônio (em São Bernardo do Campo), no ano passado, tinha que pagar dois real de pedágio, então, por aí se tira como está as coisas. Se fosse aqui maior, desse pra fazer uns dois três cômodos maior, desse pra encostar seu carro sossegado, não tinha lugar melhor. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

F - *Eu tinha 14 filhos, eram todos casados, só tinha três solteiros, o restante casados. Os dois filhos morreram aqui. Um foi assassinado, paralítico de muleta, um com 21 e outro com 22. Todos gostavam*

dele. Tiraram ele do Habibi's, levaram ele pro Capuava e mataram. Ele tinha cinco meses, foi internado em Guarulhos e paralisou as pernas, corri com ele pra vários lugares, nada adiantou. Ele usava aparelho, mas quebrava tudo e passou a usar muleta. E o outro filho morreu atropelado, em frente ao estádio Bruno Daniel, ele trabalhava no Aramaçã. (Pintassilgo)

M - *Eu acho que a violência está em todos os lugares, em núcleo de favela ou não. Mas, o núcleo de favela já é tido como lugar ruim. Só que não temos oportunidade de tirar as crianças da rua, aquilo que merecemos. Não podemos ir numa escola em outro lugar. Somos pessoas carentes, não só de energia, de água, de educação. E, não temos o respaldo da prefeitura. (Pintassilgo)*

F - *Sobre a violência, todos lugares tem. Seja aqui, seja no bairro, seja nos centros. Mas, acho que aqui eles exageram um pouco. Tem pessoas que tem medo de passar perto. Acho que há muito exagero. Ninguém quer criar seu filho em favela. Mas, aqui é sossegado. Saio de madrugada e não tenho problema nenhum. Às vezes, até somos protegidos, pois eles não deixam que ninguém mexa em nossas casas. (Pintassilgo)*

F - *Eu tenho uma estória aqui nesse lugar. O pessoal fala que eu sou forte, eu tenho que ser forte. Eu perdi um filho aqui dentro, por falta de negligência, de 17 anos. Deram um tiro nele. Eu passei, até me revoltou, o pessoal da guarda municipal. Socorreram o meu filho que levou um tiro enganado. Era para ser outro rapaz, levaram para a guarda municipal porque não socorreram ele logo... eu fui para Santa Casa, o corpo do meu filho estava quente, será que porque era preto, preto não é gente. Eu não sei o nome do Tenente que estava de plantão no dia em 1994. Mas ninguém falou. Tinha que ter um socorro emergencial. Eu moro aqui, já vi muitas coisas tristes acontecerem neste lugar: pessoas que se enforcaram e morreram assim, meu filho mesmo, o médico falou que se tivesse socorrido*

logo, ele não teria perdido muito sangue, passei muito mal. Estou aqui ainda, porque preciso. E muitos estão aqui, porque precisam. Ninguém mora em um lugar porque quer. Se fosse por mim, eu não estaria aqui. Foi uma data marcante para minha vida. Ele não tinha vício, não bebia, não fumava, não usava drogas. Ele falava para os rapazes que usavam droga, que isso não era vida, pra eles saírem dessa vida. Eu estou aqui até quando Deus quiser. O dia que tiver outro lugar pra eu ir, eu estarei indo, aqui é um lugar que precisa de socorro. Aquele posto da guarda municipal não precisava. Precisava sim, de um posto de saúde, de emergência de plantão, uma creche. Tinha uma aqui dentro. Tiraram. Tem mães que vão andando longe para levar as crianças. É uma humilhação. Então, aqui não tem ponto de ônibus, não tem posto de saúde perto, o meu esposo teve um enfarto, se não fosse o nosso carro, uma Caravan velha, pra socorrer de madrugada... só que no dia fomos e o carro não queria pegar e meu marido passando mal. Depois empurraram e, o carro pegou. Mas, depois deu o terceiro, foi socorrido pelos vizinhos e agora está bem. Fez cateterismo. Tudo o que tenho agradeço a Deus. Essa a mãe não quis, pedi para a mãe pra ficar menos triste por causa do meu filho (o pai dele morreu). (Pintassilgo)

F - *Eu acho que é sossegado. Acho que tem exagero. Antigamente, quando se falava da Pintassilgo, as pessoas falavam “nossa, eu não vou lá, eles matam as pessoas!”. Aconteciam coisas terríveis aqui dentro. Ela passou a existir na prefeitura por ser um lugar violento. Agora, não! Agora é bem tranquilo. Antes não era exagero, era verdade. Pessoas que vinham de fora fazer bagunça aqui dentro, teve uma época que eu queria ir embora daqui, tinha perseguição com minha família, ninguém podia se aproximar de mim. As pessoas fizeram aquilo com meu filho. Tinha um ex-namorado que vinha sempre aqui. Ele ia no bar e ficava falando que iria descobrir quem matou meu filho. Passou um tempo, mataram ele na casa dele, uma*

morte muito triste: morreu queimado. Eu não saí daqui, porque eu não tinha para onde ir. Fiquei muito perturbada. Eu via pessoas que haviam morrido, via meu filho que morreu, eu conversava com ele... eu falo: se estou aqui hoje, é porque me apeguei a Deus, fui para a Igreja. (Pintassilgo)

F - *Eu acho que existe a violência em qualquer lugar, porque tá tudo muito violento. Mas, quanto à favela, acho que o pessoal discrimina porque é favela, que a violência já vem de dentro da favela, e não é assim! Pelo menos onde nós moramos, não é essa violência. Então, eu não posso falar que é, porque não é, porque todos os bairros, todas as vilas ricas, que a gente vê, tá pior que dentro da favela. Eu vejo assim e creio que tá pior. Então eu acho que um pouco também é discriminação porque é favela, é exagerado. (Jardim São Bernardo)*

M - *É, acho que pelo menos aqui dentro não existe essa violência, aqui não tem. Assim que nem um caso: eu morei 20 anos em São Mateus, eu fui criado lá, eu tenho medo de ir lá, porque eu sei que lá existe a violência, mas aqui em Santo André é bem mais baixo o nível de violência, do que a região de São Paulo, São Mateus, essas regiões. Então, eu acho que a violência não tá dentro da favela, eu acho que tá nos bairros mais nobres, em qualquer lugar está a violência. Eu acho quer recriminar mesmo a favela, os favelados, porque na verdade, a violência tá mais geral não dentro da favela, mas fora da favela, nos bairro, mas geralmente eles não fala. Tudo que acontece num bairro, falam que foi a favela. Às vezes tem bairro emendado com a favela, então, tudo o que acontece ali, não foi o pessoal do bairro, foi a favela, e, geralmente, não é assim que acontece. (Jardim São Bernardo)*

F - *É verdade. Porque tem gente que passa lá e fala: “mas, pode passar aqui dentro da favela?”, eu digo, sem nenhum problema.*

Que nem seu Valdir falou, eles fazem fora e vêm tudo pro pessoal da favela, a culpa cai tudo na gente que mora na favela. Mas, pelo menos essa que a gente mora é muito boa, nesse ponto aí, a gente não tem o que falar. (Jardim São Bernardo)

F - *Pelo tempo que eu moro aqui esses três anos, eu acho muito sossegado, só a violência que eu tenho mais medo daqui, é um incêndio, porque se tem um incêndio aí, acaba com nós tudo. Mas, sobre violência de brigar, matar, graças a Deus aqui, a gente dorme sossegadamente, bota a cabeça no travesseiro pra dormir e dorme mesmo, descansa a cabeça pra esses assuntos. Graças a Deus, eu pelo menos, não me preocupo com esse assunto. (Jardim São Bernardo)*

F - *Concordo também. Isso é muito bom, a gente dorme mesmo, sai toda hora que quiser, tem a casa perto, se tiver problema, levanta e vai no outro, gente que conhece a gente. É sossegado mesmo, sossegado. (Jardim São Bernardo)*

Há um contraste recorrente entre experiência vivida na favela e estigma da população externa. Moradores relatam que a mídia sensacionalista reforça a associação entre favela e criminalidade no imaginário social, produzindo medo e preconceito antes mesmo de qualquer contato real com esses territórios. Essa estigmatização afeta trajetórias de vida, provoca temor em recém-chegados e legitima ações repressivas que não se aplicam às outras camadas na

divisão de classe, evidenciando a seletividade das instituições do Estado.



Favela
de
Santo
André.
2002.

Vários trechos descrevem a favela como lugar seguro, mais tranquilo do que bairros formais. Os entrevistados destacam relações de vizinhança, solidariedade e reconhecimento mútuo. Muitos afirmam andar tranquilamente à noite e valorizam o fato de *“todos se conhecerem”*. A violência que surge internamente é vista como episódica e associada a conflitos comuns, principalmente envolvendo álcool, não como expressão de criminalidade estrutural. Já grande parte dos problemas graves relatados, como assaltos, adolescentes comprando drogas, crimes mais violentos é atribuída a pessoas *“de fora”*, o que reforça a percepção de que a favela, em muitas vezes, é injustamente responsabilizada por acontecimentos que não têm origem ali.

Outro ponto importante é a violência institucional, especialmente policial. Moradores relatam invasões, destruição de bens, agressões e abusos que não ocorrem nos bairros de classe média e alta. O episódio da mãe cuja filha com deficiência teve o colchão levantado

com ela em cima simboliza a desumanização estrutural a que essas famílias são submetidas. Esses relatos expõem o papel do Estado como agente produtor de violência, amparado por narrativas que criminalizam coletivamente a favela e justificam operações abusivas e criminosas.

Também emergem memórias individuais de trauma, como mortes de filhos, negligência em atendimentos emergenciais e insegurança relacionada à ausência de serviços públicos básicos. Para essas pessoas, a violência não se reduz ao crime, mas inclui omissão estatal, falta de equipamentos de saúde, transporte precário, risco de incêndios e vulnerabilidades cotidianas. A violência, portanto, aparece também como violação de direitos.

Por fim, algumas narrativas articulam uma crítica estrutural mais ampla, identificando a origem do *“crime organizado”* nas elites políticas e econômicas. Essa inversão do olhar: *“a violência verdadeira está no centro”*, denuncia a hipocrisia das classes dominantes e questiona a naturalização da favela como espaço de transgressão.

Conclui-se que a percepção da violência nas favelas é complexa e abrange dimensões de cuidado, estigma, luta e sofrimento. Em vez de um lugar essencialmente perigoso, a favela é apresentada como um território que, embora vulnerabilizado pela desigualdade, abandono do Estado e pela atuação policial seletiva, cria redes de suporte e pertencimento ignoradas pelo discurso dominante.

18) Preconceito que atravessa corpos e territórios: um obstáculo estrutural

O pobre não tem valor.
O pobre só é lembrado no tempo das eleições.”
Carolina Maria de Jesus

M - *Eu acho que não deve agir assim, porque todos nós somos iguais em termos de ser, pode ter mais em termos de dinheiro. Mas, somos iguais em termos de ser humano, ninguém pode julgar ninguém só porque tem dinheiro. (Gonçalo Zarco)*

M - *Ah, o preconceito é grande. É favela, é perigoso, não sei o que... às vezes não é nem isso. Já cheguei a fazer B.O. (Boletim de Ocorrência) de ser assaltado na rua, em outros lugares e ser mais perigosos do lugar que a gente mora. Na própria delegacia: “Ah, mas que lugar você mora?”, “Eu moro na Gamboa.” “Vixi, aquilo ali é perigoso e não sei o que!” Acho que a mulher tem mais dificuldade que o homem. Pro homem sempre desenrola mais as coisas. Se vai numa festa tem que se arrumar e aquilo outro, a gente não! Joga uma roupa ou qualquer coisa e vai em qualquer lugar, a mulher já não. Quer sair mais arrumadinha... (Gamboa)*

M - *Eu acho que o preconceito existe. É só você sair na rua, que eu já vi casos de pessoas perder o namorado, o emprego... Conheço uma menina que vinha namorando um cara até ele descobrir que ela morava aqui na favela, ele largou. Conheço pessoas que foi fazer compras, fazendo crediário, sentiu que o cara tava fazendo muita pergunta por conta dele morar numa favela. Emprego também, apesar que a maioria das domésticas moram numa favela, mas a maioria esconde das suas patroas, porque já teve caso de perder o emprego mesmo, de saber que ela morava aqui e mandar embora. Apesar de ter algumas madames que sabem que as empregadas moram aqui na favela, mas isso talvez ela só venham descobrir depois de uns três ou quatro anos. É só sair na rua que vc sente que o pessoal te trata com diferença... E eu acho que a mulher tem mais*

dificuldade que o homem, na história do próprio Brasil já conta isso e a favela não é diferente. A mulher sofre mais com preconceito e tem mais dificuldade pra algumas coisas. (Gamboa)

F - *Tem preconceito na escola. Na escola, no Nadir Lessa⁵⁴, tinha um caso de um diretor que ligou um dia na casa da Francisca, meu menino tava com uns treze anos, ele não tinha livro. Ligou e, porque ele não tinha levado o livro nesse dia, ele disse que só podia ser favelado mesmo, pra estar com a criação que estava e que eu era responsável por isso. Eu acho que essas pessoas é só pra desfazer mesmo, porque tem pessoas que tem Deus no coração, pessoas boas sabem que na favela não tem gente só de baixo nível. Tem bairro muito bom aí, que tem pessoas mais ruim do que muita gente que mora aqui. Eu tenho minha menina, ela já está com 17 anos, no segundo ano e um menino com quinze que já está no primeiro. Eu nunca recebi queixas da escola, eles não andam no mau caminho. Essa é uma das favelas que não é das piores, não. É uma das melhores. Eu já morei em duas, não troco essa daqui por lugar nenhum, nem por outro bairro. (Bom Pastor)*

F - *Eu acho que preconceito existe sim. Preconceito existe até na escola. Teu filho vai estudar e você fala que é da favela, eles sempre te discriminam porque você é favelado. Isso eu não senti, mas eu tenho ouvido de outras pessoas, que às vezes as professoras dizem que fulano mora na favela, então, a gente toma aquilo pra gente. O meu filho nunca me falou nada sobre isso. Mas ele sempre foi muito terrível onde ele estudou. Sempre teve aquele problema de disciplina. Se você fala que mora em favela, as professoras vão estar falando em si que é por isso, porque mora em favela. Eu já ouvi falarem que fulano é indisciplinado porque mora em tal favela. Ouvi*

⁵⁴ Escola pública estadual da cidade de Santo André.

de mães. Eu sei que preconceito existe sim... Tem alguns que tem vergonha de dizer que mora em barraco. Eu falo por uma pessoa que morava nos fundos de minha casa e, eles trabalhava fora e dizia que tinham vergonha de falar que morava aqui. Porque eles achava que morar em barraco era pras pessoas muito mais inferior que as outras, mas eu não me acho. Eu trabalho, eu pago minhas contas, eu pago imposto, eu sou uma trabalhadora, eu cumpro com as minhas obrigação, então eu sou igual a qualquer pessoa fora daqui.
(Bom Pastor)

F - *Olha, eu acho que não. Acho que eu não tenho esse tipo de preconceito, nem nunca senti isso, de jeito nenhum. Quando você vai preencher ficha para algum trabalho, você coloca o endereço daqui? Sim, coloco o endereço daqui que é terreno cedido pela prefeitura, e nunca recebi nenhum tipo de represália, digamos assim, nem nenhum tipo de preconceito.* (Bom Pastor)

M - *Uma coisa que eu diria pra elas, é que fosse se converter, porque se eles conhecesse mais a Deus, ele ia se conhecer e conhecer o próximo, né? Esses dias eu fui estacionar o carro, lá no Brás⁵⁵ e tinha um mendigo lá que pediu pra olha o carro e eu deixei. Quando eu fui embora, dei umas moedas pra ele e quando eu fui me despedir, peguei na mão dele. Ele ficou me olhando assustado e perguntou se eu era nortista. Eu disse que era Pernambucano e perguntei porquê. Ele me disse que era porque eu tinha pegado na mão dele. Eu disse pra ele: “O que é isso? Tanto faz você ou o Fernando Henrique⁵⁶ são uma coisa só. Tudo é humano.” Então, o que eu falo pra essa turma aí, é pra eles ter um pouquinho mais de amor. Porque se o outro tá lá, sem dinheiro, e eu tô com dinheiro no bolso, se eu não puder dar*

⁵⁵ Bairro da cidade de São Paulo.

⁵⁶ Presidente da República entre 1995 e 2002.

*um prato de comida pra ele, eu também não desfaço dele...
(Bougival)*

M - ... a minha mulher sempre tem esses problemas. Porque ela fala que o favelado não tem valor, só tem os que moram na rua. Eu falei pra ela assim, que eu dava valor pra toda gente que é pobre, que nós que somos pobres, não temos dinheiro pra fazer as coisas do jeito que as pessoas da rua faz, o que nós vamos fazer? Vamos aguentar as pontas aqui do jeito que o dia que vir uma bomba que a gente não tá esperando, vamo ficar quietos aqui. (Bougival)

M - Ah, sempre existe, viu? Em relação a emprego, em compra, em fazer crediário. Inclusive um dia fui fazer compra e eles alegaram que não tinham referência pra entregar o produto. Muitos que moram no bairro tem preconceito, chama de favelado. Que em favela só existe bandido, ladrão... e eu falo pra eles que isso não é verdade, mas em relação a ser discriminado por morar em favela, nunca existiu isso daí. (Bougival)

F - Eu sei que a gente não tem que abaixar a cabeça pra esse povo. Nós tem que erguer a cabeça e mostrar que nós é nós. E pras pessoas que agem com preconceito, o que eu posso falar pra eles é assim: que isso seria uma besteira. Porque pra nós e pra eles, se um dia, quando nós morrer, vamos tudo pra um lugar só e preconceito não leva nada à frente. Tem gente que mora aqui na frente e tem preconceito com quem mora lá atrás. Foi preciso eu tirar essa imagem de muitos aqui da frente, porque eles achavam que se a prefeitura fosse tirar a favela, os da frente iam ficar e lá, não. Eu puxei uma reunião pra esclarecer que se sair, sai todo mundo: que o que tá num barraco caindo aos pedaços sai, mas o que tá na casa de bloco também sai. E eu já ouvi pais falando pros filhos: “se eu te pegar lá no fundo, naqueles barraquinhos, eu vou chamar a polícia”. Tem gente que lá na rua tem vergonha de falar que mora na

comunidade. Porque eles acham que a imagem das pessoas que estão na favela é discriminada. (Gonçalo Zarco)

F - *A família do meu marido tem. A minha não tem, mas a parte do meu marido tem. Preconceito em relação a nós, que nós mora numa favela...Eu acho que eles são egoístas. Porque se eles podem morar lá onde eles moram, eles que morem lá. A gente mora onde a gente pode...eles acham que a gente não devia ter vindo morar na favela, a gente devia ter continuado onde a gente tava... eles têm condições e cada um tem a sua casa e nós não tem a nossa casa, nós sempre pagou aluguel...quando foi pra mim entrar na Uniban, que era pra mim trabalhar na limpeza, minha encarregada morava na minha rua, ela que arrumou pra mim, ela falou que não podia falar que eu morava na favela, eu tinha que dar o endereço da rua, não da favela. Ela mora na mesma rua, na onde que eu moro...Não era para mim falar que morava na favela...Nesses 4 anos que eu fiquei lá, eu nunca falei pra ninguém onde eu morava, depois que ela saiu, aí que as meninas, as minhas colegas queriam vir na minha casa, vir ver, aí que eu falei pra elas que eu tinha mudado, que eu não morava mais... Morava na favela, que eu tinha comprado um barraco, falei que era barraco na favela. Elas falava: “mas, nós não me importa, se pode morar onde quiser, o que importa é sua amizade”. Foi só na Uniban? Só. Mas, foi pela minha colega, não foi pela escola não, foi pela minha colega. Mas se ela avisou a senhora, ela já conhecia e sabia que se a senhora falasse isso, talvez até não fosse contratada? É. No jornal, telejornal da televisão? Acha que trata com preconceito? Eu acho que sim...Ah, eu não sei explicar direito, mas que eu acho que trata, trata. Senhora sente isso? Sinto. (Gregório de Matos)*

M - *Preconceito rapaz, deixa eu ver..... Na época que eu entrei na Cofap, eu não, eu não lembro que eles exigissem de mim, se eu morava em tal lugar ou não, sei que eu dei o nome da Gregório de*

Matos, falei que morava num terreno da prefeitura e fiquei lá esse tempo todo trabalhando, sai de lá, eu acredito que seja por causa do problema de saúde, que se sabe que quando o cara tá trabalhando, ali certinho, fazendo hora extra e precisa do emprego, o cara tá, o patrão... Mas, se deu problema de saúde já... Não só comigo como outros tem acontecido... É, tem empresa que por causa do fato do cara morar, na favela, tem empresa... Não to citando que o caso seja a minha, mas a Maria se falou, pode também tá correto que tem empresa que falou que se você mora em tal lugar, não é bem visto como da parte do, como é que fala? Do bairro. (Gregório de Matos)

M - *Eu diria assim... Como que eu queria explicar melhor... É por que as vez eles num tem com que de morar lá fora, na casa que nem, um monte tem. Eu acho que é por que a pessoa que fala isso às vez pode fazer a casa fora, num bairro, por isso que eles fala assim. Teve dinheiro pra comprar, né? (Gregório de Matos)*

F - *Eu sinto preconceito que o povo tem da favela. Se a pessoa vai procurar emprego e fala que é da favela, é muito difícil que a pessoa dê o emprego, há não ser que se pegue um endereço de fora. Inclusive até quando eu estudava no EMEI, a professora falou que já veio aqui, mas não falou nem o lugar, ela falou assim: “Eu já fui naquele lugar, naquele lugarzinho que eu tava indo agora.” Eu fiquei calada, não falei nada, mas, achei que nessa parte aí foi preconceito. Ela chamou a comunidade de “aquele lugarzinho” ... Eu não vou falar pra você que eu não tenho um pouco de preconceito de chegar nos lugar e falar que eu moro numa favela. Eu tenho e sou muito criticada. Mas, o preconceito não é da senhora, né? É de fora pra senhora. De mim também. Se as pessoas pergunta onde eu moro, eu acho aquela palavra tão pesada, dizer que eu moro na favela, de ser criticada. Que as pessoas que mora em favela, quer ou não queira não tem valor pra essas pessoas que moram fora, essas pessoas que tem casa, que tem sua casa. Nós*

não temos muito valor pra eles, somos muito criticados por isso... Eu sei que tem muitas pessoas aqui na favela, que nessa parte de preconceito de cor, tem, dos negros. Mas, eu não tenho nem um pouco de preconceito por ser negra, minha família ser negra. Eu não sinto isso. Eu tenho orgulho de ser negra. Algumas pessoas agem com preconceito sim, aqui dentro e fora. Queira ou não queira tem. Mas, eu perto de uma pessoa branca, pode ser loiro, eu não acho nenhum tipo de diferença dele pra mim. Eu não tenho mesmo esse preconceito. Eu sempre falo assim que eu gostaria de ser mais preta, mais escurinha mesmo. (Homero Thon)

F - *...Tem gente da minha própria família que deixou de vir na minha casa depois que eu vim morar aqui. Se sente da própria família e da onde você vai. Por exemplo, eu tenho um filho deficiente auditivo, ele fez fono (fonoaudióloga) doze anos e, eu nunca falei que morava na favela. Porque é um lugar que era muito cheio de gente e sempre tinha alguém falando de favelado: “olha, aconteceu isso, isso e isso. Foi na favela”. Ele terminou de fazer fono esse ano, porque o convênio não paga mais. Você sabe de onde surge isso? Ah, surge no dia a dia, você vai em ônibus, vê esses comentários, às vez jornal e televisão contribui pra isso, às vez não. Mas, a pessoa que mora em terreno de favela sempre tem o preconceito. Queira ou não queira, tem, por mais melhoria tenha naquele núcleo. Muita gente tem preconceito, muita gente mesmo. Então, eu não gosto de comentar muito em lugar estranho, eu fico lá, só na minha. Meu marido já não gosta, já fala que é ruim morar na favela. Eu não falo, pra evitar comentário. Você vê que é gente diferente da gente, que mora numa casa mais alta... Eu mesma sinto, me sinto diferente. Mas, vamo vê até onde vai. (Homero Thon)*

M - *Preconceito tem. Existe. Mas, quando a gente chegou aqui em 1981, eu tinha doze anos. A gente morava em Osasco, tinha mercearia, tinha carro, casa. Foi uma mudança muito brusca, de ter*

um patrimônio, uma vida razoável, não vou nem dizer classe média, mas a gente vivia bem. De repente, você cai num barraco que alaga, busca água num balde, uma só torneira pra toda comunidade. Mas, há males que vem pra bem. Isso fez a gente batalhar mais ainda e eu tenho orgulho da onde eu moro. Tem preconceito. Eu trabalho com desenhos, então presto serviço pra muita gente, desde a alta classe, até classe média e pobre. Então, sempre a pessoa pergunta qual é o meu endereço e eu dou o endereço pra carta e digo o endereço que moro. Tem preconceito, mas eu aprendi a lidar com isso, aprendi a ter orgulho da onde moro. Porque, se você não tem orgulho das suas raízes, você não vai ser ninguém. Não são minhas raízes, mas eu sou pobre e tenho que conviver com isso. Ou aprende a viver ou muda daqui. Pra mudar, não dá. Então, tem que aprender a viver com isso. Dá aquelas cartadas, tipo o cara pergunta pra você: “Você mora aonde?” (faz voz chorosa, de coitadinho) “Ah, eu moro na favela”, não! Tem que dizer assim (faz voz forte, impositiva) “Eu moro na favela cara, e tenho orgulho.”, pronto! Acabou. O cara já não fala mais nada. De resto, só tá faltando alguns projetos. A iluminação foi colocada após algumas batalhas, precisa pôr asfalto, e falta o pessoal olhar mais pra cá. Mas, isso depende mais da gente. (Homero Thon)

M - *Outra coisa, quando a pessoa me pede o endereço, eu não tenho vergonha de dizer onde eu moro, mas a gente costuma dar o endereço da Pedro Américo (Avenida próxima), porque é o endereço que vem carta. Também, você às vezes tem vontade de dizer que é casa de alvenaria, mas você não pode dizer que é casa de alvenaria, tem que dizer que é barraco, porque não tem nome, nem documento como casa. (Homero Thon)*

M - *Não tem. Graças a deus não tem. Eu não sinto. Eu sinto um pouco assim: alguma pessoa que tem, empina um pouco o nariz. Eu já fui pior do que eu sou hoje: eu trabalhava de manhã, pra comer*

à tarde. Minha família era assim, hoje eu não sei como que tá. Eu fui lá três anos depois que eu sai. Eu tinha duas irmã, uma que veio comigo pra Bahia e lá morreu. Eu tenho uma irmã que tem meu endereço daqui, minha mãe também. Meu pai faleceu há três anos. Eu tive notícia pela minha primeira mulher, ela mandou notícia pra mim que meu pai tinha falecido. Minha mãe eu não tenho notícia. Se a firma me der férias esse ano, eu tô com vontade de ir lá. Minha mãe eu não sei se tá viva ou tá morta, ninguém manda notícia. Eles têm meu endereço, que toda vida foi aqui. Eu vou lá se deus quiser esse ano. Mas, minha mãe deve de tá viva, porque notícia boa não vem, mas ruim, vem. Veio a notícia de que meu pai tinha falecido. (Homero Thon)

F - *Ah, na minha opinião eu acho que elas estão completamente erradas. Aqui na favela, a gente mora aqui porque não tem oportunidade, condições de ter um terreno lá fora. Mas, todas as pessoas que moram aqui também são cidadãos: trabalham, pagam impostos igualzinho a turma de fora. Isso é um grande preconceito que deveria mudar. Talvez lá fora tenha mais do que aqui e, eles aprontam lá fora e vem se esconder aqui, pra dizer que é aqui que tá o erro, não enxerga o próprio erro, às vezes dentro da própria casa. (imagens da tv sobre as favelas) Sempre mostram a favela com preconceito, sempre mostrando só violência, nunca mostra nada de bom... Olha, eu não senti preconceito e também não escondo que eu moro na favela, eu trabalho em Santo André, São Bernardo, vários lugares. Mas, todo lugar que eu trabalho o meu endereço é certo. Se a pessoa me quiser, confiar na minha pessoa e não na onde eu moro. Porque eu sempre tive isso comigo, nunca escondo aonde eu moro, o que eu faço, tudo pra mim tem que ser bem às claras, agora, se a pessoa não quiser, problema é dela, também não vou brigar, não vou insistir, mas também não escondo o que sou e nem o que faço. (Jardim Primavera)*

M - *Tem alguns preconceitos, tem gente que fala que fulano mora ali na favelinha, quando roubam um carrinho falam que foi lá do Primavera que roubou – o que não é verdade. Não vou falar que o Primavera é o céu, porque daí não é verdade. A gente tem lá nossas ovelhas negras do primavera, mas a gente tem um privilégio aqui, que bandido não fica muito tempo aqui, eu não sei por que, mas não fica. Discriminação existe, não tenha dúvida. Vou dar um exemplo de discriminação: quando você vai comprar um crediário, e diz onde você mora, no Primavera, a pessoa logo pergunta se é bairro. Eu já falo descaradamente: é favela e não tem CEP. Daí já vem uma conversinha (ele imita uma voz fininha fazendo uns resmungos, dando a entender que a pessoa não quer enrolar o cliente e não efetuará a venda pela condição de morador de núcleo de favela). Mas, também tem o outro lado: tem coisa que você vai comprar e eles marcam visita pra te mostrar o produto, você fala que mora na favela, quando eles vêm, tomam um susto, porque esperam encontrar um lugar feio, cheio de barraquinhos, ruínas apertadas e quando chegam, encontram casas feitas, ruas abertas, tudo iluminado, eles dizem que a gente mora no céu. Isso aqui é um dos meus maiores orgulhos. Esse aqui é o meu sexto filho. (Jardim Primavera)*

M - *Eu diria pras pessoas se unirem mais, serem mais humanas. Não todas as pessoas, mas as pessoas que pensam que moram na comunidade não são pessoas dignas, mas são todas pessoas de origem que veio do Nordeste. São pessoas que as vezes tem condição até melhor do que as pessoas que veio lá do Nordeste dele. Eles vêm procurar um futuro aqui em São Paulo. E o primeiro lugar que eles vêm? Vem procurar as comunidades, porque é aonde tem as pessoas mais simples e é aonde eles conseguem moradia, assim como eu consegui e tantas pessoas conseguem. Pra mim, é um local digno de morar. Se o cara é bom caráter na rua, aqui ele é mesma*

coisa. Não interessa onde ele mora. Se o homem é honesto, ele é honesto em qualquer lugar. Tanto faz ele morar na rua ou aqui dentro. Essas pessoas não podem julgar só as pessoas que moram na favela: “ah, não presta! Ali só mora vagabundo. As pessoas que tão ali não prestam.” Acho isso aí errado. Se elas mudassem um pouco o modo de pensar, as coisas seriam mais fácil. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Realmente, nós sentimos, temos esse problema. Isso onde você vai, você tem até vergonha de, conversando, alguém perguntar onde você mora. Você fala e percebe, sente a reação da pessoa muito diferente. Eu sou evangélico e tinha alguma fitas gravadas de moças evangélicas, tinha muitos convites pra cantar nas igrejas por aí, o pessoal te tratava de uma forma. Na época eu não tinha carro, hoje eu continuo sem carro, mas tenho um lugarzinho pra trabalhar. As pessoas diziam que iam me levar na minha casa, me trazia, se convidava pra tomar um café na minha casa, daí perguntavam se eu morava aqui e cabô os convites pra eu cantar na igreja deles. Até no meio dessas pessoas você sofre o preconceito, principalmente, o pessoal da rua, do bairro. Já tive problemas com pessoas aí, passei bastante nervoso, do rapaz encrencar porque deixamos o carro na frente da garagem dele, com a garagem livre, mas ele não queria que deixasse em frente à casa dele, na rua. Ele falou que ia chamar a polícia e tudo. Isso porque o senhor mora aqui? Exatamente. É porque outras pessoas, colegas de rua dele, que tem suas casas particular, colocam o carro onde quer e não tem problema. O preconceito é exatamente em cima da gente. A gente ouve que moradores da nossa rua próxima, que conta de luz, de água – que aqui a gente paga a taxa mínima – a gente tá cansado de ouvir que eles dizem que se mata pra pagar as contas, paga imposto, paga isso, paga aquilo e paga a conta de luz desses favelados. Isso porque a conta deles não é a taxa mínima. “Eles usam como quer, quanto*

quer e paga uma taxa mínima. Nossa conta de luz vem alta por causa deles e a gente que tem que pagar.” Mas é tão discriminado, que eu tava ouvindo ontem no ‘Ratinho’, aquela moça que faz baile lá no Rio de Janeiro, ela criticando uma outra moça, dizendo que era uma favelada... Poxa, na televisão falar um negócio desses?!?! Interessante... Um dia eu estava na Santa Casa, esperando pra passar numa consulta e dois senhor saíram pra fumar um cigarro. Eu saí e sentei perto deles e, precisa ver eles conversando, os papos que saiam justamente sobre o pessoal da favela. É uma discriminação terrível. Falaram de uma briga que teve na favela perto da casa de um deles, de um casal que discutiu, mas que também, essas mulheres de favela tinham dois, três filhos: um de um pai, outro de outro. Eu saí de perto deles, porque se eu for falar alguma coisa, vou entrar num debate aqui com eles e vai ficar ruim. E, pra procurar emprego, o senhor já teve alguma dificuldade por causa disso? Eu não tive, porque justamente, eu não dou o endereço do meu barraco. Então, tem uma casa que a gente já conversou com o pessoal, pra dar endereço de emprego, pra firma. Sei que a gente dá o endereço da Dona Elza, da casa da frente, mesmo porque fica mais fácil localizar a gente. O senhor tem filhos que está na escola? Três. O senhor já percebeu alguma diferença entre professor, diretor ou colega deles, porque moram na favela? Não. Nunca percebi. Geralmente minha esposa que vai nas reuniões. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *...Meu moleque já teve amigo que estudou com ele e perguntou onde ele morava e depois disse: “ah, mas você mora em favela, puxa, mas eu moro em casa, meu pai tem carro novo...” O moleque deve ter uns 10 anos, mais ou menos. Daí você tira onde vai. Tem muita escola aí, que os outros colegas olha até o tênis do outro colega pra ver se tá sujo. Se o tênis tá sujo, eles já dizem que mora em comunidade de favela. Aqui onde mora meus irmãos, na*

Heliópolis (São Paulo), tem muito disso aí. Sapato sujo, morador de favela...Pra emprego eu tive, sobre endereço. Eu trabalhava com um cara e ele era o líder da seção. Ele passou pra mim: “uma, vocês vêm do Norte, vocês não estudam, são tudo burro, porque vocês não são igual a mim? Eu tenho terreno próprio. Vocês não, são morador de favela.” Eu falei pra ele que se eu tivesse condições, eu comprava um terreno. A gente mora em favela, praticamente obrigado. Já tem outros, que são de alto nível, conveve com você e respeita você como ser humano, como qualquer um outro. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

F - *Acho que tem muito, a maioria trata a gente diferente: “são favelados, vagabundos.” (sobre violência) Aqui é menor. Não é como fala na tv. Existe o preconceito. Tem gente que entra em uma favela com medo. Eles têm medo da gente. A mulher sofre mais preconceito que o homem. Sofre. Porque tudo é a mulher que resolve. (Pintassilgo)*

M - *Tem preconceito muito grande. Quando a gente fala que mora em favela, somo excluídos da sociedade, principalmente na Pintassilgo. A pessoa sai de perto. E, se for pra vir em nossa casa, eles saem de perto da gente. Quanto ao emprego também: se você fala que mora em uma favela, ninguém admite vc. É tido como vândalo. (Pintassilgo)*

F - *Vou, chego em qualquer lugar, espaço público, as pessoas dizem: “como você pode morar em um lugar desses?”. Mas, aqui já foi violento, hoje não é mais. É tranquilo. No meu ponto de vista, por morar em uma favela, o homem sofre mais preconceito. (Pintassilgo)*

F - *Não, mas eu sei que tem preconceito. Tem pessoas que moram aqui e não falam que moram na favela, no barraco. Eu não acho que é vergonha você morar em um barraco. Se ele for limpo, organizado, não é vergonha. Lá fora tem gente que discrimina. Uma vez uma*

pessoa falou que mora no Núcleo Habitacional Pintassilgo. Eu falo que moro na favela Pintassilgo. (Pintassilgo)

M - *...a mulher na favela, se ela fizer uma coisinha o pessoal aumenta uma estória bem grande. Acho que é por aí a discriminabilidade da mulher. É sobre isso, não pode sair um pouquinho que o comentário vai ao longe. A discriminação é muito forte. A gente hoje, não pode tá discriminado as pessoas, porque o que ela faz, a gente tem que ver pelo que ela é, não pelo que ela faz. (Jardim São Bernardo)*

F - *Acho que tem muita. O povo discrimina muito a mulher, qualquer coisinha que faz já é uma dor de cabeça. E a mulher leva mais fama que o homem. (Jardim São Bernardo)*

F - *Bom eu acho que existe muito preconceito sim pra quem mora no núcleo que se chama favela, principalmente para arrumar um emprego, se é uma moça, ela pode ter boa aparência que for, pode andar bem, com uma boa roupa trajada, mas sempre tem um que fala: “onde você mora?”, “traz seu endereço”, “dá seu comprovante de residência”, sempre eles vão discriminar porque mora em favela. Às vezes, aquele serviço pode até ser praquela pessoa, mas como mora em favela, até abandona o currículo daquela pessoa, porque mora na favela é favelado, é maloqueiro, porque você sabe que quem mora dentro de uma favela é visto, geralmente, por esse lado: é maloqueiro, as meninas é zoeira, pode ser até família de bem, porque tem muita família de bem que mora aqui dentro, mas, só que é esse porém aí, pode ser a menina que for, eles acha que é tudo igual, o rapaz é a mesma coisa, ou é a coisa da droga, sempre discrimina por aí. E, na escola, sempre teve aquele probleminha do piolho, às vezes, a criança vai na aula mal vestida, porque o pai e mãe não tem aquelas condições de tá todo dia trocando uma roupa descente, bonitinha na criança e tem a discriminação, sim, do morador de favela nessa parte. Às vezes, eu saio pra procurar*

emprego e eu falo onde moro e as pessoas falam que não tá precisando, mas, na minha cabeça já é aberta que eu moro dentro de uma favela. Mas, existe discriminação sim, quem mora em favela passa por isso. (Jardim São Bernardo)

M - *Eu não cheguei a para pra pensar nisso, porque eu acho que preconceito existe em todos os lugar, todos os momento existe isso, só que até agora eu não dei de cara com esse problema, não. Não assim, igual o problema que ela tá falando. O preconceito mesmo que existe, eu não cheguei a encarar ele. (Jd. São Bernardo)*

F - *Ah, eu acho que existe mesmo, mas até aqui dentro da onde a gente mora, existe. Chama a gente de favelado... Esses dias eu tava dormindo e escutei “esses nego favelado, morto de fome”, porque fica xingando? Eu falo que fica xingando a gente, né? Meu Deus do céu, pra que isso? Eu falo, somos todos iguais, ninguém sabe o dia de amanhã, não é verdade? Mas, é só isso que eu tinha pra falar, que existe, existe! (Jardim São Bernardo)*

F - *Eu já começo de casa. O meu marido mesmo, ele é branco, nojento, ele mesmo me chama e diz que o sangue meu é mais preto do que o dele. Já começa de casa...Isso que eu falo pra ele. Eu é que limpo ele. Ele também é paulista. Ele chegou na minha casa e era que fazia com ele, como se fazia como uma criança, a maior sujeira. E, mesmo com essa corzinha que eu sou, eu é quem cuido da limpeza dele, e ele acha que o meu sangue é mais preto que o dele. Então, eu acho que o preconceito comigo já sai de casa...Eu nasci em São Paulo, mas sou filha de Baianos...Minha mãe acho que era de Macaúba. (Jardim São Bernardo)*

F - *Acho que quem mora em favela é difícil arrumar emprego. Eu tenho duas filhas moças, que tão desempregada, eu também, a gente faz um currículo, leva num canto, aí, conforme vê o endereço,*

eu acho que é porque a gente mora em favela, sou negra, acham que a gente não precisa de trabalho, porque não é bonita, não é de presença... eu acho que as pessoas são muito orgulhosas. (Jardim São Bernardo)

M - *Não só de mim, mas creio que de toda essa comunidade que mora aqui, pra tudo isso há uma discriminação, quando eles citam alguma coisa em relação à luz, que nós não pagamos, eles ficam discriminando, ameaçando, mandando a Eletropaulo. Existe uma discriminação. Você vai abrir uma conta no banco, precisa dar nome de avenida, dar nome de vila, que não corresponde à nossa. Hoje, já tá desenvolvendo mais, porque você vê, que mesmo sem um endereço fixo, o pessoal já conhece os pontos estratégicos onde você tem que deixar correspondência... (Vista Alegre)*

As falas dos moradores revelam as múltiplas dimensões do preconceito vivenciado no território da favela, onde a vida cotidiana é atravessada pela luta constante por dignidade, reconhecimento e resistência frente às desigualdades estruturais. Nesse contexto, o preconceito opera como uma fronteira simbólica que separa o “nós” do “eles”, contrapondo a favela à chamada “cidade formal”. Nesse contexto, o preconceito produz exclusões que se somam às desigualdades de gênero e raciais. Essa lógica se apoia na culpabilização da população favelizada por sua própria pobreza, tratada como resultado de falhas individuais, o que invisibiliza os fatores históricos, econômicos e políticos que produzem a desigualdade urbana.

De modo recorrente, as narrativas indicam que o endereço se torna um marcador social de inferioridade: morar na favela é, por si só, um estigma. Essa estigmatização se manifesta nas relações de trabalho: “*não consegui emprego por morar na favela*”. Na escola:

“teu filho é favelado, por isso não tem disciplina” e nas interações cotidianas, inclusive nas instituições públicas: *“na delegacia já julgam o lugar onde moro”*.

As mulheres, em especial, aparecem nas falas como as mais vulneráveis à discriminação sobrepostas, por gênero, raça, classe e território. Enfrentam o preconceito não só pelo lugar onde moram, mas também por serem mulheres, mulheres negras e pobres, em espaços de trabalho e sociabilidade estruturados pelo patriarcado. O relato de que *“a mulher tem mais dificuldade que o homem”* ecoa essa sobrecarga, revelando uma sobreposição de desigualdades que impede a plena efetivação da igualdade de gênero (ODS 5) e da redução das desigualdades (ODS 10).



Favela de Santo André. 2002.

A dimensão racial também atravessa as falas, ainda que nem sempre de forma explícita. Há referências diretas ao racismo: *“meu marido diz que meu sangue é mais preto que o dele”* e o medo e a vergonha de afirmar a cor ou o território: *“tenho vergonha de dizer que moro na favela”*. Essa vergonha internalizada é um reflexo da colonialidade do poder, que hierarquiza corpos e espaços, e está diretamente ligada à persistência das desigualdades raciais e

territoriais nas cidades brasileiras representando um desafio para a promoção de cidades inclusivas e sustentáveis (ODS 11).

Apesar disso, emergem também vozes de resistência e orgulho, como nas falas: *“nóis tem que erguer a cabeça e mostrar que nós é nós”* e *“eu moro na favela, e tenho orgulho”*. São expressões de uma consciência coletiva que reivindica pertencimento e humanidade com elementos que reconhece como formas capazes de produzir novas práticas de solidariedade afirmando o seu lugar no espaço urbano.

Em síntese, as narrativas evidenciam que o preconceito não se restringe a atitudes individuais, mas constitui um fenômeno cultural e estrutural, enraizado nas heranças do colonialismo, nas lógicas de urbanização excludente e na reprodução histórica das desigualdades no Brasil.

Essas dinâmicas impactam diretamente as condições de vida e saúde da população favelizada, ao produzir adoecimento, limitar o acesso a direitos e naturalizar a precarização. Compreender a favela como território de sobrevivência é reconhecer que nela se concentram disputas centrais pelo direito à vida, à saúde e à dignidade.

19) - Escolarização, alfabetização e desigualdades educativas

“Eu queria estudar, mas a pobreza não deixava.”

Carolina Maria de Jesus

F - Tem muito adulto que não saiba ler, nem escrever aqui na favela? *Olha, eu acredito que essa seja uma minoria. Mesmo porque, alguns adultos aqui, hoje, já estão cursando a sétima, oitava série, desde que começou aqui o curso de educação para adultos. Então, o pessoal se entusiasmou muito e foi procurar sim a escola, e hoje estão numa escola estadual e, somente algumas pessoas, que por*

algum motivo não quiseram continuar na escola, infelizmente, não quiseram ir. (Bom Pastor)

M – Analfabetismo é zero. Todo mundo aqui é escolarizado. Os adolescentes todos sabe ler e escrever. Os adultos apenas o nome, mas todo se assina. Mas, alfabetizado mesmo, sabendo ler e escrever, tem muito adulto que não sabe? Alguns, tem alguns que tem. Não todos. Eu arrisco uns 10% que não sabe ler. (Bom Pastor)

M - *Eu fui quando eu era pequeno, lá em Pernambuco, de lá pra cá, nunca mais fui. Uma vez a professora deu com a palmatória no meu braço, no braço que tava desocupado e aí eu dei na cara dela. Depois disso, eu nunca mais voltei numa escola. E hoje o senhor não quer voltar pra escola? Não. Acho que hoje eu já não aprendo mais nada, não. O que eu mais queria era dinheiro... pra comprar uma casa boa, fora da favela. Mas, com o que eu ganho, não dá pra comprar nada, não. (Bougival)*

M - *Lá em Pernambuco eu fiz o primário, mas eu parei porque na época meus pais não tinham condições pra eu continuar estudando. Naquela época tinha que fazer exame de admissão pra continuar o ginásio e meus pais não tinham, era longe. Aí, tinha que trabalhar também, ajudar em casa, então parei e, daí por diante, fiquei parado. Porque tinha que trabalhar? Ou achava que não tinha mais idade pra aprender? Ele (referindo-se ao entrevistado anterior) levou palmatória, né? Eu batia nos meus colegas. Antes existia um negócio chamado argumento, né? Que, por exemplo, a professora vinha e perguntava pra você, você não respondia, daí, ela perguntava pra mim, e eu respondia, era você que apanhava. Castigo eu já levei, mas palmatória nunca... e até que oportunidade tá surgindo, inclusive essa semana, minha esposa comentaram pra eu fazer a matrícula no supletivo, mas, existe um tipo duma canseira, porque a gente trabalha durante o dia, à noite dá uma*

canseira, que a gente só quer “pegar o berço”. Não aguenta mais.
(Bougival)

M – *Você estudou até que série? Primeira série. No meu tempo era até a quarta série. Não tinha esse negócio de oitava série. Passava pra quinta, acabou.* Tem muito jovem, adulto ou idoso que não sabe ler nem escrever aqui na comunidade? *Ah, eu acho que tem.*
(Gonçalo Zarco)

F - *Eu fiz só até a quarta série. Foi aqui em Mauá que eu estudei, quando eu vim da Bahia eu não sabia ler, eu aprendi aqui. Antigamente chamava MOBREAL, né? Eu estudei no Mobral. Parece que eu tinha quinze pra dezesseis anos. Terminei. Que era só até a quarta série, né? Eu parei.* Depois não conseguiu voltar a estudar? *Não, eu também não quis mais. Ah, era muito difícil. A gente trabalhava, fazia tudo, aí, né... Não dá, aí não dá. Eu tinha que decidir: ou trabalhar ou estudar. Se eu tinha que me manter, eu tinha que trabalhar. Faz 20 anos isso aí.* Na família da senhora, ou nas pessoas aqui da comunidade, a senhora sabe se tem muita gente que não sabe ler nem escrever? *Ah, tem muita.* E por que esse pessoal não estuda? *Ali mesmo no Maracanã, nós fomo faze as inscrição pras crianças pra entra no projeto, tinha mãe que não sabia assinar o nome. Isso. Tinha mãe que não sabia de assinar o nome.* (Gregório de Matos)

M - *Eu estudei rapaz, até o terceiro ano só. Lá no Paraná. Depois disso eu estudei, depois fiz MOBREAL também, igual a Maria falou.* O senhor estudou quando criança? *Não, eu tava aí com mais ou menos 20 anos. A primeira vez eu tava na faixa de 10 anos. Aí meus pais, a gente tocava lavora, se apertou e: “Vamo meu filho, não dá pra estuda porque tal, tal, tal, tal...” É aquela estória de quem é lavrador, né? Tinha a colheita de café, tinha que carpir, então naquela época saiu daquela escola que a gente estudava durante o*

dia, chegava e ia direto pra lavora, aí depois, com o tempo eu passei a fazer o MOBREAL. Aí fui fazer o MOBREAL. Acho que foi até... Não é o supletivo que eles fala hoje... Terminei. Peguei diploma e tudo. Na época eu tava na Cofap, até surgiu estudo, mais, com a gente com aquele baruião, não, não... Sabe que aconteceu lá, seu João trabalhou também na... Não sei que parte, que setor trabalhou seu João, mas... A gente fica com aquele baruião na ideia, não consegue concentra lá pra faze. Mas a escola na Cofap era depois do trabalho? Era dispois. Às vezes, dependendo do horário que a gente trabalhava. Ficava indisposto pra estudar, cansado...É que eu trabalhava na fundição, né, aquele baruião tudo...Hoje até um dia desse minha esposa tava falando, se você quisesse vorta a estuda, tem muita gente estudando. Que nem eu vejo aí, aqui tem seu Manoel, o vizinho da gente... Vizinho não, mora na comunidade da gente. Acho que o primo do Elias, colega da gente também. Enfim, só que hoje a gente chega, faz o dever que nem eu citei antes, que eu trabalho no projeto Criança Cidadã, e acho que não tem mais aquele ânimo de estudar que nem era de antigamente. (Gregório de Matos)

F - *Quando eu era nova eu tive chance de estudar, mas quando eu era nova, eu tava na escola, eu brigava, eu só aprontava, não aprendia a fazer lição. Gostava pra brigar. Eu não tinha aquele jeito pra estudar mesmo. Só ia lá pra brigar, bater nos moleques. Eu achava chato porque a professora brigava, pedia algumas coisas que a gente não sabia e falava que a gente tinha que aprender, se esforçar e eu não queria saber nada daquilo. Então, eu resolvi não ir mais. Então, eu não sei nada, sou analfabeta. Eu conheço todas as letras, mas não sei juntar pra dize os nomes. Se tivesse uma escola aqui perto eu queria, agora pra sair pra fora, não saio não. Porque é noite, minha filha tá trabalhando e eu tô com meus dois netos, então, não dá pra eu estudar assim. Aqui dentro dá. (Haras)*

M - O senhor sabe ler e escrever? *Sei um pouco. Não tive oportunidade, condições. Quando eu era pequeno, na roça não tinha, porque era lugar longe da cidade... Se tivesse eu tinha estudado. Depois que eu vim pra qui, eu estudei até uns... Tem uns seis anos que eu parei de estudar. Fui até a quarta série só. Terminei, mas não aprendi nada. Ler até que eu leio alguma coisa, coisa que eu enxergo, né? Mas, pra escrever... Se eu ficar nervoso, nem meu nome direito eu não faço. Agora, ler, eu leio. Mas, escrever eu sou ruim, mesmo. Porque a cabeça não dá mais. Eu saí da quarta série e passei pro grupo (escolar), chegava todo dia com uma dor de cabeça ... Mas, o senhor enxergava direito? Tinha problema de vista? Agora tenho, mas aquele tempo não. Mas, a dor de cabeça, por quê? Ah, a gente véio, no meio de molecada, já viu, né? Era misturado. Os moleque fazia a lição primeiro e começa a zoar, aí ... Mas hoje, se tivesse um curso pra adulto, o senhor se interessaria? Ah, só se fosse perto. Pra mim não é mais importante, não. Tá muito bom assim. Eu não me interessei mais, não. (Haras)*

F - *Eu sei um pouquinho, mas estudei até o primeiro ano. Não tinha chance de estudar. Quando eu era novinha, eu ficava com cinco crianças, era roça. Botava a gente pra estudar no verão, no inverno tirava. Eu aprendi um pouquinho porque eu me esforcei, senão, não sabia de nada. Aí parei de estudar e nunca mais estudei. Não deu certo mais. Não tive oportunidade. Depois dos irmãos, fui cuidar dos filhos. Você gostaria de voltar a estudar? Porque você acha importante? Gostaria. Eu acho muito importante. Sinto falta. Toda hora que eu quero fazer alguma coisa mais difícil. Sei lá, não sou cega, tapada, que não sabe das coisas. Mas, não estudei suficiente pra saber das coisas. Eu sou analfabeta. Nos meus documentos eu sou analfabeta. Eu sei criar criança. Olha aqui. Tô criando o neto. Eu sei sobreviver. Tem muita gente que estudou e não tem cabeça, né? Mas, eu gostaria de ter estudado bastante. Eu fiz um curso na ETC e*

passei. Estudei seis anos. Mas, a gente não sabe bem. Hoje, que horas você sente dificuldade em não saber ler e escrever? Quando vai na escola, vai ensinar criança. Muita leitura de um livro a gente não sabe, né? Pra tomar ônibus, pra ir no mercado? Ah, isso eu sei. Eu consigo ler um pouco, mas não consigo escrever. Eu consigo escrever um pouco, mas aquilo lá, não é muito útil. Leio aquilo que é necessário, faço umas continhas, mas eu gostaria de ter estudado bastante. Nenhum de nós, dos meus irmãos, estudou. Estudaram aqui. Tem um que é encarregado de obra da prefeitura. Mas, lá, ninguém teve chance, não. Se eu tivesse chance, eu tinha, uai? Porque quando vim pra cá não dava mais. Fui trabalhar. Hoje quem sabe, né? À noite, pode ser... Tinha vontade que fosse uma escola pertinho. Não dá pra sair, não. O marido chega tarde, seis horas, pra eu sair as sete, não dá, né? Tem que dar janta pra ele. Sei lá, fica uma bagunça. Mas, ele não poderia fazer a janta pra ele? Pode ser, que eu deixe pronta e ele esquentar. Se eu decidir, eu estudo, né? Acho que também, sei lá, a gente não dá uma chance pra gente mesma. A gente cuida dos outros e esquece da gente. Eu acho isso de mim. Eu cuido mais deles (referindo-se aos netos), eu gosto mais do marido e eu não cuido de mim. Eu acho que eu não cuido de mim de jeito nenhum. Sei lá, viver mais descansada, cuidar mais, me arrumar mais, mas a gente vive sem tempo, né? Já passou. Já passou o quê? O tempo. Não tem mais. Acho que tá ficando tarde. Eu tenho 52. Já envelheci e pronto... Gente, eu quero ir embora!!!
(Haras)

F - *Há, eu voltei a estudar, estudei três anos, mas desisti. Eu fiz até a quarta-série. Porque é muito corrido. Eu tinha um menino pequeno, ele vai de manhã pra escola, ele fazia tratamento, então eu desisti. Pretende voltar? Gosta de estudar? Ah, eu não gosto muito de ler, não.* (Homero Thon)

M - *Eu não estudei, não tenho leitura nenhuma, só estudei até o primeiro ano, até a metade, porque minha família sempre foi muito pobre e meu pai, eu não tenho raiva dele porque ele me botou no mundo e me criou, mas ele dizia que eu não merecia estudo, que estudo é pra vagabundo, na época dele. Que eu tinha que ir pra roça, de enxada na mão, arrancar toco, pra sobreviver. O que eu tenho aqui foi por causa do meu suor. Eu não tenho documento, mas eu suei. Eu entrei na escola no ano passado, estudei na base duns seis méis, mas a cabeça não dá mais. A preocupação é muita, a preocupação sobre dentro de casa. E eu tenho um problema na vista que as letra embaraia, eu vô lê, dói a vista e dói a cabeça. Eu larguei a escola, não sinto mais dor de cabeça. O senhor não sente falta? Pra fazer os cálculo, não. O que eu sinto falta é pra lê a pranta. Hoje a construção civil é uma coisa, amanhã é outra, porque as coisas vai muito desenvolvendo. Hoje tem muita obra que tá na base da computação. Na época que eu comecei aqui era na base de desenho e planta. Até 60 anos, isso aí não dá pra mim, mais. Quer saber por quê? Porque com 60 anos, minha vista não dá mais, o estudo não dá mais. Pra rapaz como vocês, se vocês continuam estudando, daí dá. Eu sei que vocês têm um pouco de estudo. Ajunta o pouco que vocês têm hoje e o que vocês vão aprender pra frente, quer dizer que vocês já vão entrar naquela escola que vai vir, já puxa aqueles estudo que vocês têm. Agora, pra mim não dá. Eu sei escrever meu nome. Algum nome grande eu leio, nome pequeno eu já não leio porque não dá mais. Conheço as letras quase tudo, mas não consigo junta as letras. Meu problema é esse. Às vez, eu pego o caderno e começo a tentar tentar, aí as letras começa a se embaraçar e a cabeça começa a doer, daí, não dá. Isso porque eu não pratiquei o estudo desde novo. Eu tenho que me concentra e fazer o que eu sei e pronto. Só isso mesmo. (Homero Thon)*

F - *Estudar mesmo, pra lhe ser franco, a gente não estudou, não. Fizemos a 3ª e a 4ª série lá do mato, em Salinas, norte de Minas Gerais. Mas, ela não estudou porque não tinha companhia pra ir a escola...Porque era longe a escola, então não dava pra ir sozinha e eu também trabalhava durante o dia, não tinha como estudar, hoje eu tô estudando, eu costumo brincar que eu tô no prezinho, hoje tô voltando a ser criança, então, tô indo agora, depois dos filhos já criados, é que eu briguei com ele (referindo-se ao marido), falei: “agora eu vou pra escola, aprender pelo menos escrever o nome e saber tomar o ônibus pra eu me virar”. (Jardim Primavera)*

M - *Só sei assinar o meu nome. Foi lá na Bahia, eu estudei até a 3ª série. Lá na mata já nasce e os pais incentiva a trabalhar, escola era a grande dificuldade naquele tempo. (Jardim Primavera)*

M - *Em termo da educação, eu sou sincero a falar: tá a desejar o ensino. Eu me lembro da época que eu fui criança, eu fui uma pessoa que começou a trabalhar na roça...Eu sou alfabetizado, mas só tenho até a quarta série. Sei ler e escrever. Tem muita gente aqui que não sabe? O senhor conhece? Não saber ler nem escrever? Sei lá, acho que as pessoas mais velhas, que não teve tempo, que veio lá da roça, a dificuldade é difícil. Só que essa pessoa que não teve essa oportunidade de estudar, pode ser que seja “alfabeta”. Mas essa geração que tá vindo aí, todos eles tão nas escolas, tão procurando aprender, ler, escrever, estudar e ter um futuro depois. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Eu sou alfabetizado, tenho a oitava série e não pude passar disso, também. Ah, sem dúvida que sim. Quanto às pessoas que não sabem ler, acredito que uns 40% do pessoal idoso que não sabem. Pessoal que geralmente veio do Norte, que achavam que nunca iam precisar, são essas pessoas que moram aqui. Pra essas pessoas de idade, o senhor acha que se tivesse bem perto, ou aqui dentro do núcleo, uma sala de alfabetização, o senhor acha que eles se*

interessariam? *Sem dúvida. Desde que fosse próximo ou dentro da comunidade.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

F - *Eu não sei ler, só assino meu nome. Eu fui criada no interior e meu pai achava que eu tinha que trabalhar na roça. Aqui não, a maioria não querem, os pais obrigam. Eles não querem ir pra escola. Eu tenho um neto de dezessete anos que parou na segunda série, não quis mais estudar. A mãe não obriga.* (Pintassilgo)

M - *Tem muitos adultos analfabetos aqui na comunidade? Tem. Adultos e jovens. Tem muito jovem que tá parado aí, na escola. As crianças acho que estão todas estudando. De manhã você não vê criança por aí, porque estão todas na escola...o problema é quando as crianças vão com piolho e os outros vê, já começa o falatório, o pessoal comenta. Quando chega em casa, elas não diz. Mas, eu já fui criança e sei dos comentários: “sua mãe não tá cuidando de você?”; “só porque mora na favela vem assim, sujo?”; às vezes não é porque é sujo. Às vezes pai e mãe tá trabalhando... o Sementinha tá aqui dentro. Tirando o Mova, o Gats também.* (Jardim São Bernardo)

F - *E as vez tem muita mãe relaxada mesmo. Tem muito caso de acordar de manhã, não cuidar do filho, mandar o filho pra escola sujo. Muitas crianças vão pelo relaxo da mãe, não por a gente ser pobre, morar numa favela que é defeito. Criança pega piolho na escola. Mas o que tem que fazer? Mãe tem que cuidar da sua criança em casa. Muitas crianças pedem no farol, muitas crianças olham os carro. Já tem esse programa do PETI que muitas já tão recebendo, se tá na escola, já tá pelo Geda. E os jovens ...Tem um monte que vai na escola, tem um monte que fica em casa, tem monte que fica andando pra cima e pra baixo, não acha o que fazer.* (Jardim São Bernardo)

F - *Eu aprendi mesmo, mau o nome, o nome, na marra. Se me perturbar muito, nem o nome eu não sei falar. E, depois que vim pra*

aqui, eu trabalhava assim cuidando de senhoras, sendo babá de senhoras, aprendi, me ensinaram como é que eu dava remédio nas horas certas, aí, eu aprendia bem. Fiquei meio atrapalhada da cabeça, eu cuidava de senhoras que não eram muito certas, aí, parei... (todos riem muito) Perdi minha paciência e tá com dois anos que eu só cuido de casa: lavo, passo, mas só em casa mesmo. (Jardim São Bernardo)

F - *Eu sô analfabeta, só sei bota meu nome mesmo, mas agradeço a Deus por isso, que eu to com vida e eu vou pra e não consigo fica, o interesse da escola, se tá cheio de fio é pouco, às vez eu vou e volto, mas, eu digo às professoras que eu vou volta, mas não quero ir mais. (Se trabalha fora) Não, tô parada. Só em casa...É, em casa, só em casa. Trabalho bastante em casa. (Jardim São Bernardo)*

M - *Eu fiz até o primeiro ano. Aqui em sampa. Eu estudei muito lá, mas antes o estudo lá no Norte era tão forte que às vez nem se comparava aos daqui. E eu tive que fazer um aperfeiçoamento em português, geografia, pra depois ingressar num curso técnico. Por que antes era pago, tinha muita gente grande, hoje não. Hoje com seis meses vc faz um curso daquele que eu fiz em dois anos. (Vista Alegre)*

Para a população favelizada de Santo André a escola é sonho não realizado. A alfabetização, embora formalmente reconhecida como direito, permanece sistematicamente negada, atravessada por desigualdades históricas, estruturais e territoriais que reproduzem exclusões. Ainda assim, a escola emerge como espaço de desejo, onde se projeta a expectativa de reconhecimento, pertencimento e dignidade, mesmo diante de trajetórias marcadas pela privação de direitos.

As narrativas de 2001 nos lembram que a educação popular e de jovens e adultos não pode ser reduzida a programas temporários: ela precisa ser parte de um projeto político garantido e de emancipação, que reconheça os saberes das classes populares e garanta, de fato, o direito de aprender ao longo da vida.

Jovens e adultos da alfabetização na Favela Gamboa de Santo André. Festa lançamento do MOVA. 1998.



Revelam que o acesso à educação, especialmente à alfabetização, sempre esteve atravessado por profundas desigualdades sociais, territoriais e de gênero. A escola aparece, simultaneamente, como promessa de ascensão e espaço de exclusão. Os depoimentos de homens e mulheres adultos, em sua maioria migrantes nordestinos e filhos da classe trabalhadora, demonstram que a pobreza foi o principal fator de interrupção da trajetória escolar. Desde cedo, precisaram trabalhar para contribuir com a renda familiar, revelando que, historicamente, o direito à educação foi negado aos pobres, sobretudo aos oriundos das zonas rurais.



Jovens e adultos em sala de alfabetização na Favela Gamboa de Santo André. 2000.

A escola, descrita em várias falas como autoritária e violenta, reforçou estigmas e humilhações, levando muitos a abandoná-la precocemente. Essa experiência de exclusão institucional produziu marcas profundas e um sentimento de não pertencimento ao espaço escolar. Nas narrativas femininas, sobrepõem-se ainda outras formas de opressão: a dupla jornada, o cuidado com filhos e netos, a dependência doméstica e a ausência de tempo e energia para o estudo.

O gênero, portanto, é elemento central na compreensão da desigualdade educacional, pois as mulheres das favelas vivem a alfabetização como um direito constantemente adiado. A escola, para elas, foi frequentemente interrompida não apenas pela necessidade econômica, mas também pelas expectativas sociais que naturalizam o lugar feminino no espaço privado, invisibilizando o trabalho reprodutivo e desvalorizando sua formação escolar.

O território periférico constitui outro obstáculo fundamental. A distância das escolas, a falta de transporte e o medo da violência à

noite afastam os adultos da possibilidade de estudar. As políticas públicas de alfabetização de adultos, como o MOBRAL e o MOVA, ainda que relevantes, foram insuficientes para romper o ciclo de exclusão, por serem, em muitas vezes, descontinuadas e desprovidas de acompanhamento pedagógico e social. A alfabetização, nesses contextos, transforma-se em um ato de resistência individual e coletiva diante de um Estado que reconhece os direitos de forma fragmentada.

Apesar das barreiras, as narrativas revelam também desejo, orgulho e consciência política. Muitos afirmam *“querer aprender”* e reconhecem a importância de a nova geração permanecer na escola. A educação, assim, carrega uma dimensão simbólica de esperança, mesmo que mediada por frustrações e cansaço. Nessa perspectiva, a alfabetização não é apenas aquisição de letras, mas também afirmação de dignidade, memória e pertencimento social.

A análise demonstra, portanto, que o processo educacional nas favelas de Santo André está imerso em um sistema estrutural de exclusões, no qual classe, gênero, raça e território se entrecruzam. Romper esse ciclo exige políticas públicas continuadas, voltadas à educação popular, à valorização dos saberes comunitários e à efetiva democratização do direito de aprender que é condição indispensável para a autonomia e a cidadania plena.

20) O MOVA e o direito tardio à educação

“Nunca é tarde para a pessoa aprender. O saber não ocupa espaço.”

Carolina Maria de Jesus



Festa de lançamento do MOVA Santo André. 1998.

M - Conhece o MOVA? *Já me falaram. Aqui perto tem lá no Paulo Sina⁵⁷. Creche tem aqui perto? E posto de saúde, escola? Creche não. Posto de saúde tem. Era de criança, agora é de adulto também. Eu acho que é bom. Meus pais passam lá...* (Bougival)

M - Conhece o MOVA e o SEJA? *Não.* (Gonçalo Zarco)

F - *Eu tô fazendo o primário agora. Fiz primeira, segunda, terceira, vou pra quarta agora. No MOVA. A gente começou ali na escola de samba do Vila Alice, onde a gente tem um espaço. Só que agora a gente tá vindo pra cá, mas no sábado, eu estudo particular, que é pra repor esses dias que eu não vou, porque quando eu tenho reunião, eu tenho que repor. E essa sala do MOVA faz parte de que associação? Do MDDF.* (Gonçalo Zarco)

F - Já ouviu falar do MOVA? Tem sala do MOVA aqui perto paras as pessoas estudarem? *Eu acho que tem aqui na EMEI. Tem umas pessoas que vão, né. Principalmente as pessoas mais antigas, mais*

⁵⁷ Escola pública estadual próxima à favela em que mora o entrevistado.

velhas, estão tendo a oportunidade de estudar. Já estão indo pro EMEI pra estudar e outros não conseguem sair da comunidade pra ir pra lá, então tem bastante pessoas que não sabem ler mesmo. (Gregório de Matos)

F - ...Aqui dentro tem muito adulto que não sabe ler, nem escrever? *Tem. E jovem também. Porque na escola que eu tô estudando, tem muito jovem de dezessete anos. Eu tô no MOVA e a maioria é jovem. Tem uma senhora com 76 anos, tem eu com 59, tem a outra com 60, a maioria é tudo de 30 pra baixo. A gente aqui também precisava muito duma creche, porque tem muita gente aqui que precisa trabalhar, mas, como é que as pessoas vai trabalhar e deixar suas crianças sozinhas? Tem uma creche ali, a gente coloca o nome das crianças e espera três anos. Depois desses três anos você coloca a criança na escolinha, no pré, daí, já não precisa mais.* (Gregório de Matos)

M - E o senhor, não quer voltar a estudar? Por quê? É o cansaço, tem horas que desanima. A gente que trabalha na construção, quando chega de noite não dá coragem de estudar, não. Então, se não fosse esse tipo de trabalho que deixa o senhor muito cansado, o senhor teria vontade de estudar? Sim, aí teria. Mas, além do trabalho, com a idade que a gente tem, não compensa mais estudar... Quantos anos o senhor tem? 46 anos. (Jardim Primavera)

M - O senhor conhece o MOVA? *Sim.* E por que não estuda lá? *Não estudo porque trabalho por conta também e nunca tenho horário pra chegar. E, quando chego, já estou cansado mesmo.* Mas, se não fosse esse problema de cansaço, o senhor teria vontade de voltar a estudar? *Ter eu tenho, mas não vou mais estudar, não.* (Jardim Primavera)

M - *Temos um grupo grande e, graças ao GATS, temos uma sala de MOVA, para baixar este índice. Mas, é muito difícil, as pessoas acham que não vão conseguir mais aprender e não é assim. Eu*



Festa de lançamento do MOVA Santo André. No centro Ajamar liderança comunitária e política na cidade. 1998.

mesmo, comecei, fui alfabetizado com 18 anos. E conclui o segundo grau. Não fiz curso superior por não ter condições. Não tem idade para aprender. A gente, como representante da comunidade, estamos tentando baixar este índice. (Pintassilgo)

As narrativas de moradores e moradoras das favelas de Santo André no início dos anos 2000 revelam que o acesso ao MOVA representava uma das poucas portas de entrada para a alfabetização de jovens e adultos naquelas periferias do município. O programa, nascido da articulação entre o poder público e os movimentos sociais, especialmente o MDFF (Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados), assumia caráter popular, comunitário e emancipatório, inspirado na pedagogia freiriana. Mesmo assim, os relatos evidenciam que o alcance do MOVA era limitado e irregular, sobretudo nas regiões mais precárias.

Muitos moradores conheciam o nome do programa, mas não tinham acesso direto a uma sala de aula próxima. Quando havia turmas, estas funcionavam em escolas de samba, Emeis, igrejas ou

associações de bairro, espaços adaptados de forma improvisada. Essa dependência de espaços cedidos demonstrava tanto a força da comunidade quanto a fragilidade estrutural da política pública, que se sustentava mais pela militância do que por uma presença institucional consolidada.

As mulheres aparecem nas falas como protagonistas da alfabetização popular, conciliando estudo, trabalho doméstico e cuidado com filhos e apontando a ausência de creches como um obstáculo recorrente. Já entre os homens, a jornada extenuante de trabalho e o cansaço físico eram justificativas para o abandono ou a não adesão às aulas.

Assim, gênero, raça e classe se entrecruzavam na produção das desigualdades educacionais. Apesar dessas barreiras, o MOVA se apresentava como um espaço de esperança e reconhecimento social. Estudar, mesmo que tardiamente, significava romper o ciclo de exclusão e afirmar a própria dignidade. O depoimento do morador do Pintassilgo sintetiza esse sentido: *“Não tem idade para aprender”*. Esse discurso reforça o potencial político do MOVA como instrumento de mobilização e fortalecimento comunitário.

Nesse cenário historicamente marcado pela negação do direito à educação, destaca-se a importância das administrações petistas em Santo André, que, em diálogo com os movimentos sociais, o Movimento de Defesa dos Direitos dos Favelados (MDDF) e organizações da sociedade civil, como a ONG GATS, contribuíram de forma decisiva para o fortalecimento do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) no município.

Festa de lançamento do MOVA Santo André. 1998. Paço Municipal da cidade.



Essas experiências demonstram que a ampliação do acesso à alfabetização não resulta de iniciativas individuais ou filantrópicas,



Educadoras do MOVA. 1998.

mas da construção coletiva de políticas públicas comprometidas com a justiça social, o direito à cidade e a valorização dos saberes populares. Ao reconhecer esses territórios como espaços legítimos de produção de conhecimento, o MOVA em Santo André se afirma como estratégia concreta de enfrentamento das desigualdades de classe, racial e de gênero, tensionando a lógica excludente do sistema educacional tradicional e reafirmando a educação como direito indiscriminadamente e como prática emancipatória.

Projeto GATS e ALCOA. Antônio de azul agachado e outras lideranças construindo as salas de alfabetização na favela Jardim São Bernardo. 2003.



21) Projetos de vida, o futuro e a capacidade de sonhar

“Penso no amanhã e tenho esperança.”

Carolina Maria de Jesus

M - Urbanizar. *O sonho que eu tenho é esse, daí eu podia fazer meu negocinho direito, sabendo que era meu. Eu queria ver todo mundo feliz, estando na sua casinha direitinho. É até feio pra uma cidade*

esse negócio aí, né? Eu acho uma coisa feia (ele refere-se ao núcleo de favela). (Gonçalo Zarco)

- No momento acho que isso mesmo: do que eu sonho ver as pessoas morando com dignidade, ter suas casinhas, sei que algumas pessoas podem achar que o espaço é pequeno, mas é o que a gente tem, no momento. Tem até que brigar pra aumentar alguns metros e ver a pessoa morar com dignidade, ter seu endereço, ter sua correspondência, poder estar recebendo as pessoas na sua casa, vai fazer um crediário e dizer que mora na rua tal, cep tal... Eu sonho com isso, porque morar onde nós moramos não é vida pra ninguém. Sei que é difícil você colocar isso na cabeça das pessoas que mora aqui dentro, mas isso não é vida pra ninguém. Você vai fazer uma compra no supermercado, tem que deixar lá na rua, pra depois carregar saquinho por saquinho pra dentro de casa. Se alguém vai visitar na sua casa, você tem que esperar ele na padaria como ponto de referência, se você vai pegar uma correspondência, tem que deixar ou na sede ou num bar próximo. Eu sonho que o pessoal tenha isso dentro da sua casa mesmo, sem ficar dependendo de ninguém. E também ter a escritura do seu imóvel que você pode deixar um dia pros seus filhos. Meu sonho é esse: das pessoas morarem com dignidade. (Gamboa)

M - *É isso mesmo que ele falou: de ser dono daquele pedaço. Não adianta você ter uma coisa e não ser sua. Não tem o valor que de verdade deveria ter, aquela segurança. Eu posso até tentar fazer o melhor nesse espaço, mas não é meu. Não adianta, vem aquelas dificuldades: vai comprar um móvel, aí tem que deixar em tal lugar e quando o cara vai descarregar o cara não consegue entrar com aquele móvel, porque tem que sair nas vielas. Tem gente que está em melhores condições, em melhores lugares e não tá nem ligando pros outros que está lá. A gente quer o melhor pra todos, não só pra um. (Gamboa)*

F - *Eu espero que o futuro seja bem melhor, porque o presente tá sendo bom porque eu tenho meu filho adolescente, ele estuda, está no primeiro colegial⁵⁸ e eu espero ele ter um futuro bem melhor, que a gente resolva o problema da moradia, pra gente poder reivindicar coisa melhor pra gente, porque a moradia é incerta. Espero que Deus ajude a gente que o futuro seja melhor. (Bom Pastor)*

M - *O meu sonho? Olha, o meu sonho é um dia poder comprar um terreno, nem vou dizer uma casa, mas comprar um terrenozinho e comprar uma casinha pra mim, do meu jeito, que eu sou pedreiro, então... Se legalizar aqui, beleza. É muito tumultuado, mas eu gosto daqui. Aqui todo mundo é amigo, todo mundo gosta de todo mundo, todo mundo é vizinho, se dá bem... Quando um atrapaia o outro, passa a mão na orelha dele (imitando o som de um tapa) e aí fica tudo certo! (risos). (Bougival)*

M - *A gente tem um sonho de quem sabe um dia, de ter dinheiro e morar lá na rua. Mas, se eu sair, for lá pra rua, esse daqui vai ficar, e eu dou valor pra esse daqui também. Que o valor que o que tá na rua tem, esse também tem. Eu consegui estudar quando era menino, numa cidade em Minas Gerais. Minha irmã que faleceu que botou a gente na escola, dava caderno, tudo pra nós. Mas, o meu sonho, se eu pudesse estudar, estudava até hoje. Meu negócio era estudar. O que eu queria era formar engenheiro, formar médico...Estudei até a primeira série do ginásio⁵⁹, mas aquele pouco que eu estudei, vale muito, porque naquele tempo, o estudo tinha mais valor do que hoje. Minha filha tava fazendo o curso de professora⁶⁰, um dia deu um problema porque ela não sabia como*

⁵⁸ Ensino Médio.

⁵⁹ Hoje 5º ano do Ensino Fundamental I.

⁶⁰ Curso técnico para o magistério, equivalente ao ensino médio.

ia fazer o estudo, então eu peguei e falei: “Filha, me dá seu caderno, que eu quero ver isso aí”. Ela disse: “Mas, o senhor que só fez até a primeira série”. Eu insisti, fui lá, marquei tudo os estudos que ela tava fazendo, ela disse que amanhã chegava lá e tava tudo errado. Chegando lá, tava tudo certo (ele cai na gargalhada). Ela chegou e disse “Parabéns, pai. O senhor tá passando a perna até em nós, que vamos ser professoras!”. (Bougival)

M - *O sonho que eu tenho é esse, daí eu podia fazer meu negocinho direito, sabendo que era meu. Eu queria ver todo mundo feliz, estando na sua casinha direitinho. É até feio pra uma cidade esse negócio aí, né? Eu acho uma coisa feia (ele refere-se ao núcleo de favela). Acho que é isso aí. Queria que dava sim pra urbanizasse direitinho aqui pra melhorar pra gente. (Gonçalo Zarco)*

F - *O maior sonho que eu tenho – e tenho certeza que um dia vai ser realizado – é todo mundo morando feliz e na sua casa, ou que seja casa, ou que seja apartamento, mas morando tranquilo. E a senhora acha que vai chegar? Eu creio. (Gonçalo Zarco)*

F - *É melhorar, né? Melhorar mais. Terminar o que tá faltando fazer. As ruas, as vielas, principalmente a principal lá embaixo que tá muito cheia de buraco. Não tá mais cheia de buraco que a gente joga entulho lá, né? E volta a iluminação também, que já tinha e tiraram. Quando foi agora, pra botá relógio, tiraram toda iluminação no ano passado. Prometeram, mas não voltou. Então a viela ficou muito escuro à noite. Nas casas, tem tudo. E é, como falam? Gato? Não, é luz de relógio...desde o ano passado. (Gonçalo Zarco)*

M - *Sonho eu tenho, tanto pra mim como acho que pra todos morador, é que fizesse uma melhoria no bairro, no nosso bairro que tá um pouco, um pouco não! Tá bastante bagunçado. Em termos de bagunçado que eu falo é por que tem interminado, nem começou e*

nem terminou. Parte de urbanização, mesmo se tratando da luz, de primeiro tinha luz nas vielas, hoje não tem, teve essa mudança aí...Esgoto tem nalgumas partes, mas também não tá terminado.
(Gregório de Matos)

F - *Olha, o maior sonho é a gente e eu, como moradora e como movimento, é ter a posse da terra dentro dessa comunidade, além de outras. Então, é a posse da terra, além da urbanização, é a posse da terra. Porque dá garantia de moradia justa, não só pra mim, como pra todos. A luta vai continuar. Acaba a favela por que a gente tem a posse da terra na mão, tem a garantia, tem uma moradia digna. Isso marca que não me traz sair dessa comunidade. Já tive oportunidade de sair daqui. Na primeira administração do Celso, todos movimentos tinha uma cota de terreno, toda associação tinha, de terreno urbanizado. Cada área que fosse urbanizada, tinha uma quantidade que era cedido pra associação, pra movimentos populares, pra desinchar mesmo a própria favela, que tava apertada. E eu tive essa oportunidade e eu não quis, eu não achava justo sair da favela antes de resolver o problema daqui. Então, meu sonho é esse: de ver todas favelas de Santo André urbanizadas, com a posses na mão, que tenham todo direito de entrar e sair sem ninguém aporrinhar.* (Gregório de Matos)

M - *Gosto de morar aqui, uma que nas condições que a gente tá hoje não dá pra morar em outro local, condições de mudar de São Paulo também não tá tendo, e sendo pra morar em São Paulo eu gosto desse local por um motivo: apesar da gente morar num grande centro com grande número de violência que existe, esse é um que tem o índice baixo, você não vê muita coisa. O tráfico que é o grande problema das favelas que se vê por aí, não tem na nossa comunidade, pode até ter usuário, mas aqui é um sossego pra morar. E o meu sonho como morador de favela, é ver ela urbanizada. Não é porque eu tive a sorte de ficar nesse pedaço aqui*

onde tem a rua que eu posso chegar com o meu carro, que eu tive condições de construir, que eu vou ficar feliz em ver o meu vizinho aqui que se não mudar isso aí ele vai ficar o resto da vida pagando garagem sendo que ele poderia ter onde por. Então eu acho que se ele mora no centro urbanizado, ele tem o direito de ter as compras chegando na porta da casa dele, um carro chegando, e não como é que tem pessoas que chegam em casa com a compra ainda vão trabalhar mais pra ganhar o dinheiro pra pagar quem leva as compras. Por isso, meu sonho é ver urbanizado, não só essas, como todas cidades urbanizadas. (Gregório de Matos)

F - *O sonho da gente é estar saindo daqui, buscando a moradia própria. Mas, não depende só da gente, depende mais do governo do Estado, da habitação. Mas, a gente já deu um passo, que foi o cadastramento. Eu acho que um passo, porque quando a gente morava aqui e não tinha nada, não tinha esperança nenhuma. Como eles se dispuseram a vir aqui e cadastrar as pessoas, pra gente já é mais uma segurança. Porque pelo que eu tenho visto, pelo que eu tenho ouvido nas reuniões, nas plenárias, principalmente do Celso, que ele não vai deixar ninguém “a Deus dará”, como se diz. A gente vai ter que ser removido, a gente sabe disso, a gente tem consciência disso, que vai ter uma remoção total aqui. Agora, independente do lugar que ele vai pôr a gente, se for, e eu espero que seja, lugar onde você possa ter o seu lar, como a gente tem aqui. Mas, aqui a gente sabe que não é da gente. Uma coisa que você sabe que não é seu, que qualquer hora você pode estar saindo daqui. Então, se ele fizer isso e, espero que ele faça, ele é um homem de palavra. Na última reunião que a gente teve com ele, tava eu, a Tânia... Foi em março, abril do ano passado. Em 2000. (Gregório de Matos)*

F - *No futuro assim, que eles loteassem seus pedacinhos de terra, ter o papel na mão, mínimo de segurança, que arrumasse essas ruas. (Homero Thon)*

F - *Do barraco mesmo, nós construimo a própria casa. Foi uma luta, mas graças a deus eu não me arrependi, não. Eu tenho dois filhos agora, meus filhos estuda. Eu tenho muita vontade de um dia sê dono lá fora de um terreno, mas hoje em dia é muito difícil. É muito difícil você ter dinheiro pra comprá um terreno lá fora e sê dono de uma morada própria. Aqui nós temo, conseguimos desenvolve uma casa, mas não é nosso, continua sendo da prefeitura. Se um dia a prefeitura cai em cima, nós não tem como dizer isso aqui é meu. Nós só temos as tábuas, né? Não tem documento nenhum, comprovante nenhum que você comprou. A solução mesmo é o que ela falou, né D. Marli? Organizar os núcleos e, se eles tivessem... Mas, o pessoal da prefeitura falou que não é possível, que infelizmente não é possível cada um ter o seu próprio terreno. Que se fosse fazer isso, dava muitas famílias, porque é muito tumultuado, não tinha como fazer, então, tinha que continuar como estava. Então, vamo levando até o dia que deus quiser. (Homero Thon)*

F - *Então, a única coisa que eu queria era que a gente formasse uma comissão. Eu tenho um sonho: do meu povo aqui dentro todo satisfeito. Porque o povo chega em mim, é muita pressão: eles chega em mim, cobra. Eu chego no mais grande e cobro, o mais grande chega no outro e cobra, quer dizer, a cobrança vem pra mim. E eu gostaria que eles atendessem o povo. (Homero Thon)*

M - *O maior sonho é como a gente vinha falando da área clandestina, é ter isso legalizado, pavimentação feita para a gente ter um bairro mais organizado, legalizado, ter um documento disso, para poder dizer: é meu. Igual a gente falou: nós não tem nada aqui, então o sonho da gente é correr atrás disso e ver, “pegar com Deus”*

para um dia isso acontecer, a esperança ainda está viva disso acontecer um dia. (Jardim Primavera)

F - O seu sonho também é esse? (pergunta pra mulher) *É, porque como ele disse, a gente não somos tão jovens, já estamos na idade meio madurinha, aí, e nós não temos tanta força mais para trabalhar, o que a gente conseguiu até hoje na vida, é ter essa casa, construir com muito esforço tudo o que a gente tem. E a gente já viu muito acontecer isso: as pessoas constrói através de muita luta, e depois são despejadas na rua, desesperadas, chorando, gritando... Vê o sonho ruir. (Jardim Primavera)*

M - Ah, o maior sonho meu é viver do jeito que eu vivo, melhorar mais as coisas, ver os moleques crescer e estudar, para não ficar igual eu, batalhando aí. (Jardim Primavera)

M - O maior sonho é que se tenha tudo aqui, documento que a gente não tem nada, uma prova que a gente tem aqui é só a conta de água e de luz. Não tem documento ainda, ninguém tem. Igual ao Almerindo falou (refere-se ao entrevistado anterior), a gente só tem o material, se os caras vierem aí e meter a máquina, a gente fica na rua. Não tem como provar que é dono daqui. (Jardim Primavera)

M - O meu maior sonho é dar um bom estudo pros seus filhos, primeiramente. E, futuramente, quem sabe, se Deus ver que eu mereço, acho que todo pai pensa nisso, amanhã ou depois ter um local maior do que o que eu tenho, seria uma casa melhor pra mim, pra mim dar um conforto maior pros meus filhos. É... Se eu tiver condições e puder, pode ser aqui mesmo, aqui em São Paulo mesmo. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - Eu já diria sair desse lugar. É realmente o maior sonho. Durante esses dezesseis anos, nunca tive problema com nenhum morador, mas pelo motivo da discriminação, do conforto e outra: faz dezesseis anos que eu construí ali e não tive mais condições de fazer nenhum acabamento. Não tem nem laje. É na telha Brasilit. Fica

bem próximo à margem do rio, tem mau cheiro. Eu gostaria de ter minha casa própria. Não pra pagar aluguel, que de aluguel eu vinha pra cá. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Maior sonho meu é ter uma casa. Grande. Pequena não. Pelo menos de 500m². E um carro novo na garagem, meus moleques estudando e só. Trabalhar até quando Deus me der uma boa força. Ter um terreno grande, dar uns quatrocentos metros quadrados. Porque eu nunca fui um cara egoísta. O que tem de gente que eu pus em firma, se fosse pra por na ponta do lápis, eu tinha colocado milhares de pessoa na firma, tinha que somar no computador. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *O meu sonho é o seguinte, a gente só pensa coisas boas, é um direito nosso. Eu gosto daqui, adoro o lugar, meus filhos foi criado aqui, foi educado dentro dessa favela aqui. Uns mora aqui, outros mora na rua, não tenho o que reclamar daqui, lutei muito pela comunidade. Consegui uma casa na rua, não é uma mansão, mas uma casinha. Meu sonho é comprar uma chácara pra mim e conseguir um espaço. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

Essas narrativas formam um retrato humano e político poderoso dos sonhos e projetos de vida dos moradores e moradoras das favelas de Santo André em 2001. Revelam que estavam profundamente vinculados à luta pelo direito à moradia digna. Mais do que desejos individuais, tratavam-se de projetos coletivos de reconhecimento e pertencimento urbano, que emergiam da vivência cotidiana da precariedade e da exclusão.



Detalhe de moradia. Favela Capuava Unida. 2003.

A palavra mais recorrente é “urbanização”. Urbanizar significava não apenas ter ruas pavimentadas, luz elétrica e saneamento, mas sobretudo o reconhecimento cidadão. Possuir endereço, receber correspondência, ter escritura e, portanto, “existir” legalmente perante o Estado e a cidade. O sonho da posse da terra representa o rompimento simbólico com o estigma da favela como espaço “provisório” e “ilegal”. Essa conquista equivale à legitimação da identidade social e à superação da invisibilidade histórica imposta às pessoas periféricas nas cidades.

Há, nas falas masculinas, um forte vínculo entre dignidade e propriedade: o “*ser dono*” do pedaço é o que confere valor à existência. O trabalho manual, sobretudo a figura do pedreiro, que constrói com as próprias mãos o que o Estado não garante, aparece como símbolo de força de trabalho e autonomia. Essa valorização da construção autônoma revela tanto o orgulho de quem produz o próprio espaço quanto a ausência de políticas públicas efetivas de habitação popular.

Entre as mulheres, os sonhos assumem um tom afetivo e comunitário, embora igualmente político. Elas sonham com futuro

para os filhos, acesso à educação, segurança e melhoria da infraestrutura local. A maternidade surge como eixo central da esperança, mas também como sobrecarga. As mulheres acumulam o papel de cuidadoras, militantes e mediadoras entre a comunidade e o poder público. Quando afirmam “*meu sonho é o povo todo satisfeito*”, reivindicam não apenas o bem-estar pessoal, mas o direito coletivo à dignidade. Trata-se de uma visão de futuro pautada na solidariedade e no sonho de ficar, e não de sair da favela.

Detalhes de moradia em favela de Santo André. 2002.



Outro elemento marcante é a contradição entre pertencimento e vergonha. Alguns moradores descrevem a favela como um espaço de convivência, amizade e apoio mútuo: “*aqui todo mundo gosta de todo mundo*”, mas também a percebem como símbolo de atraso e feiura: “*é até feio pra cidade*”. Essa ambivalência reflete o impacto do estigma urbano sobre a autoestima dos sujeitos. O discurso da “feiura” do território não é natural, mas socialmente construído

pela desigualdade e pela segregação espacial, uma consequência direta da forma como o Estado e a sociedade classificam, hierarquizam e atribuem valor aos espaços da cidade.

O direito à cidade, o sonho de ter endereço, iluminação, transporte, infraestrutura e segurança é, em essência, a luta pelo direito de habitar plenamente a cidade. A ausência desses direitos faz com que o cotidiano seja permeado por estratégias de sobrevivência, carregar compras pelas vielas, deixar correspondência em bares, pagar para transportar móveis, viver sob o risco do despejo. Esses fragmentos de vida cotidiana revelam o peso concreto da desigualdade territorial.

O projeto de vida dos moradores (as), portanto, é construído sobre uma tensão permanente entre esperança e precariedade. Mesmo diante da exclusão e da lentidão das promessas governamentais, há uma persistente crença na mudança, muitas vezes sustentada pela fé: *“espero que Deus ajude a gente”*. Essa fé, porém, não é passividade: ela se articula à luta política e comunitária, como mostram os relatos de lideranças que recusam sair da favela antes que o problema coletivo seja resolvido.

Do ponto de vista histórico, 2001 marca um período de transição na política habitacional de Santo André, quando os movimentos populares ainda mantinham diálogo direto com o poder público, especialmente nas gestões de Celso Daniel. As narrativas refletem essa expectativa de transformação: o cadastramento e as promessas de urbanização eram vistos como *“um passo adiante”*, sinalizando uma relação de esperança e vigilância em relação ao Estado.

Os sonhos e projetos de vida da população favelada de Santo André em 2001 revelam uma consciência social aguçada, que compreende a moradia não apenas como bem material, mas como direito, identidade e cidadania. O desejo de ter uma casa própria,

regularizada e digna, representa uma forma de resistência simbólica à exclusão estrutural.

Essas narrativas não se referem a utopias abstratas ou distantes, mas a utopias concretas, na acepção freiriana, isto é, aquelas que se tornam possíveis justamente porque nascem das condições reais de existência e da experiência histórica da opressão. Como afirma Paulo Freire, o sonho só se sustenta quando articulado à prática e à luta coletiva. (FREIRE, 1992)

Trata-se, portanto, de sonhos enraizados na memória, na resistência e na ação política, que buscam transformar o espaço da mera sobrevivência em espaço de direitos, reconhecimento e esperança viva. Nesse sentido, reforçamos que a educação, especialmente a alfabetização de jovens e adultos, emerge não apenas como política pública, mas como prática emancipatória capaz de romper com a naturalização das desigualdades e afirmar a dignidade como projeto coletivo.

22) Comunidade que não aparece no mapa: urbanização, planejamento e invisibilização

“Na favela nós somos esquecidos, como se não fôssemos gente.”

Carolina Maria de Jesus



Favela Vista Alegre 2002.

M - *Pra urbanizar mesmo não dá não, porque vai ter que derrubar a favela todinha. As casas é tudo em cima do rio... E esse rio atrapalha? Atrapalhava, mas agora não tá atrapaiando mais, não. Era um fedô que levantava do rio, mas aí, nós fez as galeria em cima do rio... Faz um bocado de tempo. Faz uns 10, 12 anos... fizemos foi do bolso nosso, mesmo. (Bougival)*

M - *Não tem como pedir o esgoto, porque se pedir, vai ter remoção. Nós fala em urbanização, mas não dá pra fazer urbanização, senão vai arrancar tudo daqui. E nós precisa de morar aqui. Isso tá dependendo se tiver lugar pra colocar o pessoal que for removido, mas será que quando a gente chegar no outro lugar pra morar, a gente vai ter uma casa igual à que a gente tem aqui? Porque se precisar de dinheiro pra montar de novo, aí é que nós tamo “com a vaca atolada de vez”. (Bougival)*

F - *Quando me elegeram como Conselheira do Orçamento Participativo, aqui não tinha nome de favela, nem comunidade, que aqui era Favela do Corinthinha, isso há dois anos atrás. Então, eu lutei na prefeitura, porque aqui era Comunidade Gonçalo Zargo. Não existia correspondência pra toda comunidade, só pra parte antiga, mas pra nós não vinha correspondência. “Favela do Corinthinha”: se você chegasse numa loja, você não compraria. Se você fosse procurar emprego – e nessa parte eu posso falar, porque nessa parte eu fui muito criticada – e colocava na ficha Favela do Corinthinha seria reprovada na hora. A gente sabe que tem é excluída. Então, eu como conselheira, mudou o quadro: passou a ter o nome Comunidade Gonçalo Zargo. Depois, passou a ter ação de telefone, que foi difícil também, que fomos trazendo com o orçamento participativo. Ai dentro, só não tem telefone quem não quer. (Gonçalo Zarco)*

F - *A gente marcou uma assembleia e a gente levamos as propostas, através do orçamento participativo. Nessa luta de dois anos pela população nas plenárias foi passado, a Comunidade Gonçalo Zarco passou nas prioridades da região e, hoje, a comunidade é toda cadastrada na prefeitura. E qual que é a prioridade? Urbanizar? Não. A prioridade era uma responsabilidade da prefeitura com a comunidade que não tinha. Ela não constava em mapa nenhum que existia essa comunidade lá na prefeitura. O cadastramento é um dos primeiros passos? Pra que? Pra uma urbanização. Só que aqui a gente também faz parte do conselho do IMAP. É assim: a prefeitura derruba tudo isso daqui e vai construir em prédio – uma hipótese. O IMAP vem aqui, constrói todos os prédios e entrega na mão da prefeitura. O IMAP é da prefeitura? Não. São coisas paralelas. É como uma empreiteira, a gente fala aqui: “um gás” no sentido de dar um “gás”, dar uma forte estimulada. Ai é assim: uma parte do apartamento é pro IMAP e outra pra prefeitura. A prefeitura pega a parte dela e a parte que eu teria que pagar – prestações, por exemplo – é pago pro IMAP. Quem criou esse IMAP? Agora você me pegou. Eu sou muito recente na diretoria. Então o IMAP seria uma empresa privada, porque está fora da prefeitura, mas não seria uma empresa privada porque tem um conselho e as pessoas podem fazer parte desse conselho? Isso. Mas, que tá ligado no MDDF. Se você for lá, não sei se você vai entrar, porque uma coisa tá ligada com a outra. A iluminação a gente já tá discutindo. Eles falam assim que, como aqui tem que remover, pra eles fazer um gasto grande com a iluminação, coisas provisórias, eles dizem que não compensa. Mesmo que esse provisório dure dez anos. que é a mesma coisa que o esgoto. Eles diziam que não iam fazer, porque ia sair. Só que, quanto tempo, quantos anos. então nós fizemos provisório, assim como a gente vai fazer com a iluminação. (Gonçalo Zarco)*

F – (sobre a possibilidade de remoção) *Me dando outra casa eu não me importo de ir pra longe, não me importo de sair, me dando outra (risos).* (Gregório de Matos)

F - *Aqui não existia urbanização naquela época (década de 80), aí, quando o tempo do Celso, aí eu já era da comissão... aí, o Narciso já tinha saído, já tinha ido pro Clube de Campo, aí eu fiquei sendo sempre eleita na comunidade como a presidente, junto com outro grupo, com grupo da comunidade que me ajudava, que me assessorava aqui dentro. Aí veio o Celso, o movimento já tinha essa luta por moradia, aí a Gregório de Matos já fazia parte do movimento, aí gente já lutemo por uma urbanização dentro dessa comunidade, feita pela decisão dos morador e junto, sempre em conjunto com o MDDF. Inclusive, o projeto, o primeiro projeto de urbanização do Celso que foi aprovado, foi o projeto criado pelo movimento. Pelo MDDF. E o Carlos, ele é um arquiteto, ele que assessorava e assessorou pra criar esse projeto. Isso durante o governo Brandão, foi criado esse projeto. Quando o Celso assumiu a prefeitura, foi aí que criou as condições de urbanização. A prefeitura nunca tinha tido um projeto de habitação popular, não existia dentro da prefeitura, mas o movimento já tinha esse projeto, aí apresentou o projeto pra prefeitura, como a prefeitura não tinha, discutiu e foi aprovado esse projeto do movimento criado junto com as comunidades de favela e com o Carlos. Era o Carlos e o irmão do Celso, que era do CEPS, uma entidade de assessoria à habitação.* (Gregório de Matos)

F - *Numa comunidade que existe uma associação que acredita num projeto, numa melhora de condição de vida, pra aqueles morador que tá há trinta anos, ela não pode permitir que outras pessoas venha de fora e ocupe o seu quintal. Por quê? Porque vai atrapalha um processo de organização da favela, eu digo isso, por que a Gregório de Matos não dá condições de urbanizar como há dez anos*

atrás, por que há dez anos atrás, a comissão da favela fazia um trabalho com a comunidade que preservava as áreas verdes, os espaços que tinha pra remover as famílias que tava apertada. Então ela tinha todo o espaço que ia dá uma moradia muito bacana pra cada um, decente, as áreas de risco era tudo área verde... então, quem tem que definir aqui dentro - e não é impedir que a pessoa venha, mas conversar, dizer que não tem onde morar – é a Associação. Uma pessoa vinha na minha casa e dizia me arruma, me venda um pedacinho de terra. Eu nunca, como diretoria, eu nunca abri exceção pra ninguém, explicada que o terreno não era meu, que como eu queria o bem pra toda comunidade e pras outras comunidades, eu dizia que a gente tava arrumando esse pedacinho de terra pra quem morava aqui há dez anos. Então, depende muito da comissão. E, tem comissão de favela que abre o leque e vende ou abre o espaço pra outra pessoa fazê. Mas, eu quero dizer uma coisa: que a Gregório de Matos tá desse jeito sim, que eu como membro não vou aceitar que seja removida a Gregório de Matos hoje, nas condição que ela está aí. Os morador que fez grandes casas na área de risco, não foi culpa desses morador, foi culpa da diretoria que não deu orientação pra ninguém, que não soube negociar nem com morador, nem com prefeitura. Hoje tem por volta de quase umas trezentas famílias. Antes era umas cento e cinquenta e poucas.
(Gregório de Matos)

F - *Eu como movimento faço uma avaliação. Não é justo que agora nós ou a associação que teja aí, que concorde com a prefeitura ou com o Estado, ou quem quer que seja, que venha tirar essas famílias, que tá com uma grande construção, que tá tudo ocupado a Gregório de Matos. É até injusto querer tirar essas famílias. Tem uma coisa que já aconteceu com a Gregório de matos, com uma condição de moradia muito melhor do que aqui. Então isso, a gente pode negociar sim, como movimento e com uma associação que tenha*

esse entendimento, para que a família não tenha muita perda, pra que a família não perda tudo que ela tem até hoje. Tem que ser uma negociação que dê a oportunidade de essas famílias construir em outro canto. Sabe quanto custa hoje um barraco aqui? Olha, tem pessoas vendendo um barraco aqui por trinta, quarenta, cinquenta mil, isso as casas de broco. Ninguém se vende por três ou quatro mil. Quando vem vende, uns cinco mil real se vende, mas é oferecido muito mais pela pessoa que tá vendendo, que só oferece a venda da casa por dez mil, ou só vendo minha casa por vinte mil, nem que não venda, mas é oferecido esse preço. Não tem mais essa estória de vender por mil real, dois mil real... (Gregório de Matos)

F - *...Se ele (Celso Daniel prefeito) se elegeisse de novo, foi a promessa que ele fez, que ele ia arrumar uma forma de estar removendo a gente daqui, pra uma área que pudesse ser urbanizada e que a gente ia ter as casinhas da gente, ia pagar todo mês...Até eu e a Tânia tava lutando por uma ali no Milena, mas no orçamento do ano passado os morador dali ganhou aquela área ali, pra área de lazer. A gente ficou um pouco triste, mas fazer o que, né? A gente ficou triste, mas por outro lado, a gente tá vendo que é uma coisa de serventia pra comunidade também. A gente vai continuar lutando, vai continuar buscando pra gente uma moradia digna. A gente não tá aqui por que a gente quer, a gente tá aqui por necessidade. (Gregório de Matos)*

F - *...Porque quando eles vêm, têm aquela preocupação e só com a preservação da área. Eles não comentam que a gente tá morando aqui precariamente, se tá correndo algum risco. Se eles têm essa preocupação, eles guardam só pra eles. Inclusive, há duas semanas atrás, quando a gente tava removendo as famílias que estavam correndo risco na beira do rio, lá pra cima, chegou um homem que se dizia da habitação, ele tava tirando foto e eu nem prestei atenção no crachá dele. No outro dia, saiu uma matéria no jornal, Diário do*

Grande ABC, que o pessoal daqui tava desmatando e invadindo aquela área. E, não era nada disso. Ele me perguntou quantas pessoas estavam sendo removidas e eu disse que eram umas 20 famílias. Ele já colocou quarenta... Quando eu fui pra São Paulo fazer orçamento de fio pra esse pessoal que foi removido, eu tinha dinheiro. Tinha R\$18,00. Inclusive, eu não fui só pra São Paulo. Eu fui na Vila São Pedro, fui no jardim Ipê, no centro de São Bernardo, depois eu fui lá pra São Paulo, na Santa Efigênia... Nesse trabalho de militância, tem alguém que auxilia você? Não, não, não. Sai do meu bolso mesmo. Eu vou, faço o orçamento, fico esperando o dinheiro deles pra comprar fiação, contratar uma pessoa e fazer a ligação. E, nessas matérias e outras, houve, em algum momento, a preocupação do porque tava se removendo essas pessoas? Na última matéria, foi tocado sim. O morador lá de cima tinha falado que eles tinham sido removido porque eles quase tinham caído no rio. Mas, a matéria criticava: como eu ia remover essas 40 famílias de lá, se não tinha espaço e não podia desmatar lá em cima. Mas tem mais 26 pra ir pra lá. E, quem que tá ajudando? A habitação, a prefeitura... Nós já fizemos 800 metros de esgoto. Quando eu vim morar aqui, não tinha esgoto, veio eu, mais cinco pessoas que morava aqui se reuniu e, comprou cano, comprou tijolo, fizemo a caixinha e, ligamo lá de cima até no rio, aí, foi chegando gente, ligando, ligando, ligando e tá aí. Mas, tudo aqui, saiu do bolso da gente. Então a iniciativa da prefeitura é de agora? Agora que eu pedi, porque esse esgoto aí não tinha como. O resto das ligação que tem foi tudo a gente que fez. (Haras)

M - *Se pudesse fazer um cadastramento, um documento que passaria isso daqui de barraco pra casa, eu acharia bom. Eu gostaria que a prefeitura se interessasse por fazer um cadastramento aqui pra nós, por que legalizar, eu sei que aqui é embolado. Pra legalizar, tem que legalizar o terreno 3mX25m. Aqui não dá. Porque se for*

fazer isso, tem que derrubar muito barraco. E, se for fazer isso, deixar um na rua e eu ficar urbanizado, eu mesmo sou um que não aceito. Eu não aceito. Nós prefere mora tudo embolado do jeito que tá, porque cada um leva sua vida do jeito que dá. (Homero Thon)

F - *Quando é eleição, vem gente direto: vem, visita, fala e passa. Acho que é pra todo mundo. Se nós colocamo eles na câmara, nós tem o direito de chegar lá e cobrar deles. E, o jeito que eu tô falando aqui com você, eu falo lá. Não é só época de eleição. A gente queria que eles chegassem na gente e falassem o que tão fazendo, quem fez, se foi eles ou não. A gente queria que eles fossem mais abertos com a gente. Esse calçamento que a gente tem aqui dentro foi feito em comunidade, no tempo do Celso Daniel. Eu não tenho o que dizer do Celso Daniel, porque o que ele pode fazer pela gente, ele faz. A gente agradece o que ele fez, mas a gente queria é que fizesse a avenida principal que é onde passa mais trânsito, passa o gás, a ambulância, aqui dentro não tem trânsito. É uma coisa mínima que a habitação vai fazer pra nós: é só a numeração. Isso tem mais de um ano que eu estou cobrando. Custava mandar uma pessoa pra por numeração? Olha, a Eletropaulo cobra de mim, o correio cobra de mim, a telefônica cobra de mim e eu não posso fazer nada, sou só uma simples pessoa da comunidade. (Homero Thon)*

F - *Vai acabar se aposentando e recebendo aposentadoria por 20 anos de comissão (todos riem). Acho que se fosse pra cobrar meus direitos, eu teria, viu? Eu fiz tanta coisa, já fui em tanta coisa. Teve uma viagem pra Brasília que foi favela do Brasil inteiro e eu tava lá, nós comia 'marmiteco' que mandavam lá pra nós. Eu tava lá... Acho que o problema que emperra as pessoas é que nem eu acabei de falar pra vocês: eu não saio porque tá na minha veia, mas muita gente, entra e não vê resultado da prefeitura e esmorece, vai esmorecendo e vai saindo. Eu acho que eles (a prefeitura, o poder público) devia ajudar a conscientizar a população, a formar uma*

comissão e fortalecer essa comissão. Outra coisa, eu ainda não tenho idade de passar e não pagar o ônibus, mas às vezes eu não pago, porque eu não tenho dinheiro, podia ao menos ter uma carteirinha. Eu ganho um salário mínimo, da pensão do meu marido, mas o salário não dá nem pra eu comer. (Homero Thon)

As narrativas revelam uma tensão constante entre o ideal de urbanização e o direito à permanência. Um conflito que expressa as contradições históricas da política urbana brasileira, marcada pela desigualdade e pela precariedade das favelas. Os depoimentos traduzem uma consciência prática da inviabilidade da urbanização formal dentro dos moldes técnicos do poder público: *“pra urbanizar mesmo não dá não, porque vai ter que derrubar a favela todinha”*. Essa percepção evidencia o descompasso entre o planejamento urbano oficial e a realidade material da vida nas periferias. Ao mesmo tempo, a autoconstrução *“nóis fez as galeria em cima do rio, do bolso nosso mesmo”*, revela um protagonismo popular, expresso sobretudo nos relatos masculinos, que emerge como resposta à ausência do Estado na provisão de saneamento básico. Embora essas soluções comunitárias permitam a sobrevivência cotidiana, elas expõem a população a riscos ambientais permanentes, como enchentes, contaminação da água e adoecimento, evidenciando como a precariedade urbana se converte em vulnerabilidade em saúde.

Entre as mulheres, há uma ampliação do olhar político. As falas de lideranças femininas, como as das comunidades Gonçalo Zarco e Gregório de Matos, apontam para uma consciência cidadã e de gênero mais elaborada. Elas atuam em espaços institucionais, como o Orçamento Participativo e conselhos de políticas públicas, transformando a luta pela urbanização em uma reivindicação de reconhecimento social e jurídico: mudar o nome de “favela” para

“comunidade” torna-se um gesto de dignidade e enfrentamento do estigma para essas pessoas nesse período histórico.

A urbanização é vista, assim, não apenas como obra física, mas como reparação simbólica e social. Contudo, as falas revelam também a desconfiança diante dos processos de remoção e da parceria público-privada, como no caso do IMAP⁶¹, e o discurso da “requalificação”. As moradoras demonstram lucidez ao perceber que “urbanizar” pode significar “expulsar”, e que o direito à cidade permanece condicionado pela capacidade de pagamento e pela lógica da valorização imobiliária. Há, portanto, uma crítica latente ao modelo tecnocrático de planejamento urbano, que ignora o conhecimento e as estratégias locais.

As mulheres, especialmente, assumem o papel de mediadoras entre comunidade e poder público, traduzindo a demanda por moradia digna em linguagem política. As narrativas de Gregório de Matos mostram essa transformação: da mobilização popular e do projeto coletivo nos anos 1980 à disputa por permanência e regularização fundiária nas décadas seguintes.

A fala oriunda do território da Homero Thon sintetiza um sentimento coletivo de cansaço e resistência, ao mesmo tempo em que expressa o reconhecimento de uma cidadania incompleta: “*sou só uma simples pessoa da comunidade*”, e a reivindicação por direitos básicos, como numeração, iluminação pública e transporte. As vozes femininas, contudo, ressignificam esse lugar historicamente marcado pela exclusão, transformando o cotidiano da favela em campo de ação política e convertendo a experiência

⁶¹No contexto de Santo André IMAP refere-se ao Instituto Municipal de Administração Pública. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos criada em 2001 para apoiar a gestão municipal por meio de capacitação, pesquisa e desenvolvimento institucional, com foco em fortalecer a administração pública local, incluindo áreas como saúde, educação e transparência na gestão pública.

Atividade de alunos do curso de alfabetização da favela Gamboa. 2000.



vivida em prática de planejamento popular e afirmação do direito à moradia.

Essas narrativas evidenciam que o “direito ao planejamento” não é apenas técnico, mas social e político. A urbanização, para essas comunidades, só é legítima quando construída com essa população, e não contra ela. O protagonismo feminino e comunitário emerge como força crítica frente ao Estado e ao capital, revelando que o verdadeiro desenvolvimento urbano só existe quando inclui, reconhece e escuta quem o vive cotidianamente.

23) Demandas, reivindicações e recados da favela para o poder público e toda a sociedade

“Eu escrevo o que os pobres sentem, mas não podem dizer.”

Carolina Maria de Jesus

F – ...Que as pessoas sejam mais humanas em pensar em si próprio. Que hoje eles sabem onde moram, mas amanhã, quem sabe onde eles vão morar. Só quem sabe é Deus. (Gregório de Matos)

M - *É que nem eu disse: a gente gostaria que tivesse uma melhoria no bairro nosso aí. Melhoria assim, principalmente na parte de esgoto que tá um pouco bagunçado e também vortasse a luz no lugar onde tinha de primeiro, nas vielas, porque, sabe né? Virou uma escuridão total. (Gregório de Matos)*

F - *Eu acho que a televisão atrapalha. Porque ela traz muitas coisa que não ajudam no crescimento da população, do desenvolvimento do problema social. A TV não mostra isso, ela só mostra lado que é ilusão. Ela não mostra a realidade. A realidade dos trabalhador, a realidade das comunidades, a realidade da população empobrecida, da população mais carente, ela não mostra isso, ela só mostra ilusão e violência. Então, TV não ajuda. Ela só atrapalha vida de todo mundo. As novelas traz um avanço muito grande pras famílias pra se destruírem, o povo vai querer usar os modelos que tá na novela, a criança vai ficar mais avançada na coisa que não traz nada de social. Eu sinto isso. (Gregório de Matos)*

M - *Isso varia muito da criação, porque existem pessoas egoístas, tanto pobre como rica, assim como existem pessoas solidárias tanto pobre como rica. Isso varia muito da criação. A criação diz tudo. Dizem que 'pau que nasce torto, morre torto.' Eu acho que é mentira. Porque se você tem uma boa formação, uma solidez na família, um porto seguro na família, você nunca vai usar drogas, nunca vai roubar, por mais que necessidade que você passe ou por mais que você tenha. Por que não adianta ter mundos e fundos de dinheiro e não ter um amor dentro de casa, porque isso leva às drogas e leva ao roubo. É uma aventura a mais. Morreu um amigo nosso há pouco tempo, que era classe média. Ele era ladrão, ladrão de carro. Ele fazia isso porque queria adrenalina no sangue. Adrenalina pra mim é estudar, trabalhar, eu trabalho com arte, isso é adrenalina pra mim. Pra ele era isso. Acho que isso é a diferença: a criação. Se você tem uma solidez na família, você tem tudo na*

vida. Você tem o caráter pra erguer a cabeça e andar de cabeça erguida. É o primordial. (Homero Thon)

M - *Uma coisa que eu quero dizer pra todo mundo aqui dentro que vai ficar gravado aí, é não assinem papel na mão de todo mundo aqui dentro. Se o cara chegar dizendo que é juiz de direito, vai no cartório e pede informação a um advogado, pede pra ele ler e te explicar. Não é desconfiando de você, não, mas se você chegasse aqui com um papel, eu não ia assinar, não. Você pode até estar fazendo seu trabalho, ganhando seu dinheiro, mas amanhã ou depois acontece alguma coisa e eu digo que eu não queria, você diz que eu assinei e tem um papel aí que prova. Pode desligar aí, que eu já disse tudo. (Homero Thon)*

M - *Que os prefeitos cumpram, principalmente o Celso Daniel, que ele lembre das promessas dele desde a política e mesmo depois da política, né? E nos ajudar a conquistar esse direito da terra, que ele não esqueça disso, ele e o seu Carlinhos Augusto que são os dois que estão nos fazendo promessas, mas essas promessas nos vamos estar cobrando até o fim, não vamos deixar barato assim, só na palavra de políticos, de promessas, não. Nós vamos ficar no pé mesmo cobrando, até o dia que eles nos ajudar a legalizar isso aqui. (Jardim Primavera)*

M - *O que eu podia passar é o que eu sinto. Pra agir mais como ser humano com eu ou com qualquer outra pessoa. Eu falava que se você tem um carro 90 e eu um fusquinha 66, eu vou onde você vai. E amanhã você pode estar desempregado. Pode acontecer igual aconteceu com um colega meu de ter três, quatro carros bom e hoje estar andando numa bicicleta. Deus detesta gente orgulhosa. O que eu passaria é de olhar pra trás e olhar pra frente. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - *Eu diria o seguinte: as pessoas que moram aqui são seres humanos iguais eles, não tiveram a oportunidade de morar num*

lugar decente, de ter sua casa própria. Mas, são gente que trabalha, trabalhador, eles não podem colocar todo mundo do mesmo jeito. Tem lugar que é terrível mesmo, mas você vê que é porque tem mais gente, de mais lugar, tem mais lugar onde se esconder, então vem de outros lugares. Mas, eles não podem generalizar todos da mesma forma. Então, eu diria pra eles que eles estão totalmente enganados à esse respeito. São pessoas humanas e que gostariam de ter sua moradia como eles tem, em área particular. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Vontade de falar mais a gente tem, né? E de dizer que queria uma casa própria, mas isso aí é o que a gente sonha toda noite. Tem que pedir a Deus que dê saúde pra gente conseguir um, o que deseja. Esse é meu sonho: ter um terreno noutro canto. Poxa, tem hora que eu digo assim, Meu Deus já tive o terreno, a casa não tava acabada, mas já tive quatro cômodos, um terreno pago meu mesmo, aqui em São Paulo, paguei em trinta e seis vezes na época. Se eu tivesse segurado, hoje eu tinha, né? Mas, por problema de família, tive que passar pra frente. E hoje em dia fica difícil. Construir em um terreno é difícil. Nosso país é rico, só que o pessoal num comanda a coisa certo. Eu tava vendo uma reportagem no Japão, é assassinado um por ano e olha lá quando acontece. Aqui nessa cidade (São Paulo) é matado um por segundo. No Japão se usa um aparelho só uma vez, aqui, se usa até a carcaça do negócio. Lá eles ganham o equivalente a quase 7mil real. Por aí você tira: nosso país é rico, mas a mão de obra é barata. Daí, o que eu posso oferecer pros filho meu, ficando a mão de obra difícil? Você tem que pedir a Deus, baixar a cabeça e lutar. Não é fácil a coisa. (Marginal Taioca-Jardim Oriental)*

M - *Peço apoio para as pessoas responsáveis pela saúde, educação, segurança, que olhe um pouco por nós da Pintassilgo. Não adianta plantar coqueiros para embelezar a cidade e esquecer nós, que*

moramos aqui. Na prefeitura somos 1250 famílias e nem temos o saneamento básico. Não falo só da Pintassilgo. E, peço mais respeito pra onde vai o dinheiro dos impostos. (Pintassilgo)

F - *Quero apoiar o que o Ferreira falou e agradecer a vocês e a todos pela oportunidade que tivemos. (Pintassilgo)*

As vozes que ecoam dessas narrativas parecem vir de um território onde a esperança insiste em resistir entre becos, enchentes, goteiras, barro, escuridões e fios elétricos improvisados. São vozes que pedem um olhar, não de piedade, mas de reconhecimento. *“Que olhem um pouco por nós”*, dizem como quem deseja ser visto na paisagem da cidade que os esqueceu.

Detalhes das moradias em favela de Santo André. 2002



Enquanto o poder público enfeita e limpa avenidas, ruas e praças centrais, as vielas mergulham no descuido, no abandono e no breu.

No tom sereno e firme das falas há algo de oração e de manifesto. As lideranças falam com a fé de quem confia em Deus e com a lucidez de quem conhece o abandono. Há um apelo à humanidade: *“que as pessoas sejam mais humanas”*, que soa como súplica e advertência: *‘hoje moram em bons endereços, amanhã talvez estejam aqui, no barranco, à beira do rio.’*

Entre as palavras, emerge também uma crítica à ilusão midiática. *“A televisão... é uma fábrica de enganos: mostra luxo, intriga e violência, mas não mostra o rosto do trabalhador nem o chão das comunidades. Na tela, o povo é caricatura; na vida, é carne, suor e luta.”* A mulher que fala isso percebe, com sabedoria, como a imagem fabricada pelo outro desfigura a verdade da periferia e como as novelas alimentam sonhos que ilude as pessoas.

Outros falam da família, da criação, do caráter. Falas que carregam uma ética simples e muito profunda: *o valor não está no que se tem, mas no que se aprende em casa. O amor é o porto seguro, o que mantém o homem ereto no meio da ruína.*

Há desconfiança justa e aprendida nas palavras de quem alerta: *“não assinem papel na mão de ninguém”*. A memória das promessas não cumpridas moldou um povo que agora cobra e questiona. Querem o direito à terra, à moradia, à legalidade da existência. Não falam como súditos, mas como cidadãos que aprenderam a vigiar o poder, a não se deixar enganar pelo discurso fácil.

O sonho da casa própria reaparece como um refrão. A casa não é apenas abrigo físico, mas símbolo de permanência, de enraizamento e da conquista do direito de existir sem medo. Nas memórias do morador que perdeu o terreno e hoje recomeça a luta, entrelaçam-se dor e ternura. Ao comparar o Brasil ao Japão, ele parece buscar uma medida entre o que é possível e o que seria justo. *“Nosso país é rico, só que o pessoal não comanda certo.”* Nessa afirmação aparentemente simples, condensa-se um diagnóstico profundo sobre a desigualdade, o capitalismo, a má distribuição da riqueza e as escolhas políticas que marcam a história do país.

Por fim, há o pedido sereno e firme de quem fala em nome de muitos: *“peço apoio para as pessoas responsáveis pela saúde, educação, segurança, que olhem um pouco por nós”*. A voz que encerra o depoimento é uma voz coletiva, tecida de indignação e esperança. Nela ressoa o desejo de ser tratado como igual: *“as pessoas que moram aqui são seres humanos iguais eles”*.

Essas palavras são recados da favela à cidade que as cerca e às autoridades que as esquecem. São mensagens que atravessam o tempo com a força da verdade dita sem rodeios. Revelam um povo que, mesmo à margem, trabalham muito e constrói sua própria ideia de justiça, humanidade e pertencimento. Não são falas de resignação, mas de resistência. No eco dessas vozes, há uma cidade pedindo para ser refeita não de cimento, mas de dignidade.

24) Do sonho à sobrevivência: travessias migratórias e o direito à cidade

“Quando cheguei a São Paulo, vi que a cidade não tinha lugar para os pobres.”

Carolina Maria de Jesus



Mulheres e crianças. Favela Espírito Santo. 2002.

F - Vim porque a gente é muito curioso e a gente que tá lá no Norte, sempre quer vir pra São Paulo, porque

acha que São Paulo é tudo. É um sonho que a gente tem em vir e ao mesmo tempo a gente é iludida. Porque não é nada daquilo que a gente pensa, caso contrário, lá a gente tem até mais conforto. Mas, como a gente é muito curioso quer vir pra São Paulo pra ver. E, eu vim pra São Paulo fiquei de aluguel em Santo André na Palmares morar com a minha tia. Depois, casei e continuamos morando no Vila Palmares. Depois mudamos pra Rio Grande da Serra, porque o aluguel estava muito caro, mas em Rio Grande da Serra a casa era de uns cumpadres e deu pra gente morar de graça. Só que lá teve aquele desentendimento com meu marido e a gente se separou. Como ficou mais difícil eu vim pra cá com meus quatro filhos. Morei uns dois meses com uma família. Desempregada, tentei arrumar um serviço, mas não encontrava. Então o que eu pensei? Terreno desocupado, foi o que eu fiz: ocupei o espaço por causa da necessidade. Não tinha dinheiro, não tinha emprego, então, os material eu pedi na igreja – eu sou evangélica – e os irmãos da igreja deram pra eu construí o barraco. hoje tem sete anos que eu estou aqui na comunidade. (Gonçalo Zarco)

M - *Eu sou paranaense. Bom eu vou começa lá do Paraná mesmo. Bom sabe o que que é, eu morei lá no Muarama... Antes disso, eu morei dentro da divisa do Paraná, então eu morei dentro do canal do paranazão. Mato Grosso, dentro do planalto lá chamava ilha grande, aí, de lá para cá, esses tempo, nós trocava olaria. Eu junto com meu pai, né? Nessa época era solteiro. Ai, nós tinha olaria lá e, ficamos dois ano lá. Aí, veio a enchente né, levou. Se não falha a memória ... Que eu vim pra São Paulo em 79, antes eu morei no Muarama, dois, três anos, depois que eu sai de lá, vim pra Muarama. Tem numa faixa aí de mais de 20 anos... Aí veio a enchente, que lá e ... Tomou tudo., invadiu tudo, acabou com a colheita, a água levou tudo, milho...Lá nos tinha (propriedade), e aqui era lote né, lá era posse mesmo. A gente comprou. A gente*

tocava café, no Paraná também ai gente foi pra esse pro Mato Grosso lá, aí a gente comprou uma posse lá e depois, onde nos ficamos dois anos e pouco, na época que deu essa enchente, perdemos arroz, perdemos tijolo, que a gente trabalhava com esse tijolo comum, perdemos tudo isso aí... a Olaria. Não foi só nós que saiu de lá. Desocupou aquela área. Naquela época... Umas cento e poucas famílias moravam no local. É foi bem antes que eu vim pra São Paulo em 79, aí eu vim pra Muarama, ficamos uns dois anos e pouco, aí eu trabalhei na prefeitura, na construtora, na área que eu queria e, depois vim pra São Paulo que o médico que cuidava da minha filha que falou pra mim que...É, que eu tinha que cuidar da minha filha, que eu tenho uma filha que tem problema. Que eu viesse prum lugar que tem mais conforto. Que ela nasceu prematura né, então, aí eu vim pra São Paulo. (Gregório de Matos)

F - *Tem seis anos que eu moro aqui. Primeiro veio o meu marido que trabalhava aqui de pedreiro. Com dez meses ele mandou buscar a família: eu e seis filhos. Ceará, Juazeiro do Norte. Não sei se você já ouviu falar na terra do Padre Cícero? A gente é de lá. A gente morou seis meses no Jardim do Estádio em Santo André, pagando aluguel. Só que a gente não teve mais condições de pagar aluguel. Ele já tinha uma irmã que morava aí, no nº. 46 desses prédios que tão construindo aí, fora da comunidade. Ele saiu de Santo André para trabalhar em São Bernardo, a gente então, resolveu entrar aqui pra montar um barraco. Então, ele fez um cômodo e a gente entrou pra dentro. Oito pessoas morando em casa. Nessa época foi só um cômodo. Não tinha piso, não tinha porta. A gente entrou pra dentro e fez o piso, fez a porta, fez outro cômodo, o banheiro e vai vivendo até hoje. Eu gosto daqui, não vou mentir, não. Eu gosto muito daqui. É um lugar sossegado, tranquilo, a gente fica assim, à noite, sossegado. Os filhos da gente saí pra estudar, volta sossegado. Eu*

gosto daqui, só que eu queria um lugar mais melhor pra morar.
(Haras)

F - *Eu pagava aluguel e meu marido, o sonho dele era de um dia ser dono de uma casa. Eu vim de Pernambuco com meu marido. Faz 23 anos que eu cheguei aqui, no Estado de São Paulo, mas estou nesse bairro, aqui na favela mesmo, fez 17 anos no mês de outubro. Vim morar de aluguel, morei de aluguel durante 3 anos. Depois, o sonho dele era ser dono de um terrenozinho que não pagasse aluguel. Na época eu tinha um filho só e não queria vir de jeito nenhum, jamais eu queria vir pra favela porque o pessoal falava muito. Sempre em toda vida teve comentário. Eu não queria, mas o jeito que tive foi acompanhar. Não tinha água, não tinha luz, mas ele veio, comprou um barraquinho, aí eu vim, mas não arrependi, não.* (Homero Thon)

M - *...Eu sai do Rio Grande do Norte eu vim pra Bahia, em 77. Da Bahia eu vim aqui pra São Paulo, em 80, não tô bem lembrado. Eu vim pra cá por causa que lá na Bahia onde eu tava não tinha serviço, além de não ter serviço, eu entreguei a fazenda que eu tomava conta, porque ele não quis me pagar pelo valor que eu queria, então vim pra cá. Eu moro com a mulher que eu arrumei aqui e meus dois filhos que tinham ficado na Bahia nessa época e veio. Hoje e mora comigo.* (Homero Thon)

M - *Eu trabalhava e morava no serviço mesmo, de construção. Eu morava na Bahia, depois, em 85 eu vim pra cá! Vim pra trabalhar, né? Com esperança de melhorar a situação. Vim com meu irmão, depois arrumei a mulher aqui, daí tô por aqui. Com quem o senhor mora na sua casa? Com minha mulher, três filhos e tem uma menina que mora lá com nós.* (Jardim Primavera)

M - *Eu vim morar aqui pelo seguinte: eu não tinha condições de pagar aluguel. Como eu trabalhava aqui no frigorífico central, eles propôs pra gente que quem trabalhava lá, ele deu essa parte pra gente morar. Como no alojamento não coube todo o pessoal, então*

ele dividiu essa parte com a gente. Vários que trabalhava no frigorífico veio morar aqui. Isso aqui pra mim, não tem nada da prefeitura. Tanto que pra colocar a luz aqui, sem a assinatura dele, ninguém conseguiu nada. Fomos na prefeitura, na Eletropaulo, não conseguimos nada. Falamos com ele (Seu Joaquim) e ele disse que se isso era o problema, já tava resolvido. Um dos primeiros fundador daqui foi o Seu Josias, faz uns 22, 23 anos, um ano antes de mim. Foi o primeiro barraco daqui. Hoje ele se encontra na Gamboa. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

F – *Sou Maria Gomes, moro aqui há 20 anos, tenho 65 anos, e quem mora comigo são dois filhos, ao todo são 10 pessoas...Eu morava em Diadema e tinha um filho que morava aqui, Aristeu, ele foi nos visitar, eu morava na favela do Marilene, nosso barraco amanheceu tudo soterrado. Choveu muito, meu filho falou que ia me levar pra lá. É só o Sr. Manuel tem coragem de enfrentar a morte, não ter medo, fazer o que eu fiz. Foi invasão. Não tenho ninguém aqui. O meu filho morava lá embaixo, perto do bar. Do mercado pra cima era só mato, nenhuma casa. Nós viemos embora...Trouxemos tudo, derrubamos o barraco com a própria madeira. Trouxemos só um caminhão, aí, deixamos na garagem do meu filho, onde minha nora estendia as roupas, aí, meu velho enfrentou aqui carpindo. Com esse trabalho, ele montou o primeiro quartinho, ele passou a dormir aqui forrando com pano, até ele construir. Armou um quartinho e eu ia pra Diadema todos os dias, fazia uma vida. Eu trabalhava numa avícola fazia quatro anos. Eu não tinha onde ficar. Para poder comer, eu ficava lá e vinha, trazia pra eles comerem as coisas que eu ganhava, frango... Meu filho estava desempregado. (Pintassilgo)*

M - *Eu vim morar no Pintassilgo por não ter outra opção de morar em outro lugar, aqui foi minha mãe, minha casa. Me falaram vai pra lá pra arrumar um aconchego. Realmente por causa do aluguel. (Pintassilgo)*

M - *Vim morar na comunidade porque eu não tinha condição de comprar um terreno pra fazer uma casa pra mim, então a minha opção foi vir pra favela, porque foi um meio melhor de eu achar, de viver, porque seria mais barato viver na favela do que a possibilidade de comprar um terreno, por isso eu cheguei na comunidade.* (Pintassilgo)

F - *Por dificuldades financeiras. Na época a gente pagava aluguel, daí meu esposo ficou desempregado, eu também trabalhava fora, mas como tinha duas crianças ficava muito difícil pagar o aluguel. Tinha água, tinha luz, tinha as despesas, tinha tudo pra fazer, né? Aí a gente acabou conhecendo esse lugar aqui e viemos morar aqui.* (Jardim São Bernardo)

M – *...Vim pra fugir de aluguel. eu pagava aluguel pra uma viúva, mas ela veio, pediu a casa, aí, de tanto pagar aluguel em sampa, fui indicado que aqui tavam cedendo esses terrenos, não tavam vendendo, tavam cedendo pras pessoas que não tinham condições de moradia. Aí, depois, se tivesse uma negociação com o proprietário, ia ser passado a fração ideal (referindo-se ao tamanho do lote) e aí, sim, a pessoa ia pagar de acordo com o que a gente pudéssemos pagar. Só que já houve várias negociações, várias intervenções de associações... Eu vim pra sampa em 68, de Pernambuco, da cidade de Agrestina. Morei em sampa, depois no Cristiane aqui em Santo André, e aí vim pra cá...Saí de lá com uns 20 anos. geralmente, todos nós vem com a mesma coisa: evoluir, crescer. E, lá no Nordeste você sabe como é: desfavorável a tudo. Sampa naquele tempo era muito bom de emprego, hoje não. Hoje não vale mais nada. Hoje o que tem em sampa é corrupção, mentira, roubo, sequestro, criminalidade aumentando... Tudo o que não presta tem hoje.* (Vista Alegre)

As narrativas analisadas expressam um conjunto de experiências migratórias marcadas por desigualdades estruturais, nas quais

fatores econômicos, climáticos e sociais se entrelaçam, configurando trajetórias de deslocamentos forçado. A migração, nesse contexto, surge menos como escolha e mais como resposta à precariedade das condições de vida no campo e nas regiões Norte e Nordeste do país. Um movimento histórico que reflete o desequilíbrio do desenvolvimento nacional e a centralização de oportunidades e investimentos público nas metrópoles.

A decisão de migrar, reiteradamente narrada como um “*sonho*” ou “*curiosidade*”, revela o poder simbólico que São Paulo exerce como território do progresso e da ascensão social. Contudo, o impacto do encontro com a realidade urbana expõe o contraste entre expectativa e vivência concreta: o sonho de “*crescer e evoluir*” é substituído pela luta diária por moradia, trabalho e dignidade. Essa desilusão evidencia a persistência de desigualdades regionais (ODS 10) e a ausência de políticas públicas eficazes de integração social e urbana (ODS 11).

Nossa análise permite compreender que tais experiências não se distribuem de forma homogênea. As mulheres, em particular, aparecem nas narrativas como protagonistas da sobrevivência. Nessas narrativas, em grande parte, são elas que ocupam terrenos, solicitam materiais às igrejas, constroem os primeiros barracos e mantêm o sustento familiar diante da ausência de emprego e da instabilidade conjugal.

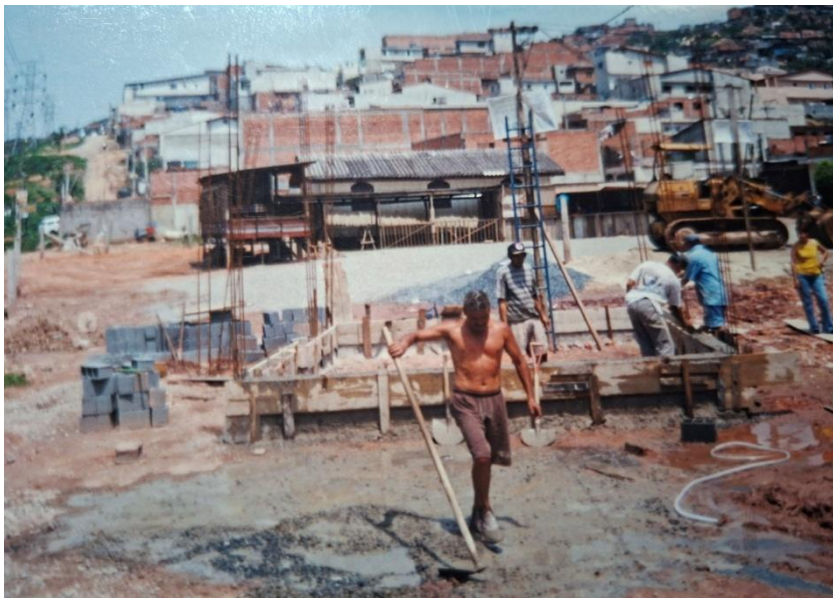
A articulação entre gênero, raça, classe e território, portanto, revela a sobrecarga imposta às mulheres pobres e migrantes, cuja vulnerabilidade é intensificada pela estrutura patriarcal e pela informalidade das condições urbanas. Nesse sentido, há uma convergência direta com os princípios do ODS 5 (Igualdade de gênero) e do ODS 1 (Erradicação da pobreza).

A presença constante da informalidade na moradia, no trabalho e nas redes de solidariedade configura o que Milton Santos

denominou de “territórios da sobrevivência”. Espaços onde o Estado se ausenta, mas onde emergem práticas sociais de autogestão e resistência. A favela, nesse contexto, não se limita à imagem da carência, mas representa também um espaço de potência, organização, construção coletiva e de reinvenção da vida urbana. (SANTOS, 1993)

A autoconstrução da moradia e a constituição de comunidades solidárias materializam, a partir da experiência concreta das periferias, o horizonte proposto pelo ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis. Mais do que soluções improvisadas, essas práticas expressam saberes locais, formas coletivas de organização e estratégias de cuidado com o território, historicamente produzidas diante da ausência do Estado.

Favela Jardim Irene III. Comunidade construindo a sala de alfabetização com apoio do GATS e ALCOA. Projeto Construir. Santo André. 2002.



Reconhecê-las e incorporá-las às políticas públicas não significa legitimá-las como substitutas do direito à cidade, mas afirmá-las

como base indispensável para a construção de intervenções urbanas socialmente justas, ambientalmente responsáveis e comprometidas com a dignidade da vida.

Dessa forma, as narrativas revelam a face concreta das desigualdades urbanas, articulando as dimensões econômicas e regionais num mesmo campo de exclusão. A migração, o desemprego, a dependência da informalidade e a luta por moradia configuram um cenário em que os direitos urbanos permanecem incompletos. A favela torna-se, então, a síntese da contradição entre o direito à cidade e a cidade real, uma cidade que cresce sobre as ausências, mas também sobre a potência dos que, mesmo à margem, continuam construindo seu lugar no mundo capitalista com muito trabalho.

25) ***“Era tudo barraquinho”* - O lugar ao chegar**

“Meu barraco é tão pobre que quando venta parece que vai voar.”

Carolina de Jesus

Detalhes de moradias em favela Vista Alegre. 2001.



F – *A parte antiga eu não conheço. Mas, tem uns vinte anos, aqui é dividida por partes: tem a velha, tem a mais nova que deve ter uns 10 anos, tem umas seis moradias. E os outros tem uma faixa de sete, oito anos. Comigo só veio a minha família mesmo. Por cima, eram umas vinte e sete famílias. Na terceira parte não tinha barraco até então. Na minha época é que foram montando. Foi a parte que cresceu mais. (Gonçalo Zarco)*

F – *Eu vim pra cá em 81. Quando eu vim pra cá, eu achei um absurdo. Meu marido construiu um cômodo só, era um barraquinho. Quando chovia lá fora a gente tinha que subir em cima da cama, porque a água passava lá embaixo e ia embora, era muita lama, muitas coisas. Nós era em sete pessoas. Porque foi que a senhora veio morar aqui? Porque, infelizmente, tem coisa que a gente não pode nem dizer o porquê. Foi por necessidade, não poder comprar um terreno, uma casa lá fora. Eu tinha cinco filhos, eu criei eles aqui dentro. Às vezes, as pessoas fala muito de favela, tem muito preconceito, só que meus filhos foram criados aqui dentro, todos estudaram e seguiram um bom caminho. E, cada família que tá aqui eu acho que tem estória pra contar, porque cada um que entrou aqui, foi porque teve necessidade, porque precisou entrar. A gente tem entorno de 600, 700 famílias. (Homero Thon)*

M – *Ao todo? Tinha uns cinquenta e seis barracos ao todo. Hoje tem quantos de madeira? Ah, de madeira, se tiver muito, tem uns três. Aí, cada um tomou conta do que é seu, né? Na época teve luz, água, um médico que vinha tomar conta da gente... (Jardim Oriental – Marginal Taioca)*

F – *Minha casa é de madeira e tem quatro cômodos. Aqui Tem mais de 40 anos...Era tudo barraquinho, tudo mal feito. E começou a fazer casa faz uns trinta anos. O pessoal foi vindo aos poucos. O pessoal vinha procurar moradia, eu mesma tinha dó. Quando a gente estava fazendo com medo dos guardas tirarem a gente daqui,*

vinha aqueles casais com muitas crianças e tinha aqueles lugares que as pessoas começavam a carpir e desistiam, diziam “ali é um pedaço bom pra senhora” e assim, vinha outros. Medo eu não tinha. Meu filho morava lá embaixo há uns 3 anos. (Jardim São Bernardo)

F - ... *Fizemos um barraquinho pequenininho, depois, com muita luta dele, que arrumou um serviço de pedreiro, a gente conseguiu comprar aquele pedacinho. Comprar assim, era de um rapaz e o rapaz passou pra gente, demos uns trocados pro rapaz e começamos a lutar, lutar e fizemo aquele barraquinho e aí gente tá. Porque a gente não tem aquelas condições, né? Mas, a vontade da gente é de ter uma casinha, bonitinha, mas agora não temos essas condição, mas a gente agradece assim mesmo de tá nesses barraquinhos. (Jardim São Bernardo)*

As narrativas de chegada à favela compõem um retrato de deslocamentos forçados pela necessidade, e não pela escolha. As falas das mulheres e homens que relatam suas primeiras impressões ao ocupar o território expressam um sentimento de “*desencanto com a cidade prometida*”. São Paulo como espaço do sonho e do trabalho que rapidamente se converte em luta diária por moradia e dignidade.

A descrição das condições precárias: lama, inundações, barracos frágeis, medo da remoção, revela o quanto o acesso à cidade é mediado por processos históricos de exclusão e por uma geografia desigual do desenvolvimento urbano. As lideranças e moradoras expressam, ao mesmo tempo, indignação e reconhecimento: “*cada família que tá aqui eu acho que tem estória pra contar, porque cada um que entrou aqui, foi porque teve necessidade*”. A favela, nesse sentido, não surge como um desvio da cidade formal, mas como parte orgânica de sua formação, construída por sujeitos que foram empurrados para as margens, mas que transformaram o espaço em lugar de vida, de memória e de solidariedade.

Observa-se que essas experiências são sempre atravessadas por desigualdades de racial, de gênero, classe e origem regional. As mulheres, em especial, aparecem como protagonistas reconstruindo, mesmo que em condições precárias, a vida doméstica, articulando a sobrevivência dos filhos, o cuidado e o trabalho precário. A migração nordestina carrega o peso simbólico de uma alteridade estigmatizada, corpos deslocados, racializados e empobrecidos que buscam, na cidade, o que lhes foi negado no campo: a possibilidade de existir e viver com dignidade.

Esses territórios revelam, de forma contundente, as contradições da urbanização brasileira, marcada pela convivência da ideia de progresso que desconsidera a persistência da pobreza estrutural. A precariedade da moradia, a ausência de saneamento, a exposição a riscos ambientais e a instabilidade no acesso a serviços urbanos não apenas expressam desigualdades socioespaciais, mas produzem adoecimento, sofrimento social e vulnerabilização permanente da vida.

Favela Espírito
Santo 2002.

Nesse sentido, a experiência da migração para o ABC no final do século XX evidencia que a favela não pode ser tratada como exceção ou desvio urbano, mas como parte constitutiva



da cidade. Torna-se, portanto, urgente a formulação de políticas públicas integradas, alinhadas aos ODS 1, 10 e 11, que reconheçam

esses territórios como espaços legítimos de vida, promovendo inclusão social, segurança habitacional e acesso equitativo a serviços urbanos como condições fundamentais para a garantia do direito à saúde, educação pública de qualidade e à dignidade.

26) Fronteiras invisíveis: conflitos e o direito à cidade nas relações entre favela e bairro

“Eu sentia que a cidade não me queria.”

Carolina Maria de Jesus

F - *Não. A gente aqui não tem. O povo do bairro frequenta a casa da gente, ajuda, numa hora de doença, oferece se precisar socorrer, tem amizade tudo. (Bom Pastor)*

M - *No dia que eu cheguei aqui com a mudança, essa senhorita safada que morava aqui, me trouxe a polícia pra ver a mudança chegar aqui. Eu falei pra ela que se fosse o caso, eu ia até na prefeitura conversar lá, de tanta coragem que eu tava. Ela trouxe a polícia porquê? Pra ficar tirando “marra” de mim, mas não adiantou... Os moradores do bairro são contra nós que mora aqui e outra coisa, eles estão usando a nossa água de dentro da favela, fazendo cambalacho, e também na força elétrica, tirando aqui de dentro e levando pras casas. O senhor não viu aqui?⁶² Além disso, eles fica metendo a boca em nós, pra gente sair daqui, e trazendo um monte de problema. O problema que eles tão fazendo aqui, que é tirar a força daqui, pra baratear pra eles lá, eles não pode fazer isso. Isso é coisa errada. Uma coisa muito errada que eles tão fazendo. Como é que eles “puxam” água? Puxam do chão e levam pra casa deles. Tem gente que contou pra mim que eles puxam*

⁶² Mostra as gambiarras ao entrevistador.

dentro do cano d'água a rede elétrica... eles não quer que a gente more aqui. Mas, se eles têm o direito de morar ali, nós também temos o direito de morar aqui. Porque, ali naquele terreno, não tinha casa quando eles compraram ali, nós já morava aqui, então, pra que que eles foram comprá ali? Eles que tão errado. Falassem assim, que não queria morar perto da favela e pronto, acabou. Não é verdade? Nós não ia atrapalhar a vida deles, se eles não morasse aqui. Quando eles fazem abaixo-assinado, ou entram com processo, eles alegam o que pra tirar vocês daqui? Olha, isso aí, eu não sei. Quer dizer, a única coisa que eles pode alega é... desvalorização do terreno deles. Eles falam que aqui na favela tá cheio de ladrão, sendo que lá na rua tá mais cheio de gente ruim, lá da rua é que traz as porcarias. Nós daqui é pobre, lá da rua é rico e o que que faz? Os lá da rua traz pra cá e os pobres vão fumar aquela porcaria que mata os outros. (Bougival)

F - *Tem alguns que tem alguns preconceitos que a gente percebe, num olhar, num bom dia, mas eles não chegam a incomodar. Só de você sair da favela eles te olham torto. Às vezes é muito discriminada a favela. Como eu respondo pela região, eu já tive problema na prefeitura, devido aos “baixo assinado” pra acabar com a favela, passar as máquinas... isso eu já enfrentei muitas vezes com dois anos de conselheira. No primeiro ano foram umas quarenta folhas, no total dava umas trezentas famílias. No outro, eles conseguiram assinatura de quatrocentas famílias, que eu não sei da onde conseguiu. Então, fica difícil pra reverter o quadro, mas estamos revertendo. O abaixo assinado veio como se fosse da Comunidade Gonçalo Zarco, eu estou conversando com os moradores pra saber se foram eles mesmos, porque a gente precisa saber de onde que vem. Eles reclamavam no abaixo assinado que antigamente era um bairro sossegado e favela só tinha o que não prestava, claro, porque a visão comum é essa. Eu fiquei sabendo por*

intermédio que todos foram reclamar pro vereador do bairro e ele orientou a fazer o abaixo assinado. (Gonçalo Zarco)

M - *Aqui nunca teve reação contra, mesmo por que a favela é quase mais velha que o bairro. Quando iniciou a ocupação da comunidade o bairro também quase não existia. Eles cresceram juntos. Então, como cresceram juntos, não teve reação contra. Outra, quem entrou aqui era tanto quanto trabalhador quanto os que entrou aqui, não teve aquela de entrar pessoas pra ocupar e sair por ai aprontando e morar aqui. Não. Foi uma coisa assim: era o trabalhador aqui e o trabalhador na rua. Trabalhador que comprou aqui e tentava construir um barraquinho de tábuas no terreno dele e o outro que tava aqui. Quer dizer, esse que fez o barraquinho de tábuas aqui a única coisa que ele tinha de melhor é que ele já tinha, já tinha o saneamento, já tinha luz, que era onde dividia com a gente, entendeu? Mas, não era, não teve assim... A coisa de dizer assim: aqui tinha um bairro e começou uma favela. Não! Aqui crescemos juntos. (Gregório de Matos)*

F - *O negativo aqui é mais pela vizinhança...É pelas críticas, pela discriminação, que existe aqui pra gente. A comunidade aqui em volta, no caso o Jardim Las Vegas (Santo André), o Baeta (São Bernardo), já fizeram vários abaixo assinados pra gente sair daqui, cobraram as autoridades, e outras coisas que acontece aqui, que aqui é polícia entrando direto. Às vezes a gente não tem nada a ver com o problema, mas a gente se sente mal. Se acontece algum assalto aqui no Baeta ou no Las Vegas, o primeiro lugar que eles vêm é sempre aqui. Eles entram aqui e às vezes nem respeita, que nem, ali na casa da Cida, eles entrou uma vez, bateu na cara da mulher, sem a mulher dever nada. Então, a gente se sente mal sem dever nada. (Gregório de Matos)*

M - *Eu acredito que hoje favela não é mais favela mesmo, como se diz, mas todas comunidades serão discriminadas. A gente não teve*

discriminação total do bairro vizinho, mas algumas famílias, sim, foi contra. Uns denunciaram várias vezes, confronto com polícia eu tive duas ou três vezes, tentando conversar com o comandante pra explicar que não era uma invasão, era uma ocupação. E com os vizinhos a gente precisava dizer que não morava em barraco porque precisava. Ninguém mora em barraco porque quer, jamais! (Jardim Primavera)

M - *Isso aí, é no país inteiro. Eu achei diferença. Quando você passa a morar num canto estranho, o pessoal já acha que num é boa gente, aí fica “será que é? Será que não é? Será que o cara bebe pinga? Será que o cara bagunça?” Por aí, já começa as diferença. Por exemplo, eu moro aqui, né? Quando vinha a perua entregar as coisa, só depois que o cara já tinha ido embora, é que eu levava a feira pra casa. No começo. Eu não sabia o que era isso, né? Lá no Nordeste eu sempre morei em casa com 8 ou 10 cômodos. Às vez a gente fica com vergonha, porque o pessoal vem num carro novo e falar eu moro aqui? Mas, depois você vai acostumando. Uma vez um cara veio me trazer de carro e perguntou onde eu morava. Eu disse: “aqui!” “Mas, aqui onde? Dentro do rio” Daí, eu tive que falar. Depois disso pensei: Sabe de uma coisa? É melhor morar num barraco que seja seu, que seja honesto, do que num castelo que não é seu, que não tenha felicidade. Quer dizer, agora, vem cara na minha casa que tem carrão, vem cara que tem alto nível. Mas, tem caso, que por exemplo, eu fui renovar o CIC, umas três vezes e não veio. Quando eu fui no banco, perguntaram onde eu morava, daí, eu expliquei e disseram que era por isso. Fui obrigado a renovar mais uma vez e mudar o endereço. Eu usava o endereço da Marginal Taioca, 666, mas nos meus documentos, tava como Caiubi, 83, daí, fui obrigado a mudar pra esse aí, por isso tava voltando. Tem diferença muita. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

M - ...*Tem uma pessoa que é quase vizinho e ele sempre fica jogando na cara que favelado não paga imposto de renda, que eles paga por nós e ficam falando que favelado não tem direito a nada, teria que ser despejado...a crítica é em cima de nós, pro governo deles, acham que quem mora na favela não paga imposto de renda, eles se engana, porque tudo que eu compro eu pago imposto. Se eu tenho um carro velho eu pago o imposto dele, porque tem que discrimina? É por isso que eu tô participando de várias reuniões de direitos humanos, de tudo. Porque eu quero tomar conhecimento, porque numa hora dessa eu quero calar a boca duma pessoa dessa, com as palavras, porque ele fala o que quer e escuta o que não quer. Ele acha que a gente é pior do que eles, mas não é. Nós tamo aqui hoje porque nós não tem condições de comprar uma casa. Nós não vai ficar o resto da vida dentro duma favela, porque todos nós somos trabalhador, nós temo filho pra cuida, pra quando morre deixar pelo menos um lugarzinho pra eles morar.* (Jardim São Bernardo)

As narrativas revelam o entrelaçamento de convivência, conflito e resistência entre moradores de favelas e dos bairros formais. Em muitos depoimentos, a relação é marcada por ambivalências: solidariedade e ajuda mútua convivem com práticas de discriminação, preconceito e exclusão.

O cotidiano nas favelas urbanas evidencia que o 'direito à cidade', conceito central em Lefebvre, permanece desigual e condicionado por barreiras simbólicas e materiais. As tentativas de remoção relatadas: "*já fizeram vários abaixo-assinados pra gente sair daqui*", são expressão de um processo histórico de negação da legitimidade dos pobres na cidade. (LEFEBVRE, 2001)

As favelas, vistas como corpos estranhos à ordem urbana, tornam-se alvo de estigmatização e de disputas por território e visibilidade.

O discurso dos moradores do bairro, que associa a presença da favela à “*desvalorização do terreno*” ou à criminalidade, reforça um imaginário que hierarquiza espaços e pessoas, estabelecendo uma geografia moral da cidade: o “rico” e o “trabalhador” nos centros urbanos; o “pobre” e o “suspeito” nas periferias.

As desigualdades não se limitam à classe, mas articulam-se a marcadores de origem regional, raça e gênero. As mulheres, sobretudo as lideranças comunitárias, aparecem como mediadoras de conflitos, participando de conselhos e enfrentando o poder público e os “abaixo-assinados” de remoção. Essa atuação traduz uma prática política cotidiana de resistência feminina nestes territórios, relacionada aos ODS 5 (igualdade de gênero) e ODS 10 (redução das desigualdades).

A fala dos moradores evidencia também o estigma internalizado: a vergonha inicial de dizer “*moro na favela*” e a posterior afirmação identitária - “*é melhor morar num barraco que seja seu do que num castelo que não é seu*”. Essa transformação simbólica do território marginalizado em espaço de pertencimento e dignidade reflete o que Milton Santos denominou em ‘territórios da sobrevivência’ - áreas produzidas pela ausência do Estado, mas sustentadas por redes de solidariedade e trabalho. A favela, assim, é simultaneamente resultado e denúncia da desigualdade urbana. (SANTOS, 1993)

Do ponto de vista do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), as narrativas apontam para o desafio da inclusão territorial e do reconhecimento político das comunidades autoconstruídas. O conflito entre “favela e bairro” não é apenas físico, mas simbólico: representa a disputa pelo direito de existir na cidade, pela legitimidade da presença e pela superação de fronteiras invisíveis.

27) Convivência e Resistência: pertencimento e redes de solidariedade no histórico das favelas de Santo André

“As mulheres da favela me amparam. Quando estou triste, elas me consolam.”

Carolina Maria de Jesus

F - *Aqui o povo são muito legal. Antes falavam muito de favela, eu tinha medo, tinha medo de morar, porque falavam muito em bandido. Mas, depois que eu comprei aqui, não me arrependi, de jeito nenhum. No meio desses dez anos sossegadinho. Também quem não veve aqui, não vive em lugar nenhum. (Bom Pastor)*

F - *A comunidade... Ah, meu Deus... O relacionamento com as pessoas são ótimos, né? Porque todos são amigos, às vez precisa das pessoas, eles estão em cima, ajudando, todos são unidos. Agora, pra melhora, falta a participação de cada um. (Bom Pastor)*

M - *Eu gosto sim. Quer dizer, não vou dizer GOSTO, pra mim é um céu. Mas, por não ter pra onde ir, pra mim tá bom. Se tivesse um lugar diferente, jamais moraria aqui. Gosto, porque é onde eu tô conseguindo viver mais fácil, mas se tivesse outro meio, eu não moraria aqui. (Gonçalo Zarco)*

M - *Não posso me queixar de nada, porque aqui pra mim sempre foi bom. Sempre teve água, luz. (Gonçalo Zarco)*

F - *Aqui é uma comunidade sossegada, tranquila e eu me dou com todo mundo. (Gonçalo Zarco)*

F - *Eu gosto porque é sossegado. (Greg de Matos)*

M - *É eu acho um lugar bom também, tranquilo, em vista do que a gente vê ai fora, né? Que nem, eu não vou citar lugares todos, mas na nossa aqui eu vou dizer, é lugar tranquilo. Não digo alguma parte aqui pra cima que eu não conheço, mas olha... (Gregório de Matos)*

F - Quando eu vim do Mato Grosso pra cá, eu vim e já fiquei nessa casa aqui, que era barraco. Era 82. Em todo tempo que eu vim pra cá, não tinha mais trabalho e tomei uma decisão com ele, porque a sogra já morava aqui e eu vim e achei bom o lugar, fiquei quarenta dias na casa da minha sogra, na Vila Suíça. Aí, vendemo uma casinha que nós tinha lá em Dorado, e nós compremo essa casinha que nós tem aqui. Então eu nunca quis desfaze da minha casa, sempre gostei. Uma que eu não tive condição de compra um terreno lá fora, nunca tive condição de construí uma casa própria lá no terreno particular, que não pude, não tem grana pra isso. E eu sempre gostei do meu barraco, sempre cuidei, zelei bem, não tem dinheiro pra oferecer, não tem dinheiro que pague isso e depois, meu sonho era construir essa casa. Construí com permissão da prefeitura naquela época. “Afasta doze metros, com seis de frente, pra hora que for urbanizar não mexe em nada, se tiver que crescer, cresça pra cima”. Eu mandei fazer a planta da casa, que hoje não é um barraco é uma casa, só falta acabar. E, não tem dinheiro que pague ela. (Gregório de Matos)

M - Pra mim não tem parte ruim aqui, não. A parte boa é que ladrão não entra, porque tem medo. Polícia não entra, só entra quando tem morte, só pra vim buscar o “presunto”. Na maioria das vezes é assim mesmo. Não entra, você não vê polícia na viela. Os desentendimentos a gente resolve entre si, entre o pessoal aqui mesmo. Tanto os entendimentos, quanto os desentendimentos. Graças a deus o povo vive em paz. A parte ruim, a única parte ruim é em cobrança e carta não vem, quer dizer, você não tem um endereço fixo. De resto, é ótimo. O pessoal convive numa boa, o pessoal se ajuda na medida do possível, quando pode. É coisa de vizinho emprestar uma coisa que você está precisando, nessa parte é boa, a vizinhança é legal. Fora a barulheira, que é parede com parede e todo mundo gosta do “Bonde do Tigrão” (música popular,

ritmo axé) *que tá toda hora rodando, fora isso, é ótimo.* (Homero Thon)

M - *Pra mim, que moro aqui dentro, eu tenho muito prazer em morar aqui dentro. Eu tenho meus vizinhos, aquele que eu posso falar eu paro e falo com ele, aquele que eu não posso, não falo, vou embora pro meu serviço.* (Homero Thon)

M - *Bom, até que gosto de morar aqui. Porque é um lugar bom, a gente tá no meio da cidade, que ir pra São Bernardo tem ônibus na porta, quer ir pra Santo André é a mesma coisa, e também, a gente já conhece o pessoal, é tudo conhecido, não tem ninguém estranho. Eu acho bom. E a senhora? Gosta de morar aqui? Por quê? Ah, é como ele disse, um bairro bom, que em vista de muitos bairros que a gente vê por aí, existe muita violência. Aqui todo mundo é amigo, somos conhecidos e não tem tanta violência como existe em outros lugares... (a convivência) É quase que familiar, é sim. Aqui a gente tem amizade com todo mundo se conhece, se cumprimenta, né? Às vezes, a gente não sabe o nome de todo mundo, lógico. Mas, todo mundo se conhece, não tem esse negócio de briga, desunião, não tem isso aqui, essa é uma comunidade pacífica, vivemos bem sim.* (Jardim Primavera)

M - *Tem muita gente ruim que mora lá dentro da favela, que fica revoltado, tem muitas pessoas boas também, né? A maioria, é de pessoas boas que moram lá dentro, não tem como morar em outro lugar. Eu diria pra essas pessoas que acham coisa ruim que eles estão errados, que não pode falar isso, porque as pessoas moram aqui, porque não tem condições de morar lá fora.* (Jardim Primavera)

M - *Eu gosto de morar aqui sim. Eu gosto porque foi daqui que eu tô conseguindo minhas coisas. Primeiramente: foi onde eu comecei minha vida, aqui foi onde nasceu meus filhos. Não temo de falar assim se eu tenho vontade de ter outro lugar melhor: tenho sim,*

fora! Por que se você tem um local maior, como a gente mora aqui, terreno da prefeitura, seu valor é menor, por exemplo, assim, em termos financeiros. Se você tem uma propriedade particular fora, você sabe que seus bens tem valor, né? Então, é isso que a gente pensa: ter um futuro melhor. Todos nós temos sonhos de nossa casa própria. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M – *Sim. Sempre morei aqui, sem problema nenhum.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *Eu gosto, pra começar porque os colegas são legais. A gente leva tudo na brincadeira, mas eu me sinto legal aqui, porque me sinto respeitado aqui, os colega me respeita. Criança, velho, novo, tudo aqui. Eu acho legal. Aqui eu só posso reclamar do terreno que é pequeno, do espaço. Se eu tivesse um espaço que desse pra fazer quatro, cinco cômodos e lugar pra por um carro véio, daqui eu só saia quando a prefeitura viesse e dissesse que eu ia te que demoli isso daqui e tivesse um trator do outro lado e me levasse pra outro canto. Porque o canto aqui é pertinho da farmácia, é pertinho da padaria, aqui é o centro de tudo.* (Marginal Taioca – Jardim Oriental)

M - *É uma comunidade tranquila. É, a gente sai e dorme, deixa a porta aberta, ninguém entra, ninguém roba nada. Agora quando tem algum mal feito, aí passa, mas aí é quem tem problema. Nós aqui, mora treze anos e nunca tivemos esse tipo de problema.* (Jardim São Bernardo)

As narrativas que descrevem o “gostar de morar na favela” revelam dimensões complexas do território popular urbano, onde a vida cotidiana é marcada pela precariedade material, mas também pela invenção de solidariedades e pela produção de sentidos de pertencimento. O espaço da favela, mais do que um lugar físico, aparece como território existencial e comunitário, no qual se

constroem relações de confiança, reciprocidade e resistência simbólica à estigmatização social.

As falas evidenciam como gênero, raça, classe e território se entrecruzam para conformar experiências distintas de moradia e pertencimento. As mulheres, frequentemente narradoras centrais, associam o “gostar” ao sentimento de segurança e apoio mútuo: *“o relacionamento com as pessoas é ótimo, todos são unidos”*, demonstrando que o espaço da favela se converte também em rede de sociabilidade feminina, sustentada por laços de vizinhança e cuidado.

Mulheres e detalhes de moradias em favela. 2001.



Os homens, por outro lado, enfatizam o orgulho da conquista material, o zelo pelo barraco transformado em casa e a valorização do trabalho como elemento de dignidade. A materialidade da casa, mesmo precária, é tratada como extensão da identidade e símbolo de resistência: *“eu sempre gostei do meu barraco, sempre cuidei, zelei bem”*.

Alunos (as)
na formatura de
alfabetização do
MOVA. 2000.



Nesse contexto, as
falas constroem

uma contranarrativa à ideia de favela como espaço de carências. Elas propõem uma outra geografia da dignidade, em que o valor de morar não se restringe à propriedade formal, mas à legitimidade afetiva e social do território vivido. Essa dimensão dialoga com os ODS 10 e 11, que tratam da necessidade de cidades inclusivas, seguras e resilientes, e com o ODS 1, na medida em que expõem as desigualdades estruturais que forçam populações vulnerabilizadas a construir, por meios próprios, seus modos de habitar.

A análise das narrativas mostra ainda que o “gostar” é atravessado por contradições: a satisfação com o convívio comunitário convive com o reconhecimento da falta de infraestrutura e com o desejo de ascensão habitacional. Essa ambiguidade revela uma dupla consciência social, em que o orgulho do que foi conquistado se articula à consciência crítica sobre o direito negado à moradia digna, uma tensão central nas políticas urbanas e nos debates sobre o direito à cidade.

Por fim, ao considerar o ODS 16, que defende sociedades pacíficas e inclusivas, as falas sugerem que as favelas também são espaços de autogestão da convivência: os conflitos são resolvidos internamente, a confiança mútua substitui a ausência do Estado e a solidariedade cotidiana repara simbolicamente a exclusão

institucional. Assim, esses territórios não são apenas “da sobrevivência”, mas de vida, onde se produzem subjetividades e modos alternativos de existir no meio urbano.

28) ‘Causos’ do território: memórias, lutas e os cotidianos que moldam a favela

“Eu escrevo o dia a dia da favela, porque cada dia aqui é uma história.”

Carolina Maria de Jesus



Morador. 2002.

M - ... Se você quiser a gente fala a noite inteira. Deixa eu contar uma coisa pra você: naquele tempo não tinha rádio, no sertão bravo. Tinha um homem que comprou um rádio e botou

debaixo do travesseiro dele e ficou escutando os homens falando, falando, falando. Aí, amanheceu o dia e o colega dele perguntou como é que ele tava. Ele disse que não tinha dormido nada à noite, porque eu liguei aquele rádio lá e os homens falou a noite inteira e não deixou eu dormir. (todos caem na gargalhada). (Bougival)

F - Aqui ninguém me conhece pelo meu nome não. Isso veio desde que eu vim ao mundo. Foi meu padrinho que ficava brincando

comigo que eu era mocinha e por isso todos chama de mocinha. Se eu coloco meu nome, eu vou ter que por embaixo Mocinha. Porque pouca gente me conhece pelo nome Francisca. Tenho 49 anos. (Bom Pastor)

M - *Olha, abaixo-assinado aqui tem muito. Até ex-morador daqui, fundador daqui, por que tá fora... Fundador do núcleo, que é o Pio. O filho dele comprou um terreno aqui do lado, ele tá morando no terreno do filho e tá assinando abaixo-assinado! Porque eles compraram os terrenos aqui bem depois de nós. Inclusive tem gente que morou aqui. Bem dizer, nós ajudamos eles a comprar, porque eles compraram o terreno com menor valor por causa da área. Por causa que nós estamos aqui. E, hoje, eles querem nos tirar pra valorizar o que é deles? Nós precisamos é de uma reunião com auto falante e carro de som pra nós falar isso daí. (Bougival)*

F - *No caso de estar passando o despejo de uma favela, naquele momento, eu, que estou aqui, assistindo esse despejo, tem alguém lá na TV explicando que eu tenho tais direitos, mas eu estou assistindo, mas não quero entender aquilo, porque aquilo não me interessa, porque não está acontecendo comigo. Só vai me interessar a partir do momento que estiver acontecendo comigo. A TV em si ajuda, deixa tudo bem claro, mas as pessoas não se interessam em entender, mesmo correndo o risco, como por exemplo, o despejo de uma favela. O que passa na televisão sobre favela, seja qual for o assunto, você acha que é uma imagem positiva ou negativa da favela? Eu acho que pra gente que mora aqui na favela é uma imagem positiva, porque a gente pode estar vivendo essa situação, pra gente estar se preparando pra se um dia acontecer – claro que ninguém quer que acontece – se for o caso, eu acho que sim, que a gente tem que estar assistindo e se preparando pra isso. (Bom Pastor)*

M - *No caso, a televisão ajuda bastante só que esta ajuda, inclusive pra minha comunidade, ajuda, mas pras pessoas que são acomodadas, eles não dão decoro de que aquilo vai acontecer com ele. É uma ajuda, mas a pessoa que está assistindo televisão não dá credito. Aí entra a comodidade. Se precisa ir na prefeitura pra tentar algumas coisa, não vai, só vai com apavoramento, se vem oficial de justiça, mas se não, não vai com vontade contínua, então, ajuda, mas não é dado esse crédito. Só é dado crédito à Xuxa⁶³ e às novelas⁶⁴. Sem pressão eles não dão crédito à nada. A maior parte dos programas possibilitam a educação ou não? No geral? No geral possibilitam. Mas, eu rebato na mesma tecla do que eu já falei.*
(Bom Pastor)

M - *Quando a gente chegou aqui, tinha até uma vizinha que não deixava a gente dormir... porque ela trazia um monte de homem pra dentro de casa, vinha polícia, investigador, tudo. Vinha tudo aí na casa dela, de rolo que ela tinha. De maneira que foi preciso um dia, eu falar assim: “Eu não sei onde eu tô que eu não varro esse barraco de madeira aqui com bala” O que eles fizeram? Foram lá na porta da minha casa, de noite, uma hora da manhã, a polícia. A minha mulher ficou tão apavorada que saiu na porta de camisola (risos).*

⁶³ Xuxa: Apresentadora infantil que teve o seu auge nos anos 80 na Rede Globo de Televisão. Apesar de seu sucesso nacional, sua postura foi por diversas vezes contestada na medida em que, segundo vários trabalhos e estudos, como o do Prof. Dr. Gilberto Felisberto Vasconcellos da Universidade Federal de Minas G que em seu livro “O Cabaré das Crianças” demonstra que o estímulo sexual oferecido nos trabalhos da apresentadora é inapropriado para o público a qual é destinado.

⁶⁴ O termo *novelas* refere-se especialmente às telenovelas da Rede Globo de Televisão. Muitas opiniões, inclusive de inúmeros trabalhos científicos, demonstram que o conteúdo de tal programação serve para desviar a opinião pública de temas sociais, políticos e econômicos de grande relevância para toda a sociedade.

Eu falei pra eles que eu trabalhava em firma, no dia seguinte eu precisava ir cedo pro serviço, e eles lá, fazendo aquela anarquia de noite, uma hora da manhã e eu sem dormir... Eles falaram pra mim ficar quieto e eu disse que não. Que aquilo não era hora de estar na casa dos outros, ainda mais eles (os policiais) e que eu não ia calar a boca não. Eles pegaram e foram embora. Depois essa dona aí trouxe até um cabo da polícia, que deu uns tiros pra cima da minha casa, e falou que não tinha homem aqui nessa favela. Isso aí, ela ficou muito tempo, acho que uns dois anos depois que eu mudei pra cá. Depois, apareceu um rapaz que comprou dela, e todo mundo deu graças a Deus de ele ter comprado, ter desmanchado e fizeram uma firma. (Bougival)

F – *Tenho um de 18, 16, 12 e 10 (filhos de mulher chefe de família). Só que eu crio mais três...Dois adolescentes um de 18 e outro de 19, eu encontrei eles numa fábrica abandonada aqui em Santo André. Eu comecei a conversar com eles e eles foram me contando: eles têm pais, que moram no Parque das Nações (bairro de Santo André), mas não tem mãe que a mãe morreu. Eles são de Minas Gerais. Eles vieram pra trabalhar com oficial de justiça, que quando fecham fábricas, eles botam adolescentes lá pra tomar conta. Eles ficavam com fome, mas nunca foram meninos viciados. Eu trabalhava num restaurante e eles ia lá pedir comida. Isso me doía muito, e a gente via que era uns meninos educados. Aí eu convidei os dois pra vir até minha casa pra tomar banho, trocar de roupa. Eles vieram e já estão comigo há uns seis anos. já tem um casado que ta morando comigo: ele, a mulher a filhinha. Ao total são dez pessoas. É pequena sua casa? É pequena, porque eu não posso aumentar. Eu tenho certeza que se eu aumentar, eu vou colocar mais pessoas. Porque assim: você que tem um trabalho com a população é muito difícil você ver e deixar lá. Que nem, tem um menino que veio de Mauá. Ele veio em dezembro. Ele não quer ficar com a mãe e nem ir embora com a*

tia, então ele fica comigo. Fica difícil você pegar e jogar lá. Não tenho. Eu não tenho essa coragem. É pequeno o barraco. é um cômodo, mas eu só dividi com guarda roupa, porque se for fazer parede toma um pouco mais de espaço. Então, para mim é um pouco pequeno, mas eu sou feliz com eles todos lá dentro. Tenho um quintal grande, o banheiro também é grande... (Gonçalo Zarco)

F - *Aqui ninguém vem. É nós e deus! Não tem ninguém que vem aqui e diz: o que vocês precisa? Então, vamos fazer um trabalho com vocês. Se eu falar isso daí, estou mentindo. E, eu vou falar sinceramente pra vocês: eu tô cansada. Porque era eu e meu marido. Meu marido tem sete anos que faleceu. Ele falava: “minha velha, pára com essa luta que você não aguenta.”, mas é uma coisa que tá na minha pele, minha veia, eu não consigo parar. Em 81, quando eu entrei aqui, nós tinha uma torneira, só. A água era ligada, mas só tinha essa torneira, pra gente pra pegar água, às vez tinha que ser meia noite. Nessa época tinha mais ou menos umas 300 famílias. Não tinha esgoto. Colocou mais ou menos em 87, 88, mas depois de luta, luta, luta, briga, briga, briga. O calçamento foi a mesma coisa. A comissão lutou muito. Era a comissão que tinha no começo que era muito forte. No tempo do esgoto foi outra comissão. Eu tô na comissão desde o começo e forma comissão e sai e eu tô sempre aí, e, não pretendo sair. (Homero Thon)*

M - *Saiu uma vez uma notícia no jornal que a Pirelli tinha feito uma proposta pra compra o terreno daqui da Homero Thon, ela (D. Carmelita) tava viajando, tava na Bahia. Eu trabalhei meio período e depois fui lá na prefeitura pra ver se isso era verdade, quando eu cheguei lá, tava tão apavorado que nem perguntei o nome do homem, só sei que era um cara de bigode...Porque esse nome de Homero Thon, vocês sabem? Eu sou especulador, gosto de especular bastante pelo menos pra ficar por dentro. Diz que tinha o velho Homero Thon, que era italiano. Ele veio da Itália e quando*

chegou aqui, ele fez uma casa pra ele, ali, onde é a Pirelli, toda de tauba. Diz que trouxe a madeira de avião, de lá de onde ele veio. Era bem de vida, ele. Aí, ele pôs o barracão e começou vendendo coisa, comprando coisa e as pessoas pobres comprava as coisas da mão dele e não tinha dinheiro pra pagar, ele pegava terra. E pegando terra, terra, até onde é o final do Maracanã (bairro vizinho), assim conta os morador antigo. Ele começou a criar gado e plantar goiaba nessa região aqui, diz que tudo era goiaba, pêra, abacate, diz que tinha tudo por aqui. Como ele ficou bem velho, surgiu de fazer esse grupo (grupo escolar) aí. Tinha um outro cara que tinha um pedaço de terra aqui, e ele atrasou o imposto, esse rapaz trabalhava pro velho Homero Thon e, o velho Homero Thon disse que não tinha problema, que ia na prefeitura pagar os imposto e ficava com terreno. Foi assim que o velho Homero Thon fez, pagou os imposto e ficou com o terreno. E, quando ele morreu, isso é boato, eu ouvi, ele doou esses terreno pra prefeitura, pra botar o nome dele no grupo. Não sei se isso é verdade, mas foi o que um senhor daqui me contou. (Homero Thon)

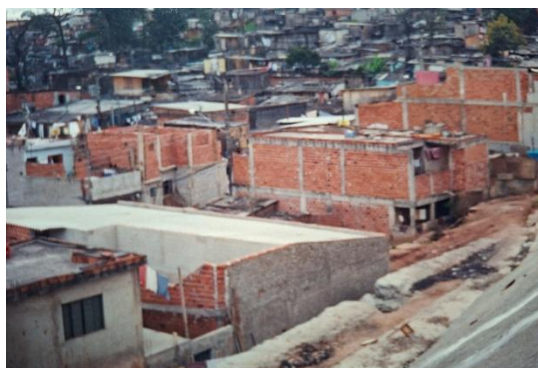
Este capítulo funciona como uma colcha de retalhos de histórias pessoais, afetos, lutas, leitura de mundo, conflitos, compondo um mosaico vivo do que significa a vida nestes territórios. A força do texto está justamente na oralidade: uma sequência de vozes que, entre risos, tensões e sagas comunitárias, revelam dimensões profundas daquele cotidiano que raramente aparecem nas narrativas oficiais. O tom é de crônica social, em que cada “causo” ilumina um aspecto da urbanização precária, das disputas por pertencimento e da permanente construção de laços comunitários. A abertura com o relato do rádio, ingênuo, humorado, profundamente humano já nos situa em um universo onde a tecnologia, a informação e o “*mundo de fora*” chegam de modo

tardio, distorcido e, muitas vezes, sem função prática imediata. A gargalhada compartilhada marca uma memória coletiva, revelando como a vida dura também abriga brechas de alegria e cumplicidade. A sequência sobre o apelido “Mocinha” reforça como identidades se constroem mais pela convivência e pelas relações do que pelos registros formais.

As tensões políticas aparecem com força quando o morador fala sobre os abaixo-assinados. Ali fica evidente uma disputa por legitimidade: quem “*tem mais direito*” ao território: os fundadores, que chegaram primeiro e ajudaram a consolidar a comunidade, ou aqueles que chegaram depois, comprando terrenos já desvalorizados justamente por estarem dentro de uma favela?

A contradição é central: pessoas que só conseguiram adquirir seus lotes por preços baixos graças à presença da favela agora desejam expulsar os antigos moradores para que seus próprios terrenos se valorizem. Esse movimento revela desigualdades internas e um processo de exclusão produzido ‘de dentro’. O entrevistado percebe essa injustiça e denuncia a tentativa de apagamento dos primeiros moradores, defendendo a importância da mobilização política, reuniões, carro de som, voz pública como forma de resistir à especulação e afirmar o direito coletivo à permanência.

Os relatos sobre a televisão mostram uma contradição: a TV até informa sobre direitos e situações de risco, como despejos, mas isso quase nunca gera mobilização. Os moradores dizem que



muitas pessoas não se “interessam” por essas informações, mas isso não é desleixo, é o resultado de vidas marcadas por cansaço, trabalho pesado e insegurança. Assim, acabam prestando atenção apenas ao que traz algum alívio imediato, como novelas e programas de entretenimento. Só quando o problema chega à própria porta é que a pessoa reage. Isso revela uma comunidade exaurida, que não tem energia para se engajar preventivamente, mesmo quando a informação está ali.

O capítulo também expõe conflitos cotidianos marcados pela presença intermitente e arbitrária da polícia, tiros para o alto e invasões noturnas. Aqui a violência é mais incômodo corporal: impedir o sono, invadir a casa, humilhar. O morador resiste, confronta e, com certo humor, narra o absurdo de viver sob esse tipo de controle difuso.

A fala da liderança comunitária sintetiza o cansaço histórico das mulheres que sustentam as lutas por infraestrutura: água, esgoto, calçamento. Décadas de batalhas, comissões que vêm e vão, mas ela permanece. A frase “*é nós e Deus*” evidencia o abandono estatal, e a luta contínua demonstra que a favela não é apenas carência, mas organização.



Sacadura Cabral. Favela de Santo André em 2000.

O depoimento, sobre o legado do “*velho Homero Thon*”, mistura memória, boato e história local. É a tentativa de compreender o território a partir da narrativa popular, onde fatos e lendas se entrelaçam. A especulação fundiária, presente desde o início, aparece como fio histórico que explica a violência das ameaças de remoção contemporâneas.

O relato mais marcante é o da mulher que abriga dez pessoas em um único cômodo, separado apenas por guarda-roupas. Sua história desmonta qualquer ideia de individualismo: ela acolhe adolescentes famintos, órfãos, explorados como “vigias” em fábricas abandonadas, e transforma sua própria casa, pequena, improvisada, limitada em abrigo. O espaço reduzido torna-se símbolo da solidariedade que sustenta a vida periférica. Trata-se de uma forma de cuidado comunitário que surge da combinação entre a vulnerabilidade compartilhada e um profundo senso de empatia, consciência do outro, melhor, a compreensão da necessidade do outro como um grande exemplo de humanidade.

No conjunto, este capítulo revela que os “causos” não são apenas histórias curiosas: são dispositivos de memória, formas de compartilhar, organizar, interpretar e seguir. A favela emerge novamente, não como espaço de desordem, mas como território de sociabilidade intensa, de produção de solidariedade e de luta. Mostra-nos que, antes de qualquer política pública, há vidas que se narram e, ao se narrarem, afirmam-se como dignas, complexas e coletivas.

29) Participação política, organização comunitária e controle social

“Quando o povo se unir, haverá menos sofrimento.”

Carolina Maria de Jesus

Curso de Formação
Política com CERIS e
CNBB. Formou 30
lideranças favelizadas.
Duração de 128 horas de
aulas. 2003. Professora à
direita de camiseta preta
e seus alunos e alunas.



M - *Nós temos a associação, que através da associação, a gente marca reunião, faz ofício, já participou até do conselho nacional de habitação. Eu também já fiz parte algumas vezes lá. Pôr a empresa não aceitar os atestados, eu até sai do conselho. (Gamboa)*

M - *Nós temos uma associação que está legalizada, registrada em cartório, com estatuto. É um espaço de encontro entre os moradores. Não é todo mundo que participa, talvez se participasse a atuação seria outra. Mas, é onde a gente faz um encontro com os moradores, a gente informa o que está acontecendo, o pessoal que está cadastrado vão lá. Algumas pessoas vai embora, a gente vai lá, pra transferir, algumas tão comprando, e querem saber como está. Então, nós temos uma associação, que a cada dois anos tem eleição, são onze membros, onde a gente discute os problemas mais graves da sociedade. Não dá pra gente fazer alguma coisa, até mesmo porque a associação não tem esse poder de executar alguma coisa. A gente pode e tá organizando o povo, mostrando o que ele tem, pra ele poder mudar de vida. (Gamboa)*

M - *Associação nós não temos. Até que eu venho tentando há 8 anos, mas só tem uma comissão meio capenga, desde 1987... Dessa comissão faço parte eu, a Francisca mãe, a Maria Evangelista e a*

Tereza Cristina, que não se encontra aqui. A comissão tem uma disciplina também. Não pode faltar em mais de dez reuniões. As discussões sobre moradia com o governo, os compromissos severos de negociações de debates, de discussões, ninguém quer participar. Então tem uma comissãozinha pequena. E porque o senhor acha que é difícil as pessoas participarem? Chama-se comodismo dos meus vizinhos, que eles vai nas reuniões e não é decidido nada, só é dado alguns encaminhamentos, então eles desestimula, desiste e não vai mais. Isso acontece várias vezes. Nessa daí, achando que a comunidade já adquiriu alguns benefícios, então eles se acomodam, e acham que a gente não vai mais sair daqui, inclusive porque nesse governo atual nós temos uma boa relação, eles acha que tá tudo bem, mas um dia a casa vai cair e não se prepara para quando a casa caia, já ter seu espaço adequado... Tem alguns regulamentos, que quatro pessoas é pouco. Até porque essas quatro pessoas tem que assumir a associação, e, bem dizer, quem vem fazendo isso sozinho, sou eu, e, não dá pra fazer um registro desse só pra ficar no papel e não participar. Até porque se tem um evento que a gente tem que acompanhar lá em Brasília, por exemplo, e aí diz que não vai porque o marido ainda não chegou do serviço, porque tem que buscar o filho na escola, porque ainda não tomou banho, então precisa ter uma responsabilidade pra ser representante da comunidade. E você tem que defender todas as coisas, inclusive sua moradia. Se houvesse já essa associação legalizada não poderia ser um começo de organização pra própria comunidade? Sim, seria muito importante, mas até o momento não conseguimos. Quando vem uma pressão do governo anterior, que a casa deles vai cair, aí vem todo mundo, todo mundo é presidente da associação, vice-presidente, tesoureiro. Mas, só de boca. Quando você chama, diz que hoje não vai dar pra ir, porque isso, porque aquilo. Em reunião a gente tem até presença, mas não tem número, não tem

representatividade. Porque a partir da primeira administração do Celso Daniel, a prefeitura não ameaçou mais vir pra cima. Tem alguma dificuldade no sentido jurídico, burocrático de criar um estatuto? Não. Nesse sentido não tem não. E, se tiver, a gente vai atrás dos companheiros que sabe. (Bom Pastor)

F - *Eu acho que precisaria sim, das pessoas lutar. Agora mesmo tá chegando um tempo que as pessoas tem que se reunir e lutar pra ver se o prefeito deixa a gente em paz, porque se tem alguém que queira sair daqui, então sai, por livre e espontânea vontade, porque eu não posso. Porque eu tenho dois anos que eu trabalho, pra comer mesmo o necessário e pra conseguir comprar de bloco e trocar as telhas, que o vento vinha e carregava tudo. Eu não tenho condição de sair, só se acontecer o que já aconteceu... O vento vinha e carregava tudo com as crianças gritando dentro de casa, à noite, mas hoje eu tô tão sossegada que eu já construí bloco por fora e troquei as telhas, hoje eu tô em paz. (Bom Pastor)*

F - *Acho que a comunidade devia participar mais, só que todo mundo trabalha, não tem tempo... Pra levar ao conhecimento do prefeito. Fazer reunião, se organizar e levar as coisa e ver o que ele vai resolver. Porque falar, fala, mas ganhou as eleição, ele esquece? Não pode. Vai ter que cumprir. E a gente vai dar em cima, porque agora tem lei pra gente dar em cima dos prefeito. De quem ganhou e a gente votou, a gente dá em cima. E eu votei nele, eu vou dar em cima. E como a senhora acha que será essa luta? Se tá no ponto eu não sei, mas se eles querem que a gente sai logo pra passar a avenida, a gente tem que brigar, né? É que, quanto à associação, não há uma dificuldade do pessoal estar se organizando em como fazer, mas eu sinto que o pessoal não quer assumir uma responsabilidade. Tudo isso já foi explicado, mas o pessoal não quer assumir essa responsabilidade. Como o senhor Francisco falou, nós tivemos não só uma, mas diversas oportunidades de estar*

montando essa associação, antes das pessoas saberem quais seriam essas responsabilidades, até se interessaram, mas quando chegou na hora das responsabilidades, as pessoas começaram a se afastar, dando várias desculpas. (Bom Pastor)

M - *Olha, aqui faz uns dezessete, dezoito anos que tem a comissão. Eu fazia parte na época. E continuo até hoje, quer dizer, eu fiz uma deixação⁶⁵ por causa da falta de... tempo, não, não! Não é falta de tempo, foi falta de colaboração dos companheiros. Porque a gente lutava, lutava e a turma achava que... nada. Inclusive, quando a gente conseguiu luz e água aqui, a luz veio em nome do presidente, que era o Abraão, que morava aqui, porque não tinha como vir de outra forma. Quando chegou a água aqui, foi aquela festa. E, teve morador que falou que quem mandou a luz e a água foi um candidato. Nem candidato vinha aqui dentro, aqui não tinha nenhum! Foi graças ao nosso esforço. Nós lutamos e conseguimos. Graças a Deus foi uma grande vitória, porque a luz era emprestada, a água era de poço. Até hoje ainda tem o poço. E hoje vocês estão até emprestando água aí, para os moradores do bairro... É. Tamo até emprestando⁶⁶... Essa comissão começou a fazer bastante serviço aqui. Nós fizemos até um mapa. Eu fiz um mapa, naquela época, a parte lá de cima não tinha moradia, era um tipo de uma chácara, eu subi lá na chácara e fiquei lá de cima escrevendo, fazendo todo o mapa. Isso faz uns quinze anos atrás. Eu fiz, desenhei tudo bem feitinho, pra gente ter uma organização. Mas, devido a gente ter falta de colaboração da turma, nós fizemos uma deixação... Parou com o trabalho. Foi a mais ou menos uns doze ou*

⁶⁵ Querendo dizer que deixou um pouco a associação de lado.

⁶⁶ Nesse momento da entrevista os presentes ironizam a situação, já comentada por outro entrevistado, de que os moradores do bairro estão roubando água da favela.

treze anos. Ficamos uns cinco anos parado. Aí, voltamo a ativa de novo, devido as opressões, aos boatos de que a favela ia sair, tivemos que reativar a coisa, porque não é fácil... Hoje até que tá mais entrosado, devido ao como o companheiro já falou, ao orçamento participativo, reunião de habitações, então a gente tá mais equilibrado porque a gente também tem acompanhado, né? Também tem o “Favela Limpa”⁶⁷, então, vai aperfeiçoando mais a coisa. E se não tivesse a comissão, não teria esses benefícios assim, essas vantagens. Não vou dizer que foi só conquista da comissão, nem foi só conquista da prefeitura. Foi em conjunto, né? Porque um sem o outro não funciona. (Bougival)

M- *O senhor participa da vida política aqui da comunidade? Da política, não. A única coisa que a gente faz aqui é as reunião pra gente participar, quando chama a gente tem que ir na reunião, participar, pra saber o que eles tão falando, quando eles vão pedir as coisas aqui... O senhor faz parte da comissão, não é? Eu, o Camargo, os dois filhos do seu João Caetano, seu João Caetano, tinha uma menina que era da Represa⁶⁸, tem uma menina que eu não lembro o nome, tem o Murilo, tem a Dona Socorro que mora lá em cima e mais um rapazinho, mas esse não quer saber de nada, então a gente nem conta. Mas, é importante fazer parte da comissão, eu acho importante, sabe por quê? Porque ai de nós se não há comissão aqui. Se não fosse a comissão daqui, em 1996 nós tinha que ter saído daqui. Porque teve um rapaz que ganhou de*

⁶⁷ Política pública da prefeitura de Santo André destinada à limpeza geral das favelas do município.

⁶⁸ Represa é o nome de um bairro da periferia de Santo André próximo ao núcleo de favela Pintassilgo.

vereador na prefeitura⁶⁹... não vou falar o nome. E ele, mais o Brandão⁷⁰... Porque eu sei como funciona esses negócios na prefeitura: vai gente lá, fica falando um monte de besteiras e, só aqui nessa favela, tem 41 processos, que os morador da rua abriu, fora os abaixo-assinados que tem. (Bougival)

F - *Não tem comissão, mas a gente tá montando aos poucos e a gente tá tentando pra tirar o estatuto. Mas, o problema aqui é que as pessoas são muito desligadas. Eu, o Bio (que é o presidente do time) e a Zenilda que somos a liderança que já responde na prefeitura como liderança, que tamos tentando montar o estatuto. Na frente da minha casa tem um terreno que estamos tentando construir o centro comunitário pra discutir esse assunto. Quando me elegeram conselheira eu era suplente e como suplente eu não podia fazer nada, por que a titular me boicotava. A titular tinha voto, mas eu só tinha direito a voz. No outro ano eu ganhei como titular, aí sim, foi onde eu cheguei a fazer uma discussão bem profunda com o pessoal do governo, dentro das reuniões do Orçamento Participativo. Aí veio telefone, correspondência, já podia ir na loja abrir crediário. A água foi realmente difícil, porque na primeira parte tinha, na segunda tinha, na terceira já não tinha, mas agora*

⁶⁹ Aqui o entrevistado não faz diferença entre poder legislativo e poder executivo.

⁷⁰ Newton da Costa Brandão: Médico por formação, foi durante três mandatos (14 anos) prefeito da cidade de Santo André, além de Deputado Estadual. Os mandatos como prefeito exerceu nos seguintes períodos: primeiro mandato (01/02/1969 a 30/01/1973), segundo mandato (01/02/1983 a 31/12/1988) e o terceiro mandato (01/01/1993 a 31/12/1996). Em 2004, concorreu novamente à prefeitura da cidade, tendo chegado ao segundo turno, mas perdeu para o candidato do Partido dos Trabalhadores, João Avamileno. Segundo analistas, devido à idade avançada, o ex-prefeito Newton Brandão teria encerrado sua carreira política com essa derrota.

tem água pra todo mundo. O esgoto que era tudo a céu aberto foi encaminhado, foi feito... O cano foi feito provisório – o da terceira fase. Mas, o que dá problema é da primeira e da segunda fase. A prefeitura veio e arrumou tudo, só que precisa de uma organização da comunidade. O povo daqui me vê como se eu tivesse que fazer tudo, mas não sou eu que tenho que fazer, somos nós. Nós temos que fazer e nós temos que buscar. (Gonçalo Zarco)

F - E a senhora sabe como é que está a questão da urbanização aqui da comunidade? *Parado (risos). Projeto deve ter, né? Mas, deve tá tudo parado. Qual que é o vínculo da senhora com a associação de moradores daqui? Nenhuma...Por quê? (solta uma gargalhada) Porque não faz as coisas direito, entendeu, quem toma conta da associação. Eu tinha tentado participar pra ver se melhorava, né? (Gregório de Matos)*

M - *Aí veio essa associação, depois quando eu mudei pra cá, a gente fundou mesmo essa associação. Ai já começamos a criar estatuto e já começamos fazer as eleições previstas no estatuto, que era aí onde ela diz que não tinha futuro, que eu perdia muito tempo, que eu corria pra cá, que eu corria pra lá, que eu não parava em casa, que eu saía do serviço e ia atrás de reunião. Então, isso não tem jeito. Mais era eu e o Narciso que mais ia atrás. Foi numa época, em 83, pq. Em 82 teve as eleições, o Celso (Daniel) perdeu pro Brandão, quer dizer, aí sai o Grillo que tinha dado aquela calma e volta o Brandão. Voltou o Brandão, aí o bicho pegou: aí veio ameaça de despejo, veio o corte de água, não tinha água para tomar... Tudo que era tipo de repressão que ele sabe fazer, ele fazia com a gente. Aí veio o que forçou mais a gente perder tempo e correr atrás. Ai a gente achou que só a associação aqui não tava bom. Tinha existido no passado até o final dos anos 70 e 80 um movimento chamado MDF, que era um movimento de defesa dos favelados, a nível nacional. Com muito mais peso no ABC e Belo Horizonte, Rio de*

Janeiro, mais ou menos, mas o peso maior do MDF era aqui. No final dos anos 80 ele não resistiu. No final dos anos 70, início dos anos 80, quando pesou mesmo, que aumentou o número de núcleos, ele não resistiu o peso como nacional, deu uma calmaria e então parou. Com a volta do Brandão, só a nossa associação não daria conta. Nós entramos, começamos a se reunir e achamos que tinha que fundar um movimento pra que os núcleos se filiasse e dessem condição de ter uma assessoria jurídica, por que não dava pra cada núcleo ter uma assessoria. Isso encarecia demais, a gente não tinha condições. Aí começou a se reunir eu, o Narciso, daqui da Gregório, de lá donde mora o Marcos tinha um senhor baixinho que até hoje eu não me lembro o nome dele, daqui da Dominicanos tinha o Telão preto, do Jardim do Estádio tinha a Maria Monteiro, do Jd. Irene, o finado Elcides e o apoio da Igreja. O padre era o padre Miguel. E tinha o secretário... padre Rubens era do MDF, já tinha ficado. E tinha ajuda de um seminarista que chamava seu Osmar, que eu não sei aonde ele foi, não posso dizer aonde ele tá hoje. Aí, fundamos o MDDF, de Santo André. (Gregório de Matos)

M - *Então, eu ia numa reunião a cada dois meses, três meses, aí ficava aquela falta, eu tinha que correr atrás, eu tinha que ir lá na casa do Telão pra saber o que tinha acontecido, o que tinha rolado na reunião. Por que tinha um pessoal que não era muito confiável, a Maria Monteiro não era flor que cheire, era muito chegada do próprio Brandão. (Gregório de Matos)*

M - *A associação deveria ser a comunidade que fazia ela. Isso deveria ser. Agora no caso aqui, não é por que é o seguinte, eles elegeram uma comissão de doze, aonde um dá as cartas, se nunca vê uma reunião deles, nunca vê uma ata, nunca chamaram uma assembleia pra mostrar uma ata, isso há três, quatro, cinco anos que eles estão aí, portanto o povo não participa, então, a associação aqui dentro hoje não é o povo que faz. Ela já foi o povo que fazia.*

Tinha reunião da comissão, da ata daquela comissão era chamada uma assembleia para explicar o porquê daquela comissão, o que que foi tirado de luta, de coisa pra comunidade, trabalhar a comunidade junta pra ir buscar, pra tentar buscar... Isso era feito. Com esse povo que tem aí agora, não. Eles fazem uma campanha como se fosse... O próprio Brandão, mesmo. Elegeu, eles entram lá e é eles que mandam. Infelizmente eles são filiados ao PT, são daquela ala do Ricardo Alvarez, mas é isso. Eles não, nunca chamaram uma assembleia da comunidade pra explicar o que que eles têm de luta: queremos lutar por isso. Eles nunca fizeram. Quando tem uma reunião aqui, é por que a prefeitura chama, aí eles fazem o convite, daí quem faz a reunião é o pessoal da prefeitura. E no mais que eles faiz dentro da reunião é querer criticar a própria pessoa da prefeitura, o governo, que eles já começam a dizer que o governo não faz. E é só isso. Eles não têm um trabalho de comunidade. (Gregório de Matos)

F - *Então aí eu entrei na chapa junto com Narciso, era uma chapa única e eu fiquei como vice-presidente e ele ficou como presidente da associação. Nós era um grupo de doze pessoa, aí a gente começou a fazer esse relacionamento entre Gregório de matos e movimento do MDDF, que já era o Ademar, o Astrogildo assessorava, da igreja, aí eu comecei a fazer esse trabalho não só na minha comunidade, como nas outras comunidades. Eu andava de a pé nesse núcleo de favela aqui da vila, passei a conhecer outros da cidade. Como é que fazia com os filhos? E os filhos eu fazia, eu levantava de manhã cedo, fazia o almoço, deixava tudo no jeito pra eles, aí eu ia fazer minhas caminhada nas comunidade. Foi o tempo da repressão do Brandão, do governo do Estado, que era o Maluf, aquelas pessoas... o Montoro, filho, então eu deixava e vinha em casa meio dia, o Astrogildo sempre me trazia do carro, me deixava em casa, aí eu esquentava comida pras crianças, dava e vortava*

embora. E ele trabalhando na fábrica. E ele sempre, o João sempre me deu esse apoio de não me critica, deixar eu aprender, por que eu tanto criticava e, pela necessidade, eu passei a gostar do trabalho. Ai nós ficamos nessa luta toda, a gente fez vários encontros do MDDE, com a Gregório de Matos no movimento e a gente foi batalhando por isso. Toda assembleia que era feita na comunidade, a gente sempre chamava a comunidade. Naquela época a comunidade tinha... Traziam representantes do movimento? É, trazia representante do MDDE, que o presidente era o Ademar, a D. Rose, que hoje ela não tá mais, a Cida lá da Titã, então esse pessoal vinha participar... o Dé participava também. Ai a gente começamos nessa batalha. Daí a gente fazia aquela assembleia muito grande, assembleia de cento e poucas pessoas, nunca era menos de sessenta pessoas que a gente se reunir na sede, quando a gente... Mas, sempre todas elas com representantes do movimento? Todas as assembleias traziam um representante, além dela que já fazia parte do movimento, trazia mais uma pessoa, pra acompanhar, pra esclarecer alguma coisa jurídica, que todas elas tinham, sempre tinha. Então a gente fazia todas as decisões que era pra ser tomadas, tanto com o movimento, quanto a ir pra Brasília, pra levar os abaixo assinados de moradia do Brasília inteiro, era tirado nas assembleias da associação da Gregório de Matos. A gente convidava toda comunidade e gente tirava representante. Ai eu fui duas vezes pra Brasília, cumpadi Narciso também foi. A gente tira representante, nós ia representando a Gregório de Matos e as outras comunidades do movimento e na volta a gente retornava à comunidade de novo, o que a gente tinha discutido lá, o que gente... o objetivo, que a gente tinha feito e, além disso, os trabalhos. Toda decisão que era tomada dentro da nossa comunidade durante esse tempo, aí era decidido: a comunidade é que dizia e dava o aval pra poder a gente levar essa luta, até pra cobrar da prefeitura mesmo, do Brandão. Ai,

depois, terminou o mandato do Brandão, nós fizemos uma grande campanha dentro da comunidade, no bairro, nós como comissão de favela, fizemos a campanha, foi o tempo que elegeu o Celso, aí a gente já tinha uma luta muita grande a nível de urbanização. (Gregório de Matos)

F - *Bem, sou Fátima, sou militante do partido dos trabalhador há dezesseis anos, o PT e fiz parte dos movimentos populares aí: associação Santo Inácio, quem fazia parte com a gente era o Aldo Santos, que é vereador. Andei com os sem tetos de vários lugares, da região aqui do ABC. Essas andanças por aí, era pra estar com esse pessoal que invadia os apartamentos, invadia o terrenos. A gente ajudava essas pessoas com alimentos, arrecada alimentos, ficava ali quinze dias, dez dias. Fiz parte do comitê dos desempregados de São Bernardo, que o trabalho da gente também era esse, era tá procurando melhoria pros desempregado. Você já morava na comunidade? Já. A gente andou em todos os sindicatos, pedindo doações, firmas. A gente conseguiu muita coisa. Não conseguiu o suficiente pra resolver o problema do desempregado, mas pelo menos, pra minimizar um pouco, que é o alimento e o vale transporte que todo trabalhador tem direito. E, de lá pra cá, a minha primeira participação como militante, foi em 86, que eu trabalhei como militante pelo partido. E não parei mais. Estou até hoje. Sou militante, sou filiada do partido. E, todo ano político eu tô aí, trabalhando, ajudando, por amor ao partido, nunca pedi nada em troca. Não é questão de trabalhar por interesse, não. Como você pode ver por aí, eu andei com muitos políticos, mas nunca pedi nada. Eu não peço. Aqui em São Paulo eu sofri muito, que eu tive que trabalhar pra sustentar minha filha. Eu gosto de trabalhar, gosto de ser militante, gosto de estar participando, faço parte do MDDF.* (Haras)

M - O pessoal que eu digo é o sistema, os governantes. Eles ajudam, mas não ajudam tanto assim. Tem que partir da gente primeiramente. Uma coisa ruim aqui também é a organização. Que, só quando o barco tá afundando é que os ratos vão embora. Antes disso, tá tudo numa boa, não vai ver o vazamento do barco. Não tem que ter só o capitão, tem que ter toda a tripulação, tem que funcionar, como um todo. Isso é uma coisa ruim, que não funciona: a organização dos próprios moradores. Não tem uma organização periódica, antigamente até tinha, a pessoa não quer saber o que acontece, não vai na prefeitura saber dos seus direitos... Porque a gente tem direito! A gente votou nos vereadores, nos governantes, então a gente tem o direito de sentar lá e perguntar: “E aí? Tem projeto pra lá? O que vai acontecer?”, saber do núcleo mesmo. Só não vai por ignorância. Tem gente que vai quando tem algum boato que vai tirar a favela, ou algum barraco, daí o povo se mobiliza, vem aqui em casa e pergunta o que a gente vai fazer. O que a gente vai fazer? Vai lá na prefeitura e pergunta pro pessoal, que você tem esse direito. Que, apesar da gente morar num terreno da prefeitura, não ter escritura, não ter documento, a gente paga imposto, paga água, paga luz, a gente tem um documento que é as contas de luz e de água que é desde 81. Isso é, pelo que eu sei de “Uso Capião” é um documento forte, você tá no terreno, você tem posse do terreno. Pode não ter um documento, mas a posse é tua. Mais a mais, tenho orgulho de morar aqui, orgulho mesmo. (Homero Thon)

M - Tem gente que tem tempo e não participa. E maior o tempo daqui é das mulher e, tem hora que não tem capacidade de participar aqui é porque não quer. Isso aí eu já falei na reunião. Tem muitas mulher aqui que tem tempo de ir e não vai porque não quer, tem moças que tem cisma de chegar, se expressar na frente dos outros. (Homero Thon)

F - Olha, às vez a pessoa vai lá na prefeitura e prefeitura pergunta quem é, eu tenho que falar pras pessoas dizerem que fui eu quem mandou elas lá. Eu acho que se elas chegar lá e falar que é da comissão, eles devia ter que atender, porque não é só eu sozinha. Às vez, é um erro nosso, às vez é um erro deles. Se você chega lá e cobra alguma coisa, eles não dão muita atenção. E aqui, todo mundo vota. O que a gente cobra deles é o mínimo. Eles falam pra gente esperar que eles ligam pra dar um retorno. Até hoje eu estou esperando. Se eu liga, eu tenho, agora, se eu não ligar, eu não tenho. Isso é uma coisa mínima, mas que machuca a gente. Eu sei que lotear aqui vai ser uma coisa difícil, porque vai tirar as famílias e, aqui, ninguém pode sair, porque ninguém pode pagar um aluguel, nem pode morar em outro canto, porque nem debaixo das pontes tem mais vaga. Não tem nem como cobrar um loteamento aqui, porque eu trabalho pensando na população. (Homero Thon)

F - Não. No início já foi tudo loteado. No início tinha mais interesse, todo mundo colaborava, trabalhava, participava. Agora, hoje é que o povo tá mais acomodado, que não participa. Aí, a gente cai numa luta, tá meio difícil. Saber que não, desanima. A gente vai continuar lutando, batalhando até o dia que Deus quiser. (Jardim Primavera)

F - Olha, hoje não existe comissão, existe um grupo que representa. Mas, já existiu um grupo registrado e tudo, que representava. Hoje nós estamos meio desorganizados, mas tem um grupo que representa, luta e vamos atrás. Pela quantidade de moradores que tem, é pouco. Mas, deveria ter mais interesse, até porque se a prefeitura quiser tirar a gente daqui eles tiram, porque não tem nada que prove que nós temos alguma coisa por direito aqui. (Jardim Primavera)

M - Aqui, desde que eu tô, em 90, tentaram montar comissão, não foi bem sucedida, daí criamos uma provisória. Hoje existe um grupo organizado. (Jardim Primavera)

M - Quem é que decide aqui sobre a construção de novos barracos? Ou não existe mais isso hoje, aqui? *Tem, sim. Na verdade, hoje não tem tanto espaço, então, só às vezes se constrói algum barraco aqui, mas quem decidia era nós mesmo. A comissão que decidia, sentava, discutia junto com os moradores e via qual era a possibilidade que tinha de colocar essas pessoas. Inclusive, nosso projeto sofreu várias mudanças. Hoje a gente tem uma preocupação, porque não tem mais espaço. Esses dias teve duas construções em cima de uma viela, em cima da rede de esgoto, mas a gente não quis interferir, até pra não criar um caso. Quanto custa uma casa aqui? Ah, pra mim é muito caro. Caríssimo. Aqui tem casa de R\$8.000,00, R\$10.000,00, R\$25.000,00, R\$30.000,00, varia muito da casa. Eu acho um exagero. Deveria ter algum mecanismo pra barrar isso daí, porque uma área pública não pode ser negociada mesmo sem lotear.* (Jardim Primavera)

M - No momento não tem...Antigamente tinha uma comissão aqui que seria: eu, a Maria de Fátima e o seu... Não lembro o nome. Isso foi há uns doze anos atrás. Durou quatro anos. Não tinha mais barraco de madeira, era tudo de tijolo, de bloco... (Jardim Oriental – Marginal Taioca)

M - Olha... aqui o pessoal cada um cuida do seu local direitinho, bonitinho e procura sempre se unir. Então, quando vai fazer uma coisa, a gente marca reunião, como já aconteceu da prefeitura marcar reunião na porta da minha casa e juntar 25, 30 morador. Foi feito várias reuniões, mas nada foi feito. O pessoal da prefeitura é que organizava essas reuniões. Nunca veio ninguém de fora auxiliar na organização de uma associação, de um centro comunitário aqui? Aqui não. Eu desconheço. Acho que isso seria importante, tanto pra mim, quanto pra todos. Ah, sem dúvida tem alguém que pode ser o cabeça nisso aí, dos moradores daqui. (Jardim Oriental – Marginal Taioca)

M - *O que faz nosso aqui é a nossa união. Quando a gente quer uma coisa, a gente consegue através da nossa união. A gente pega um caderno, faz um levantamento do que é preciso e vai atrás. Se for preciso ir até Brasília pra conseguir alguma coisa, a gente vai. É tudo sobre a nossa força, nossa união aqui da favela. (Jardim Oriental – Marginal Taioca)*

M - *A associação não tem que ter necessariamente um espaço. Se tiver melhor. Você pode reunir um grupo de pessoas, fundar uma associação, registrar ela em cartório e aí a primeira luta dela, é um espaço pra se reunir. Acho que é fundamental ter uma associação aqui. Que eu saiba, são poucas comunidades que tem associação. É. Seria importante ter um cabeça pra falar. Por exemplo: um morador tá com um problema, ou tá precisando duma melhoria, precisava de alguém pra dar a palavra por nós lá na prefeitura, porque nós não tem ninguém, entendeu? Eu mesmo vou ser sincero com vocês, eu moro aqui, não acesso à prefeitura, o senhor Antônio tem, agora eu, tenho mais acesso em São Bernardo. Você acredita? Eu tenho um amigo que é vereador em São Bernardo. Se essa parte fosse, pertencesse a São Bernardo, eu já tinha canalizado esse rio a muitos anos. Ele se candidatou pra deputado. Eu disse pra ele que se ele ganhasse eu ia querer uma ajuda dele, não queria dinheiro, financeiramente nada, eu queria uma melhoria da nossa comunidade. (Jardim Oriental – Marginal Taioca)*

F - *Quando eu vim morar aqui existia uma comissão de moradores, que iam na prefeitura e não resolviam. Eu comecei a conversar com eles, participar das reuniões, mas de saber a fundo quando começou esta comunidade, eu não sei. Eu que fiz a documentação e a dona Isaltina. (Pintassilgo)*

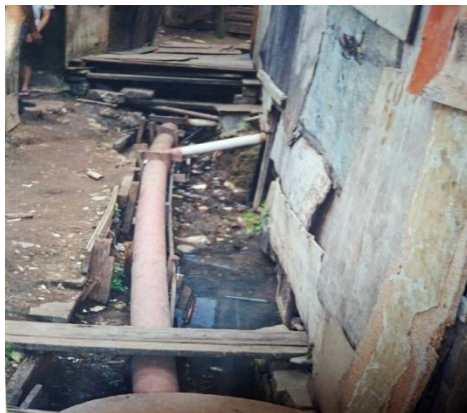
F - *Tem associação. Já é bem organizado. Temos reuniões com a prefeitura, tem escola de informática, tem o projeto Sementinha, então eles não ficam na rua. O senhor Ferreira disse que tem a*

entrega do leite para crianças com menos peso, está para ser aprovado um projeto para passar ônibus aqui... (Pintassilgo)

M - *Eu fiz parte no primeiro mandato, como vice, dois anos, depois eu assumi a presidência, tô com um ano na presidência já, faz dois anos que eu faço parte, já...Ela vem existindo desde 1992, 1993... Mas ninguém tinha estatuto ainda. Não era registrado. Depois nós registremo em 93 até hoje. (Jardim São Bernardo)*

M - *Nós temos participado de muitas reuniões, tanto em prefeitura, nesse orçamento participativo e sempre há promessas de que aqui vai melhorar, mas só depois que houver uma negociação e um desmembramento desse terreno. Porque a prefeitura sempre fala que não entra aqui porque é particular...Olha, existem duas associações aqui no momento, só que uma, pelo conhecimento que eu tenho, parece que tá neutra. A associação sempre tem aqueles anos de validade, passou daquilo, aí, tem que entrar outra e, não houve esse tipo de consenso entre a comunidade. Na escritura tá como Sítio Cassaquera, mas quando foi invadido aqui, eles chamaram de Vista Alegre, mas quando foi negociado com o proprietário, então pra mudar tudo o que já tinham feito, registraram a associação como: "Associação dos moradores do Sítio Cassaquera". Era o outro mandato da associação? Era. Era a associação que passou a mão no dinheiro dos morador. Que até hoje nós tamos nesse sofrimento por causa deles. Se não fosse eles, nós já tinha resolvido isso o mais rápido possível. Mas, por causa deles que negociaram a área com os proprietários, receberam o dinheiro que o pessoal pagou e não repassou pro dono, foi que em 96. (Vista Alegre)*

O capítulo apresenta um retrato vivo da participação política nas favelas de Santo André, revelando um cotidiano marcado por esforços coletivos, tensões internas e relações complexas com o Estado. As vozes dos moradores (as) mostram que a



organização comunitária não é um dado, mas um processo atravessado por disputas, cansaços e urgências.

Em algumas comunidades, associações e comissões formalizadas conseguiram conquistar água, esgoto, calçamento e a permanência territorial; em outras, a fragilidade institucional e o personalismo dificultam a continuidade das lutas. A mobilização aparece, sobretudo, como resposta à ameaça, despejos anunciados, cortes de serviços, riscos estruturais. Nos momentos de calma, prevalecem o desencanto e a desmobilização, consequência direta de jornadas longas, sobrecarga e precariedade do trabalho, insegurança e desgaste emocional.

As relações com o poder público são ambíguas: ora parceria, ora repressão, ora abandono completo. O Estado aparece como presença descontínua, que se aproxima em períodos eleitorais ou em situações de conflito, mas que raramente garante condições reais de participação. Entre os moradores (as), a televisão surge como fonte de informação que esclarece direitos, mas não mobiliza; a fadiga cotidiana impede que a informação se transforme em ação preventiva.

A participação política, portanto, é moldada por desigualdades estruturais que atingem de maneira mais dura as mulheres, protagonistas silenciosas das lutas por direitos, responsáveis por articular reuniões, pressionar autoridades, cuidar dos filhos e sustentar redes comunitárias.

A pergunta do entrevistador sobre como a mulher lida com os filhos diante de tantas demandas de participação social revela uma expectativa de gênero: supõe-se que o cuidado infantil é responsabilidade dela. Provavelmente essa mesma pergunta não seria dirigida a um homem, pois a sociedade raramente questiona homens sobre a conciliação entre militância e cuidados domésticos. Assim, a situação expõe o machismo estrutural que naturaliza a sobrecarga feminina e invisibiliza o trabalho das mulheres nas lutas comunitárias. Verificamos que as mulheres são retratadas como pontes: entre moradores e prefeitura, entre associações e movimentos, entre vizinhos e redes externas de apoio. São elas que mantêm comissões, participam de conselhos, organizam abaixo-assinados, buscam informações jurídicas e acionam órgãos públicos quando surgem ameaças de despejo ou falta de infraestrutura. Esse protagonismo não deriva de uma posição social privilegiada, mas de um acúmulo de responsabilidades que as coloca na linha de frente da sobrevivência familiar e comunitária.

Detalhes de moradia na favela Jardim Primavera.2001.

Os relatos mostram que muitas lideranças femininas atuam sem pausa: cuidam dos filhos, trabalham fora, gerenciam conflitos e ainda



assumem a luta por direitos coletivos. Quando a participação cai, são elas que sentem o peso da desmobilização, porque sabem que a ausência de ação pode significar perder o pouco que se conquistou. Mesmo cansadas, permanecem. A mulher que abriga dez pessoas em um único cômodo é exemplo extremo dessa lógica: sua casa se torna um microcosmo de solidariedade comunitária, onde cuidado e política se misturam a ponto de serem inseparáveis. O capítulo revela também tensões internas importantes: disputas por legitimidade entre antigos e novos moradores, associações que não prestam contas, lideranças que concentram decisões, conflitos partidários que atravessam a vida comunitária.

A narrativa, no conjunto, descreve um campo político pulsante e desigual, no qual a participação é produzida entre ameaça e esperança, cansaço e luta cotidiana. Trata-se de uma dinâmica de política permanente feita de pequenos gestos, reuniões improvisadas, disputas territoriais e lutas por reconhecimento que revela o quanto a cidadania é batalhada, negociada e defendida nestes territórios da cidade.

30) Juventudes, qualidade de vida e desigualdades de oportunidades

“Preciso ser tolerante com os meus filhos.
Eles não têm ninguém no mundo a não ser eu.”

Carolina Maria de Jesus

Crianças favelizadas em Santo André. 2001.



M - ... não temos tantos jovens fora da escola. É até uma comunidade que nós temos um nível de pessoas, de crianças que estão dentro da escola, elas têm oportunidade disso e as mães cobram isso. Tem muito jovem que não sabe ler nem escrever, só que ela só consegue fazer seu ensino fundamental, não se interessa em fazer o resto. Pára aí e acabou. Eles não têm nenhuma atividade. O que tem aí é o Plano Jovem pra jovens de 07 a 14 anos; um projeto que vem se arrastando que é o Criança Cidadã, muito pouco trabalhado e nós temos o Parque Central. Que é um Parque abandonado, que a própria comunidade se apossou dele. A principal área de lazer é aqui é o futebol. Tem duas quadras lá. E gravidez na adolescência? Tem muito índice? Ah, tem. Um grande índice de crianças... crianças, não! Adolescentes grávidas. Só citar

um exemplo próprio: eu tenho duas sobrinhas que ainda não completaram dezoito anos e estão grávidas. É um trabalho que não tem na comunidade. Tem muitas adolescentes que estão grávidas. É o caso das minhas sobrinhas, outro problema que elas enfrentam é que não casou, acabam se juntando aí, por causa da atração sexual e dura três ou quatro anos, até mesmo um ano. Fica grávida, vai morar junto, não dá certo e volta pra casa da mãe com filho. (Gamboa)

M - *A mesma coisa que ele falou. Eu tenho conhecimento de dois: tem uma menininha que tá com dezesseis anos, se juntou com um rapaz, não deu certo, se separaram. Tem outra que não chegou a ter filho, mas tá com treze anos, o rapaz deve estar com quinze e tão morando junto.*

M - *Há ONG, alguma entidade que atua aqui na comunidade? Temos. Tem o próprio GATS que ajudou muito. No projeto da educação, ele ajudou muito a organizar essa comunidade, chamar o pessoal, porque a sala de aula é um lugar onde você vai passar mensagens pros alunos. Por exemplo: quando se tem uma assembleia você vai lá e informa pros alunos e daí, se consegue organizar um pouco. Tem o pessoal da UNESCO que tentou formar um grupo de mulher e ajudou mais um pouco, tem a igreja católica e a igreja de crente que fazem um trabalho religioso. Dentro da comunidade que eu vejo que tem um trabalho organizado são a associação, tem a igreja, duas turmas de futebol, que os adultos vão indo lá e você pode organizar o pessoal. E, outro local que temos uma dificuldade... quando você tem um dono de um bar que faz um trabalho educativo com as pessoas, isso ajuda. Agora, a maioria não. A maioria tá ali só por interesse no comercio, achando que ali está bom e acaba prejudicando. São setores da comunidade que poderiam estar ajudando bastante, mas que não ajudam: a igreja*

católica, a de crente e os comerciantes, que poderiam ajudar a organizar. Agora a gente tem uma rádio comunitária, que é um local que pode organizar a comunidade. Meu sogro tá tentando conversar com ela, mas ainda está em mãos de pessoas que não tem esse pensamento de organizar, de educar as pessoas. (Gamboa)

M - *Sempre existe, né? (gravidez na adolescência) Mas, aqui tem poucas. Aqui é bem familiar. Tá dividido em duas famílias: a minha e a do Paulo (ele brinca e todos caem na risada), porque a minha família é grande: tem tio, primo, filho, que já tá casado e formando sua família, daí uniu uma família só... (Bougival)*

F - *... Adolescente aqui não tem problema porque cada um dos pais educa do jeito que pode. Eles estudam todos os dias, tem vários que trabalha durante o dia e estuda à noite. Mas, adolescente é ruim, porque nem todos consegue pegar serviço, não consegue trabalho quem deveria trabalhar. (Bom Pastor)*

F - *Isso pega. Isso acontece. Várias adolescentes que a gente conhece, que já tem seus vinte anos, com cinco ou seis filhos. Há dez, quinze anos atrás era tudo criança, hoje tudo mãe. Tem família que já tem dois, três adolescentes mães de família, pais de família, muitas adolescentes que engravidam sem ter um marido, sem ter um namorado... (Gregório de Matos)*

F - *A bebida. A bebida é mais. Agora, droga mesmo é muito pouca, eu mesma não conheço nenhum jovem atacado dentro da Gregório, não. (Gregório de Matos)*

F - *Eu acho que pra viver aqui, pro jovem e pra criança, não tem o que falar. Todo mundo estuda, a escola é perto. É bom demais. As crianças estuda, não tem o que reclamar. (Homero Thon)*

M - *Aqui é bom, porque não tem tráfico de drogas, pelo que eu saiba, não existe bandidos e, os bandidos que até então tem, um ou outro, eles pagaram seu castigo, tiveram reclusão e isso foi um*

exemplo bom pra molecada. Então, a molecada se espelha mais, não digo em mim, mas em pessoas como eu, que trabalham fora, compram seu carro, porque a maioria já tem seus bens próprios. Porque a juventude da minha idade tem o seu carro próprio, tem a sua família, então a molecada se espelha mais nisso. A molecada quer mais trabalhar do que, eu acho que isso se deve muito a não ter tráfico de drogas aqui. Tem aqui perto, mas aqui no núcleo não tem. Porque ela não tá envolvida com drogas, que atrai muitas outras coisas, então, não estando envolvida é melhor ainda. (Homero Thon)

M - *Os valores financeiros obviamente são diferentes. Um jovem de classe média tem a possibilidade de estudar e não se preocupar com o sustento da família e com o sustento próprio. Isso é uma vantagem e pode ser uma desvantagem, porque daí ele acaba não conhecendo a vida como ela é, sabe? Entrar em uma favela, conversar com outras pessoas diferentes, saber entrar e sair... Agora, os valores humanos, como eu te disse, há males que vem pra bem. Os valores humanos eu acho que, não sendo orgulhoso, mas eu acho que eu vivo muito melhor espiritualmente, emocionalmente, do que um jovem de classe média, pelo seguinte: eu posso entrar numa mansão, eu posso entrar numa favela, eu posso entrar num bairro perigoso, que eu vou entrar e vou sair. Porque eu falo mais de uma língua: eu falo com traficante, eu falo com rico, com magnata e, eles me entendem. Mas, o jovem de classe média, a maioria deles, não sabe conversar com bandido. Não que ele tenha que falar gíria. Eles não sabem é a 'lei da favela', porque, queira ou não queira, tem. É a lei do silêncio, é a lei de você viver a tua vida e deixar os outros viverem, se ele usa droga ou se ele não usa, não condiz com você, é pra você ficar na tua, sempre na tua. Ajudar, sempre que puder, mas atrapalhar, nunca. Isso eu acho que falta bastante na classe média, alta. Pelo que eu vejo, né? Também, não convivo muito com classe*

média alta, mas eu tenho muitos amigos que fazem faculdade, que a gente cresceu junto, que são até daqui da vizinhança, que são de classe média. Então, a gente convive bastante e sempre comenta. A minha maior vontade, a única “inveja” que eu tenho da classe alta, é não poder ter completado meus estudos. Sabe, ter que ter batalhado, batalhado, trabalhado e não ter completado, é difícil conciliar. (Homero Thon)

F - *Existe muita jovem grávida aqui? Olha, aqui existe muita. Falta de experiência, falta de uma psicóloga, uma pessoa pra chamar essas jovens e explicar o que é uma gravidez, o que é uma família. Às vezes, muita jovem engravida e larga o filho nas costas da mãe. Precisava de ter uma pessoa pra orientar como se previne. (Homero Thon)*

M – *(gravidez jovem) ...Isso aí acontece sim, claro, mas é normal. Não tem muito não. Sempre pinta um caso ou outro de fulana tá grávida. E quem é o pai? Ninguém sabe. Mas, acontece claro, de vez em quando. As crianças todas estudam. Tem criança com menos de 14 anos que trabalham? Não. Aqui não tem. (Marginal Taioca – Jardim Oriental)*

F - *...as crianças que eu sei, estão na escola. E quando não estão na escola, o que fazem? Ficam na rua, soltam pipa, bolinha, só que uns deixam, outras mães não deixam. E os jovens, fazem o que quando não estão na escola? A mesma coisa: jogam pipa, brincam... E sobre gravidez na adolescência o índice é alto? Demais. Não tem nem quantidade. (Pintassilgo)*

M - *Se olharmos aqui, veremos o que elas fazem quando não estão na escola: ficam na rua. Aqui não tem lugar de lazer, precisam cobrar dos órgãos públicos. Temos uma representante que procurou um órgão da prefeitura para colocarmos brinquedos em um espaço, mas não conseguimos nada e o espaço está lá, vazio. (Pintassilgo)*

M - *Eu tenho meus filhos, eles jogam bola, mas as meninas tem que prender, deixar na casa das amiguinhas, mas não podemos ficar prendendo tanto. Eu acho que está mudando. Com essa nossa feira de talentos, descobrimos dois grupos. Então, quando eles não estão na escola, estão em alguma atividade. Tem grupo de teatro, dança, tem 22 jovens, ou seja, são 22 jovens fora da rua. Precisamos agora, do apoio da prefeitura, para acompanhar esse trabalho, espaço melhor, dar continuidade, para leva-los em algum evento. E a gravidez na adolescência? É o que mais tem é adolescente grávida. Eu tenho uma filha de doze anos que eu converso muito. Acho que a culpa não é só deles. Tem as mães que não conversam, falta informação. São crianças. Tem que tirar um tempinho e conversar com os filhos. (Pintassilgo)*

M - *Em relação aos jovens, a culpa é dos pais. A gravidez aumenta a cada dia. Não sei se uma tem inveja das outras, os pais separados, ou é a educação, já que não teve dos pais. Se tivesse uma atividade para esses jovens, uma orientação para eles ocuparem a cabeça, isso iria diminuir, iriam abrir a cabeça, como o curso que eu fiz no GATS. Muitas coisas eu não sabia. Vocês têm uma visão um pouco diferente. Sexta-feira passada, estava com 17 jovens no GATS. (Pintassilgo)*

F – *(sobre a escola) As que estão, não seguem muito, faltam muito. Mães que tem que ir no Conselho Tutelar, a escola é muito longe, eles reclamam que cansam, outros não gostam de estudar, ficam de exame. (Pintassilgo)*

F - *(gravidez) Sim. Meninas novas, meninas que você nem imagina, você fica sabendo que ficou grávida...Eu sei que na escola Batista teve aulas desse assunto. Quando uma menina quer namorar com o rapaz, os pais não deixam, eles vão namorar escondido, acabando se entregando e ficando grávida...Essa menina começou a desenvolver a partir do momento que ficou na minha casa. Não*

sabia de quanto tempo estava. O médico pediu ultrassom e pediu para cuidar dela, pois ela estava com o útero envelhecido. Eu perguntei: mas, já, com essa idade? Ele falou que ela já praticava relações sexuais há muito tempo. Ela se prostituía. Tem treze anos agora. Ela é agressiva. Eu conversei com ela. A assistente social veio, eu expliquei a situação para o conselho tutelar, mas não foi resolvido nada. (Pintassilgo)

F - *Não, perdi a vontade (de estudar). Eu acho que daria pra existir aqui dentro, um programa para os jovens não ficarem parados, trabalharem, estudar, aprender alguma coisa, em vez de ficar na rua. Acho que falta isto aqui, na comunidade. (Pintassilgo)*

F - *É. Eu tô com uma nora que tá com dezoito pra dezenove anos aqui e já tá com dois filhos. Tem uma filha que tá com vinte e tem quatro. O casal tem dezenove. O meu filho com dezenove e a mulher com dezenove. Já tem dois filhos: uma menina com um ano e três meis e tá pra ganha agora. (Jd. São Bernardo)*

A fala dos entrevistados expressa simultaneamente esperança e frustração: as crianças estão na escola, mas não necessariamente aprendem; os jovens desejam concluir os estudos, mas a sobrevivência os obriga a parar; as adolescentes engravidam cedo, não por “*falta de responsabilidade*”, mas por ausência de políticas, informação adequada e cuidado.

Os depoimentos analisados evidenciam que a juventude residente em territórios periféricos enfrenta vulnerabilidades decorrentes de determinações sociais da saúde, entre eles a pobreza, a desigualdade educacional, a ausência de espaços de lazer e a insuficiência de políticas públicas de proteção social.

A juventude, em muitas vezes, é responsabilizada pelos próprios problemas quando, na verdade, enfrenta um ecossistema que não oferece condições de escolha real. Isto não é um problema de

caráter moral desta juventude, mas um marcador epidemiológico de desigualdades estruturais, relacionado às Determinações Sociais da Saúde. A falta de lazer, a falta de perspectiva de estudo, e a busca de pertencimento também funcionam como gatilhos para uniões precoces e maternidades compulsórias.

A gravidez na adolescência, frequentemente mencionada, aparece como marcador epidemiológico de desigualdade de gênero e de falhas institucional das políticas públicas, como a falta de educação sexual nas escolas, de serviços adequados para a garantia da saúde sexual e reprodutiva nessa fase e apoio psicossocial. (CONCHÃO, 2012)

As narrativas revelam frustrações relacionadas à interrupção dos estudos, indicando barreiras estruturais à permanência escolar e ao desenvolvimento pleno, em desacordo com diversas metas centrais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 3, 4, 5, 10, 11 e 16). Embora existam iniciativas comunitárias como associações, igrejas, movimentos sociais, ONGs e alguns projetos esportivos, essas ações não substituem políticas estatais sistemáticas.

O capítulo mostra que a juventude das favelas vive entre esforços comunitários fortes e falhas profundas do Estado. A evasão escolar, a gravidez precoce e a falta de lazer resultam de desigualdades estruturais, não de escolhas individuais. As meninas são especialmente afetadas, arcando com o cuidado e a ruptura de trajetórias escolares. Presente em diversos depoimentos, a frustração por não concluir os estudos revela como classe, gênero, raça e território moldam destinos nesta fase. A juventude segue potente, mas cercada por políticas insuficientes que violam metas centrais dos ODSs.

O conjunto desses relatos revela uma juventude que vive em suspensão: com sonhos intensos, mas com oportunidades rarefeitas; com enorme potência comunitária, mas impedida de acessar direitos básicos. As desigualdades moldam trajetórias marcadas pela evasão escolar, pela maternidade precoce e pela ausência de políticas públicas contínuas.



Adolescente e detalhes da favela em Santo André. 2001.

A juventude das favelas é vulnerabilizada por desigualdades interseccionais, que restringem o exercício de direitos e limitam a construção de projetos de vida dignos. Em vez de oferecer proteção e futuro, o Estado aparece como ausência deixando ONGs, igrejas e lideranças locais como substitutos improvisados de políticas estruturantes. Essas redes mostram a força comunitária, mas também a injustiça, pois, um território inteiro depende da boa vontade de poucos para garantir direitos mínimos que deveriam ser garantidos pelo Estado.

A frase *“a única inveja que eu tenho da classe alta é não poder ter completado meus estudos”* sintetiza um drama que é de um coletivo. Jovens que desejam permanecer jovens, mas são empurrados a “virar adultos” cedo demais. O capítulo evidencia que a juventude das favelas é vulnerabilizada por escolhas políticas que

violam diretamente seus direitos básicos de cidadania. O capítulo mostra que, enquanto os ODSs propõem “não deixar ninguém para trás”, a juventude das favelas continua sistematicamente deixada para trás, especialmente a juventude negra.

Por fim, a saúde da juventude negra nas favelas brasileiras é atravessada por um padrão sistemático de morte evitável que configura um processo de genocídio social. O ‘Atlas da Violência 2024’ evidencia que mais de 75% das vítimas de homicídio no Brasil são pessoas negras, majoritariamente jovens, residentes de territórios periféricos.

Essa violência não é fruto do acaso, mas resultado de estruturas que combinam capitalismo, sustentado pelo racismo, a desigualdade de classe e a ação seletiva do Estado, transformando a morte precoce em parte do processo social de adoecimento. Trata-se de um projeto histórico de exploração, abandono e exclusão, sustentado por heranças colonialistas e por uma lógica necropolítica. Garantir o direito à saúde da juventude negra exige enfrentar, de forma radical, essas estruturas que produzem injustiças desigualdades e mortes.



Favela Jardim
Irene III. 2002.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas reunidas ao longo deste livro reafirmam a centralidade da memória social, da história oral e da experiência vivida como chaves interpretativas fundamentais para compreender a constituição das favelas de Santo André e as desigualdades que estruturam a urbanização brasileira. Ao revisitar relatos produzidos em 2001 e preservados pela ONG GATS, esta obra desloca o olhar das versões oficiais da cidade para reconhecer vozes historicamente silenciadas como produtoras legítimas de conhecimento sobre o espaço urbano.

Esses testemunhos evidenciam que as desigualdades vividas nas favelas não se restringem ao plano econômico, sendo atravessadas de forma interseccional por raça, gênero, classe, geração e território, com impactos concretos no acesso à educação, ao trabalho, à moradia, ao saneamento, à mobilidade e à saúde. À luz das Determinações Sociais da Saúde e da Agenda 2030 da ONU, torna-se evidente que a precariedade habitacional, a insegurança alimentar e a exposição a riscos ambientais não constituem fatalidades, mas expressões históricas de escolhas políticas e de modelos de desenvolvimento excludentes.

As trajetórias de famílias majoritariamente negras, nordestinas e trabalhadoras revelam como o racismo estrutural, o patriarcado e a segregação socioespacial moldam possibilidades de vida e produzem adoecimento. Ao mesmo tempo, desconstróem a imagem da favela como espaço de carência absoluta, evidenciando territórios marcados por resistência, solidariedade, produção de vínculos e luta política pelo direito de existir e permanecer na cidade.

A genealogia das favelas andreenses demonstra que esses territórios não resultam da simples ausência do Estado, mas de sua atuação seletiva, historicamente articulada a políticas habitacionais excludentes, discursos higienistas e à lógica do mercado imobiliário, especialmente no contexto da industrialização e da migração para o ABC entre as décadas de 1960 e 1990. Nesse sentido, a favela não é um acidente urbano, mas expressão de um modelo de urbanização que organiza a cidade de forma desigual e funcional à manutenção de hierarquias sociais.

No contexto pós-pandemia de Covid-19, o diálogo entre passado e presente reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais, equitativas e orientadas pelos ODS 1, 10 e 11⁷¹ que incorporem as favelas como parte legítima da cidade. Nenhuma estratégia de enfrentamento das desigualdades será efetiva sem a escuta ativa dos sujeitos que constroem cotidianamente esses territórios.

Ao longo desta obra, torna-se incontornável reconhecer que as favelas, em Santo André e em outras regiões brasileiras, são expressões estruturais de um modelo de desenvolvimento que produz e reproduz desigualdades. A precariedade da moradia, a segregação socioespacial e a vulnerabilização sanitária não constituem efeitos colaterais, mas dimensões constitutivas desse processo.

As desigualdades de classe articulam-se de forma indissociável ao racismo estrutural, ao patriarcado e às heranças coloniais, configurando um regime de distribuição desigual de proteção e risco. Nesse contexto, a saúde revela-se como uma arena política central, onde se materializam as consequências mais profundas

⁷¹ ODS 1 – Erradicação da Pobreza. ODS 10 – Redução das Desigualdades. ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis

dessas desigualdades. Um espaço onde se expressam disputas por direitos, acesso a recursos e reconhecimento social.

É nesse campo que se tornam visíveis, e muitas vezes dramáticas, as consequências das desigualdades estruturais. Condições como moradia precária, insegurança alimentar, racismo, violências e trabalho informal não apenas influenciam a saúde: elas se inscrevem nos corpos, produzindo adoecimento, sofrimento psíquico, maior exposição a riscos e redução da expectativa de vida.

As narrativas aqui reunidas indicam que não haverá garantia efetiva do direito à saúde, à moradia e à cidade enquanto a lógica da mercantilização seguir orientando as políticas urbanas e sociais. Superar esse quadro implica deslocar o centro das decisões públicas do mercado para a vida, reconhecendo os territórios favelizados como sujeitos políticos portadores de saberes, memórias e projetos de futuro.

Este livro se encerra, para nós autores, de forma visceral, pois é atravessado por experiências nossas vividas nesses territórios ao longo do tempo. A transformação das favelas e da própria cidade exige mais do que políticas compensatórias: requer o enfrentamento das estruturas que produzem desigualdade como regra. A luta pelo direito à saúde, à dignidade e à existência plena nas periferias é, em última instância, uma luta por outro projeto de sociedade.

Nossa obra, assim, projeta questões urgentes sobre o futuro das cidades brasileiras e lança luz sobre o Brasil real — aquele que se manifesta nos territórios populares, atravessados por desigualdades estruturais e, simultaneamente, por resistências cotidianas. Revela-se, portanto, o desafio de transformar

compromissos institucionais em práticas efetivas que incidam, de fato, na vida das populações periféricas.

Detalhes de moradia na favela Jardim Primavera. 2001.



"Adeus! Adeus!
Eu vou morrer!
E deixo esses versos
ao meu país
Se é que temos o
direito de renascer
Quero um lugar,
onde o preto é feliz."

Carolina Maria de Jesus (1996)

POSFÁCIO – Será que a leitura de um livro faz o leitor querer mudar o mundo?

Agradeço à Silmara e ao Eduardo, autores do livro, pelo convite para eu escrever este POSFÁCIO. E carreguei nas maiúsculas para dizer que este é o meu primeiro POSFÁCIO. E o primeiro POSFÁCIO a gente nunca esquece!

Por outro lado, sou amigo dos Prefácios. O meu Currículo Lattes registra que já saíram da minha lavra nove Prefácios.

Se eu sei que um Prefácio é um convite à leitura, um “cartão de visitas” do conteúdo do livro, um chamado ao leitor: “venha ler e desfrute”!

Por outro lado, o Posfácio, cumpre um outro papel, dialoga com o leitor que impacto a leitura lhe causou. Idealmente, o Posfácio deveria ser um item do livro a ser publicado na sua segunda edição depois de uma enquete presencial, telefônica ou por um formulário digital com todo os leitores que se propusessem a responder “de que forma este livro te afetou?”.

E como o ótimo ideal é inimigo do bom real, não ficarei imobilizado pela ausência de tal enquete, e vou “posfaciar” com prazer este inédito e instigante livro sobre as “HISTÓRIAS DAS FAVELAS EM SANTO ANDRÉ.

Primeiramente, quero destacar a importância de um livro que coloca na agenda o tema das “FAVELAS”.

Pela primeira vez, um Censo Nacional elaborado pelo IBGE reconheceu as Favelas e Comunidades Urbanas, antes chamadas de "aglomerados subnormais", desde o Censo Demográfico de 1991. O Censo 2022 encontrou 12.348 Favelas e Comunidades Urbanas, onde viviam 16.390.815 pessoas, o que equivalia a 8,1% da população do país. A FAVELA saiu do armário?

Desde 2006, a CUFA (Central Única das Favelas) celebra o 4 de novembro como o Dia Nacional das Favelas.

Neste sentido, há que se reconhecer e se difundir as lutas de resistência das Favelas e Comunidades Urbanas e suas potências sociais, políticas e culturais.

E se este livro, instilar nos seus leitores gotas com poder de criar uma concepção mais complexa das favelas e menos preconceituosa, já constrói alguns elementos que mudem o “mindset” da sociedade, aproximando mais o “morro” do “asfalto”, e quem sabe reduzindo o olhar excludente sobre quem mora em favelas.

E falar da “História das Favelas em Santo André” a partir do olhar e da voz de seus moradores abre, também, possibilidades de diálogos e percepções mais acuradas de que o mundo não é estatístico e muito menos as favelas.

Pois bem, vou inferir então, que após a leitura deste livro, os potenciais leitores podem se contaminar com o vírus ético-político de uma transformação social virtuosa: ao se convencer que a

história mostra permanências, rupturas e transformações, dando movimento cinético aos arranjos humanos; ao adquirir uma outra visão do que é uma favela, sem no entanto, minimizar seus desafios, mas valorizando a vida que lá é produzida; ao sentir gana de conversar mais sobre o tema com seus pares; ao abrir mais espaços acadêmicos e culturais para manifestações de moradores de favelas; ao agir cotidianamente por uma sociedade menos excludente.

Este livro tem PODER!

Marco Akerman⁷²

⁷² Docente da Faculdade de Saúde Pública da USP; pesquisador do Cepedoc Cidades Saudáveis - <https://cepedoc.fsp.usp.br/>

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Carolina Maria de Jesus. Fotografia. Arquivo Nacional. Disponível em: <https://openverse.org/image/25031aa3-00b5-45f6-9321-502a4e2cdf88?q=carolina+maria+de+jesus&p=1>. Acesso em: 16 fev. 2026.

BENJAMIM, Walter. Pobreza e Experiência. Magia e técnica, arte e política. Vol. I. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

_____, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, Pedro. Carolina Maria de Jesus faria 110 anos; conheça sua trajetória. Alma Preta, 2024. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cultura/carolina-maria-de-jesus-faria-110-anos-conheca-sua-trajetoria/>. Acesso em: 5 fev. 2026.

BERTH, Joice. O que é empoderamento? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da violência 2024. Brasília: IPEA; FBSP, 2024.

BREILH, Jaime. Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e intercultural. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CALIÓ, Sônia Alves. Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana. 1991. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

CASTELLANOS, Jorge. *Epidemiologia, saúde pública e determinação social*. In: NUNES, Everardo Duarte (org.). *A saúde na sociedade*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 159-180.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (CNDSS). *As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

CONCHÃO, Silmara; RIBEIRO, Matilde. Gênero, Cidadania e Meio Ambiente. Projeto GEPAM, Prefeitura de Santo André; Agence canadienne de developpement international; Canadian International Development Agency – SP: Annablume, 2004.

_____, Silmara. Faculdade de Medicina – ame-a ou deixe-a. Um estudo interseccional sobre o trote universitário. Editora HUCITEC. São Paulo, 2023.

_____, Silmara. *Masculino e feminino: a primeira vez*. São Paulo: Hucitec, 2012.

COVID NA FAVELA. CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Pesquisa: A Pandemia e o Pós-Pandemia da Covid-19 no alcance da Agenda 2030 em populações vulneráveis moradoras de núcleos de favela. 2023. Acesso em 29/01/2026 pelo link: www.covidnafavela.com.br

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10. p.171-187, 2002.

DENALDI, Rosana. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. 2003. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____, Rosana. Santo André: urbanização de favelas e inclusão social. *Ambiente Construído*, v.4, n.4, 2008.

_____, Rosana; BRAJATO, Dânia. *Urbanização de favelas no município de Santo André (1989 a 2004)*. Santo André: Centro de Estudos da Favela (CEFAVELA), Universidade Federal do ABC, 2026.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1979.

_____, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramalhete. 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 60ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUNDAÇÃO SEADE. *Perfil socioeconômico do ABC Paulista*. São Paulo: SEADE, 2010.

GARLAND, David. O que significa escrever uma “história do presente”? A abordagem genealógica de Foucault explicada. *Revista Justiça e Sistema Criminal* v. 6, n. 10, jan./jun. 2014 p. 73-96.

GIL, Antônio C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Favelas e comunidades urbanas: resultados do universo e conceito. Nota metodológica sobre a mudança de “aglomerados subnormais” para “favelas e comunidades urbanas”. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Censo Demográfico 2022: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 fev. 2026.

Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1960.

_____, Carolina Maria de. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____, Carolina Maria de. Meu Estranho Diário. São Paulo. Xamã, 1996.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco. São Paulo: Editora 34, 2009.

LAURELL, Asa Cristina. A saúde-doença como processo social. In: NUNES, Everardo Duarte (org.). A saúde na sociedade: teorias e práticas sociais em saúde. São Paulo: Cortez, 2007. p. 133-158.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades alternativas para a crise urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MDDF – Movimento de Defesa dos Direitos dos Moradores de Favelas de Santo André. Tamarutaca: memória e história de sua gente. Santo André: MDDF, 2024/2025. Revista impressa/digital produzida pelo MDDF. Apoio ProAC. Participação de moradores e pesquisadores, lançada em evento no SESC Santo André, 2025.

MENICUCCI, Eleonora; ESTIMA, Fernanda; COSTA, Maria Luiza da; CONCHÃO, Silmara; GODINHO, Tatau; SOARES, Vera (orgs.). Feminismo e o PT: trajetórias e desafios políticos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Hucitec, 2025.

NASCIMENTO, Vânia Barbosa. COSTA, Ieda M. Cabral da. CONCHÃO, Silmara. O protagonismo da saúde nos projetos de inclusão social em Santo André (SP). Boletim do Instituto de Saúde (BIS). Desigualdades e Iniquidades. Vol. 12. 2010: 133-137.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Nova York: ONU, 2015.

PASSARELLI, Silvia Helena. Vitrines da cidade. Santo André: Alpharrabio, 2003.

_____, Silvia Helena Facciolla. Diálogo entre o trem e a cidade: o caso de Santo André. 1994. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ. Santo André mais igual: programa integrado de inclusão social. Santo André: Prefeitura Municipal de Santo André, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: QUEIROZ. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. São Paulo: T. A. Queiroz, 1988.

RIBEIRO. Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, Eduardo Magalhães. Relatório institucional. Santo André, 2003. Documento arquivado. GATS – Grupo Assistencial Toninho Souto.

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTO ANDRÉ (SP). Sumário de dados de Santo André: 2022 – ano base 2021. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2022.

_____. (SP). Panorama da pobreza em Santo André. Santo André: Prefeitura de Santo André, 2015.

_____. Relatório – Pesquisa Socioeconômica em núcleos de favela do município de Santo André. Santo André: Consultoria Técnica e Avaliações, 1999.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SILVA, Gerardo. ReFavela (notas sobre a definição de favela). Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n. 39, p. 37-43, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/50827>. Acesso em: 15 de janeiro de 2026.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. São Paulo: Argos, 2015.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

VALADARES, Lícia do P. A Invenção da Favela. Do mito de origem à favela.com. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.